

C08

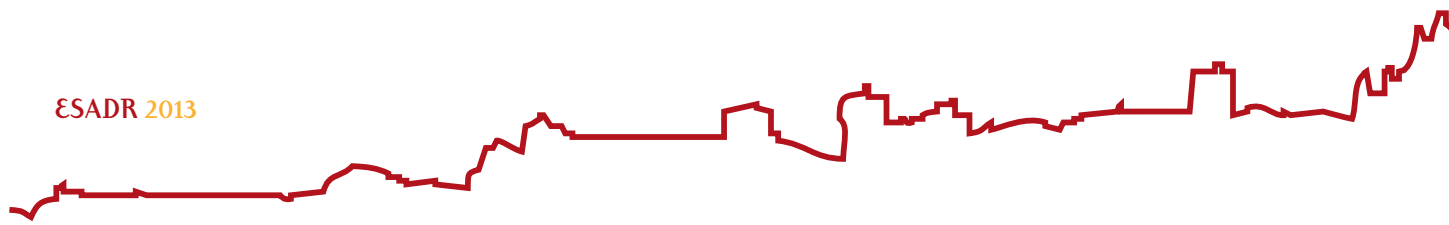
Turismo, patrimónios
e desenvolvimento rural



ESADR
2013

Atas *Proceedings*

ISBN 978-989-8550-19-4



PACOTE CERRADO: DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DO TURISMO NO CENTRO-OESTE

MARIA DE FÁTIMA DE ALBUQUERQUE CARACRISTI

Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Geografia do IESA-UFG, professora do
Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Tocantins-UFT –
mfacaracristi@hotmail.com Telefone: 55+(63) 3232-8025

RESUMO

Este artigo levantou dados sobre a atividade turística desenvolvida nos estados do Centro-Oeste, cujo patrimônio natural está definida pelas características do Cerrado brasileiro, segunda maior região biogeográfica do Brasil e tradicionalmente reconhecida como celeiro brasileiro. O objetivo do artigo foi comparar as receitas geradas pelas atividades econômicas tradicionais em parâmetro com os ganhos obtidos pela atividade turística, fazendo uma relação com os produtos de exportação tradicionais, a partir de uma amostra que elegeu Goiás, o Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Tocantins como área representativa do Cerrado. A amostra foi tratada de maneira a trazer os resultados desses eventos nos estados que compõem mais notadamente o Centro-Oeste, pela extensão ocupada pelo Cerrado no interior do território brasileiro e para podermos desmistificar a ideia de que é pela exportação de produtos que se consolida a economia desses estados. Concluímos que a atividade turística nesses espaços reforça a ideia de investimentos no turismo rural, no Brasil, uma vez que a maior parte desses estados atrai turistas pelo patrimônio cultural e atrativos naturais como cachoeiras, rios e lagos, além de diminuir a taxa de êxodo rural.

PALAVRAS-CHAVES: CERRADO-TURISMO-EXPORTAÇÃO

INTRODUÇÃO

O Cerrado brasileiro deve ser provavelmente a região que mais recebeu impacto pela presença do homem no seu interior, em um espaço-tempo tão restrito. Falar do Cerrado utilizando a região como conceito para fundamentar este fragmento de área, nos remete ao que Gomes (2010) através da sua reconstituição espacial de região nos ensina: a primeira é que o conceito de região tem implicações no campo da discussão política, da dinâmica do Estado, da organização da cultura e do estatuto da diversidade espacial; o debate também resvala no sentido espacial, englobando aí as questões culturais, econômicas, noções de autonomia, direitos e suas representações; em terceiro lugar faz referência a geografia como o campo privilegiado destas discussões ao abrigar a região



como “um dos seus conceitos-chave e ao tomar para si a tarefa de produzir uma reflexão sistemática sobre o tema”.

Inicialmente, buscamos situar e estabelecer os conceitos que faz do Cerrado este espaço de contradições, inserido num país, por si só, território do contraditório. As definições que cabem ao Brasil numa perspectiva macro espacial são pertinentemente encampadas pelo Cerrado: áreas extensas, centralidade de focos hegemônicos da economia, biodiversidade e desejo de autonomia e se fundamentam nas linhas de pesquisas de autores que tratam da região e que trouxemos como referencial teórico e base conceitual.

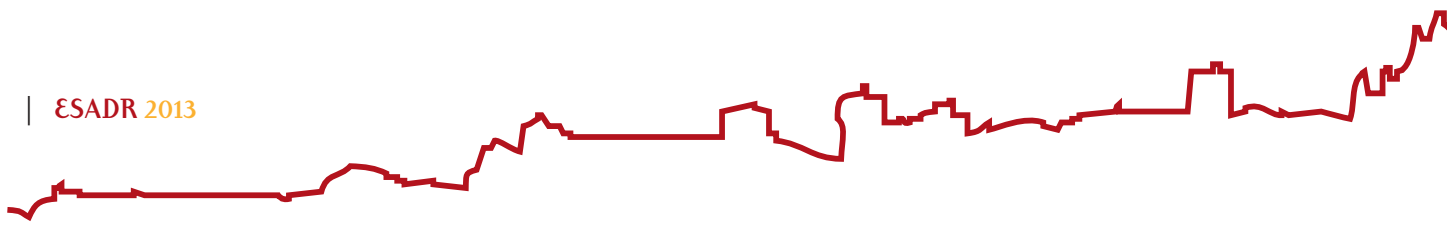
A atividade turística em seu complexo de dados difusos e as atividades intervenientes que a consolidam foi o objeto estudado em parâmetro com os demais produtos comerciais de exportação. A problemática nos revelou a dificuldade de se obter dados reais e confiáveis sobre as cifras deixadas pela atividade turística nos estados pesquisados, havendo a inexistência desses no que diz respeito à receita gerada pelo turismo nos estados do Tocantins e Mato Grosso.

O texto se divide basicamente em três partes específicas, a primeira que faz menção à questão do Cerrado, a sua formação espacial e histórica. A segunda parte de uma análise empírica dos dados numérico e estatísticos que utilizamos para instrumentalizar este trabalho com as consequentes análises e considerações finais.

O QUE É O CERRADO BRASILEIRO

Bursztyn (2002, p. 9) diz que o cerrado “é sinônimo de contrastes... bem Brasil”. Para enfatizar sua assertiva o autor complementa: “Chuvas torrenciais, bem antes de março, logo dão lugar a um inverno impietosamente seco. É preciso saber viver o Cerrado”. No próximo parágrafo da mesma obra ele oferece continuidade ao seu pensamento: “O Cerrado é a cara do Brasil: cidades inchadas, favelas, campos arrasados pelas máquinas e povoados por bois, soja, cercas. Idealizado como celeiro que aliviaria a nossa penúria”.

Seja em qual fonte se busque dados sobre o Cerrado a extensão, o exotismo da sua flora retorcida e rústica, o isolamento a que ficou relegado por anos de espera de reconhecimento e a inclusão rápida deste espaço como potencial de produtividade são



os aspectos recorrentes na definição do Cerrado. Na grandiosidade ele aparece como a segunda maior formação vegetal brasileira, uma área que se estende por dois milhões de quilômetros quadrados, abrangendo dez estados do Brasil Central.

Nas suas contradições o Cerrado é considerado um *hotspots*¹ mundial, muito embora perca muito espaço do seu habitat. Do ponto de vista da diversidade biológica, o Cerrado brasileiro é reconhecido como a savana mais rica do mundo, abrigando 11.627 espécies de plantas nativas já catalogadas, além da grande diversidade de habitats, que determinam uma notável alternância de espécies.

No cerrado, uma população urbana e migrante transita em cidades que se expandem em constante construção. Embrenhados no interior outra população de indígenas, geraizeiros, ribeirinhos, babaçueiras, vazanteiros e quilombolas, sobrevivem da exploração dos recursos naturais, além do que essa população, unida no mesmo espaço regional compõe um importante patrimônio histórico e cultural brasileiro, sendo, inclusive, apontadas pelo Ministério do Meio Ambiente como os responsáveis pela preservação desse acervo natural.

INFORMAÇÕES ACERCA DA FORMAÇÃO ECONÔMICA

O isolamento do Cerrado brasileiro e da sua conseqüente ocupação ou apropriação em relação às demais regiões é referenciado por estudiosos como Leme (2003), Duarte (2002), Steinberger (2003) como espaço diretamente relacionado à participação do poder estatal consoante ao movimento da marcha para o oeste.

A marcha para o oeste foi um importante papel no movimento de interiorização do Brasil, principalmente no que se refere ao estado de Goiás (ESTEVAM, 1998). O mesmo autor citando a pesquisa de Graham et.al. (1998, p. 121) reconhece que o surto de imigração para o planalto central, nas décadas de 40 e 50, motivado pelo projeto de interiorização, somente foi ultrapassado pelas correntes migratórias em direção ao Paraná. Enfatiza, entretanto que a imigração para aquele Estado foi financiada pelo setor

¹ O conceito hotspot foi cunhado em 1988 pelo ecólogo inglês Norman Myers para resolver um dos maiores dilemas dos conservacionistas: quais as áreas mais importantes para preservar a biodiversidade na Terra. Ao observar que a biodiversidade não está igualmente distribuída no planeta, Myers procurou identificar quais as regiões que concentravam os mais altos níveis de biodiversidade e onde as ações de conservação seriam mais urgentes. Ele chamou essas regiões de hotspots. Hotspot é, portanto, toda área prioritária para conservação, isto é, de alta biodiversidade e ameaçada no mais alto grau. É considerada Hotspot uma área com pelo menos 1.500 espécies endêmicas de plantas e que tenha perdido mais de 3/4 de sua vegetação original.

http://www.conservation.org/where/priority_areas/hotspots/Pages/hotspots_main.aspx



privado; a proximidade com São Paulo e a abundância de terra apropriada para a produção cafeeira.

Na migração para o Cerrado foi o setor público quem promoveu a abertura e a ocupação da fronteira: no Paraná, a expansão foi de timbre capitalista com as atividades agrícolas em terras apropriadas e organizadas para a rentabilidade favorável; em Goiás, tratou-se de um contingente de trabalhadores, anteriormente pressionados pela falta de terras ou pela seca, sem recursos e munidos apenas de rudimentar tecnologia.

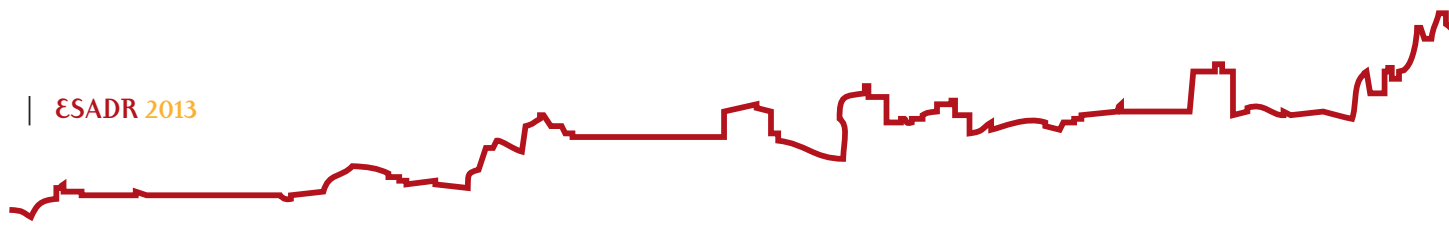
Para Estevam (1998) a marcha para o oeste é um exemplo desta intenção que teve sua gestão nos assentamentos de colonos na região do Planalto Central Brasileiro com a criação da primeira colônia agrícola de Goiás em, Ceres (1941) depois uma série de oito colônias e a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (GANG).

A marcha para o oeste é discutida com contradições; para alguns estudiosos só serviu para ampliar os o esvaziamento do hinterland² nordestino empobrecendo ainda mais a região que forneceu trabalhadores a baixo custo para desenvolver outra região que não a nordestina. Caio Prado Júnior (1945) apud Santos e Silveira (2001) explica que a interiorização do povoamento foi devido à mineração e à criação de gado nas fazendas. A exploração de diamantes e de ouro foi responsável pela existência de inúmeros núcleos de vida urbano no interior dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Goiás e Mato Grosso. Os sertões do Norte e do Nordeste eram responsáveis por abastecer a zona agrícola do litoral, a zona de mineração, Minas Gerias, e os campos do sul que produziam couro e charque.

Para Bertone et. al. (2006, p.135) a partir da década de 60 o planejamento representava a visão do projeto federal para o país numa época de transição do Brasil rural para o urbano, “da implantação de Brasília como nova capital do país e do modelo rodoviário; da construção das grandes estradas para a integração da Amazônia; e do fortalecimento da exportação entre outros objetivos”.

Para Arrais (2007, p. 26) as matrizes políticas que viabilizaram os Planos Nacionais de Desenvolvimento ajudam a entender esse processo de interiorização e de alteração do Cerrado para torná-lo supridor nacional de alimentos, pautadas no I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento – 1972-1974) e no II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento 1975-1979): A regionalização do território, nesses planos, explicita o

² Hinterlândia ou hinterland é a parte desenvolvida de um país menos dotada de infra-estrutura e menos densamente povoada. Santos (2008, p. 122) entende o hinterland como cidades não portuárias.





quadro de intervenções e a função de cada região no âmbito da política nacional. “É evidente, no II PND, a estratégia de ocupação das áreas do Centro-Oeste e seu papel na consolidação da “vocação do Brasil como supridor mundial de alimentos””.

Com a intervenção do Estado no processo de ocupação do Cerrado surgem os programas de desenvolvimento regional, exemplo disso, é o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO - 1975/1979), criando inúmeros mecanismos que viabilizaram grandes empreendimentos. “O Japão foi um dos primeiros países em investir capitais no Cerrado brasileiro através do acordo nipo-brasileiro, criando o Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados”. (SANTOS, et. al.)

Leme (1999, p. 30) é categórico ao afirmar que é o Centro-Oeste a região brasileira que melhor ilustra a ação promotora do Estado na ocupação territorial, indução e modernização da atividade produtiva, num tempo concentrado.

O Cerrado no imaginário coletivo era visto como algo “feio, raquítico e fraco”, como não nos deixa esquecer Pires (2002); contudo as inovações tecnológicas alteram essa percepção do Cerrado dando-lhe o status de celeiro do mundo. Atualmente o Cerrado responde por 50% da produção brasileira, estimada em 119,7 milhões de toneladas.³ Esse volume pode dobrar caso haja um manejo melhorado das terras já utilizadas na pecuária. A alteração acentuada de status de raquítico e feio para celeiro do mundo teve seu auge no início dos anos 80, quando os principais resultados das transformações produtivas da região mostraram índices de produção e produtividade agrícolas, no que se refere à relação custo e benefícios financeiros (BRAGA e PIRES, p. 31).

Dos produtos mais dinâmicos do agronegócio brasileiro o algodão, a soja em grãos, a carne de frango, o açúcar, o milho e a celulose são os que indicam o maior potencial de crescimento das exportações⁴, todos produtos exportados pelos estados que compõem a área do Cerrado, com liderança de exportação em muitos deles para a soja. Peixinho (2006, p.32) mostra que diferente do que ocorreu nos Estados Unidos a sojicultura no Brasil desenvolveu-se como uma cultura secundária até a sua inserção no mercado

³ Dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para 2012.

⁴ Fonte: AGE/Mapa e SGE/Embrapa



internacional, sendo a partir de uma demanda externa a promoção da expansão e produção no Brasil.

A modernização e a tecnologia foram itens que auxiliaram essa expansão, que se inicia no Brasil pelo Planalto Meridional, no Rio Grande do Sul, alastrando-se para o Planalto Central, onde se consolidou.

POLÍTICAS PARA O TURISMO NO CENTRO-OESTE

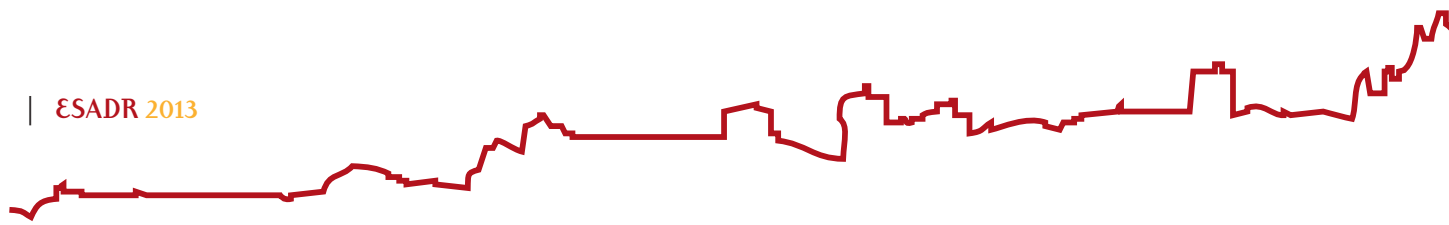
O PRODETUR é a base principal das políticas públicas voltadas para alavancar a atividade turística no Brasil. O Programa inclui ações nos âmbitos regional, estadual e municipal, visando abrir fronteiras para a atividade turística, em áreas pouco consolidadas além de agregar valor patrimonial a um conjunto de bens que poderiam ser consumidos como oferta turística, institucionalizando, uma proposta de Regionalização do Turismo, ou um pacote de bens e serviços para serem consumidos regionalmente.

Anterior à implantação do programa, previsto para ser operacionalizado entre 2007 e 2010 foi realizado o primeiro, no ano de 2004 mapeamento territorial que identificou 219 regiões turísticas compreendidas em 3.203 municípios brasileiros.

Os investimentos do Programa são operacionalizados pelo Ministério do Turismo (MTur) que orienta tecnicamente as propostas estaduais e municipais, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com a Corporação Andina de Fomento (CAF), que atuam como financiadores internacionais.

Para a região onde se concentra grande parte do território cerrado foi instituído o chamado PRODETUR JK, que abrange a Região Central e Sudeste do País, iniciado pela preparação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo e pela elaboração de uma Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) para o desenvolvimento do turismo com apoio do Banco Mundial (MTur).

Além de intermediar e apoiar institucionalmente os financiamentos do PRODETUR, o Ministério do Turismo teve uma ação direta na aplicação de recursos do Orçamento Geral da União (OGU) investidos na infra-estrutura turística propriamente dita. Foram empenhados R\$ 736,24 milhões em 2006, incluídos os investimentos em sinalização turística, recuperação de patrimônio histórico, implantação de pontos náuticos, trechos ferroviários e centros de informações turísticas.



Dados do MTur informam que no âmbito das ações relacionadas à infra-estrutura de apoio ao turismo, há que se destacar os financiamentos concedidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para os Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR, em curso no País.

AÇÕES REALIZADAS

A avaliação das propostas colocadas pelo Ministério do Turismo para o prodetur JK são pouco satisfatórias de acordo com o relatório técnico auditado⁵ para avaliar o desempenho do programa. Segundo o documento em 2007 os programas PRODETUR eram divididos geograficamente em quatro regiões, cada uma com sua respectiva ação orçamentária: 0173-PRODETUR NE II, 0316-PRODETUR Sul, 0562-PRODETUR JK e 0A50-Proecotur.

Dessas, somente o PRODETUR NE II contava com recursos de financiamento internacional, sendo o único realmente implantado. Em 2008, as ações correspondentes aos programas PRODETUR foram renomeadas, resultando nas Ações 10W0-PRODETUR JK, 10W8-PRODETUR NEII, 10WU-PRODETUR SUL, 11Y3-PROECOTUR-FASE II e 10X0-PRODETUR NACIONAL. As Ações PRODETUR são implementadas pela SNPDTur, por meio do Departamento de Programa Regional de Desenvolvimento do Turismo-DPRDT.

O programa que atende a maior parte dos estados inseridos no Cerrado obteve percalços e não foi iniciado uma vez que os recursos oriundos de doação do Governo japonês não foram viabilizados. Esperava-se para 2006 o início do programa com recursos da União. Da mesma forma, os estudos para a estruturação do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR) Fase II não foram executados, devido à indisponibilidade financeira (Relatório da auditoria).

O Sistema de Informações Turísticas foi mantido, com disponibilização de estudos, pesquisas e publicações em mídias diversas e no Portal do Turismo. Os recursos utilizados nesta ação atingiram R\$ 3,692 milhões, quase a totalidade da meta financeira prevista de R\$ 3,720 milhões.

5

http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/relatorios/downloads_relatorios/RA224446.pdf



Para Oliveira (2010) é preciso distinguir o que é o turismo na região do Cerrado daquilo que possa ser verdadeiramente chamado de turismo no Cerrado, ou seja, o turismo que tenha como fonte de referência o bioma Cerrado, seus ecossistemas, ambientes e fitofisionomias, ou, o Cerrado como motivador da atividade turística, que é considerado incipiente.

O autor traz os dados divulgados por Masan (2005) que indicam a relação de produtividade do turismo no ano de 2004 com os principais produtos de exportação da região Central e revelava que o turismo na composição do Produto Interno Bruto (PIB) do País estava em terceiro lugar como componente de promotor de exportação.

“Só estava atrás da soja em grãos (US\$ 5.364 milhões) e do minério de ferro (US\$ 4.759 milhões)”.

Neste trabalho, vamos identificar os indicadores econômicos que mostram que a atividade turística já ultrapassou a exportação de soja e derivados, com perspectivas de ascensão dado o momento de investimento das políticas públicas no turismo de eventos para os próximos anos, copa do Mundo e Copa das Confederações.

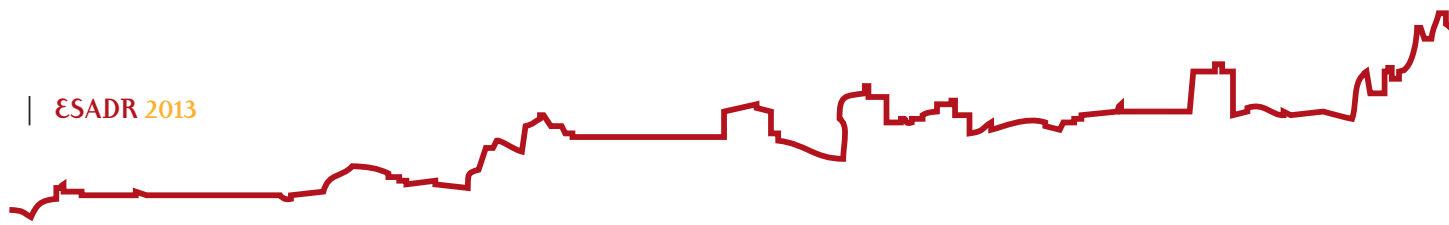
Para Almeida (2009, p. 84) : [...] “O turismo passa a ser apresentado como potencial de desenvolvimento econômico regional [...] a Amazônia, os espaços interioranos da região Centro-Oeste e, de modo particular, em espaços economicamente deprimidos ou estagnados do país”.

RELAÇÃO ENTRE TURISMO E DEMAIS SETORES DA ECONOMIA

Para entender melhor a questão proposta inicialmente neste estudo é preciso fazer referência ao fato de que a formalização da receita gerada pela atividade turística apresenta uma complexidade ímpar, o que inicialmente pode dificultar a relação de comparação entre as receitas turísticas com os produtos exportados, proposta deste trabalho.

As abordagens que envolvem a relação entre o turismo e os outros segmentos econômicos trazidas por Blake et. al. (2006) apontam os diferentes métodos para estimar os impactos causados pelo turismo.

A matriz de insumo-produto, matriz de contas nacionais e modelo de equilíbrio geral (CGE) é uma das maneiras adotadas pelo autor. As abordagens têm como vantagem a





possibilidade de computar a relação entre o turismo e os outros setores da economia. A mensuração dos efeitos dos gastos turísticos sobre a economia local deve levar em conta três níveis de impactos: diretos, indiretos e induzidos.

Os efeitos diretos das atividades turísticas são os gastos feitos pelos visitantes nos estabelecimentos que fornecem os bens e os serviços turísticos e de acordo com Cooper (2001) parte desse valor sairá imediatamente da economia para cobrir as despesas com as importações. Dessa forma, os impactos diretos dos gastos serão menores que os das importações, a não ser em casos raros em que a economia local consegue produzir e satisfazer todas as necessidades dos turistas.

Os estabelecimentos comerciais que recebem os gastos diretos dos turistas necessitam de fornecedores, ou seja, precisam comprar bens e serviços de outros setores da economia local. Como exemplos, citam-se os hotéis que contratam serviços de construção civil, bancos, contadores e fornecedores de alimentos e bebidas. Partes desses gastos saem de circulação, pois os fornecedores precisarão comprar produtos às vezes de outros centros para cobrir suas necessidades.

A atividade econômica, gerada em consequência das rodadas de compras e gastos, é conhecida como efeito indireto. Já o efeito induzido é aquele gerado por meio dos salários, aluguéis e juros recebidos das atividades turísticas que, por sua vez, geram outras atividades econômicas. Os juros pagos aos bancos, por empréstimos, ocasionam mais recursos para futuros financiamentos, ocorrendo, conseqüentemente, um aumento da atividade econômica.

A análise do impacto econômico direto do turismo está associada aos ciclos de produção e consumo unicamente dos produtos turísticos, identificado no comércio, no pagamento de impostos, na geração de emprego e renda voltados para a atividade turística. Toda essa complexidade de dados interfere na dificuldade que as secretarias de estado e municípios enfrentam para apurar os valores relacionados aos gastos efetivos que o turismo gera nas regiões, além de dar pouca visibilidade ao setor como promotor de crescimento econômico e grande indutor de desenvolvimento social.

METODOLOGIA DO TRABALHO



A maior dificuldade encontrada na formulação deste trabalho foi delimitar a região do Cerrado, nosso campo de estudo e análise. Para delimitação de uma amostra selecionamos na abrangência do cerrado os estados de Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, além do Tocantins, que embora apartado geograficamente da divisão regional do Centro-Oeste para efeitos políticos tem a história e as características fisionômicas inerentes aos estados que compõem o bioma Cerrado.

Pela enorme quantidade de dados e dificuldade de análise desconsideramos os estados que embora pertencentes ao bioma Cerrado estejam mais distantes da área foco desta pesquisa, como o oeste e norte de Minas Gerais e o oeste da Bahia. Minas Gerais que se insere na região Sudeste e a Bahia por pertencer à região Nordeste do Brasil.

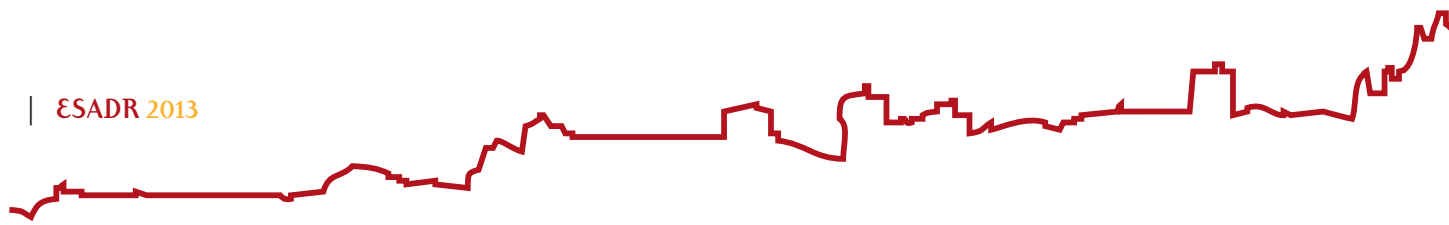
Após a seleção desses estados pesquisamos no site oficial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior no link de produtos de exportação, a relação dos dez produtos mais importantes, no que se refere à receita de exportação.

Selecionado os dez produtos mais importantes, posto que na tabela disponibilizada há uma relação bem superior aos dez produtos selecionados, realizamos um novo percentual do valor total desses 10 produtos, valor este sempre superior a 75% do total exportado, de maneira a compreender o impacto que cada um oferece na balança de exportação.

Ao mesmo tempo buscamos reconhecer os dados oficiais que o ministério do Turismo disponibiliza para a receita turística de cada estado, com a intenção de comparar o valor da receita turística registrada nesses estados com os dez principais produtos de exportação, objetivando, finalmente, verificar a participação do turismo na economia desses estados.

O valor da receita nacional do Turismo relativo ao ano de 2011 foi obtido através dos dados da FIPE (2010). Os dados relativos à receita turística gerada pelos estados do Tocantins e do Mato Grosso não foram encontrados nos sites das empresas estaduais de turismo, nem nas secretarias de Indústria e Comércio e Turismo desses estados, nem em pesquisas de organismos oficiais de turismo; inexistiu para efeito de comparação, análise ou simplesmente para quantificação dessas receitas entre o segmento.

Para efeito de operacionalização dos dados estatísticos disponíveis realizamos a cotação do dólar utilizando a referência de R\$ 1,80 (FOB) relativo ao valor do dólar comercial de 2011 por dólar.





RESULTADOS E ANÁLISES

Goiás

Para melhor visualização da participação do turismo na geração de receita para o estado de Goiás, ilustramos primeiramente, na tabela 1, os principais produtos de exportação do Estado e na figura 1 esses produtos adicionados com o turismo. Percentualmente, 23% da produção exportada são de soja e seus derivados; 21% representa a participação do turismo na receita do estado, acima dos 14% relativos à exportação de minerais e cobre.

Obviamente não podemos deixar de ressaltar que grande parte dessas entradas da receita turística se registra no cômputo do turismo de negócios, dado o grande pólo exportador de produtos, principalmente grãos desse estado.

Tabela 1. Exportação dos 10 principais produtos do estado de Goiás nos anos de 2010 e 2011.

Descrição	2011 (jan/dez)			2010(jan/dez)			
	US\$ (FOB)	Part. (%)	Kg (líquido)	US\$ (FOB)	Part. (%)	Kg (líquido)	Var (%) 10/11
TOTAL DA ÁREA	5.605.193.073	100,00	6.398.751.358	4.044.660.617	100,00	5.861.541.670	38,58
Total dos principais produtos exportados	5.592.673.201	99,78	6.393.033.306	4.004.870.849	99,02	5.817.068.176	38,58
1 Outros grãos de soja mesmo triturados	1.192.000.178	21,27	2.337.628.502	829.645.139	20,51	2.203.865.425	43,68
2 Sulfetos e minérios de cobre	708.517.773	12,64	264.280.470	516.784.478	12,78	234.632.175	37,10
3 Bagaços e outros resíduos sólidos da extração de óleos	538.993.461	9,62	1.399.862.160	530.437.044	13,11	1.611.066.971	1,61
4 Carnes desossadas de bovino congeladas	458.573.178	8,18	93.436.819	421.829.529	10,43	109.230.247	8,71
5 Milho em grão exceto para semeadura	276.524.555	4,93	969.688.511	108.942.081	2,69	545.888.027	153,83
6 Açúcar de cana bruto	237.029.026	4,23	409.359.055	141.841.678	3,51	334.096.438	67,11
7 Pedacos e miudezas comestíveis de galos/galinhas	224.787.191	4,01	102.593.773	192.031.913	4,75	105.356.157	17,06
8 Ouro em barra, fios, perfis de sec. Maciça, bulha	199.929.116	3,57	3.990	191.489.652	4,73	4.913	4,41
9 Energia elétrica	163.040.910	2,91	1	6.862.087	0,17	---	---
10 Ferronióbio	152.886.134	2,73	5.684.739	150.978.152	3,73	6.163.796	1,26
Total	4.152.281.522	74,09	5.582.538.020	3.090.841.753	76	5.150.304.149	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ministério Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.



Figura 1. Gráfico de produtos exportados e de receita do Turismo de Goiás

Distrito Federal

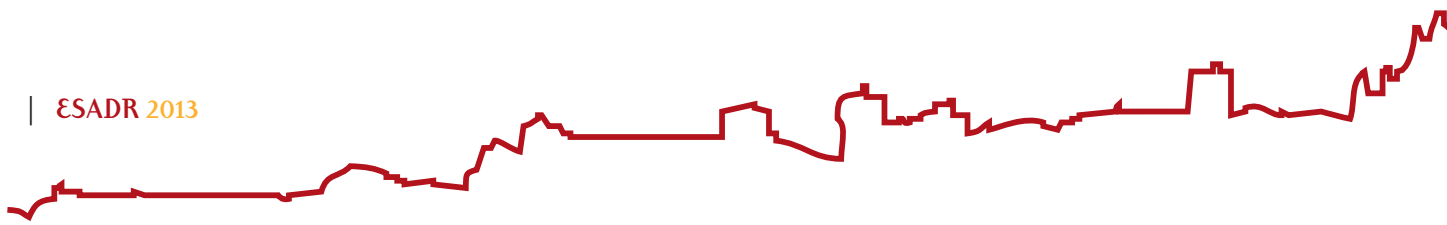
Na tabela 2 estão dispostos os principais produtos de exportação do Distrito Federal. Na figura 2 podemos identificar que o turismo foi o segmento que deixou uma receita maior em relação aos produtos de exportação representando 79% da participação das divisas computadas no Distrito Federal. O segundo produto registrado são as carnes de frango (7%) que empata com as carnes de frango em pedaços (7%).

O Distrito Federal ocupa 5,8 km quadrados dentro do estado de Goiás, local onde se edificou Brasília, a capital brasileira, inaugurada em 21 de abril de 1960, substituindo a cidade do Rio de Janeiro, anteriormente a capital do país.

A estatística que aponta o turismo como o maior produtor de renda pode sinalizar especificamente a utilização das pessoas nos serviços eminentemente turísticos como aeroportos e hotéis e centros de convenções motivados por assuntos voltados ao gerenciamento de políticas nacionais e internacionais, ou turismo de negócio.

Tabela 2. Exportação dos 10 principais produtos do Distrito Federal nos anos de 2010 e 2011.

Descrição	2011 (jan/dez)			2010(jan/dez)			
	US\$ (FOB)	Part. (%)	Kg (líquido)	US\$ (FOB)	Part. (%)	Kg (líquido)	Var (%) 10/11
TOTAL DA ÁREA	109.382.756	100,00	71.313.298	78.091.757	100,00	69.171.692	40,07
Total dos principais	109.382.756	100,00	71.313.298	78.084.409	99,99	69.171.156	40,07





produtos exportados								
1	Carnes de galos/galinhas não cortadas em pedaços	36.130.088	33,03	21.437.910	13.599.730	17,42	9.282.665	165,67
2	Pedaços e miudezas comestíveis de galos/galinhas	35.872.836	32,80	14.838.738	26.132.879	33,46	10.524.895	37,27
3	Consumo de bordo-combustíveis e lubrificantes para aeronaves	29.167.726	26,67	23.040.927	21.144.687	27,08	17.738.373	37,94
4	Soja mesmo triturada, exceto para semeadura	5.866.761	5,36	11.341.425	---	---	---	---
5	Consumo de bordo-qualquer outra mercadoria para aeronaves	892.389	0,82	64.406	1.504.427	1,93	122.729	-40,68
6	Bexigas e estômagos de animais, exceto peixes, frescos	511.084	0,47	463.872	95.498	0,12	72.372	435,18
7	Algodão simplesmente debulhado, não cardado	188.640	0,17	92.674	---	---	---	---
8	Aparelho de barbear não elétrico	160.115	0,15	1.101	---	---	---	---
9	Outras obras de alumínio	139.549	0,13	1.694	132.777	0,17	1.318	5,10
10	Outras máquinas e aparelhos de elevação de carga	67.729	0,06	3.250	148.973	0,19	8.447	-54,54
Total		108.996.917	100	71.285.997	62.758.971	80	37.750.799	586

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ministério Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

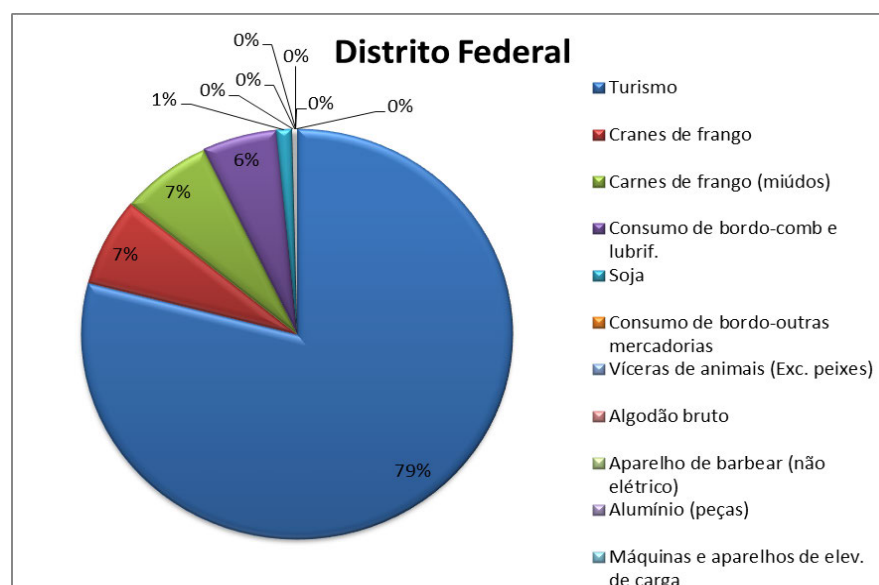


Figura 2. Gráfico dos produtos exportados e de receita do Turismo do Distrito Federal

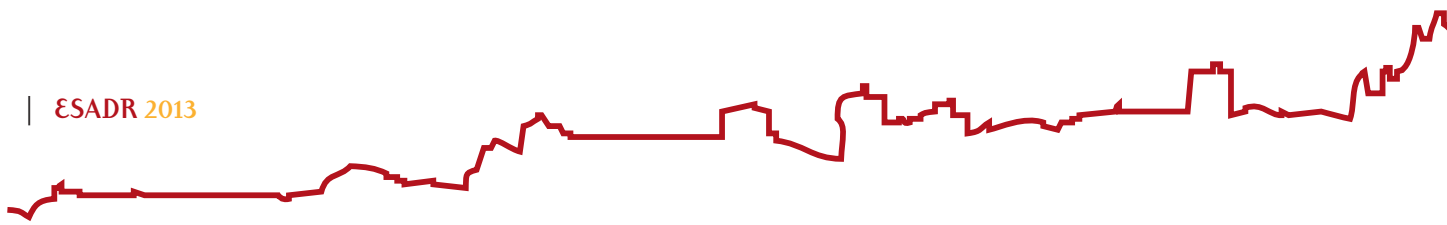


Tocantins

O Estado do Tocantins obteve uma receita de exportação dos seus produtos de ordem de US\$ 301.875.155, no ano de 2011 (Tabela 3). O principal produto exportado foi a soja contribuindo com US\$ 220.657.908 e em 2º lugar as carnes desossadas com US\$ 64.403.903. A receita gerada pelo turismo neste estado não pôde ser computada pela inexistência de dados. A pesquisa FIPE que possibilitou o levantamento de dados da receita gerada pelo turismo nos demais estados do Brasil não identifica o estados do Tocantins e Mato Grosso, que foram selecionados para amostra de representação do pacote Cerrado para este trabalho. Atribuímos esse ponto negativo dos órgãos institucionais de turismo pela falta de recursos humanos capacitados a lidar com as estatísticas inerentes ao segmento turístico que são complexas e exigem especialização e um árduo trabalho de coleta de dados de todos os segmentos que compõem a receita turística, conforme explicado acima.

Tabela 3. Exportação dos 10 principais produtos do estado do Tocantins nos anos de 2010 e 2011.

Descrição	2011 (jan/dez)			2010(jan/dez)			
	US\$ (FOB)	Part. (%)	Kg (líquido)	US\$ (FOB)	Part. (%)	Kg (líquido)	Var (%) 10/11
TOTAL DA ÁREA	301.875.155	100,00	431.132.479	275.999.882	100,00	473.568.112	9,38
Total dos principais produtos exportados	301.875.155	100,00	431.132.479	275.999.882	100,00	473.568.112	9,38
1 Soja mesmo triturada, exceto para semeadura	220.657.908	73,10	412.567.312	---	---	---	---
2 Carnes desossadas de bovino congeladas	64.403.903	21,33	14.269.676	39.354.175	14,26	8.376.692	63,65
3 Carnes desossadas de bovino frescas ou refrigeradas	6.655.525	2,20	1.076.375	6.253.853	2,27	1.080.278	6,42
4 Outras miudezas comestíveis de bovino congeladas	4.017.676	1,33	1.207.763	3.070.265	1,11	1.019.276	30,86
5 Tripas de bovino frescas, refrigeradas, congeladas ou salgadas	3.136.860	1,04	843.528	2.243.569	0,81	674.335	39,82
6 Outros bovinos para reprodução, prenhes ou com filhote	580.999	0,19	244.660	---	---	---	---





7	Outras bijuterias	459.753	0,15	656	58.643	0,02	140	683,99
8	Línguas de bovinos congeladas	407.754	0,14	103.237	235.946	0,09	72.667	72,82
9	Outros sucos de abacaxi	397.150	0,13	217.800	335.590	0,12	197.000	18,34
10	Outros grãos de soja mesmo triturados	---	---	---	223.214.004	80,87	461.862.758	
	Total	300.717.528	100	430.531.007	274.766.045	100	473.283.146	300.717.528

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ministério Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Mato Grosso do Sul

Mato Grosso do Sul localizado na fronteira com o Paraguai e a Bolívia tem como portal de entrada de turistas estrangeiros os municípios de Corumbá e Ponta Porã e Campo Grande, a capital do Estado, devido a escala de voo internacional entre São Paulo e Bolívia e linhas regulares de Transporte Rodoviário de Passageiros com Assunción e Concepción.

Os portais Corumbá e Ponta Porã estão entre os vinte e quatro pontos de aplicação da Pesquisa FIPE -MTUR⁶.

Com 155 empresas registradas nos últimos cinco anos como Transportadoras Turísticas, em 2009 com 88 empresas aptas a realizar a atividade de fretamento turístico; foram transportados 95.266 passageiros na movimentação entre 77 municípios, apresentado maior volume de viagens: Campo Grande (21,63%), Corumbá (15,36%) e Bonito – (14,52%) e Ponta Porã (8,41%).

No cômputo geral Mato Grosso do Sul tem no Turismo uma receita que representa 19% de participação em relação aos produtos exportados. Grãos de soja em primeiro lugar; açúcar de cana logo em seguida; minérios de ferro em terceira colocação; pasta de madeira em quarto lugar (Tabela 4) e por fim na quinta posição o Turismo (Figura3).

Tabela 4. Exportação dos 10 principais produtos do estado do Mato Grosso do Sul nos anos de 2010 e 2011.

Descrição	2011 (jan/dez)			2010(jan/dez)			
	US\$ (FOB)	Part. (%)	Kg (líquido)	US\$ (FOB)	Part. (%)	Kg (líquido)	Var (%) 10/11
TOTAL DA ÁREA	3.916.260.636	100,00	10.618.306.479	2.962.057.917	100,00	8.977.517.175	32,21

⁶ Fonte: FUNDTUR-Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul/MTur.



	Total dos principais produtos exportados	3.886.212.241	99,23	10.603.784.281	2.916.014.405	98,45	8.956.071.064	32,21
1	Outros grãos de soja, mesmo triturados	695.525.011	17,76	1.391.707.649	509.148.267	17,19	1.367.514.602	36,61
2	Açúcar de cana bruto	650.711.738	16,62	1.242.032.748	331.060.866	11,18	821.642.881	96,55
3	Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados	574.579.554	14,67	5.360.710.745	276.180.530	9,32	3.914.177.000	108,04
4	Pasta química de madeira de não conif. a soda/sulfato	421.286.279	10,76	914.690.000	401.318.495	13,55	824.725.893	4,98
5	Carnes desossadas de bovino congeladas	306.776.769	7,83	64.610.867	371.945.518	12,56	97.717.647	-17,52
6	Pedaços e miudezas comestíveis de galos/galinhas	256.869.305	6,56	96.169.477	194.720.388	6,57	91.705.097	31,92
7	Bagaços e outros resíduos sólidos da extração de óleos	149.621.485	3,82	392.771.893	171.712.583	5,80	519.246.683	-12,87
8	Milho em grão, exceto para semeadura	138.921.418	3,55	487.251.365	134.373.321	4,54	656.021.422	3,38
9	Óleo de soja bruto, mesmo degomado	98.321.115	2,51	80.326.709	53.335.246	1,80	64.572.721	84,35
10	Outras carnes de suíno congeladas	57.697.691	1,47	19.219.313	44.122.129	1,49	15.501.988	30,77
	Total	3.350.310.365	86	10.049.490.766	2.487.917.343	84	8.372.825.934	366

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ministério Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

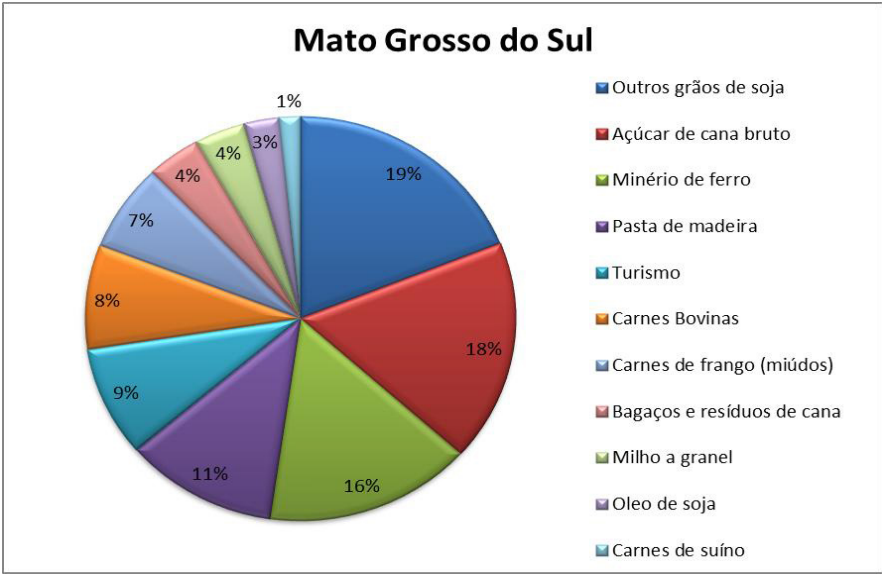
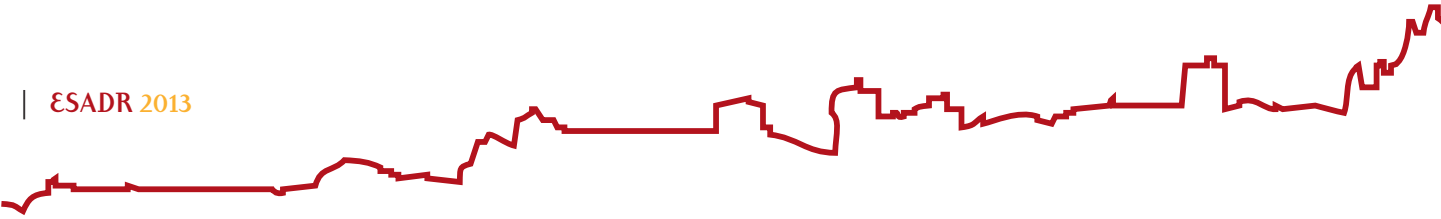


Figura 3: Gráfico de produtos exportados e de receita do Turismo de Mato Grosso do Sul.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo há tempo oferece mostra de ser uma fonte dinâmica de economia em várias regiões do Brasil e do mundo, mas as estatísticas que apontam o crescimento da atividade em todas as regiões brasileiras, como no caso a do Cerrado não são suficientes para que o setor receba a devida atenção de empresários e das políticas públicas responsáveis pelo planejamento estratégico, ampliando sua atuação nesses centros.

Nos estados estudados, inseridos na área do Cerrado a atividade turística é encarada com muita reserva, muito mais um apêndice de outras atividades econômicas tradicionais como a cultura de grãos do que como uma atividade motriz, capaz de melhorar a distribuição de riquezas e renda e promover melhores serviços e acessos à saúde, educação, serviços bancários e urbanos em geral.

Por ser impulsionada por outras atividades que intervêm diretamente na sua estrutura funcional, a atividade turística opera camuflada, como uma atividade alternativa, o que dificulta muito as tomadas de decisões que promovam a melhor estruturação do setor, tanto em termos de qualificação de profissionais, como na gestão dos projetos públicos de fomento para as regiões com forte atração para a atividade.

Na breve análise realizada neste estudo, pudemos visualizar que nos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal o turismo é um importante setor de produção de divisas, respondendo com uma participação em dólares maior do que os produtos de exportação tradicionais como minérios, carne de gado e açúcar.

Esse diagnóstico é importante para creditar à atividade do turismo maior importância nas políticas públicas de planejamento, na tomada de decisão de não aviltá-lo em relação aos outros segmentos da economia. Se for foco das políticas públicas brasileiras investir nos produtos tradicionais e insistir na consolidação do agronegócio para a área, tomando como exemplo o investimento na produção de cana-de-açúcar, direcionada para industrialização de combustível, no Centro-Oeste; este estudo serve para sinalizar que as atividades difusas ao turismo como a melhoria dos serviços dos aeroportos, as rodoviárias, deveriam ser setores, também considerados, vez que atende não apenas ao segmento de serviços turísticos, mas realizam operações infraestruturais que dão aporte e lastro aos demais negócios regionais.



O grande desafio, para os estados que compõem o Cerrado, é entender a nova dinâmica econômica que altera as relações produtivas com base em atividades mais relacionadas ao setor de serviços do que ao agronegócio.

A ausência do Estado no cumprimento do seu papel de promover melhoria na distribuição dos serviços básicos de transporte, saúde e educação, ainda, implica sensivelmente na distribuição da hegemonia política e econômica, que pouco tem oferecido para essa região de forças naturais tão concentradas. O Turismo se insinua aos gestores e empresários, desnudando as novas frentes econômicas e oferecendo-se como produto da contemporaneidade, solicitando uma oportunidade aos empresários, em particular, e ao governo, de forma mais específica, as estruturas necessárias para se consolidar como setor dinâmico da produção de riquezas para que a sociedade de uma maneira geral possa desfrutar do pacote cerrado como produto turístico nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

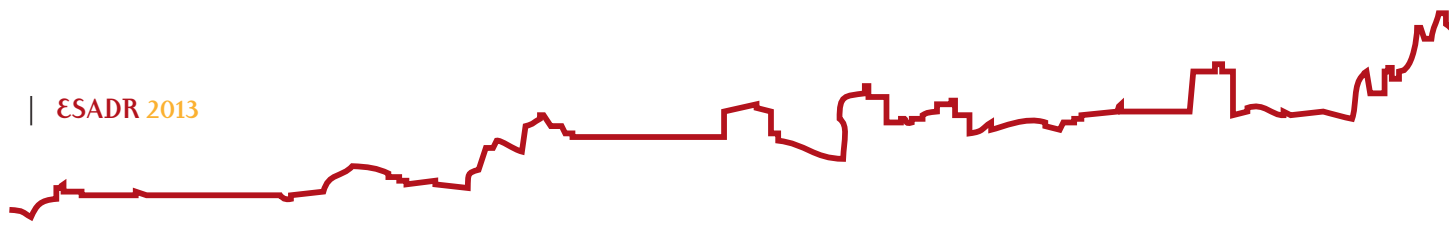
Almeida, M. G. (2009). “*Nova marcha para o oeste: turismo e roteiros para o Brasil Central*”, In Steinberger, M. (Eds.). *Território, ambiente e políticas públicas espaciais*. LGE Editora, Brasília, 242 p.

Arrais, T. A. (2007). Planejamento e desenvolvimento regional e a intervenção governamental e a problemática regional em Goiás. *Mercator Revista de Geografia da UFC*, 6 (12).

Barbosa, A. S. *Saiba mais sobre o Cerrado. Alguns elementos para a sua caracterização* (on-line). Disponível em <http://www.pucgoias.edu.br/hidasi/home/secao.asp?id_secao=303&id_unidade=1> (acesso em: 20 junho 2012).

Blake, A. J. E Gillham e Sinclair, M. T. (2006). *CGE Tourism Analysis and Policy Modeling; in International. Handbook on the Economics of Tourism*, ed. L. Dwyer e P. Forsyth, Edward Elgar, Cheltenham,

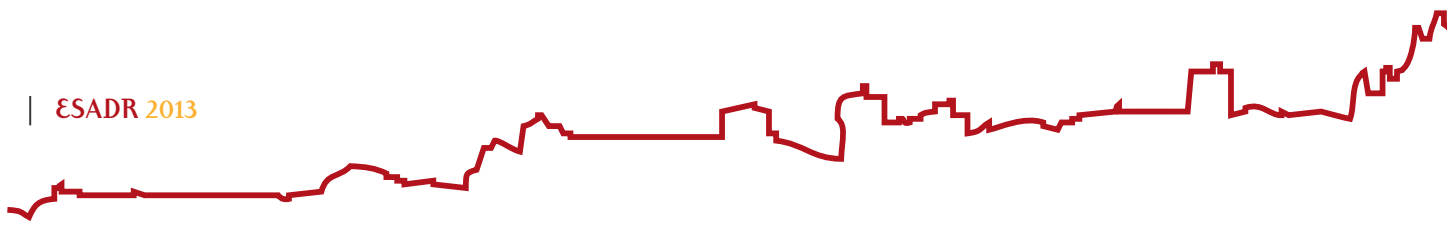
Borges, L. B. (2008). A ocupação do Bioma Cerrado: da expansão da fronteira agrícola aos dias atuais (on-line). Disponível em <http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_arquivos/4/TDE-2008-06-23T142244Z-2764/Publico/Dissert__LeandroBernardesBorges.pdf> (acesso em: 23 Agosto 2012).



- Braga, Maria Lúcia de Santana e Pires, Mauro Oliveira. (2002) *Parques ecológicos no distrito Federal: à procura da “natureza” e do lazer*. In Theodoro et.al. (Eds.). *Dilemas do Cerrado*. Garamond, Rio de Janeiro, 242 p.
- Bertone, F e Mello, N. A. (2006) *Perspectivas do ordenamento territorial no Brasil*. In Steinberger et al. (Eds.) *Território ambiente e políticas públicas espaciais*. Paralelo 15 e LGE Editora, Brasília.
- Bursztyn, M. (2002) *A cara do Brasil, in Dilemas do cerrado. Entre o ecologicamente (in)correto e o socialmente (in)justo*. In Theodoro, S. H e Duarte, L. M. (Eds.) Garamond, Rio de Janeiro.
- Cooper, C. et al. (2001) *Turismo: princípios e práticas*. Bookman, Porto Alegre.
- Diniz, B. P. C. (2006). O grande cerrado do Brasil Central: geopolítica e economia. Tese de Doutorado, São Paulo, Universidade de São Paulo.
- Estevam, L. (1998). *O tempo da transformação-estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás*. Ed. Do autor, Goiânia.
- Frederico, S. (2009). O novo tempo do cerrado: expansão dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos. 2009. Tese de Doutorado em geografia humana, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- Fundação Instituto de Pesquisas econômicas. (2012). *Observatório de projetos*. (documento on-line <http://www.fipe.org.br/projetos/observatorio>, acessado em: 13-07-2012).
- Gomes, P. C. C. (2010). “*O conceito de região e sua discussão*”, In Castro et. al. (Eds.). *Geografia: Conceitos e temas*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.
- Leme, H. J. de C. (2003). “*A espacialidade do desenvolvimento: as cidades na Região Centro-Oeste*”, In Gonçalves, et al (Eds). *Regiões e cidades, cidades nas regiões. O desafio urbano-rural*, Unesp, São Paulo.
- Ministério do Meio Ambiente. (2012). *O bioma Cerrado*. (documento online <http://www.mma.gov.br/biomas/cerrado>, acessado em: 20-07-2012).
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. (documento on-line http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Cartilha-Dados_Turismo-15x21-web.pdf, acessado em: 20-07-2012).



- Ministério do Turismo. (2011). *Relatório anual de avaliação. Plano nacional de turismo 2007/2010. Uma viagem de inclusão*. (documento on-line http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/plano_nacional/downloads_plano_nacional/PNT_2007_2010.pdf, acessado em 10-10-2012). <http://www.brasil.gov.br/sobre/turismo/tipos-de-turismo/rural> (acesso em 12/03/2013).
- Ministério do Turismo/Brasil. (2005). *Estudo da competitividade dos 65 destinos turísticos indutores do desenvolvimento turístico regional*. (Relatório Brasil). (documento on-line <http://www.turismo.gov.br/turismo/home.html> <http://www.turismo.gov.br/turismo/home.html>, acessado em: 13-06-2012).
- Oliveira, I. J. (2010). “Turismo no cerrado”, In *Dossiê Cerrado. Solo Pobre, terra rica. Paisagens do cerrado e agropecuária modernizada em Jataí, GO*, São Paulo, Dept. de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, Depto. de Geografia, Universidade de São Paulo.
- Peixinho, D. M. (2006). A dinâmica sócio-espacial do modelo técnico-produtivo da sojicultura no cerrado e a formação de centro dinâmicos: o caso de Rondonópolis (MT) e Rio Verde (GO). Tese de doutorado. UFRJ, Rio de Janeiro.
- Sanosto, M. 2008. *Manual de Geografia urbana*. Edusp, São Paulo.
- Presidência da República. Controladoria-Geral da União. Secretaria Federal de Controle Interno. (2008). *Relatório de Auditoria Anual de Contas*. (2008). Relatório de avaliação. (documento on-line http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/relatorios/downloads_relatorios/RA224446.pdf, acessado em 18-07-2012).
- Santos, M e Silveira, M. L. (2001). *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Record, Rio de Janeiro.
- Santos, E. V. et.al. (2008). O processo de ocupação do bioma cerrado e a degradação do subsistema Vereda do sudeste de Goiás (on-line) . Disponível em < www.catalao.ufg.br/historia/arquivosSimposios/.../eduardo_vieira.pdf > (acesso em 13 junho 2012).
- Sessa, A. (1983). Turismo e política de desenvolvimento. Uniontur, Porto Alegre.
- Steinberger, M. (2003). *O significado da região Centro-Oeste na espacialidade do desenvolvimento brasileiro: uma análise geopolítica*. In: Gonçalves, M. F. (orgs). et.al. *Regiões e cidades, cidades nas regiões - o desafio urbano regional*. UNESP, São Paulo.





PRODUÇÃO ESPACIAL RURAL E ATIVIDADE TURÍSTICA NA SERRA CONFUSÃO DO RIO PRETO (GOIÁS/BRASIL)

Jean Carlos Vieira Santos

Doutor pelo Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (IGUFU/MG/Brasil), foi Bolsista CAPES-PDEE/Universidade do Algarve (Portugal). É Professor do Curso de Geografia da ¹Universidade Estadual Goiás (UEG – Unidade Universitária de Quirinópolis).
E-mail: svcjean@yahoo.com.br

Resumo: As discussões acerca da atividade turística no espaço rural de municípios como Quirinópolis e Rio Verde vêm ocorrendo, ainda, que timidamente, mais precisamente nessas primeiras décadas do século XXI, integrando no âmbito mais alargado de um movimento de defesa do patrimônio cultural e ambiental, ainda, em quantificação e classificação, ou seja, do diagnóstico. Até o presente momento, poucos trabalhos foram produzidos por investigadores e poderes públicos inseridos nesses municípios, apresentando lacunas de análises técnicas, metodológicas e conceituais que teorize e sistematize o debate “Turismo no Espaço Rural”. Diante desse quadro, o presente artigo objetiva trazer algumas reflexões teóricas e empíricas abordando o turismo em propriedades rurais localizadas na Serra Confusão do Rio Preto no município de Quirinópolis e seu entorno em Rio Verde. Apresentando o turismo como alternativa e estratégia de desenvolvimento socioeconômico para pequenos e médios produtores. Nessa vertente, ainda, se propõe apresentar um estudo de identificação dos atrativos potenciais, valorizando os diferentes patrimônios localizados nessa paisagem, como as edificações, culinárias, recursos ambientais e sítios paleontológicos (fósseis de dinossauros), buscando sensibilizar os atores locais sobre o potencial de riqueza que está a sua volta. Sabe-se que valorizar os recursos sociais, naturais e culturais é conservar a autenticidade de elementos e manifestações que caracterizam profundamente paisagens, lugares e territórios, contribuindo para uma melhoria da qualidade de vida dessas populações. Os procedimentos analíticos do trabalho envolvem desdobramentos fundamentados nos contextos econômicos e geográficos, caracterizados por inconsistências e incertezas frente ao desenvolvimento do agro-hidro-negócio. Pois na realidade o que se vê nas zonas rurais dessa paisagem é uma situação de desintegração dos conteúdos e cultura popular rural. Sobre os aspectos metodológicos, estes compreendem duas fases: pesquisa documental (levantamento das referências) com trabalho de campo e, por meio, deste, a construção de material embasador de reflexões a respeito da situação vivenciada.

Palavras Chave: Fazenda Cabeleira; Vale do Cedro; Modo de Vida; Atores Sensibilizados; Cultura Rural.

¹ Esta investigação traz parte dos resultados do Projeto de Pesquisa (2012-2017), intitulado *Paisagens Cênicas, Atrativos Culturais e Atores Sensibilizados: trinômio importante para o desenvolvimento da atividade turística*, em desenvolvimento na Universidade Estadual de Goiás (UEG/ Unidade Universitária de Quirinópolis).



Introdução

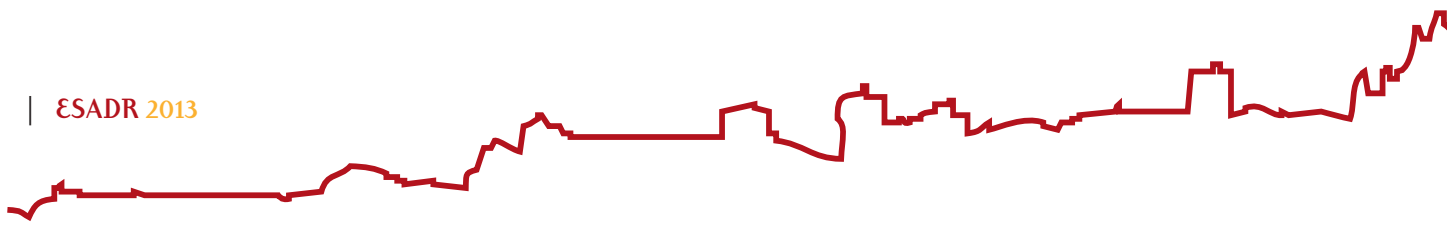
As discussões acerca da atividade turística no espaço rural dos municípios de Quirinópolis e Rio Verde (Goiás/Brasil) vêm ocorrendo, mesmo que de forma tímida, mais precisamente nas primeiras décadas do século XXI. Elas se integram ao âmbito mais alargado de um movimento de defesa do patrimônio cultural e ambiental ainda em quantificação e classificação, ou seja, do diagnóstico.

Até o presente momento, poucos trabalhos foram produzidos por investigadores e poderes públicos inseridos nesses municípios, apresentando lacunas de análises técnicas, metodológicas e conceituais que teorizem e sistematizem o debate “Turismo no Espaço Rural”. Diante desse quadro, o presente artigo objetiva trazer algumas reflexões teóricas e empíricas por meio da abordagem do turismo em propriedades rurais localizadas na Serra Confusão do Rio Preto, no município de Quirinópolis e em seu entorno (Rio Verde). Será apresentado, pois, o turismo como alternativa e estratégia de desenvolvimento socioeconômico para pequenos e médios produtores.

Nessa vertente, a proposta é apresentar um estudo de identificação dos atrativos potenciais, valorizando os diferentes patrimônios localizados nessa paisagem, como as edificações, as culinárias, os recursos ambientais e os sítios paleontológicos (fósseis de dinossauros), buscando sensibilizar os atores locais sobre o potencial de riqueza que está à sua volta. Sabe-se que valorizar os recursos sociais, naturais e culturais é conservar a autenticidade de elementos e manifestações que caracterizam profundamente paisagens, lugares e territórios, contribuindo para uma melhoria da qualidade de vida dessas populações.

Assim sendo, os procedimentos analíticos do trabalho envolvem desdobramentos fundamentados nos contextos econômicos e geográficos, caracterizados por inconsistências e incertezas frente ao desenvolvimento do agro-hidro-negócio. Na realidade, o que se vê nas zonas rurais de Quirinópolis e Rio Verde é uma situação de desintegração dos conteúdos e cultura popular rural.

Por conta disso, a presente investigação estabelece duas fases como caminho metodológico, constituídas pela pesquisa documental (levantamento das referências) e pelo trabalho de campo – por meio deste último, há a construção de material embasador de reflexões a respeito da situação vivenciada. Entende-se que o trabalho de campo é o



procedimento que possibilita aos geógrafos, entre outros profissionais, registrar suas compreensões sobre diferentes áreas de estudos. Tais presenças nos lugares são uma “[...] oportunidade de melhorar a percepção e compreensão das diversas manifestações que ocorrem no espaço” (SANTOS, 2010, p. 30).

Feltran Filho, Massochini e outros autores escrevem que um estudo da observação de paisagens por meio da percepção se fundamenta, essencialmente, em como cada indivíduo percebe, reage e responde à sua interação no que tange aos elementos do ambiente. Nesse sentido, “[...] as respostas ou manifestações dos observadores são resultantes de percepções, de processos cognitivos, interesses e motivações individuais” (FELTRAN FILHO *et al.*, 2010, p. 77), sendo fundamentais para vivenciar as implicações relativas aos aspectos físicos naturais e humanos encontrados no espaço rural da Serra Confusão do Rio Preto, valorizando as representações e práticas sociais.

Turismo no espaço rural: abordagem teórica

Inicialmente, pode-se afirmar que o turismo no espaço rural é um fenômeno social complexo, diversificado e “[...] uma atividade que tem uma relação dialética com a sociedade [...] Do ponto de vista financeiro e dependendo da estrutura social do país em questão” (BARRETTO, 1995, p. 71). Se bem planejado, esse segmento pode ser uma atividade econômica de base local geradora de riqueza, valorizando elementos culturais, naturais e históricos de pequenas cidades e comunidades.

Dessa forma, o debate sobre turismo no espaço rural propõe pensar o vivido “[...] como resultado de fatos que elevam o lugar como pertencimento, como uso do real”, isto é, ao “[...] considerar o lugar como sendo a expressão de relações em que emerge o vivido, porque é nele que ocorre a unidade da vida social, seguramente, estaremos em condição de não banalizarmos as diferenças” (SANTOS, 1999, p. 111-121).

Ao basear nessa contribuição, é possível afirmar que os conteúdos de ruralidades não são neutros, sem donos, mas repletos de particularidades, com seus conteúdos subjetivos revelando arranjos e (re)organizações socioespaciais. Ou seja, eles expressam representações sociais e trajetórias culturais importantes que compõem os modos de



vida de comunidades rurais, que usam os espaços sob outras lógicas não estabelecidas somente pelo econômico.

Especificamente em relação à sua gênese, o turismo rural começou a se desenvolver no Brasil na década de 1980, em Lajes, no Estado de Santa Catarina, precisamente na Fazenda Pedras Brancas, em 1985. Fiosi (1999, p. 5) narra esse acontecimento com as seguintes palavras:

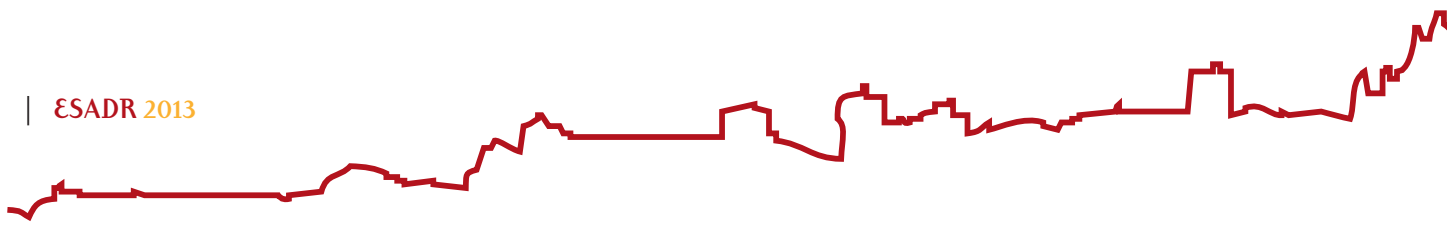
Até então a cidade era conhecida pelos turistas como ponto de passagem para o que apenas pernoitaram por lá. Até que em 1984 foi criada a SERRATUR Empreendimentos e Promoções Turísticas, com o objetivo de fomentar as transformações de fazendas em hotéis. O apelo era dormir numa casa de fazenda, acordar cedo e participar da ordenha, acompanhar o plantio ou a colheita e contar o gado. Tudo ao lado de funcionários que efetivamente trabalham no campo. Durante as refeições a chance de apreciar a culinária típica local, com ingredientes produzidos na própria fazenda como, paçoca de pinhão, rosquinha de coalhada, queijos, doces de leite e mel. É possível ainda ter o contato com o artesanato local e com quem produz e até mesmo assistir a produção.

Na produção teórica do conhecimento que aborda o turismo rural, Tiradentes (2012), Almeida e Blós (2000), Graziano da Silva *et al.* (2000) e Rodrigues (2000) empregam a expressão Turismo em Espaço Rural (TER) para a totalidade dos movimentos turísticos nesse espaço. Tais autores distinguem o TER à medida que o conjunto da população usufrui os rendimentos da atividade, ou seja, os empreendedores não precisam ser pessoas que vivam, exclusivamente, do (e no) campo.

Conceitualmente, o TER é qualquer tipo de atividade turística inserida, geograficamente, nos espaços rurais, sem necessariamente se envolver com a dinâmica da propriedade rural e de seu cotidiano produtivo, podendo apresentar, em alguns casos, formatos tipicamente urbanos (ROQUE, 2001). Por outro lado, a investigação de Pirete (2001, p.21) compreende que

[...] a produção de turismo no meio rural corresponde ao exercício de atividades turísticas desenvolvidas em áreas rurais, resultando na produção de bens e serviços turísticos destinados a uma clientela atraída pelo consumo de bens do ambiente rural.

Sendo assim, até que ponto o rural significa um espaço de visitação? Vários questionamentos são postos, em se tratando de desenvolvimento de base local relacionado ao turismo rural, mesmo sendo alternativo – nesses lugares existem





conteúdos culturais que foram sendo desenvolvidos há décadas (TIRADENTES, 2012). Existe ali um espaço vivido, um cotidiano, e a intensificação do turismo criará novas lógicas de articulação econômica, aumentando a demanda por produtos locais e se traduzindo em novos arranjos produtivos. Porém, isso não é simples para o produtor rural,

[...] que antes se dedicava somente à produção agrícola e outras atividades relacionadas à rotina do campo, de repente se tornar, também, um empreendedor turístico ou estar, indiretamente, diante dessa possibilidade. Esses produtores e suas famílias terão de administrar novos rendimentos, dedicarem-se a outras atividades e conviverem com hábitos bastante peculiares em relação aos seus. O choque entre culturas talvez seja um dos grandes problemas dessa realidade, como também a degradação de seus patrimônios materiais e imateriais (TIRADENTES, 2012, p. 11).

De acordo com Tiradentes (2012), o turismo no espaço rural, visto como um turismo alternativo ao de massa, apesar de certas cautelas, pode ser uma forma interessante de desenvolvimento local, já que apresenta uma pluriatividade. Para tal, é necessário: utilizar recursos endógenos; ser centrado nas necessidades próprias da comunidade; capacitar atores sensibilizados, tais como os produtores rurais; manter estratégias de desenvolvimento; constituir parcerias com o setor público; e implantar infraestrutura, procurando sempre pensar na preservação dos bens patrimoniais.

Nesse contexto, a posição de Silva Júnior (2004, p. 71) indica que, para incluir o turismo no espaço rural, este tem que vir

[...] agregado de serviços de boa qualidade que viabilizem seu consumo. Não há atração turística – de uma simples cachoeira a uma casa secular, escultura, museu, fazenda, lagoa, igreja, entre outras – se não houver certos serviços para que o turista ou excursionista tenha acesso a ela, como sinalização, meio de hospedagem, restaurante, casa de lanche, cinemas, bares, transportes, guias, etc. (SILVA JÚNIOR, 2004, p. 71).

Vale ressaltar que, para alcançar essa dimensão, não basta apenas pensar no turismo de base local e em suas perspectivas futuras. Acredita-se que o planejamento e o desenvolvimento de estratégias são fundamentais, além de se refletir acerca dos efeitos negativos que poderão surgir. Em geral, deve-se considerar o melhor aproveitamento dos potenciais produtivos e saber o fazer rural, permitindo que os circuitos rurais de produção possam se tornar mais atrativos e, assim, potencializar o turismo nesses lugares.



Nos apontamentos de Portuguesez (1999), o turismo no espaço rural nada mais é do que a apropriação de mais uma dimensão do espaço geográfico. Ao se apropriar desses espaços rurais, o turismo impõe sua lógica de uso, implicando o desenvolvimento de novas atividades, algumas com base agrícola, que vêm como uma forma de estimular geração de renda, em que os visitantes entrariam por algum tempo no processo produtivo. Esse conjunto de reflexões aponta outras que não se constituem pela base agrícola, como o pesque-pague encontrado nos municípios do interior de Goiás – ele tem se convertido em importante fonte de renda para os agricultores.

Então, se pensamos o turismo no espaço rural do interior brasileiro (Foto 1), pode-se dizer que as incertezas ainda permeiam a vida econômica, principalmente de pequenas e médias propriedades rurais. Isso se deve ao fato de a instabilidade produzida pelos órgãos de turismo e a forte presença de grandes empresas do agronegócio não permitem que o turismo possa modificar diferentes paisagens e seus conteúdos de ruralidades, valorizando suas particularidades e densidades e expondo um quadro de fragilidades.



Foto 1: Serra Confusão do Rio Preto vista do espaço urbano de Quirinópolis, local com seus remanescentes do Bioma Cerrado (Savana). A atual realidade ambiental dessa vegetação revela alterações de suas condições bióticas e abióticas, causadas por diferentes ações humanas. Assim, há riscos de desaparecimento das potencialidades turísticas dessa zona rural, como dos recursos hídricos, dos frutos utilizados na culinária e da matéria-prima para o artesanato local. Vieira Santos, J. C., 2013.



Cabe destacar que as ruralidades seriam, para Candiottto (2010), manifestações representativas do espaço rural traduzidas em políticas públicas, instituições, legislações, interesses, objetos técnicos e identidades características do rural. O rural não é mais definido com base na oposição ao urbano: “Pelo contrário, o interesse da sociedade urbana contemporânea pela natureza revaloriza a vida no campo e a produção de alimentos saudáveis” (CANDIOTTO, 2010, p. 116). Ora, à luz desse debate, é preciso ressaltar que as possibilidades de desenvolvimento do turismo, em qualquer comunidade rural,

[...] dependem dos laços que ela mantém com os centros urbanos, particularmente com as cidades de sua própria região. Apesar de predominarem as ruralidades nos indivíduos que vivem e trabalham no rural, elas vão modificando-se a partir da sua relação com as técnicas e com o urbano (CANDIOTTO, 2010, p. 117).

Por esse motivo, entende-se aqui a ruralidade como um processo sociocultural voltado para a produção agrícola e pecuária, por vezes visando ao lucro ou, por outras, à produção de estratégias de subsistências. É inegável que tais espacialidades rurais imprimam, na paisagem, estética e poética próprias (AZEVEDO, 2007, p.269-270). Tais conteúdos e substâncias representam um ritmo de trabalho produtivo que concretiza modos de vida, formas de uso do território e elementos de paisagens pretéritas guardados como recordação ou patrimônio.

Desse modo, a análise sobre a atividade turística no espaço rural nos permite compreender as práticas socioculturais que indicam a capacidade de pequenos proprietários se relacionarem com o novo, as atividades não agrícolas. Nota-se, porquanto, que ajustes chegam aos lugares e especificam novas relações e fazeres.

Lógicas de turismo rural no entorno da Serra Confusão do Rio Preto: município de Rio Verde (Goiás/Brasil)

Compreender o turismo no espaço rural da Serra Confusão do Rio Preto e em seu entorno requer afirmar que outras lógicas econômicas são possíveis, não anulando as lógicas agropecuárias tradicionais e modernas existentes nessa paisagem. Alguns proprietários têm se mostrado interessados em abrir suas propriedades para o turismo, visando garantir uma sobre-renda à criação de gado e até mesmo ao cultivo da cana-de-



açúcar e soja. Busca-se valorizar uma existência rural cheia de particularidades e substâncias, com elementos relacionados ao espaço e tempo de existência dos sujeitos do lugar.

Na paisagem pesquisada, é possível encontrar atrativos próximos em que o visitante percorre, no máximo, 10 quilômetros entre os atrativos A (Vale do Cedro) (Foto 2), B (Fazenda Cabeleira) e C (Engenho Urbano localizado no distrito de ²Riverlândia, município de Rio Verde).



Foto 2: Comércio no assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no Vale do Cedro. Assentamento criado em 2001. Espaço destinado à receptividade de turistas que chegam para aproveitar a cachoeira no lugar. Vieira Santos, J. C., 2013.

Esses empreendimentos têm possibilitado o turismo rural na Serra Confusão do Rio Preto e em seu entorno, proporcionando uma tipologia turística e um rearranjo na configuração produtiva, principalmente na Fazenda Cabeleira (Fotos 3 e 4). Essa propriedade disponibiliza hospedagens, refeições e diversas atividades de lazer aos visitantes que chegam ao lugar; no entanto, pode-se dizer que o trabalho de divulgação é pequeno, e a sinalização turística, inexistente, visto que faltam parcerias e apoio do poder público.

² O distrito urbano de Riverlândia está localizado a 70 quilômetros da cidade de Rio Verde (Sede) e a 40 quilômetros da cidade de Quirinópolis, no Estado de Goiás, na bacia do córrego Cabeleira.

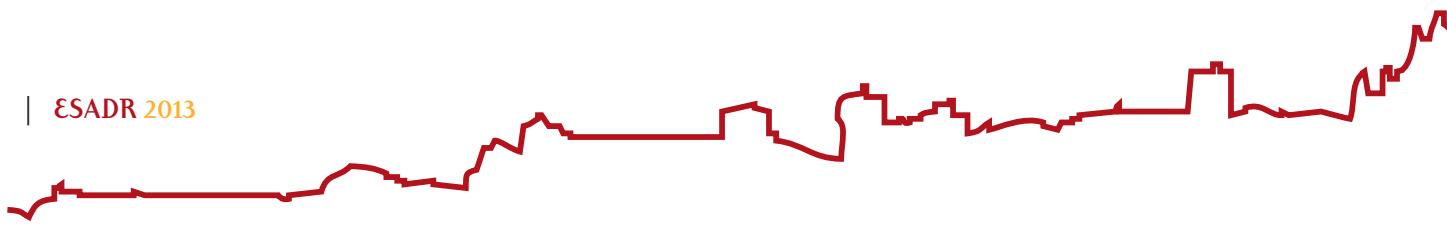




Foto 3: Fazenda Cabeleira, que possui pequena e aconchegante infraestrutura de acolhimento no entorno da Serra Confusão do Rio Preto. Nessa propriedade, o visitante tem a oportunidade de conhecer pequenas lavouras e pomares, as criações de animais e a vegetação natural de Cerrado ainda preservada. Outra particularidade local é o tradicional modo de vida camponês e os seus instrumentos. Silva, Débora C. B. da, 2013.



Foto 4: Fazenda Cabeleira, que possui enorme potencial hídrico e, com isso, espaço para pescaria. A propriedade traz, em suas marcas e formas arquitetônicas, temporalidades pretéritas. Silva, Débora C. B. da, 2013.



Nesses termos, as novas modificações têm gerado um desenvolvimento lento, mas se colocam como uma alternativa econômica aos proprietários do Engenho Urbano, da Fazenda Cabeleira e aos assentados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no Vale do Cedro, potencializando na região um destino de visitação.

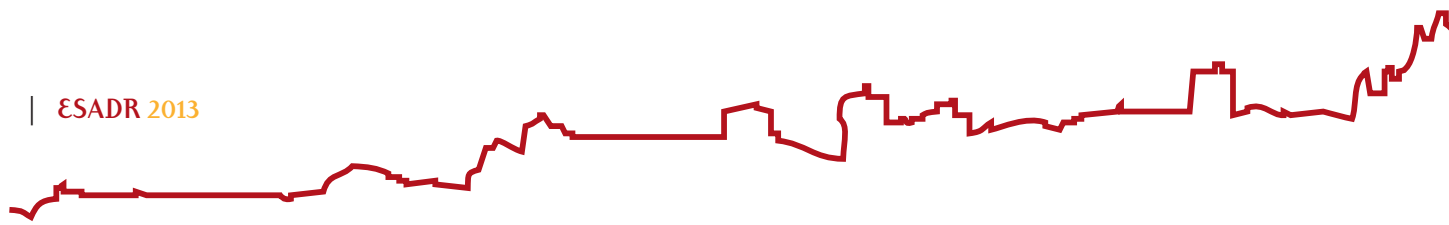
Com a cachoeira e a vegetação de Cerrado, o Vale do Cedro é considerado uma especificidade do lugar, possuindo beleza e exuberância cênicas – ele é responsável por atrair turistas ao entorno da Serra Confusão do Rio Preto. Todavia, essa paisagem não pode ser concebida apenas pelos elementos físicos, mas também pelas relações sociais e culturais de sujeitos locais, com suas culinárias e modo de vida.

Pode-se afirmar que essa comunidade se identifica com a atividade de lazer ali desenvolvida, fazendo parte do cotidiano e apresentando as quedas d'água como um elemento identitário forte do lugar. O turismo e o lazer vêm despontando como uma nova realidade que, embora ainda incipiente, começa a chamar a atenção de proprietários e atores locais sensibilizados com essas atividades. O turismo e o lazer, no espaço rural, devem ser concebidos como uma atividade de pequena escala e artesanal que, se bem planejada, deverá propiciar um incremento na qualidade de vida dos moradores locais. Ela terá uma função muito importante no âmbito do desenvolvimento social, econômico e cultural de base local.

De fato, a chegada do turismo rural à região tem proporcionado, à comunidade, uma expectativa de desenvolvimento local com a continuidade de práticas sociais de sujeitos que mantêm seus modos de vida num território tensionado pelo agronegócio, principalmente pelo fato de manterem estratégias e arranjos produtivos e culturais que têm garantido a permanência no lugar.

Potencialidade turística do espaço rural da Serra Confusão do Rio Preto: espaços vazios de infraestrutura de acolhimento de turistas

Embora seja possível afirmar que as práticas de visitação aos espaços rurais dos municípios de Quirinópolis e Rio Verde, com suas fazendas, pesque-pague e demais infraestruturas de lazer já possuem um significado na paisagem regional, é relevante lembrar que temos também, nesses territórios, um fazer turístico “[...] sem um compromisso maior” (MÜLLER, 2002, p. 9). Nesse entremeio, cada reflexão pode





adotar o discurso que tais lugares são menos significativos que aqueles inventados pelo turismo.

Por isso, propõe-se neste artigo apresentar um estudo de identificação dos atrativos potenciais dos espaços rurais na Serra Confusão do Rio Preto, em que as atividades ligadas ao turismo rural não se fazem presentes. Essa acepção, ainda que simplista, representa uma importante reflexão que permitirá conhecer a sociedade rural que historicamente vem construindo seus modos de vida, situada para além da perspectiva do agronegócio predominante na região.

Nesse espaço com potencialidades diversas, é possível encontrar proprietários locais animados em implantar e desenvolver a atividade turística, podendo destacar os atores das Fazendas Recanto da Serra e Furnas da Serra (Quirinópolis), que veem o turismo como uma alternativa de complemento da renda familiar. Desse modo, é importante promover debates e apresentar os recursos naturais, sociais e culturais de base local, apresentando indicadores potenciais à própria comunidade.

Recursos naturais da Serra Confusão do Rio Preto

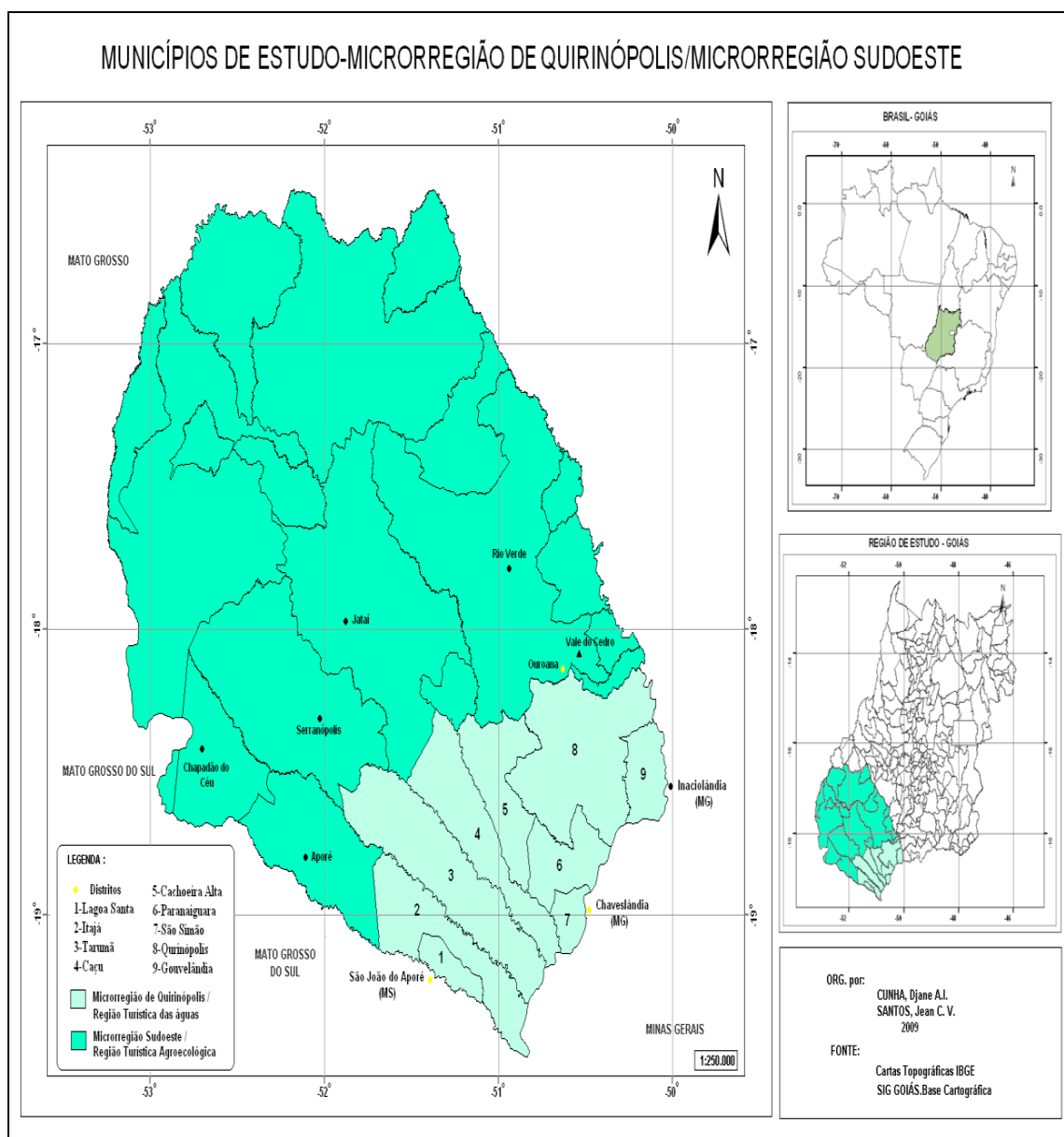
Geograficamente, o objeto de investigação deste artigo, composto pelos municípios de Quirinópolis (Mapa 1/Número 8) e Rio Verde (Mapa 1), está localizado nas microrregiões de Quirinópolis e sudoeste do Estado de Goiás (Brasil). Segundo Santos (2010), a Serra Confusão do Rio Preto, limite geográfico entre as duas municipalidades, pertence à geologia do Grupo Bauru e, apesar de possuir grande beleza cênica,

[...] é pouco representativa ao longo da região estudada, com ocorrências restritas a alguns divisores de água, nas proximidades de cidades como Quirinópolis, Rio Verde, Caçu, Itarumã e Cachoeira Alta. Esses sedimentos do período Cretáceo Superior caracterizam-se por apresentar um relevo movimentado, com feições residuais típicas apresentando escarpas abruptas. O contato da Formação Marília com a Formação Adamantina (Grupo Bauru) se faz de forma gradacional. São formas que chamam atenção da população local, por sua beleza e destaque na paisagem regional, sendo utilizadas para práticas de trilhas e observações dos lugares. Estão presentes ali várias cachoeiras (SANTOS, 2010, p. 110).

Assim sendo, essa paisagem serrana é uma particularidade do lugar investigado, formando beleza e exuberância cênicas associadas ao Bioma Cerrado – juntos, eles



agregam valor e despertam o interesse dos visitantes que chegam a esse espaço rural. Nascimento, Ruschkys e Mantesso-Neto (2008, p. 8-9) destacam que o “[...] turismo (usando o segmento geoturismo) nestas áreas pode funcionar como opção de lazer, educação, recreação e contemplação da beleza cênica, além de promover a divulgação, preservação e conservação de forma eficiente e interessante”.



Mapa 1: Município de Quirinópolis (número 8) e município de Rio Verde, em Goiás. Org.: Jean Carlos Vieira Santos e Djane Cunha.



Especificamente no que concerne ao estudo geológico dessa paisagem constituída pelos bens naturais citados, em 2012, após uma pesquisa de campo foram encontrados alguns fragmentos de fósseis de dinossauros no Grupo Bauru da Serra Confusão do Rio Preto. As informações dessa descoberta foram publicadas no artigo *Bones Out of the Cerrado: new dinosaur exploratory frontier in Goiás State*:

The conglomerates from the Adamantina and Marília Formations yielded some fragmentary bones, among them sauropod and theropod dinosaurs. The fragment of sauropod vertebra, a partial zygapophysis, is here associated to Titanosauriformes clade by display high density spongy pneumatic texture bone, common feature of caudal vertebra of this clade. Still being prepared are sauropod vertebra, a possible theropod claw and other elements (SANTOS *et al.*, 2013, p. 75).

Ao fundamentar em Medina e Santamarina (2004, p. 61), pode-se dizer que a serra e seus fósseis são belezas cênicas consideradas patrimônios naturais, pois são “[...] formaciones físicas, biológicas y geológicas extraordinarias”. Consequentemente, esses fósseis poderão sensibilizar os empreendedores e o poder público local sobre a importância de se investir na atividade turística, construindo hotéis/pousadas rurais e museus paleontológicos; por conseguinte, será possível usufruir dessa beleza cênica regional.

É necessário que os poderes públicos de Quirinópolis e Rio Verde realizem ações de apoio e educação ao pedestrianismo (trilhas ecológicas) já praticado por moradores na região serrana, favorecida pela proximidade com o espaço urbano de Quirinópolis e de outros povoados, como Ouroana e Riverlândia. Nessa rota informal, os visitantes pedestres têm contato com os conteúdos de ruralidade e as memórias de antigas fazendas, como Engenho da Serra e Confusão do Rio Preto, e com a geodiversidade (cachoeiras, geologias e relevos), a fauna e flora do Cerrado, especialmente na Comunidade Rural de Salgado.

Com essa contextualização dos recursos naturais, é preciso que as atividades econômicas e os grupos sociais regionais não se anulem, e sim que tais grupos possam se articular de diversas formas. Isso deve ser feito com base naquilo que é de interesse comum, a partir de práticas diversas dos lugares, formando um roteiro turístico rural potencializado pelos recursos naturais, sociais e culturais.



Recursos sociais e culturais da Serra Confusão do Rio Preto

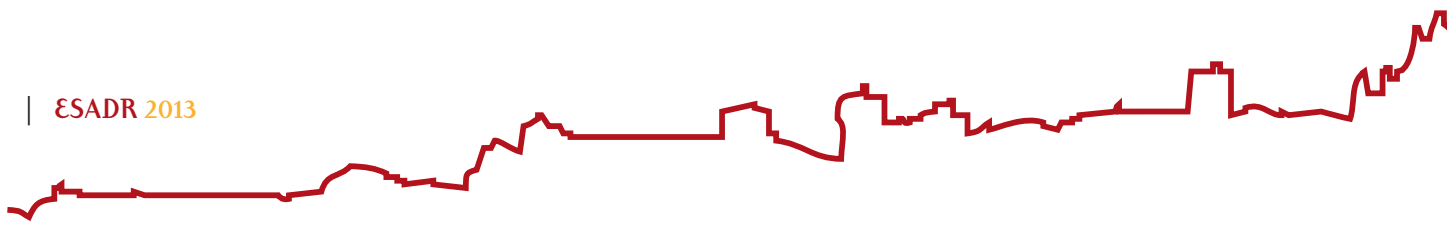
Diante desse olhar geográfico em relação à estética da natureza local, Santos (2010) assinala que, com os recursos encontrados no Bioma Cerrado, os tradicionais habitantes da Serra Confusão do Rio Preto criaram nos lugares uma cultura própria, com hábitos alimentares e modos de vida próprios das populações do interior de Goiás. Hoje, essas densidades se fazem presentes em festivais gastronômicos, festas religiosas e agropecuárias, residências urbanas e rurais, feiras, bares e restaurantes dos municípios de Quirinópolis e Rio Verde.

Para Bourdin (2001), esse homem se define e se constrói por meio do conhecimento de seu entorno imediato que é, ao mesmo tempo, material e social, criando o grupo de pertença em que ambos são indissociáveis. O conhecimento que dele temos se exprime e se organiza na representação do território, mas este só pode ser o território próximo se atuamos ou nos identificamos com ele.

Tal raciocínio é, portanto, extensivo aos espaços rurais dos municípios investigados. Neles se desenvolvem vínculos, relações de entretenimento e lazer a partir da vida cotidiana, mesmo não incorporando a discussão de que essa possa ser uma lógica de desenvolvimento do turismo no espaço rural, “[...] uma invenção de cidadãos que vão ao campo descobrir o que eles não conhecem” (ALMEIDA, 2003, p. 18).

Entre as potencialidades culturais e sociais da Serra Confusão do Rio Preto está a arte de cozinhar. Nas propriedades rurais é possível encontrar receitas interessantes (e até inusitadas) que fazem parte do gosto popular regional. São alimentos que cotidianamente estão na mesa de cozinhas rurais, podendo ser destacados: o arroz com carne de galinha, bovina e suína; o pequi, fruto nativo do Cerrado; as farinhas de mandioca e milho; as pamonhas e a chica doida; os doces; e diversos biscoitos.

No interior das residências dessa zona rural, ainda são facilmente encontradas peças artesanais oleiras, mostrando profundas marcas da memória e de identidade que permanecem integradas ao sistema cultural do lugar. Esse entendimento pode se respaldar em Pla (2006, p. 8), que destaca o artesanato como uma expressão primordial, original e “[...] también, y basicamente, servicio. [...] como receptáculo de valores estéticos y socio-culturales, y que tiene su índice en la creciente adquisición de objetos artesanales que enriquecen, artística o utilitariamente, la vida cotidiana”. Para Castro e



Santos (2005, p. 9), “[...] en las diferentes culturas del mundo la cerámica se pone de manifesto a lo largo de la historia [...]”; logo, são elementos que permitem compreender os sentimentos e as ações dos moradores locais.

As práticas espaciais e os saberes se realizam nessa paisagem, apresentando um patrimônio edificado rural caracterizado por construções que agregam as funções essenciais de convivência em sociedade. São imóveis que permanecem nos territórios de serra em Goiás, com significados profundos por possuírem a força de revelar a história do processo construtivo, dos modos de morar e de se apropriar do espaço, característicos do lugar onde se inserem.

Dessa forma, o patrimônio edificado rural passa a ser um bem cultural, formando parte do patrimônio comunitário, e, às vezes, tendo significados para uma população maior, expandindo sua abrangência para além do local e se tornando um atrativo turístico da propriedade. O patrimônio edificado, portanto, orienta a população para a qual representa significados simbólicos, revelando sua história e sendo depositário da identidade do grupo social local ou regional (SANTOS; ALVES, 2005). Face aos exemplos já citados, convém destacar, mesmo repetindo, o patrimônio edificado da Fazenda Cabeleira, uma autenticidade material do Cerrado.

Nessa região, os elementos materiais e imateriais aparecem relacionados às práticas socioculturais; são instrumentos, ferramentas e utensílios que também “[...] retratam o modo de vida camponês” (SOUZA, 2013, p. 48). Os instrumentos de trabalho e utensílios mais antigos, além da forma e função, caracterizam representações sociais de outros tempos. Entre eles estão a roda d’água, os moinhos de café, o carro de boi, o fogão a lenha, as lamparinas, os monjolos e os currais de madeira.

Entre os simbolismos encontrados estão os cruzeiros, as cabeças e os chifres de boi e as imagens de santos católicos que compõem o patrimônio imaterial, principalmente nas pequenas propriedades rurais. Eles estão fortemente ligados às práticas sociais que criaram identidades das comunidades dessa parte do Cerrado, sendo que as cabeças e os chifres de boi são esqueletos de animais colocados na frente das casas e jardins. Segundo as falas de moradores, é uma forma de expulsar “mau-olhado, azares, olho gordo, invejas, urucubacas” e manter (ou trazer) fartura para as propriedades que ficam protegidas.



Nessas propriedades rurais de base familiar, as estruturas de organização relacionam-se às instituições presentes no cotidiano da comunidade: a família, a religião e a lida diária com a terra e os animais. No entanto, tais estruturas não evitam mudanças no comportamento econômico rural, pelo contrário, esse sistema é sempre priorizado pelas famílias. Enfim, o que existe nessa paisagem é um sistema de atrativos que podem proporcionar a criação de um destino rural, um receptivo de base local que alimentará a prática da atividade turística associada ao lazer e ao entretenimento em evidência no cenário nacional, especialmente nas primeiras décadas do século XXI.

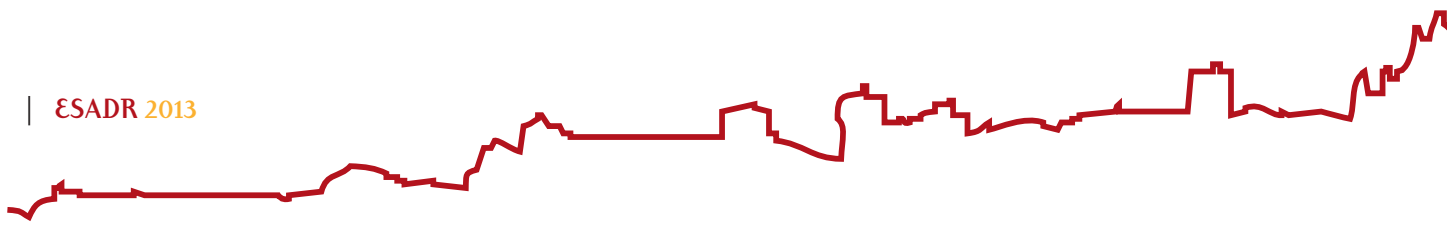
Considerações finais

Sem dúvida, pode-se dizer que os novos empreendimentos turísticos possibilitam não só a lógica do turismo rural, mas toda uma tipologia turística que poderá proporcionar um (re)arranjo na configuração produtiva das propriedades rurais na Serra Confusão do Rio Preto e em suas imediações. São necessárias nova infraestrutura e mão de obra qualificada, até então inexistentes nos municípios de Quirinópolis e Rio Verde.

A abordagem sinaliza que esse espaço rural tem, tradicionalmente, na produção agrícola e pecuária, sua principal atividade econômica. Contudo, entre as atividades produtivas desenvolvidas no local, o turismo e o lazer poderão despontar como uma nova lógica, visto que atores locais se mostram motivados em vivenciar essa experiência, alimentada pelo novo no lugar.

Convém esclarecer que, de acordo com os vários autores pesquisados neste trabalho, o turismo no espaço rural deve ser concebido como uma atividade de pequena escala, artesanal, que precisa propiciar um incremento na qualidade de vida dos moradores locais – sua presença tem de emergir inserida num conjunto mais amplo, não apenas no simples fenômeno turístico, mas, sim, pensado a partir da diversidade. Esse segmento turístico apresenta sua complexidade manifestada pelas relações sociais, culturais e pela materialização do território, que se produz no processo de produção do espaço.

O turismo rural introduz no espaço, objetos definidos pela possibilidade de permitir o desenvolvimento da atividade, conferindo-lhes um novo significado, para



atender a uma nova demanda de uso do rural, que consiste numa apropriação direta desse espaço geográfico. No entanto, os exemplos apresentados indicam que os sujeitos locais não estão organizados territorialmente e que as políticas públicas não atuam para sensibilizar atores e empreendedores que estão dispostos a investir no turismo rural. Não temos nos municípios do interior de Goiás uma proposta de fazer turístico que tem a ver com o Estado local.

Nessa pesquisa foi possível perceber, por meio do olhar geográfico, a importância de se compreender o espaço rural da Serra Confusão do Rio Preto por suas particularidades, densidades e, ao mesmo tempo, como uma paisagem em que se desenvolve a vida em todas as suas dimensões. Isso ocorre à medida que os usos, as práticas e as apropriações vão se definindo no espaço pelas mãos dos homens, fixando seus movimentos sociais pretéritos e contemporâneos.

Ao pensar essas particularidades e densidades, fomos identificando os processos históricos, sociais, naturais e culturais, nos quais observamos elementos que podem possibilitar a efetivação do turismo no espaço rural, mediante o aproveitamento de recursos endógenos, com fortalecimento econômico, social e cultural das comunidades e de pequenas e médias propriedades rurais. Dessa maneira, as discussões teóricas e a experiência empírica nos levaram ao entendimento de que as políticas de turismo terão de ser aplicadas, e propostas precisarão ser elaboradas a partir daquilo que já existe nos lugares.

Especificamente em relação ao interior do Brasil, os lugares não se reproduzem turisticamente sozinhos, porque não são autossuficientes para aquilo que demanda o turismo. Assim, a demanda dos lugares potencializados a desenvolver o turismo rural deve ser articulada regionalmente a partir da valorização dos conteúdos sociais e naturais da interioridade, do saber e fazer regional e das substâncias socioculturais de uma ruralidade presente no artesanato, na culinária, nas festas e em diversas manifestações da cultura popular.

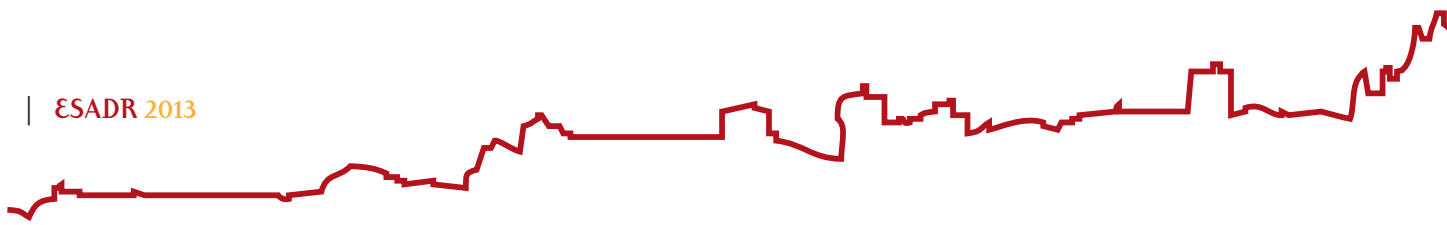
No espaço rural do Cerrado, é possível encontrar diversas formas das populações tradicionais que se apresentam enquanto sujeitos que expressam processos envolvendo sistemas produtivos e modos de vida, mesmo que estejam sendo capturados pela produção dominante.



Nessas paisagens rurais, onde a fé religiosa se manifesta nas festas das padroeiras e nos novenários, num misto de religioso com o profano, a diversidade cultural ecoa nos cantos e se materializa nos produtos artesanais locais. Em outras palavras, esses palcos do interior são conjuntos de lugares com expressões da singularidade de seus habitantes que, por sua vez, possuem valores culturais relacionados a esses grupos sociais tradicionais que habitam as áreas de Cerrado, como no caso da Serra Confusão do Rio Preto e de seu entorno.

Referências

- ALMEIDA, J. A. A.; BLOS, W. O marketing do turismo rural e o desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J. A. A.; FROEHLICH, M.; RIEDL, M. (orgs.) **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Papyrus, 2000.
- ALMEIDA, M. G. de. Lugares turísticos e a falácia do intercâmbio cultural. In: ALMEIDA, M. G. de. **Paradigmas do Turismo**. Goiânia (GO): Alternativa, 2003, p. 11-19.
- AZEVEDO, Jorge B. de. Das paisagens da ruralidade. In: BEZERRA, A. C. A. *et al.* **Itinerários Geográficos**. Niterói: EdUFF, 2007, p. 269-280.
- BARRETTO, M. **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.
- BOURDIN, Alain. **A Questão Local**. Rio de Janeiro (RJ): DP&A, 2001.
- CANDIOTTO, L. Z. P. **Circuito Italiano de Turismo Rural (Colombo-PR)**. Cascavel (PR): EDUNIOESTE, 2010.
- CASTRO, Irwin A. F.; SANTOS, Ismael U. **Raqchi** – Cerâmica Pre-Hispanica Y Contemporanea. Cusco (Peru): Graficolors, 2005.
- FELTRAN FILHO, Antônio; MASSOCHINI, Leoni; SANTOS, J. C. V.; COSTA, Adriano Gennaro; ASSUNÇÃO, Washington Luiz. Visita ao Deserto do Atacama – Norte do Chile: olhares e percepções geográficas. In: **UEG em Revista** – Revista Científica da UEG – Unidade Universitária de Quirinópolis, n. 6, v. 1. Goiânia (GO): Kelps, dez. 2010.
- FIOSI, S. Turismo Rural Gera Empregos e Contem Êxodo. In: **Jornal Gazeta Mercantil**, Caderno de Viagens e Negócios. São Paulo, 2 set. 1999, p. 5.





GRAZIANO DA SILVA, J.; VILARINHO, C.; DALE, P. J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, J. A. A.; FROELICH, M.; RIEDL, M. (orgs.) **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Papirus, 2000.

MEDINA, N.; SANTAMARINA, J. **Turismo de Naturaleza en Cuba**. Havana: Ediciones Unión, 2004.

MÜLLER, Ademir. Lazer, desenvolvimento regional: como pode nascer e se desenvolver uma ideia. In: MÜLLER, A.; DACOSTA, L. P. (Org.) **Lazer e Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002, p. 09-40.

NASCIMENTO, M. A. L. do; RUCHKYS, U. A.; MANTESSO-NETO, V. **Geodiversidade, Geoconservação e Geoturismo**: trinômio importante para a proteção do patrimônio geológico. Natal: UFRN, 2008.

PIRETE, M. J. **O Novo Rural e o Turismo Ofertado pelo Hotel-Fazenda Cachoeira Rio das Pedras**: perspectivas e propostas para o turismo local. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG), 2001.

PLA, J. **La Cerámica Popular Paraguaya**. Assunção (Paraguai): Editora da Universidade Católica de Nuestra Señora de La Asunción, 2006.

PORTUGUEZ, Anderson P. **Agroturismo e Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Hucitec, 1999.

RODRIGUES, A. B. (org.) **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

ROQUE, A. M. **Turismo no espaço rural**: um estudo multicaso nas regiões sul e sudoeste de Minas Gerais. Lavras, MG: UFLA, 2001.

SANTOS, J. C. V. **Políticas de Regionalização e Criação de Destinos Turísticos entre o Lago de São Simão e a Lagoa Santa no Baixo Paranaíba Goiano**. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG), 2010.

SANTOS, J. C. V. **Região E Destino Turístico**: sujeitos sensibilizados na geografia dos lugares. São Paulo (SP): ALLPRINT, 2013.

SANTOS, J. C. V.; RESENDE, I. L. M.; LOPES, W. H.; SARGES, R. R.; SIMBRAS, F. M.; SOUZA, L. C. A.; MACHADO, A.; ALVES, M. C.; MUNIZ, F. Bones out of



the cerrado: new dinosaur exploratory frontier in Goiás State. In: BRAZILIAN DINOSAUR SYMPOSIUM, 1., 2013, Ituiutaba (MG). **Anais...** Ituiutaba (MG): Universidade Federal de Uberlândia – *Campus Pontal*, n. 1, v. 1, 21 a 24 de abril de 2013.

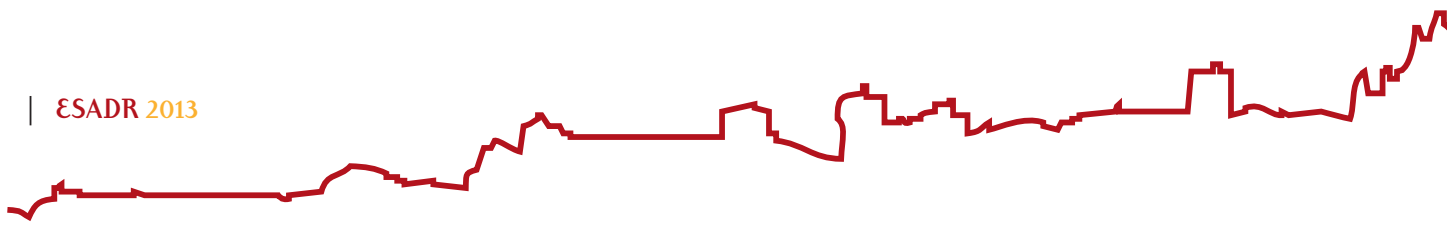
SANTOS, Roosevelt J. Pesquisa Empírica e Trabalho de Campo: algumas questões acerca do conhecimento geográfico. In: **Revista Sociedade & Natureza**, n. 11, jan./dez. 1999.

SANTOS, R. J.; ALVES, K. B. **Registro do Patrimônio Cultural e Edificado das Áreas Diretamente Afetadas, de Entorno e Influência das Usinas Hidrelétricas de Capim Branco I e II**. Uberlândia (MG): Gráfica Composer Editora Ltda., 2005.

SILVA JÚNIOR, Jose H. da. **A Política Interna no Brasil (1992-2002)**. Belo Horizonte (MG): FACE-FUMEC C/Arte, 2004.

SOUZA, E. A. **O Território e as Estratégias de Permanência Camponesa da Comunidade Pedra Lisa no Processo de Expansão das Lavouras de Cana-de-Açúcar, em Quirinópolis (GO)**. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia (MG), 2013.

TIRADENTES, Leomar. Turismo no espaço: realidade ou possibilidade? In: SIMPÓSIO DE GEOGRAFIA VALE DO PARANAÍBA – POR UMA GEOGRAFIA DO TURISMO DE BASE LOCAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO CERRADO, 9., 2012, Quirinópolis (GO). **Anais...** Quirinópolis (GO): UEG – *Campus Quirinópolis*, maio 2012. Cd/v. Único.



DA REGULAMENTAÇÃO À PROMOÇÃO – O RURAL NOS PLANOS NACIONAIS DE TURISMO (1985 – 2011)¹

MARIA JOÃO CARNEIRO¹

DIOGO SOARES DA SILVA²

VÍTOR BRANDÃO³

ELISABETE FIGUEIREDO⁴

^{1.} Professora Auxiliar no Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, investigadora do GOVCOPP (Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas), Universidade de Aveiro, mjcarneiro@ua.pt

^{2.} Bolseiro de Investigação, Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Universidade de Aveiro, diogo.silva@ua.pt

^{3.} Mestrando em Gestão e Planeamento em Turismo, Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, Universidade de Aveiro, vmbrandao@ua.pt

^{4.} Socióloga, Professora Auxiliar no Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, investigadora do GOVCOPP (Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas), Universidade de Aveiro, elisa@ua.pt

Resumo

Os Planos Nacionais de Turismo (PNT) constituem documentos importantes para uma melhor compreensão das representações e dos significados sociais do rural² e do turismo rural em Portugal. A presente comunicação, procurando debater estas questões, tem por base a análise de conteúdo detalhada dos PNT ao longo dos últimos 30 anos, designadamente, o PNT, dos períodos de 1985-1988 e 1989-1992 e o Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), dos períodos de 2007-2010 e 2011-2015. A análise de conteúdo efetuada teve como suporte uma grelha de análise exaustiva, contendo múltiplas categorias (e valores correspondentes) identificadas a partir da revisão da literatura nacional e internacional sobre o mundo rural, as suas representações e significados, assim como sobre o turismo rural e as políticas e estratégias implementadas no âmbito da União Europeia (UE) e aplicadas em Portugal. A escolha deste período temporal toma como referência a data do primeiro PNT (1985) e da entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE) (1986). Da análise de conteúdo, identificámos as principais definições, características e produtos de Turismo em Espaço Rural (TER) associadas a cada um dos PNT, permitindo agrupar um conjunto de imagens e representações do rural e do TER.

Palavras-chave: planos nacionais de turismo; representações do rural; rural; significados do rural; turismo rural.

¹ Esta comunicação integra-se no âmbito do Projeto *Rural Matters – significados do rural em Portugal: entre as representações sociais, os consumos e as estratégias de desenvolvimento* (PTDC/CS-GEO/117967/2010), que é financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (cofinanciado pelo COMPETE, QREN e FEDER).



Introdução

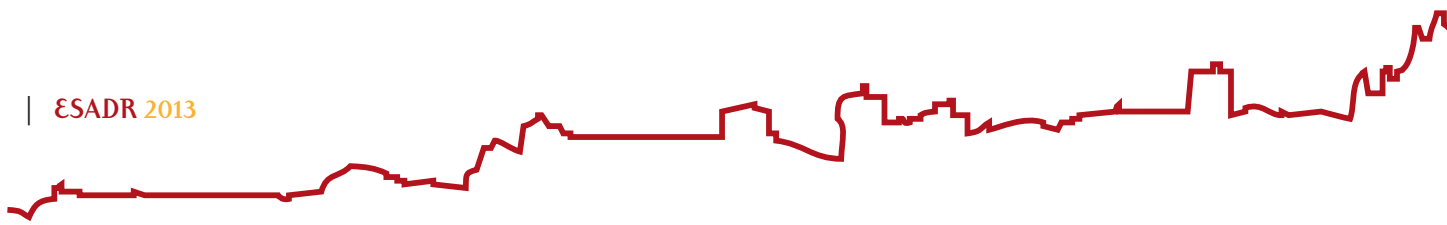
Em Portugal, em 2012 o turismo gerou 8606 milhões de euros de receitas (INE, 2013). Neste mesmo ano existiam já em Portugal 704 unidades de TER que receberam em 2012 323 mil hóspedes (INE, 2013). No entanto, em Portugal, ao longo das últimas décadas têm-se verificado diversas alterações nas políticas e estratégias associadas ao TER, resultantes, provavelmente, dos diversos “olhares” e perspetivas que têm existido ao longo dos anos sobre o rural, as suas potencialidades para o turismo, e sobre o próprio TER.

Os Planos Nacionais de Turismo (PNT) constituem documentos importantes para uma melhor compreensão das representações e dos significados sociais sobre o rural³ e sobre o turismo rural em Portugal. A presente comunicação, com base na análise de conteúdo, tem como principal objetivo compreender de uma forma mais aprofundada como o rural e a ruralidade são apresentados nos PNT, em Portugal, no período compreendido entre 1985 e 2011. A escolha deste período temporal toma como referência a data do primeiro PNT (1985) e da entrada de Portugal na CEE (1986).

Da análise de conteúdo, identificaram-se as principais definições, características e produtos de turismo rural associados a cada um dos PNT, permitindo agrupar um conjunto de imagens e representações do rural e do turismo rural. A evidência empírica produzida, essencialmente de natureza qualitativa, destaca a passagem de uma perspetiva centrada na regulamentação do turismo rural, relacionada com a preocupação com a defesa, proteção e valorização do património cultural e natural (PNT), para uma abordagem orientada para a especialização, diversificação e promoção do rural em geral e do turismo rural em particular (PENT), ou seja para a mercantilização do rural, muito associado à natureza.

O rural aparece frequentemente associado ao património natural e cultural, nomeadamente à agricultura, arquitetura típica, beleza paisagística e áreas protegidas. No que diz respeito aos produtos de turismo no espaço rural, o PNT centra-se no turismo rural, agro-turismo e turismo de habitação e o PENT, embora não utilizando a

³ No âmbito do projeto *Rural Matters* são também analisados outros discursos sobre o rural, designadamente os veiculados pelos programas específicos dirigidos ao desenvolvimento rural, pelos Programas dos Governos Constitucionais, pelos meios de comunicação social e pelo cinema, assim como pelas campanhas promocionais de turismo.





expressão *turismo rural*, centra-se sobretudo no *touring* cultural e paisagístico, no turismo de natureza, turismo de saúde/bem-estar, turismo gastronómico e enoturismo.

No presente artigo procede-se primeiramente a uma revisão de literatura que integra duas secções, abordando-se na primeira secção o TER em Portugal e sendo a segunda secção dedicada aos PNT em Portugal. Posteriormente especifica-se a metodologia utilizada no estudo empírico do artigo, discutem-se os principais resultados do estudo e apresentam-se as principais conclusões.

O Turismo em Espaço Rural em Portugal – breve evolução

O desenvolvimento do turismo em Portugal foi particularmente acentuado a partir do início da década de 60 do século passado e deveu-se ao fim da II Guerra Mundial, ao maior acesso a férias pagas, à generalização do uso do automóvel e ao desenvolvimento do transporte aéreo (Cunha, 2013). Contudo havia ainda uma grande concentração da procura turística em determinados mercados, como o inglês, e o desenvolvimento do turismo estava ainda muito concentrado em determinadas regiões – Algarve, região de Lisboa e Madeira – cujos atrativos estão associados, essencialmente, ao turismo de sol e mar (Cunha, 2013). A partir deste *boom*, o desenvolvimento do turismo em Portugal iniciou um longo percurso marcado pela aposta crescente na diversificação e qualidade da oferta.

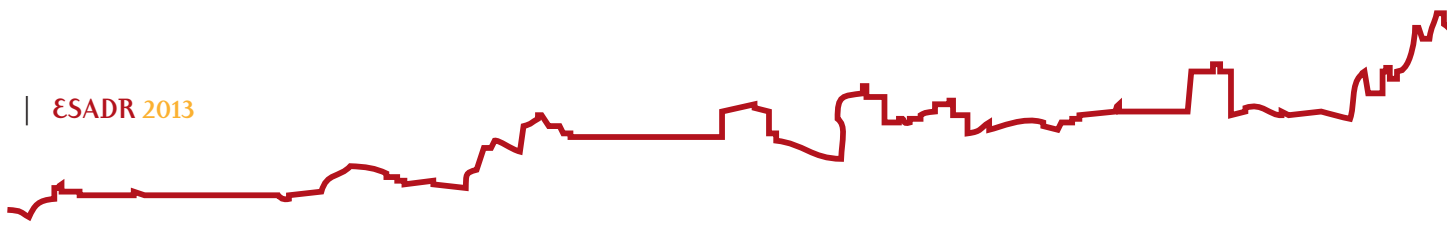
O TER constitui, pelas suas características, um produto que pode assumir um papel crucial na diversificação da oferta turística e na atenuação de assimetrias regionais. Na verdade, como referem Kastenholz *et al.* (1999), o desenvolvimento do TER resultou parcialmente da crescente procura, por parte dos visitantes, de autenticidade, contacto com a natureza e cultura, mas também do crescente reconhecimento do potencial turístico de outros recursos além do sol e praia. No âmbito do turismo, embora se reconheça que as áreas rurais poderão ter alguns constrangimentos, considera-se também que estes territórios possuem um conjunto diversificado de elementos atrativos para os visitantes, tais como a paisagem, os rios, a agricultura, os edifícios históricos, a arquitetura rural e os modos de vida tradicionais, podendo o turismo ter um importante



papel na preservação e valorização das áreas rurais (Garrod *et al.*, 2006). O TER é um produto através do qual os visitantes podem tomar contacto e usufruir de todos estes elementos, uma vez que o TER se caracteriza por ser um tipo de turismo localizado em áreas rurais, com funcionalidade rural (desenvolvido com base nas características particulares do mundo rural tais como o contacto com a natureza e pequenas empresas características do mundo rural), rural em termos de escala (com pequenas povoações e pouco espaço construído) e tradicional no seu carácter crescendo lentamente e organicamente (baseado em estruturas tradicionais e em património identitário da comunidade), podendo assumir diversas tipologias (Lane, 2004).

Apesar das suas potencialidades, de acordo com Silva & Carvalho (2011) é apenas a partir do final da década de 80, com a discussão que levou à elaboração do relatório da Comissão Europeia “O Futuro do Mundo Rural” (CCE, 1988), que a associação entre turismo e desenvolvimento rural adquire maior relevância, passando o TER a ser encarado como uma mais-valia para o desenvolvimento económico das regiões a partir da década de 90 (Jenkins *et al.*, 1998). Para tal desenvolvimento, a iniciativa “Ano Europeu do Turismo” assumiu particular relevância (1990). Esta iniciativa, sendo a primeira na área do turismo a nível europeu, incluía orientações relacionadas com o turismo rural e originou a elaboração de um pacote de medidas comunitárias para o fomento do turismo rural, centrado na melhoria da oferta, valorização, promoção e comercialização do TER.

Em Portugal, o TER surge com alguma expressão, enquanto modalidade regulamentada, na década de 80. O alojamento de TER surge, primeiramente, associado à recuperação de casas apalaçadas e ao seu aproveitamento para o turismo (Pina, 1988). Após as supracitadas orientações europeias do início da década de 90, Cavaco (1999) refere que a oferta de alojamentos turísticos em áreas rurais foi sendo paulatinamente consolidada graças ao aumento da procura e da diversidade de atividades desenvolvidas nestas áreas, para o qual contribuíram também, segundo Figueiredo (2003: 76), programas europeus como o LEADER, o RIME e o SAJE e programas nacionais como o Programa de Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional (PPDR) (1996-1999), no âmbito do qual foi executado o Programa das Aldeias Históricas, que possibilitou a atribuição de fundos a dez aldeias das Beiras para, entre outros investimentos, reconstruir edifícios, instalar infraestruturas e requalificar monumentos com vista à “viabilização





de novas funções das áreas rurais, muito particularmente as associadas ao turismo, ao artesanato e ao comércio”.

Silva & Carvalho (2011: 318) referem que o TER em Portugal “... *beneficia desde meados dos anos 70 de apoios financeiros directos e, ao ser reconhecido como de utilidade pública, pôde aceder a financiamentos do Fundo de Turismo*”. Antes da adesão de Portugal à CEE, em 1986, o TER já beneficiava de ajudas financeiras. No entanto, é a partir dessa altura que é alvo de um forte impulso, fruto das ajudas económicas materializadas nos diversos Quadros Comunitários de Apoio – QCA I (1989-1993), II (1994-1999), III (2000-2006) e no atual QREN (2007-2013) (Silva & Carvalho, 2011).

Desde a década de 80, o conceito de alojamento de TER expresso na legislação portuguesa⁴ sofreu várias alterações, como resultado, parcialmente, de modificações na visão relativamente ao que deve ser o carácter identitário do TER e de necessidades decorrentes da viabilização económica desta modalidade de alojamento. Essas alterações estão relacionadas, entre outros aspetos, por exemplo, com a obrigatoriedade do proprietário da unidade de alojamento residir ou não na unidade, com o número de quartos e com as suas características arquitetónicas. Atualmente existem em Portugal várias modalidades de alojamento de TER que englobam, entre outras, unidades integradas em explorações agrícolas e hotéis rurais. Em 2012 existia já um total de 704 unidades de TER particularmente concentradas nas NUTS II Norte (onde se localizam cerca de metade das unidades de TER), Alentejo e Centro, o que contribui para atenuar um pouco os desequilíbrios regionais, nomeadamente os associados ao desenvolvimento turístico (INE, 2013).

Os Planos Nacionais de Turismo em Portugal

Os PNT são documentos nos quais se pode identificar um conjunto de objetivos e estratégias governamentais para o desenvolvimento do setor do turismo em Portugal,

⁴ Por exemplo, Decreto-Lei n.º 251/1984 de 25 de julho, Decreto-Lei n.º 54/2002 de 11 de março, Decreto Regulamentar n.º 13/2002 de 2 de março, Decreto-Lei n.º 39/2008 de 7 de março, Portaria n.º 937/2008 de 20 de agosto, Decreto-Lei n.º 228/2009 de 14 de setembro

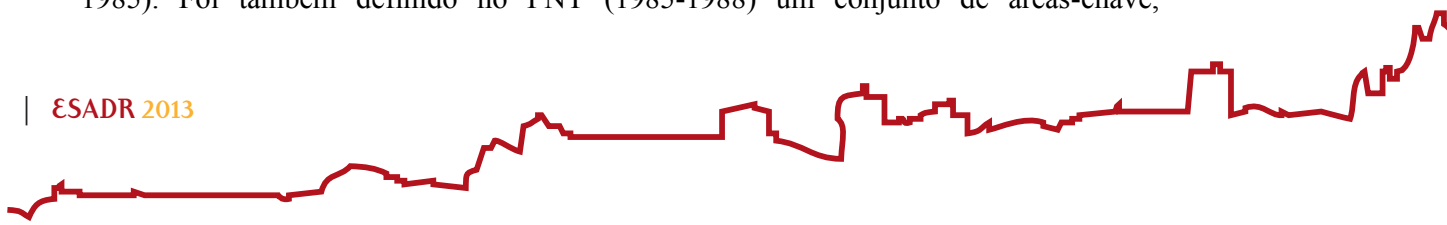


nomeadamente no que concerne a produtos turísticos a dinamizar, regiões com potencial de desenvolvimento turístico (ordenamento turístico) a considerar, bem como mercados-alvo a atrair e que deverão ser objeto de ações de marketing.

Os PNT constituem, assim, documentos nos quais é possível observar representações, isto é, perspetivas, existentes sobre o rural e a ruralidade. No contexto destes planos, o rural e a ruralidade emergem como importantes elementos de produtos promovidos junto dos visitantes, o que pode contribuir, em grande medida, para a reconfiguração dos territórios rurais. Efetivamente, uma das formas atuais de (re)criação do rural é o aproveitamento turístico do espaço rural (Butler e Hall, 1998; Peixoto, 2002; Pérez, 2003; Figueiredo, 2011; Matos Fernandes, 2013). Neste sentido, Covas (2011: 59) considera que o *“espaço rural é, cada vez menos, um espaço produtor e, cada vez mais, um espaço produzido”* e que *“trabalhamos mais com representações do mundo rural, quase todas de proveniência e inspiração urbanas, do que com o “mundo rural propriamente dito”*. Estas dinâmicas têm marcado o desenvolvimento de muitas áreas rurais nas últimas décadas.

Na década de 80 do século XX, verificavam-se em Portugal elevadas taxas de crescimento ao nível do turismo ao nível de entradas de turistas e de receitas, e que tiveram como consequência um desenvolvimento do turismo pouco planeado e não acompanhado da construção de infraestruturas adequadas, bem como a degradação de algumas áreas turísticas (Cunha, 2013). Foi nesta década que foi criado o primeiro PNT em Portugal, o PNT de 1985-1988. Este plano constitui o primeiro plano estratégico para o turismo em Portugal, tendo sido criado num período em que a ênfase na qualidade turística passou a assumir grande relevância ao nível da agenda política dos responsáveis pelo turismo português (Pina, 1988). Essa preocupação foi sendo cada vez maior e foi acompanhada pelo aparecimento de diversos instrumentos de apoio ao investimento na área do turismo. O PNT defendia uma mudança de estratégia, no sentido de alargar regionalmente a oferta turística e de promover outros produtos diferentes dos clássicos sol e mar.

Alguns dos principais objetivos deste plano estavam relacionados com o ordenamento turístico do território e a redução dos desequilíbrios regionais, bem como com a preservação e valorização do património turístico (Secretaria de Estado do Turismo, 1985). Foi também definido no PNT (1985-1988) um conjunto de áreas-chave,



nomeadamente o termalismo, a animação, a estruturação administrativa, a formação profissional, os investimentos e a promoção turística (Secretaria de Estado do Turismo, 1985). Para o período 1989-1992 foi elaborado um novo PNT que, no entanto, seguia as mesmas linhas orientadoras do seu antecessor. Durante mais de uma década, não foi concebido qualquer plano. É apenas em 2007 que o seu sucessor, o PENT, é elaborado, para o período 2007-2010 que foi já objeto de uma revisão (2011-2015).

O PENT preconiza a consolidação e desenvolvimento de 10 produtos turísticos estratégicos: Sol e Mar, *Touring* Cultural e Paisagístico, *City Break*, Turismo de Negócios, Turismo de Natureza, Turismo Náutico, Saúde e Bem-estar, Golfe, *Resorts* Integrados e Turismo Residencial, e Gastronomia e Vinhos (Turismo de Portugal, 2007). Este plano identifica ainda as regiões em que deve haver uma forte aposta no desenvolvimento destes produtos. Segundo Cunha (2013), este plano tem o mérito de encorajar o desenvolvimento de novos destinos turísticos e o reforço do desenvolvimento de outros destinos. É interessante observar que, neste plano, a estratégia de aposta na qualidade (que implica, entre outros aspetos, formação, modernização empresarial e a melhoria da qualidade urbana, ambiental e paisagística) é também acompanhada por outras estratégias que se baseiam, entre outros aspetos, no aumento da acessibilidade aérea, na melhoria da promoção e distribuição e na aposta em eventos e criação de conteúdos distintivos e inovadores. Em 2011 são apresentadas algumas propostas para a revisão do plano para o horizonte de 2015 (Turismo de Portugal, 2011), onde é reforçada a importância da sustentabilidade no desenvolvimento turístico.

O Rural nos Planos Nacionais de Turismo (1985 – 2011)

Metodologia

No âmbito do projeto *Rural Matters* foi efetuada uma análise de conteúdo a 84 documentos associados às políticas e instrumentos de apoio ao Turismo Rural em Portugal, relativos ao período entre 1985 e 2011, no qual estão incluídos os PNT. Como já referido, a escolha deste período teve como referência a adesão de Portugal na CEE e

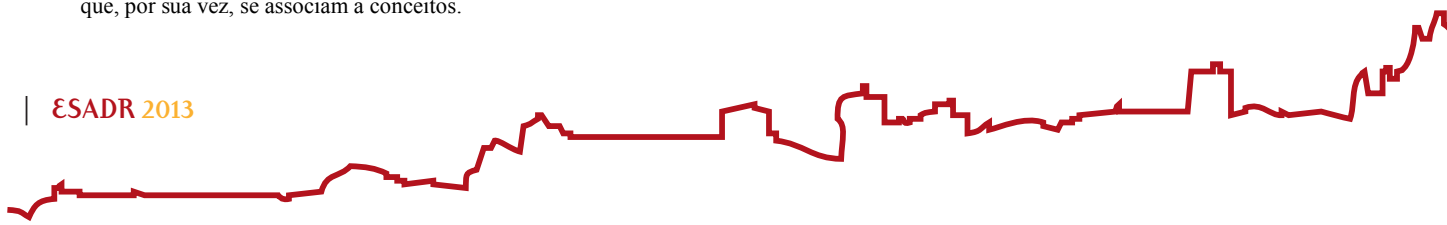


a entrada em vigor do primeiro PNT (1986). A análise de conteúdo efetuada aos documentos associados às Políticas e Instrumentos de Apoio ao Turismo Rural em Portugal teve como objetivo principal identificar as principais representações, imagens e símbolos relativos à ruralidade, aos territórios rurais e aos seus processos de desenvolvimento

A técnica de análise utilizada baseia-se no exame do conteúdo e de outros aspetos de documentos de texto, áudio, imagem ou vídeo, procurando descrevê-los de forma sistemática (e.g. Zhou & DeSantis, 2005). Para tal, tornou-se imperativo definir os principais conceitos, que se desdobraram em categorias e em valores concretos que se pretendiam identificar nos documentos. Esta relação é sintetizada em extensivas grelhas de análise e, posteriormente, transportada para o *software* NVivo (e.g. Figueiredo & Raschi, 2012, Soares da Silva & Figueiredo, 2013). Os principais conceitos (e atributos associados) identificados e operacionalizados, a partir de uma exaustiva revisão bibliográfica foram os seguintes: *Rural, Ambiente, Ruralidade, Campo, Paisagem Rural, Turismo Rural e Desenvolvimento Rural*. A análise envolveu a criação de uma base no *software* NVivo 10, na qual foram inseridos e classificados, segundo as suas características (tipo de documento, período e fonte), os documentos relativos ao turismo rural a examinar, assim como a criação de categorias de análise (*nodes*) às quais são associadas, após cuidada leitura, as noções veiculadas nos documentos, através da codificação⁵ de partes destes. Foi também efetuada a pesquisa das 300 palavras mais frequentes nos documentos, assim como pesquisas de palavras e expressões relativas ao rural e à ruralidade, consubstanciadas nos indicadores acima referidos, tendo sido extraídos destas análises vários *outputs* gráficos e textuais que ajudam a tornar evidentes as conclusões retiradas da análise dos documentos.

Este trabalho centra-se especificamente na análise de quatro documentos criados por entidades governamentais associadas ao turismo em Portugal: os dois PNT (relativos aos períodos 1985-1988 e 1989-1992) e o PENT (2007-2010) assim como a sua revisão (2011-2015). Importa referir, no entanto, que a análise dos PNT incidiu apenas sobre as partes do documento relativas ao espaço rural enquanto recurso para o desenvolvimento turístico e sobre o turismo suscetível de ser realizado em áreas rurais.

⁵ Por codificação, na análise de conteúdo, entende-se a associação de partes dos documentos a categorias de análise que, por sua vez, se associam a conceitos.





Resultados e Discussão

Numa perspetiva geral, o rural no PNT (1985-1988) aparece essencialmente associado ao património natural e cultural, que constitui o principal elemento de atração turística das áreas rurais, fomentando fluxos de turistas e permitindo que cada localidade, como potencial destino, construa a sua orientação turística. A ênfase é colocada nos elementos naturais e culturais, como pode ser constatado no PNT (1985-1988):

“O património natural e cultural constituem, simultaneamente, a base essencial em que assenta o desenvolvimento do turismo e os principais factores de atracção turística” (PNT 1985-1988) (Secretaria de Estado do Turismo, 1985: 16)

“Os estudos das motivações que estão na origem das deslocações turísticas têm demonstrado que não são os equipamentos desportivos e hoteleiros que originam estas deslocações mas sim, em primeiro lugar, os factores naturais e o património cultural” (PNT 1985-1988) (Secretaria de Estado do Turismo, 1985: 16).

“Portugal oferece boas possibilidades de desenvolvimento do turismo rural ou agroturismo que noutros países tem conhecido um grande êxito. A presença de vastos interiores ricos e atractivos naturais e paisagísticos, a originalidade da vida rural desconhecidas dos meios urbanos, a relação das pessoas com a natureza, a arquitectura das aldeias, são elementos que, correctamente organizados constituem um grande potencial turístico.” (PNT 1985-1988) (Secretaria de Estado do Turismo, 1985: 157).

Os recursos oferecidos pelas zonas rurais (nomeadamente a arquitetura tipicamente rural, o clima, as paisagens e modos de vida) possibilitam o desenvolvimento de diversas modalidades de turismo no espaço rural, tais como o turismo rural ou o agroturismo.

Em linha com uma visão multifuncional das áreas rurais, o TER é visto como um manancial de oportunidades para o desenvolvimento do interior do país. Segundo o PNT (1985-1988), o desenvolvimento turístico do interior deverá passar por uma aposta nas acessibilidades, no desenvolvimento do termalismo, do turismo cinegético e pesca desportiva, do TER nas suas diferentes modalidades⁶, no património cultural e

⁶ Modalidades que, na altura, correspondiam ao turismo de habitação, turismo rural, agroturismo e hotéis rurais.

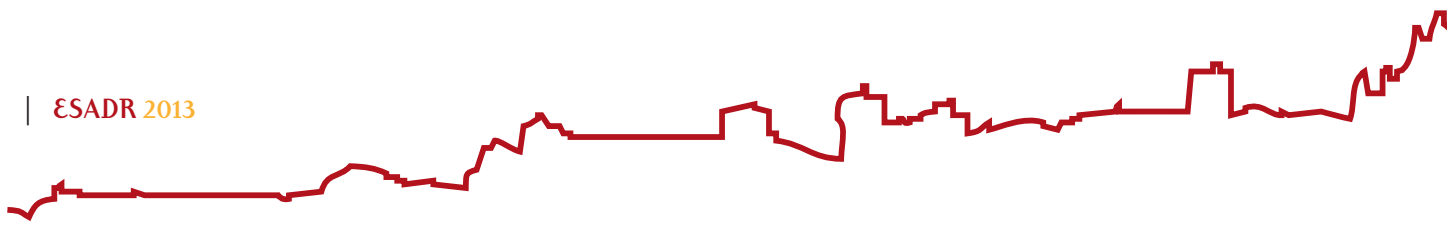




ambiental, no campismo e caravanismo, e nos grandes parques e reservas naturais. No que diz respeito ao turismo rural, o PNT procura fomentar esta modalidade de turismo através da instalação de pequenas unidades de alojamento, aproveitando explorações agrícolas, recuperando montes alentejanos, investindo em informação e formação, inventariando propriedades e habitações, apostando também na criação de apoios financeiros. Para concretizar estes apoios, o PNT contemplava o recurso ao Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA), sendo o financiamento concedido através do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP).

Quanto ao rural que aparece no PNT (1989-1992), a ênfase continua a ser nos recursos locais, que devem ser aproveitados para a prática do TER. Este tipo de turismo permite que os turistas usufruam de paisagens exuberantes, modos de vida rural e da hospitalidade dos residentes. Este PNT coloca novamente a ênfase num conjunto de fatores como as acessibilidades, o termalismo, o turismo cinegético, a pesca desportiva, o TER, o património cultural e ambiental, o campismo e o caravanismo e os parques naturais e reservas, que conferem valor acrescentado ao desenvolvimento turístico. Neste plano é dada particular importância às áreas protegidas, alvo de procura crescente por parte dos turistas, cuja principal motivação é o contacto com a natureza. Igual relevância é conferida ao TER, nas suas diferentes modalidades, dado o seu contributo para a proteção e valorização do património natural e cultural. No âmbito do TER, confere-se ênfase à reclassificação das unidades de alojamento existentes, sendo a tendência para um crescente interesse quanto aos novos tipos de turismo existentes no espaço rural. As regiões menos desenvolvidas do interior do país passaram a ser alvo o alvo prioritário de novas iniciativas de TER.

No PENT (2007-2010) são enumerados diversos recursos com capacidade de atração turística, alguns deles intimamente ligados aos espaços rurais, como é o caso da *ruralidade*, da *planície* e da *floresta*. Apesar disto, verifica-se que no documento relativo ao PENT só há uma referência ao turismo no espaço rural, havendo muito mais referências ao produto turismo de natureza, que também pode ser desenvolvido em áreas rurais. Assim, o TER não se encontra entre os produtos estratégicos identificados no plano, ao contrário do turismo de natureza, o que revela o elevado valor que é conferido a este último produto, especificamente para as regiões da Madeira, Açores, Centro e Porto e Norte de Portugal. O documento da revisão do PENT para o período





compreendido entre 2011 e 2015 reforça a importância do turismo na economia portuguesa, embora se esbatam as referências feitas ao rural e ao turismo de natureza.

Tendo em atenção as representações do rural nos planos acima mencionados, a tabela 1 sintetiza as ocorrências de cada palavra/expressão relativa ao rural nos quatro documentos, de modo a ilustrar as diferenças na forma como o turismo rural é abordado nos planos.

Tabela 1 – Número de ocorrências de palavras/expressões associadas ao rural e turismo rural nos PNT/PENT

	PNT (1985- 1989)	PNT (1989- 1993)	Total PNTs	PENT	Revisão PENT	Total PENT + Revisão PENT
Agroturismo/Agro-turismo	1	2	3	0	0	0
Turismo rural/Turismo em espaço(s) rura(l/is)	6	14	20	1	0	1
Hotéis rurais	0	2	2	1	0	1
Turismo de natureza	0	0	0	32	1	33
Paisagem	5	3	8	29	2	31
Natureza	3	7	10	48	1	49
Rural/rurais/ruralidade	15	22	37	7	3	10
Áreas protegidas	0	5	5	3	0	3

Da análise da frequência destas palavras, reforça-se o facto de as referências ao TER serem praticamente inexistentes nos PENT, havendo apenas uma referência à expressão “*turismo em espaço rural*” na secção dedicada ao turismo na região do Alentejo e associada ao papel do turismo para o desenvolvimento de áreas rurais:

“O desenvolvimento de produtos em zonas rurais será implementado tendo em conta a estratégia nacional para o desenvolvimento rural, nomeadamente quanto ao turismo em espaço rural” (PENT)
(Turismo de Portugal, 2007: 82)

Em contraste, as expressões “*turismo rural*” ou “*turismo em espaço(s) rura(l/is)*” encontram-se vinte vezes no conjunto de ambos os PNT, seis no documento relativo ao período 1985-1989 e catorze no documento posterior. A principal justificação para tal discrepância pode ser explicada pela elevada quantidade de referências ao “*turismo de natureza*” no PENT, sugerindo uma transição de uma abordagem ao turismo rural nas suas diversas vertentes para um turismo essencialmente ligado à natureza e à paisagem.

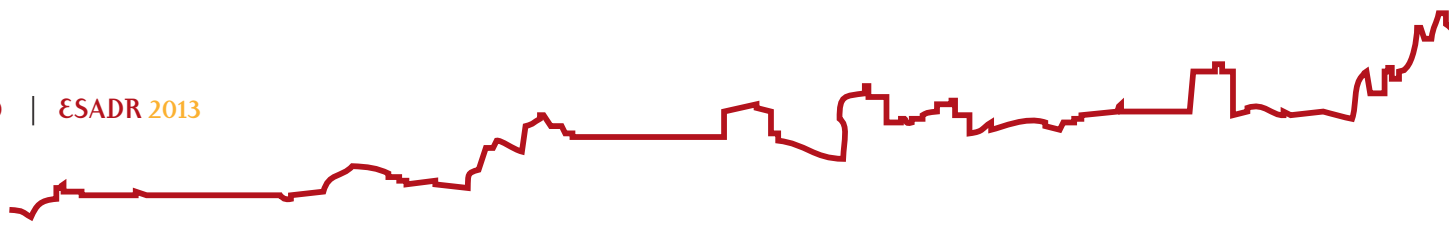


O turismo de natureza surge no PENT como um dos dez produtos turísticos estratégicos e a quantidade de referências à expressão “*turismo de natureza*” nos quatro documentos espelha a ênfase colocada nesse tipo de turismo nos PENT: zero referências nos PNT e 33 referências no PENT e na sua revisão. De salientar que o facto de a expressão “*turismo de natureza*” não aparecer nos PNT poderá estar associada à circunstância de o produto ‘turismo de natureza’ só ter sido introduzido em Portugal, através da legislação, no final da década de 90 do século passado. As palavras “*natureza*” e “*paisagem*” são muito mais frequentes no PENT do que nos PNT (respetivamente 49 e 31 ocorrências no PENT contra 10 e 8 nos PNT), ilustrando a diferença entre as abordagens feitas ao turismo em áreas rurais. Pelo contrário, palavras como “*rural*”, “*rurais*” ou “*ruralidade*” aparecem apenas 10 vezes nos documentos relativos ao PENT e à sua revisão, contra as 37 ocorrências nos PNT (15 no PNT 1985-1989 e 22 no PNT 1989-1993).

Com o objetivo de perceber a que temas se encontra associado, nos planos, o discurso sobre o espaço rural enquanto recurso turístico e sobre o turismo suscetível de ser realizado em áreas rurais, analisou-se o número de associações existente entre palavras/expressões relacionadas com o rural e palavras que representavam cada um dos temas. Na tabela 2 encontram-se exemplos palavras que representavam cada um dos temas.

Tabela 2 – Palavras que representam os diversos temas e subtemas do discurso dos planos

Temas	Subtemas	Palavras ou expressões que representam os subtemas (exemplos)
Legislação e política	Legislação	"Legislação", "regulamentação" e "lei".
	Política e organização	"Classificação", "ordenamento" e "organiz".
	Financiamento	"Financiamento", "financeir" e "fundo".
Marketing	Marketing	"Promoção", "mercado" e "turista".
Importância	Desenvolvimento	"Desenvolvimento", "cresc" e "foment".
	Conservação	"Conservação" e "preserv".
	Valor	"Valor", "potencial" e "interesse".
	Diversificação	"Diversific" e "novo".
	Outros	"Benefício" e "qualidade de vida".
Componentes do produto turismo no espaço rural	População	"Popul", "habitante" e "comunidade".
	Natureza	"Natur" e "protegida".
	Agricultura	"Agric" e "agro".
Turismo	Turismo	"Turismo" e "turístic".





Na tabela 3 encontram-se os resultados relativos à análise destas associações. Pode observar-se, por exemplo, que existem 69 associações entre o tema turismo e as três palavras/expressões relacionadas com o rural anteriormente identificadas.

Tabela 3 – Número de associações entre palavras/expressões relacionadas com “rural” e temas abordados nos PNT/PENT

	PNT 1985-1989	PNT 1989-1993	Total PNTs	PENT	Revisão PENT	Total PENT + Revisão PENT
Legislação e política	9	17	26	0	4	4
Marketing	0	2	2	14	2	16
Importância	24	33	57	37	9	46
Componentes do produto turismo no espaço rural	12	16	28	7	2	9
Turismo	19	50	69	61	10	71

O número de associações entre os temas e as palavras/expressões relacionadas com o rural é maior nos PNT do que nos PENT (PENT e respetiva revisão). É igualmente visível que este discurso com alguma associação ao rural versa, ao longo do período em análise, principalmente sobre o turismo e a importância de aspetos associados ao rural, incidindo também, por ordem decrescente de relevância sobre as componentes do produto turismo no espaço rural, sobre a legislação e política e, finalmente, sobre o marketing. Contudo, é importante realçar as diferenças existentes entre os diversos planos a este nível. Embora o tema do turismo seja muito abordado nos vários planos, nos PNT aparece mais associado ao rural propriamente dito, surgindo frequentemente nos PNT expressões como “*turismo rural*”, “*turismo no espaço rural*”, “*TER*” e expressões associadas a modalidades específicas de TER como “*agroturismo*”.

Em contraste, nos PENT o turismo encontra-se mais associado à natureza, encontrando-se mais frequentemente expressões como “*turismo de natureza*”, o que sugere que no período mais recente se começa a valorizar mais uma componente específica do turismo que se pode realizar em áreas rurais, em que há maior valorização e proximidade com a natureza. Neste contexto, nos PENT, as associações com o tema relativo à importância conferida a alguns aspetos do rural referem-se, também, sobretudo, à importância da natureza e do turismo de natureza:



“O Turismo na região Centro deverá crescer em número de turistas e em valor” ... “A atracção de turistas estrangeiros será feita através dos produtos Touring e Turismo de Natureza” (PENT) (Turismo de Portugal, 2007: 54)).

A alusão às componentes mais identitárias do turismo em áreas rurais prevalece nos PNT. É muito interessante ainda verificar que, enquanto o tema da legislação e política assume maior relevância nos PNT do que nos PENT (com 26 e 4 associações com estes planos, respetivamente), o contrário acontece com o tema do marketing (com 2 associações nos PNT e 16 nos PENT). É importante referir que grande parte do texto onde há associações entre o discurso relacionado com o rural e o marketing, enfatiza, sobretudo, a importância da promoção do turismo de natureza junto dos turistas:

“Consolidação e desenvolvimento de 10 produtos turísticos estratégicos: Sol e Mar, Touring Cultural e Paisagístico, City Break, Turismo de Negócios, Turismo de Natureza” ... “A intervenção nestes produtos envolve o desenvolvimento de ofertas estruturadas, distintas e inovadoras” ... “que nos permitam competir, com êxito, nos mercados alvo” (PENT) (Turismo de Portugal, 2007: 6).

No sentido de analisar, no discurso especificamente associado ao rural, a importância relativa que os vários temas abordados têm em cada plano, calculou-se, para cada plano, e para cada tema, a percentagem de associações existentes entre o prefixo “rura” e esse tema, relativamente ao número total de associações existentes entre o prefixo “rura” e todos os temas. Nos PNTs o discurso especificamente associado a rural está muito relacionado com o turismo e a importância do rural, registando-se, ao nível destas categorias de assuntos, 38% e 31% do total das associações existentes entre palavras com o prefixo “rura” e todas as categorias de assuntos consideradas na análise (tabela 4). A seguir a estes assuntos, aqueles que assumem maior relevância são a “legislação e a política” e as “componentes do turismo no espaço rural”, com 16% e 15% do total das associações, sendo o marketing um assunto muito pouco referenciado nestes planos (representando só 1% das associações). Também no PENT e sua revisão, o discurso que se refere especificamente ao “rural” está grandemente associado à “importância do rural”, onde existem 56% do total das associações com “rural” de cada plano.

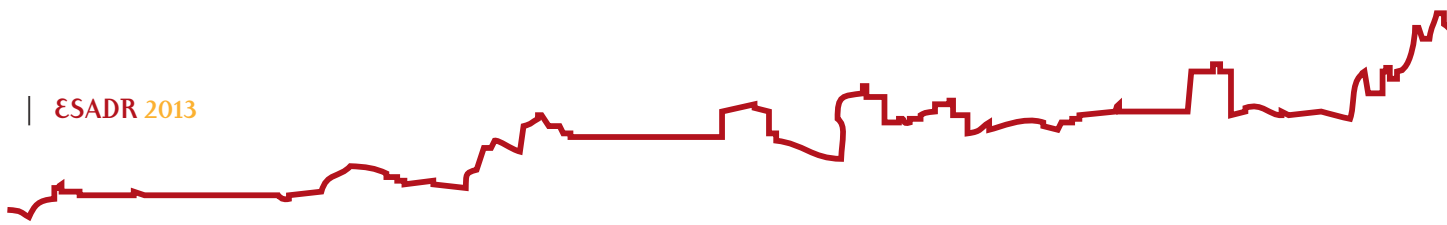




Tabela 4 – Percentagem das associações entre palavras com o prefixo “*rura*” e temas abordados nos PNT/PENT relativamente ao número total de associações entre palavras com o prefixo “*rura*” e todos os temas considerados

		PNT 1985- 1989	PNT 1989- 1993	Total PNTs	PENT	Revisão PENT	Total PENT + Revisão PENT
		N=15	N=22	N=37	N=7	N=3	N=10
		(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
Legislação e política	Legislação	0	6	4	0	0	0
	Política e organização	9	2	5	0	11	7
	Financiamento	6	8	7	0	0	0
Marketing	Marketing	0	2	1	11	6	7
Importância	Desenvolvimento	15	10	12	22	33	30
	Conservação	2	2	2	0	6	4
	Valor	13	6	9	22	6	11
	Diversificação	0	6	4	11	6	7
	Outros	6	2	4	0	0	0
Componentes do produto turismo no espaço rural	População	6	5	5	0	11	7
	Natureza	4	7	6	0	0	0
	Agricultura	9	1	4	0	0	0
Turismo	Turismo	31	42	38	33	22	26
Total	Total	100	100	100	100	100	100

Comparando os diversos planos, é possível perceber que a importância relativa da associação entre palavras com o prefixo “*rura*” e turismo é maior nos PNTs (onde também prevalecem expressões como “*agroturismo*”, “*TER*” e “*turismo rural*”), enquanto a importância relativa da associação entre desenvolvimento e palavras com o prefixo “*rura*” é maior no PENT e sua revisão. Estes resultados sugerem que, nos PNTs, a perspectiva de o turismo no espaço rural constituir um importante instrumento de desenvolvimento do território é mais. Nos PENT existe uma preocupação com o facto de o turismo poder contribuir para o desenvolvimento das áreas rurais, não estando sempre tão patente como nos PNT que esse desenvolvimento se deva preconizar através do TER. Este facto pode ser observado quando na revisão do PENT se identificam as áreas em que se deve apoiar o investimento nas zonas com interesse para o turismo.

Quando se considera o discurso especificamente sobre o rural, nos PNT as associações entre este discurso e algumas componentes do produto ‘turismo no espaço rural’, tais como a agricultura e a natureza, assumem maior relevância do que nos PENT. Encontram-se nos PNTs excertos como os seguintes:



“Portugal oferece boas possibilidades de desenvolvimento do turismo rural ou agroturismo que noutros países tem conhecido um grande êxito. A presença de vastos interiores ricos e atractivos naturais e paisagísticos, a originalidade da vida rural desconhecidas dos meios urbanos, a relação das pessoas com a natureza, a arquitectura das aldeias, são elementos que, correctamente organizados constituem um grande potencial turístico” (PNT 1985-1988) (Secretaria de Estado do Turismo, 1985: 157).

“Fornecer condições especiais para o T.E.R. – Turismo em Espaço Rural – com a existência no interior do território de vastas áreas exuberantes e plenas de atracções naturais e paisagísticas de originalidade da vida rural, da arquitectura do interior e aldeã, do relacionamento dos habitantes com a natureza e do seu contacto afável com os visitantes.” (PNT 1989-1992) (Secretaria de Estado do Turismo, 1989: 121).

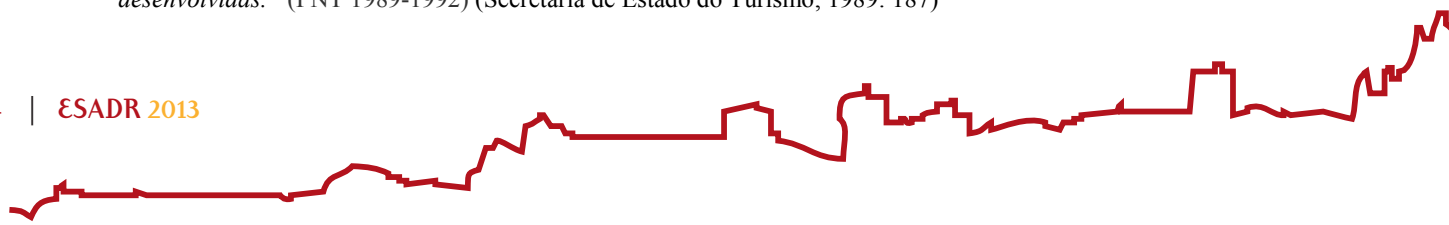
O contrário acontece com a associação entre este discurso e a população. No entanto, a alusão à população, nos PENT, aparece, sobretudo, no sentido de se garantir que a população das áreas rurais beneficie com o desenvolvimento do turismo:

“o desenvolvimento do setor [do turismo] deverá incidir em quatro vetores principais: - No desenvolvimento sustentável das regiões e comunidades locais, através do fomento ao empreendedorismo, desenvolvimento de fileiras relacionadas e potenciação da interação com as comunidades rurais e as suas atividades produtivas” (revisão do PENT) (Turismo de Portugal, 2011: 31).

Embora não existam muitas associações entre o discurso especificamente sobre o rural e os temas do marketing e da legislação e política, o marketing e o subtema “*política e organização*” têm uma importância relativa maior nos PENT do que nos PNT e, em contraste, a legislação e financiamento assumem uma maior importância relativa nos PNT do que nos PENT. Esta mudança de perspectiva está patente nos seguintes excertos dos planos nacionais:

“Os meios para o fomento do turismo rural, no âmbito do Plano, são:” ... “inventariação das propriedades e habitações que possam vir a ser integradas num programa de desenvolvimento futuro do turismo rural” ... “criação de esquemas financeiros de apoio ao turismo rural a serem implementados pelas instituições de crédito vocacionadas para o crédito agrícola.” (PNT 1985-1988) (Secretaria de Estado do Turismo, 1985: 216)

“Perante a nova legislação iniciou-se um processo que teve em vista a reclassificação das casas até aí inscritas” ... “embora seja cada vez maior o conhecimento dos agentes locais e populações acerca do turismo no espaço rural, há ainda muito para fazer, especialmente em regiões do interior menos desenvolvidas.” (PNT 1989-1992) (Secretaria de Estado do Turismo, 1989: 187)





Estes resultados corroboram resultados de análises anteriores que revelam que o rural era, numa primeira fase do processo, associado a um produto estratégico – o TER - que era preciso regulamentar e fomentar através de financiamento para, numa segunda fase, com os PENT, passar a ser considerado como um produto que é preciso promover junto do mercado.

Conclusão

Neste trabalho procurámos averiguar o lugar do rural e da ruralidade nos planos nacionais de turismo entre 1985 e 2011. A principal conclusão da análise efetuada prende-se com a diminuição da relevância dada ao rural e aos produtos turísticos a ele associados, especialmente depois de 2007. Nestes planos, especialmente dos anteriores a 2007, as referências ao rural têm sobretudo incidido sobre o fenómeno turístico e sobre a relevância que o rural assume no contexto do turismo. As referências a políticas mais específicas para promover o turismo no âmbito do rural são bastante mais escassas. Das análises efetuadas, constata-se também que o rural que surge nos PNT aparece frequentemente associado ao património natural e cultural, nomeadamente à agricultura, arquitetura típica, beleza paisagística e áreas protegidas. No que diz respeito aos produtos de turismo no espaço rural, por um lado, o PNT centra-se no turismo rural, agroturismo e turismo de habitação. Por outro lado, no PENT utiliza-se muito pouco a expressão turismo no espaço rural, incluindo uma referência mais indireta a práticas turísticas passíveis de serem realizadas no espaço rural, nomeadamente o *touring* cultural e paisagístico, o turismo de natureza, o turismo de saúde/bem-estar, o turismo gastronómico e o enoturismo.

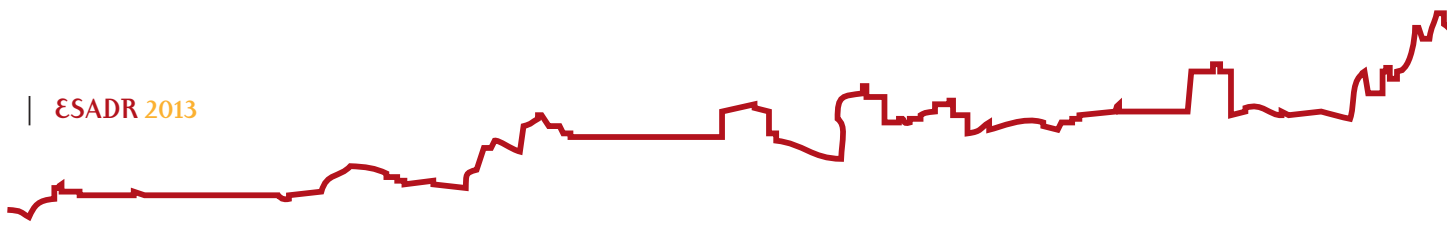
Assim, observa-se que no PNT se enfatizam as características, os recursos e a necessidade do ordenamento dos territórios rurais como base para o desenvolvimento de produtos turísticos diversificados que sejam suscetíveis de competir com os tradicionais produtos de Sol e Mar. No PENT o rural e os produtos que nele podem desenvolver-se perdem a sua posição estratégica sendo, aparentemente, substituídos por uma maior ênfase no turismo de natureza e, conseqüentemente no papel das áreas protegidas nacionais para o seu desenvolvimento.



Na análise efetuada é, então, possível identificar duas grandes tendências correspondentes aos períodos a que se referem cada um dos planos analisados. A primeira relaciona-se com o que foi já referido, ou seja, a perda de relevância do rural enquanto produto turístico e a sua progressiva substituição pelo turismo de natureza que, no PENT, surge claramente como um dos dez produtos turísticos estratégicos de Portugal.

A segunda tendência relaciona-se com a passagem da ênfase colocada na regulamentação das atividades turísticas para o reconhecimento crescente da necessidade da sua promoção. Assim, nos anos oitenta do século XX, a preocupação com a regulamentação das diversas atividades/modalidades turísticas em espaço rural era muito mais visível do que atualmente. A referência, nestes planos, à organização do turismo nas áreas rurais, à sua regulamentação e ao seu financiamento pode ser entendida à luz da recente consideração do TER como produto turístico, tendo-se verificado neste período, como já foi anteriormente referido, uma proliferação de legislação e de instrumentos financeiros. No entanto, durante muito tempo, grandes insuficiências continuaram a caracterizar o turismo (incluindo o TER) em Portugal, apesar dos avultados apoios comunitários no âmbito dos diversos Quadros Comunitários de Apoio (e.g. Figueiredo, 2003).

Depois de 2007, é mais visível a preocupação com a melhoria e diversificação da oferta turística, estando mais patente uma preocupação com a promoção e o marketing dos produtos considerados estratégicos. No entanto, tanto ao nível do marketing, como em todo o PENT em termos gerais, a perspetiva sobre o rural deixou, como já mencionado, não só, de ser tão visível, como passou a ser menos abrangente, colocando quase toda a ênfase na contacto com a natureza e negligenciando a atenção dada a outros aspetos como o património cultural tangível e intangível das comunidades locais. Reconhecendo a importância que as áreas rurais possuem para o turismo, correspondendo a destinos multifacetados detentores de importante património natural e cultural preservado e autêntico, e reconhecendo também a relevância do turismo para a diminuição do isolamento das áreas rurais, bem como para a sua dinamização, seria importante que esta relevância fosse enfatizada nos planos e que se apontassem políticas e ações capazes de promover o desenvolvimento sustentável do turismo em áreas rurais.





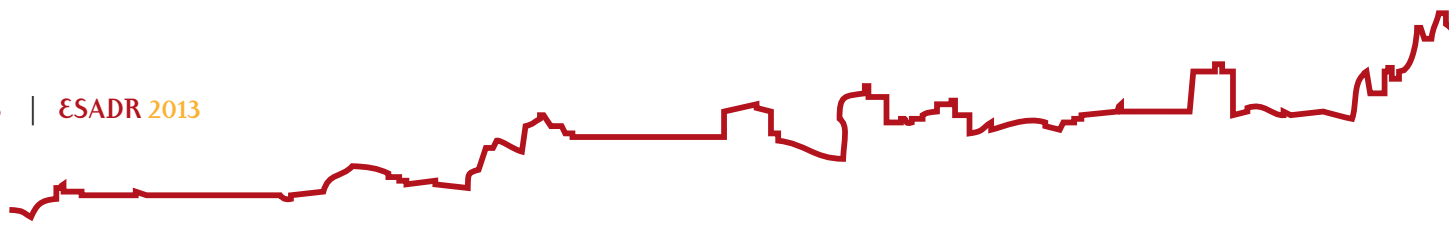
Seria também importante, dado que o processo de regulamentação do TER se encontra agora mais estabilizado, que os planos nacionais de turismo pudessem neste momento fornecer linhas orientadoras para a promoção deste tipo de turismo. Considerando a importância que parece estar a ser conferida ao turismo de natureza, sugere-se também que nas eventuais políticas que possam vir a ser definidas para o TER, se enfatizem as oportunidades de proximidade com a natureza.

Referências Bibliográficas

- Butler, R., & Hall, M. (1998). Image and reimagining of rural areas. In: Richard, C.; Butler, R.; Hall, M. & Jenkins, J. (Eds.), *Tourism and recreation in rural areas*, Chichester, John Wiley & Sons, 115-122.
- Cavaco, C. (1999). O mundo rural português: desafios e futuros. In: Cavaco, C. (Coord.) *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia*, Lisboa, CEG, 135-148.
- C.C.E. (1988). *The Future of Rural Society*. Bulletin of the European Communities, 4/88, Bruxelas.
- Covas, A. (2011). Futuros do mundo rural português: De espaço produtos a espaço produzido: Mercados emergentes e neo-rurais. In: Figueiredo, E.; Kastenholz, E.; Eusébio, M.C.; Gomes, M.C.; Carneiro, M.J.; Batista, P. & Valente, S. (Coords.), *O Rural Plural – Olhar o presente, imaginar o futuro*. Castro Verde: 100 Luz, 59-70.
- Cunha, L. (2013). *Economia e Política do Turismo*. Lisboa, Porto: LIDEL.
- Figueiredo, E. (2003) Quantas mais ‘aldeias típicas’ conseguimos suportar? Algumas reflexões a propósito do turismo como instrumento de desenvolvimento local em meio rural. In: Simões, O. & Cristóvão, A. (eds.) *Turismo em Espaços Rurais e Naturais*, Coimbra, IPC, 65-81.
- Figueiredo, E. (2011). Um rural cheio de futuros? In: Figueiredo, E.; Kastenholz, E.; Eusébio, M.C.; Gomes, M.C.; Carneiro, M.J.; Batista, P. & Valente, S. (Coords.), *O Rural Plural – Olhar o presente, imaginar o futuro*. Castro Verde: 100 Luz, 13-46.



- Figueiredo, E. & Raschi, A. (2012). Immersed in Green? Reconfiguring the Italian countryside through rural tourism promotional materials. In: Hyde, K., Ryan, C. & Woodside, A. (Eds.) *Field Guide for Case Study Research in Tourism, Hospitality and Leisure*, Bingley: Emerald Group Publishing Limited, 17-44.
- Garrod, B., Wornell, R., & Youell, R. (2006). Re-conceptualising rural resources as countryside capital: The case of rural tourism. *Journal of Rural Studies*, 22, 117-128.
- INE (2013). *Estatísticas do Turismo*. Lisboa, INE.
- Jenkins, J., Hall, C.M. & Troughton, M. (1998). The restructuring of rural economies: rural tourism and recreation as a government response. In: Butler, R. H.; Hall, C. M. & Jenkins, J.M. (Ed) *Tourism and Recreation in Rural Areas*, Chichester: John Wiley & Sons, 43–65.
- Kastenholz, E., Davis, D. & Paul, G. (1999). Segmenting Tourism in Rural Areas: The Case of North and Central Portugal. *Journal of Travel Research*, 37, 353-363.
- Lane, B. (2004). What is rural tourism? *Journal of Sustainable Tourism*, 2 (1/2), 7-21.
- Matos Fernandes, A. (2013). The rurality reinvention discourse: urban demands, expectations and representations in the construction of an urban rurality project. In: Silva, L. & Figueiredo, E. (Eds.) *Shaping Rural Areas in Europe – perceptions and outcomes on the present and the future*, Dordrecht, Springer, 213-226.
- Pérez, X. P. (2003). Patrimonialização e transformação das identidades culturais. Portela, J. & Castro Caldas, J. (Eds.) *Portugal Chão*. Oeiras, Celta Editora, 231-247.
- Peixoto, P. (2002). *Os Meios Rurais e a Descoberta do Património*. Cadernos Oficina do Centro de Estudos Sociais, nº 175.
- Pina, P. (1988). Portugal: *O turismo no século XX*, Lisboa, Lucidus.
- Secretaria de Estado do Turismo (1985). *Plano Nacional de Turismo 1985-1988*, Lisboa, SET.
- Secretaria de Estado do Turismo (1989). *Plano Nacional de Turismo 1989-1992*, Lisboa, SET.
- Soares da Silva, D. & Figueiredo, E. (2013). A Política do Rural na Política em Portugal – Quão novos são os novos desafios da estratégia Europa 2020 para o mundo rural?.





Conferência Internacional Europa 2020/II Conferência de Planeamento Regional e Urbano, 5-6 de Julho de 2013, Aveiro, Universidade de Aveiro.

Silva, S. & Carvalho, P (2011). Programas e Sistemas de Incentivos Europeus com Incidência na Actividade Turística em Espaço Rural: O Exemplo do PRIME (Portugal, 2000-2006). In: Figueiredo, E.; Kastenholz, E.; Eusébio, M.C.; Gomes, M.C.; Carneiro, M.J.; Batista, P. & Valente, S. (Coords.), *O Rural Plural – Olhar o presente, imaginar o futuro*. Castro Verde, 100 Luz, 315-328.

Turismo de Portugal (2007). *Plano Estratégico Nacional do Turismo: Para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal*. Lisboa: Turismo de Portugal, ip. Disponível em

<http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/publicacoes/Documents/PENT%202007.pdf> [Acedido no dia 12 de julho de 2013].

Turismo de Portugal (2011). *Plano Estratégico Nacional do Turismo - Propostas para a revisão no horizonte 2015 – Versão 2.0*. Lisboa: Turismo de Portugal, ip. Disponível em

http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/Documents/PENT_Revis%C3%A3o.pdf [Acedido no dia 12 de julho de 2013].

Zhou, Q. e DeSantis, R. (2005). Usability issues in city tourism website design: a content analysis. In: *2005 IEEE International Professional Communication Conference Proceedings*, IEEE, 789-796.

O ECOTURISMO E A GESTÃO SUSTENTÁVEL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: O Caso de Bonito – MS¹

Msc. Adriana Maia Pinto Ishihara²

Prof. Dr. Pedro Henrique Zuchi da Conceição³

Prof. Dr. Jorge Madeira Nogueira⁴

Prof. Dra. Denise Imbroisi⁵

Resumo

Diante de um imenso patrimônio nacional, 698 Unidades de Conservação (UC's) federais e estaduais, comprometido pelo estado precário de investimentos, o ecoturismo, por ser uma atividade econômica compatível com os propósitos e especificações das UC's, é tido pela política nacional como uma opção para integrá-las em seu contexto regional por meio de uma gestão econômica sustentável para que sejam implantadas, cuidadas e preservadas. Estimar a real contribuição da atividade de ecoturismo para a gestão econômica sustentável de uma UC com foco no seu equilíbrio econômico-financeiro é o objetivo central. Foi escolhida a Unidade de Conservação estadual Monumento Natural da Gruta do Lago Azul em Bonito no Estado de Mato Grosso do Sul no Brasil. Entre as etapas realizadas e os resultados obtidos destacam-se: a) Estrutura analítica com os limites para gestão econômica sustentável dos recursos naturais de uso comum; b) Diagrama do ciclo vicioso da política ambiental das Unidades de Conservação no Brasil; c) Rompimento do paradigma: capacidade de carga sem monitoramento ambiental rotulada como um mecanismo de manejo ou gestão sustentável; e d) Valores derivados da aplicação do Sistema de Projeção de Investimentos Mínimos para a Conservação – IMC para a UC Monumento Natural da Gruta do Lago Azul. Constatou-se que a UC contribuiu com o desenvolvimento econômico do entorno e apresenta um resultado financeiro positivo quanto ao potencial do ecoturismo para financiar tanto o custo da atividade econômica, como à consolidação ou revitalização da UC e ainda a manutenção anual da unidade. Quanto ao resultado econômico constatou-se que a UC apresenta uma situação de ganho-ganho no curto prazo, por ter sido retirada do abandono político e institucional e assumida pelo grupo gestor, porém insustentável no longo prazo devido às limitações institucionais e às externalidades ambientais negativas que se acumulam, se intensificam e não são tratadas, pois não são monitoradas.

Palavras-chave: Ecoturismo; Unidades de Conservação; Gestão Sustentável; Recursos de Propriedade Comum; Capacidade de Carga.

¹ Artigo resumo da Dissertação de Mestrado em Gestão Econômica do Meio Ambiente do Programa de Pós-graduação do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB) da mestrandia Adriana Maia Pinto Ishihara (texto completo no site da Unb <http://hdl.handle.net/10482/11565>) defendida em agosto de 2011.

² Mestre em Economia pela Universidade de Brasília (UnB), Especialista em Gestão Pública pela União Pioneira de Integração Social (UPIS) e Especialista em Gestão e Marketing do Turismo pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: adrianampi@yahoo.com.br.

³ Doutor em Economia pela Universidade de São Paulo (USP), Brasil, Professor adjunto da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: pedrozuchi@unb.br.

⁴ Doutor em Desenvolvimento Agrário pela University of London (UL), Inglaterra. Mestre em Engenharia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Professor titular da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: jmn0702@unb.br.

⁵ Doutora em Química pela Universidade da Flórida (EUA), Professora Adjunta do Instituto de Química (IQ) da UnB, e-mail: imbroisi@unb.br e resqui@unb.br.



Introdução

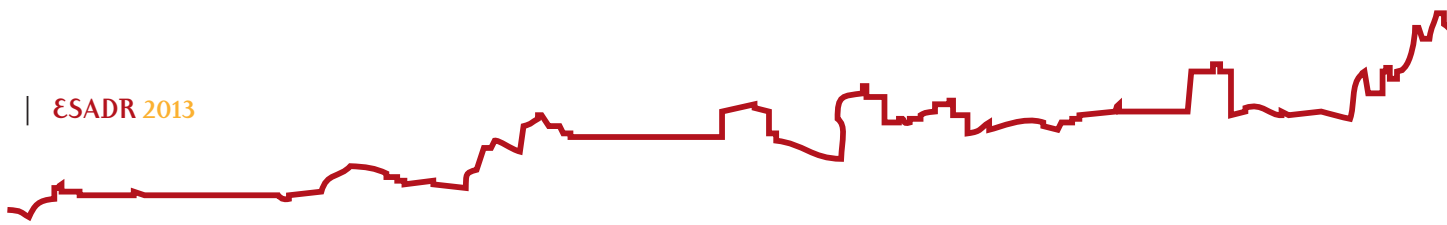
A alternativa para viabilizar as Unidades de Conservação (UC's) no Brasil tem sido à busca do envolvimento das comunidades circunvizinhas por meio de exploração de atividades econômicas sustentáveis. O ecoturismo constitui em uma das formas para conter a inércia do “abandono” financeiro e institucional que se encontram as UCs e adentrar no caminho de uma gestão sustentável (MEDEIROS et. al., 2011).

Este otimismo baseia-se em dados do cenário mundial onde o setor de ecoturismo tem crescido acima da média e especialmente no hemisfério sul é uma fonte de renda representativa (DRUMM, 2008). Para o Brasil, isso não é diferente. Segundo relatório do MMA de 2008, cerca de 6,4 milhões de postos de trabalhos formais e informais vem de atividades ligadas ao turismo (MMA-2, 2009, p.26). Os dados apontam para resultados positivos da exploração ecoturística para o desenvolvimento econômico da região e para a entrada de divisas para o país. A questão então passou a ser: quais são os resultados apropriados pela Unidade de Conservação derivados da exploração econômica do ecoturismo?

Objetivando confirmar a contribuição positiva para o desenvolvimento da região e responder esta questão procedeu-se a uma análise aplicada a Unidade de Conservação Estadual Monumento Natural da Gruta do Lago Azul localizada no município de Bonito – MS, que possui aproximadamente 20 anos de exploração ecoturística do atrativo da Gruta do Lago Azul. É importante ressaltar que esta unidade representa uma exceção no universo de UC's do Brasil devido ao elevado grau de desenvolvimento e profissionalização da atividade ecoturística estabelecido no atrativo.

O avanço deriva-se da vocação turística privilegiada da região com formações espeleológicas e rios de águas cristalinas com cenários e atrativos diferenciados, propiciando ao longo do tempo a formação de um estruturado arranjo institucional local agregando interesses econômicos, sociopolíticos e ambientais, estabelecendo-se assim um contexto favorável ao aproveitamento econômico de recursos naturais.

De forma a apresentar resumidamente os principais resultados obtidos com o estudo este artigo estrutura-se em seções que retratam pontos estratégicos para gestão econômica sustentável de recursos naturais; as UC's no Brasil e a exploração econômica do ecoturismo; a descrição da UC e análise financeira e da exploração ecoturística atual e projeções.



1. Pontos Estratégicos para Gestão Econômica Sustentável de Recursos Naturais

O desafio sob o foco de gestão econômica sustentável de recursos naturais de uso comum, no caso das UC's, foi determinar pontos estratégicos de gestão em três áreas: economia ecológica, economia ambiental e a economia do ecoturismo.

Sob o foco da economia ecológica, especificamente de sua vertente a economia da sobrevivência, o centro de preocupação para o desenvolvimento econômico sustentável com o uso de recursos naturais tem sido a resiliência ecológica. Segundo Perrings (2006, p.418), para os sistemas econômicos a resiliência tem a ver com “*a habilidade de um sistema resistir a choques do meio ambiente ou do mercado sem perder a capacidade: de alocar recursos eficientemente (a funcionalidade do mercado e o suporte institucional), ou de prover os serviços essenciais (a funcionalidade do sistema produtivo)*”. Os cientistas, sob este foco, observaram que a capacidade de resiliência está relacionada com a interação de diversos subsistemas e seus respectivos ciclos de evolução, originando um sistema complexo e não linear.

Segundo Gunderson e Holling (2002) cada subsistema segue um ciclo, chamado por Holling de Ciclo Adaptativo ou Anel de Holling, constituindo a unidade fundamental de um sistema complexo. Além dos sistemas ecológicos este ciclo passou a ser utilizado por diversas áreas, inclusive para estudos econômicos por meio dos sistemas complexos e não lineares. O ciclo apresenta quatro fases, sendo as duas últimas adicionais ao conceito anterior da dinâmica ecológica: Crescimento ou Exploração (r), Conservação (K), Colapso ou Libertação (Ω) e Reorganização (α).

O ciclo foi concebido com orientação tridimensional, constituindo as três propriedades que moldam o padrão das mudanças dinâmicas em um ciclo adaptativo: conectividade, potencialidade e resiliência (Figura 1), onde o ciclo está inserido em uma estrutura cúbica para visualização das dimensões.

Os autores explicam que a terceira dimensão do ciclo adaptativo, a resiliência – que determina o grau de vulnerabilidade de um subsistema, se expande e se contrai durante todo o ciclo. A retração é observada quando o ciclo está caminhando de r para K , “foreloop”, e a expansão ocorre com a rápida mudança para o “backloop” (caminho de Ω para α) quando ocorrerá a reorganização dos recursos acumulados.



Figura 1 - RESILIÊNCIA – A TERCEIRA DIMENSÃO DE UM CICLO ADAPTATIVO

DIMENSÕES DO CICLO ADAPTATIVO OU ANEL DE HOLLING:

1. **POTENCIALIDADE:** estabelece limite para o que é possível. Determina o número de opções para o futuro, ou seja, qual a potencialidade do sistema. É o capital acumulado.
2. **CONECTIVIDADE:** determina o grau em que o sistema pode controlar o seu próprio destino, sem ser capturado por inconstâncias externas.
3. **RESILIÊNCIA:** determina o grau de vulnerabilidade de um sistema em relação a distúrbios ou surpresas que podem comprometer o seu controle.



Aspectos da Resiliência:

1. "Latitude" ou grau que um sistema pode ser alterado sem perder a capacidade de recuperação;
2. "Resistência" ou capacidade de um sistema de se prevenir de uma alteração. Relaciona-se com a capacidade adaptativa de um sistema;
3. "Precariedade" ou sua posição em relação à zona limite de segurança (onde se encontra a capacidade de carga ambiental) que indica o grau de estabilidade do sistema.
4. "Panarquia" ou a diversidade e o grau de sincronização dos subsistemas de um sistema em relação ao ciclo adaptativo. Quanto maior a diversidade tanto mais resiliente será o sistema.

Fonte: Adaptado a partir de figura de Gunderson e Holling (2002, p.41) e de Gunderson e Holling (2002, apud PERRINGS, 2006).

Segundo Perrings (2006), o sistema completo se torna mais vulnerável quando todos os subsistemas (ou empresas para a economia) se encontram coincidentemente no mesmo ponto frágil do ciclo (o de menor resiliência: fim de K) – situação conhecida como hipercoerência. Para o autor, sob uma perspectiva econômica dois fatores são muito importantes para o desenvolvimento: primeiro, a importância da zona de segurança, da irreversibilidade e da histerese⁶; e segundo, a harmonia da diversidade das espécies e sua interação.

Dessa forma, a função do sistema de preços é tanto sinalizar as mudanças iminentes em um determinado estado, como também induzir a mudança de estado. O problema aqui é que os mercados podem estar perdendo propriedades que afetam sua resiliência e neste caso o sistema de preços direcionará todo o sistema para junto da zona de segurança, sem que isso seja percebido, o que dificulta o desenvolvimento de instrumentos econômicos adequados para resistir às mudanças de estado.

Verificou-se então, que os fatores determinantes do valor ou preço de um recurso natural, enquanto um sistema complexo e não linear, quando de sua exploração econômica são: a harmonia da diversidade das espécies e sua interação. E para garanti-

⁶ Histerese: "Fenômeno semelhante à histerese magnética, observado em corpos elásticos sujeitos a esforço, e que consiste em que estes não recuperam logo, totalmente, a forma primitiva, após cessar o esforço elástico, o que resulta numa leve deformação que pode ser permanente" (Dicionário Michaelis de português).



los, ou seja, manter o preço do recurso natural, o desenvolvimento econômico deve ser realizado sob uma zona de segurança de forma a evitar danos ambientais irreversíveis. Para tanto, a estratégia nacional deve ser a identificação de uma escala espacial e temporal de desenvolvimento que mantenha o balanceamento entre os portfólios de ativos produzidos e os portfólios de ativos naturais e este equilíbrio deve estar a uma distância segura da zona de segurança (PERRINGS, 2006).

A primeira meta estratégica em busca da sustentabilidade, ou seja, a identificação de uma escala espacial e temporal de desenvolvimento baseado em uso de recursos naturais traduz-se primeiramente em tratá-los como bens econômicos. A questão passou a ser: Quais são as estratégias para tratar um recurso natural como um bem econômico? Em busca da resposta voltou-se a a análise para a economia ambiental.

Após análise de vários aspectos da teoria da economia ambiental e da teoria do novo institucionalismo conclui-se que o resultado eficiente da gestão sustentável dos recursos naturais como bens econômicos, depende do estabelecimento de arranjos produtivos, que incorporem simultaneamente características: controle de acesso e de consumo dos recursos naturais; administração eficiente dos direitos de propriedade sobre os recursos naturais; e gestão eficiente do crescimento da demanda. O Quadro 1 sumariza o primeiro resultado do estudo que destaca a estrutura analítica com limites para gestão econômica sustentável de recursos naturais de uso comum.




Buscar o crescimento sustentado de longo prazo, representado no Quadro 1 como o deslocamento do modelo de uso dos recursos naturais (células pontilhadas ou listradas) para a faixa de três células cinzas (condição viável), impõe um grande desafio mundial no sentido de quebrar a inércia do modelo sócio-político-econômico de desenvolvimento predominante (“path dependence”). Segundo Barbier (2011, p. 234) o desafio está em convencer os elaboradores de políticas mundiais que o desenvolvimento econômico deve levar em conta o aumento da escassez ecológica e que é necessário superar o problema mundial de falta de fundos para reverter o crescente declínio dos ecossistemas globais e dos serviços que estes proporcionam.



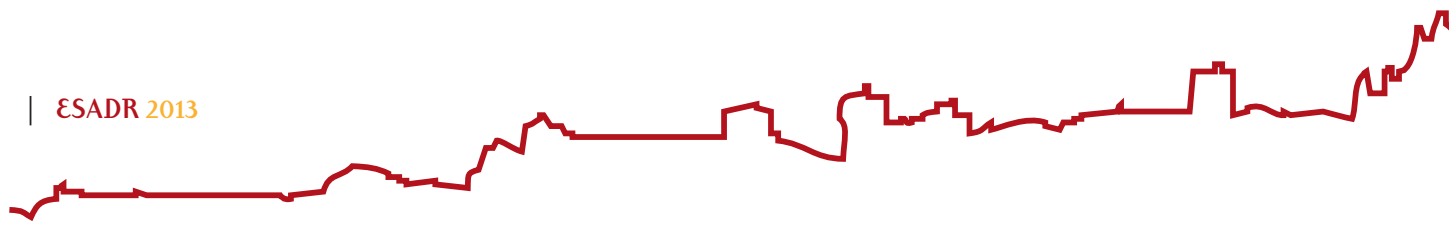
Quadro 1– LIMITES P/ GESTÃO ECONÔMICA SUSTENTÁVEL DE REC. NATURAIS

CATEGORIAS DE BENS ECONÔMICOS			
TIPO DE CONSUMO TIPO DE ACESSO / Direito Propriedade	CONSUMO RIVAL ou DISPUTÁVEL ou CONCORRENCIAL	ARRANJOS DE CONSUMO	CONSUMO NÃO RIVAL, NÃO DISPUTÁVEL ou CONJUNTO
ACESSO EXCLUDENTE, EXCLUSIVO ou LIMITADO / Direito de Propriedade Completo e Garantido (Posse Privada)	BENS PRIVADOS ▼ PRIVATIZAÇÃO DA RENDA E DOS BENEFÍCIOS, GERAÇÃO DE EXTERNALIDADES NEG. P/ COLETIVIDADE	BENS DE CLUBE	BENS SOB PEDÁGIO ou BENS NÃO RIVAIS EXCLUDENTES ▼ DEGRADAÇÃO/ ESGOTAMENTO (Obs.: Exploração Inadequada, pois Recursos Naturais São Finitos)
ARRANJOS DE ACESSO/ Direitos De Propriedade Garantidos (Posse Coletiva)	BENS COMUNS COM POSSE DEFINIDA DE UM GRUPO ou "COMMON PROPERTY RESOURCES"	BENS GERIDOS POR ARRANJOS COMUNS	RECURSOS INFINITOS + ACESSO CONTROLADO + POSSE COLETIVA ▼ DEGRADAÇÃO / ESGOTAMENTO (Obs.: Exploração Inadequada, pois Recursos Naturais São Finitos)
ACESSO NÃO EXCLUDENTE ou EXCLUSIVO ou LIVRE/ Ausência De Direito De Propriedade (Ausência De Posse)	BENS COMUNS SEM POSSE ou "COMMON POOL RESOURCES" ▼ SUPER EXPLORAÇÃO	CONSUMO PARCIALMENTE RIVAL DE RECURSOS FINITOS + ACESSO LIVRE + AUSÊNCIA POSSE ▼ SUPER EXPLORAÇÃO	BENS PÚBLICOS ou BENS PÚBLICOS PUROS ▼ DEGRADAÇÃO/ ESGOTAMENTO (Obs.: Exploração Inadequada, pois Recursos Naturais São Finitos)

Legenda:

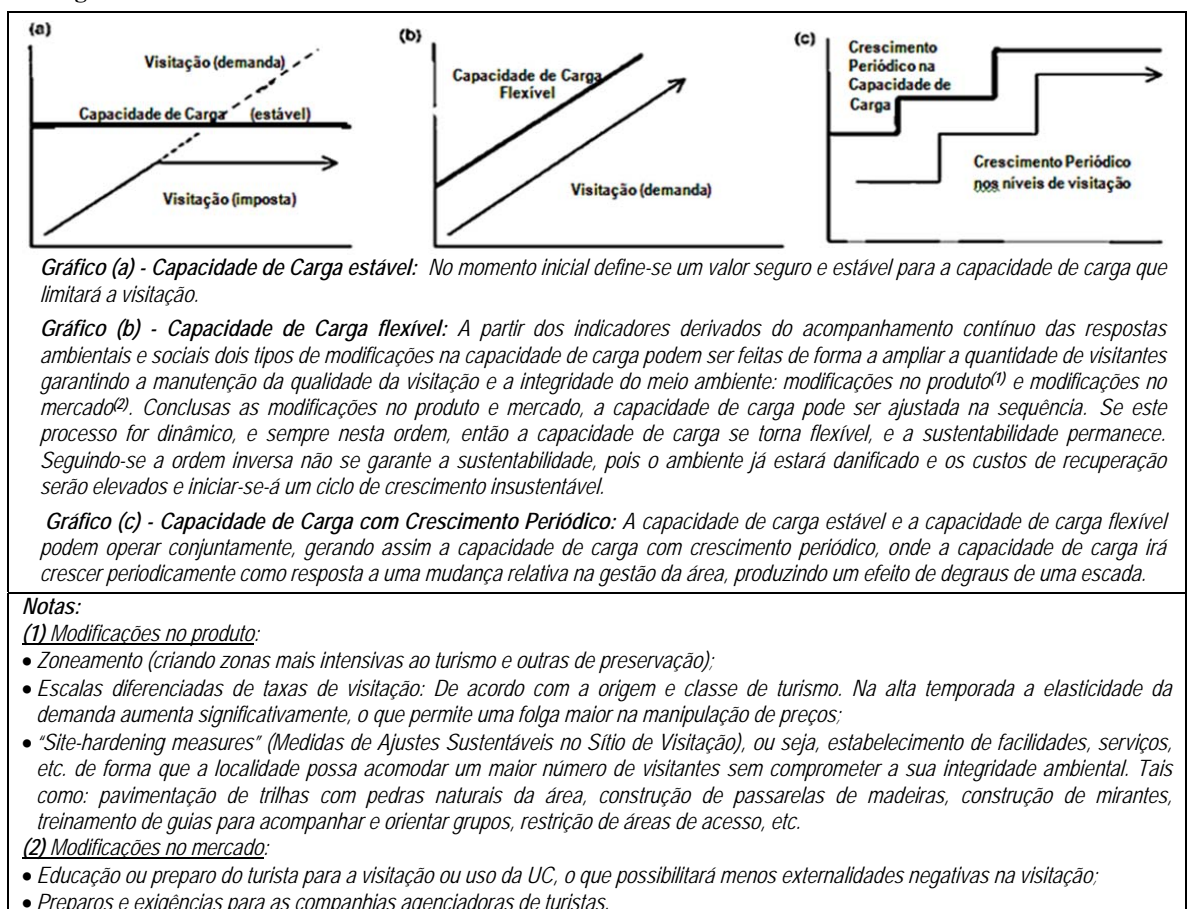
- a. ▼ Indica a consequência em caso de exploração de recursos naturais sob as respectivas fronteiras.
- b. Condição para gestão de recursos naturais (tipo de consumo + tipo de acesso + direito de propriedade):
- | | | |
|--|--|---|
|  Condição inadequada – pois, os recursos naturais são rivais e finitos. O uso considerando-os como infinitos levará ao esgotamento ou degradação. |  Condição que levará à degradação ambiental ou Super exploração |  Condição viável, desde que os direitos de propriedade sejam bem definidos e garantidos, o aumento da demanda bem gerenciado, e a coesão e o equilíbrio institucionais mantidos. |
|--|--|---|
- c. --- Linhas tracejadas e setas largas tracejadas indicam permeabilidade e direção de características de tipos de consumo ou acesso para os ARRANJOS, que são combinações de características. O arranjo varia de acordo com o grau de influência de determinada característica.
- d. TIPO DE CONSUMO:
- RIVAL: Consumo de um ser afeta o consumo dos demais
 - NÃO RIVAL: Consumo de um ser não afeta o dos demais
- e. TIPO DE ACESSO:
- EXCLUDENTE: Acesso pode ser limitado só p/ pagante
 - NÃO EXCLUDENTE: Acesso não impede "caronas"
- f. Direitos de Propriedade:
- Garantido em Posse Privada c/ acesso limitado
 - Garantido em Posse Coletiva c/ acesso misto
 - Sem Direito de Propriedade ► SEM POSSE e acesso livre

Fonte: Ishihara (2011, p 42).



A segunda meta estratégica em busca da sustentabilidade pressupõe outra questão: Como estabelecer a zona de segurança para a exploração do ecoturismo nas UC's? Nesse sentido, a análise da atividade econômica do ecoturismo e o ponto chave encontrado para a questão foi o principal mecanismo limitante de escala produtiva do ecoturismo: a capacidade de carga de visitação ecoturística, com aplicação conceituada na Figura 2.

Figura 2 – LIMITES ESTÁVEIS E FLEXÍVEIS DA CAPAC. DE CARGA ECOTURÍSTICA



Fonte: Adaptado de Lawson (2000, p. 293)

O uso eficiente do fator limitante capacidade de carga, com incorporação dos fatores de correção derivados de variáveis monitoradas, evita o caminho de alto risco ambiental na exploração do ecoturismo e auxilia na prevenção de danos ambientais irreversíveis, como a perda de biodiversidade. O que pressupõe, portanto, não só determinar o nível de capacidade de carga ambiental inicial, mas sim simultânea e continuamente avaliar e monitorar o nível de escassez ambiental ou o nível de estoque

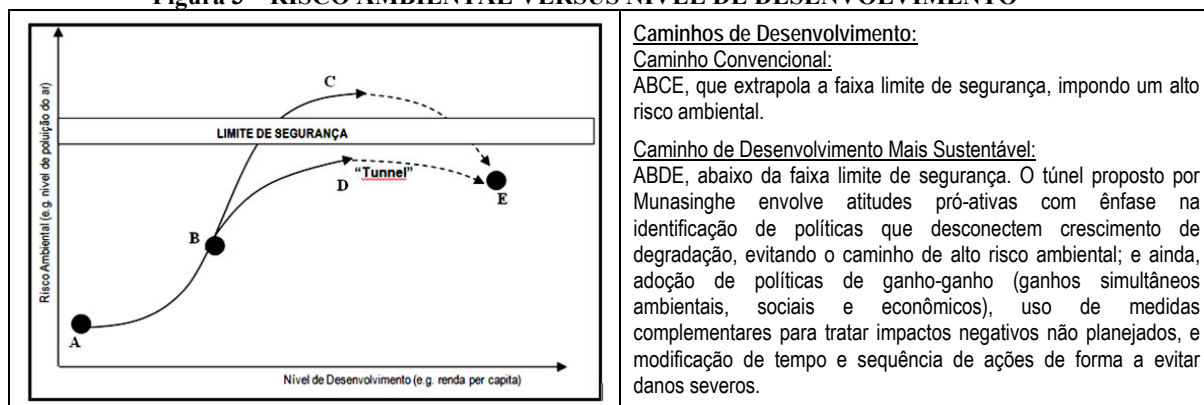


do fator produtivo recurso natural por meio de indicadores, viabilizando assim a atualização dos fatores de correção equivalentes, que têm a função de ajustar positiva ou negativamente o valor da capacidade de carga física resultando na capacidade de carga real. A criação e gestão desses indicadores ambientais é o que viabiliza também a incorporação do fator produtivo principal do ecoturismo – o meio natural – no processo de planejamento da atividade econômica (PEARCE E BARBIER 2000, apud BARBIER, 2011). O que torna o monitoramento ambiental atividade chave na busca da sustentabilidade ambiental e econômica do ecoturismo.

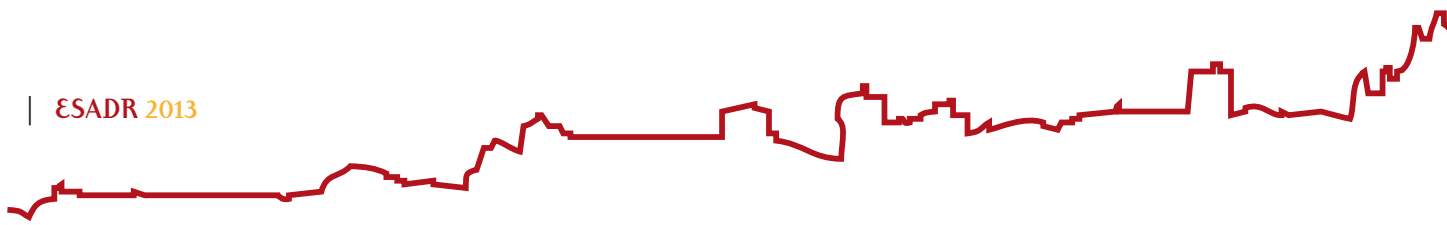
A capacidade de carga pode fornecer o limite de segurança para a exploração econômica sustentável do ecoturismo vinculada à execução contínua de monitoramento ambiental (Lawson, 2000), rompendo assim o paradigma atual de rotulá-la como mecanismo gestor ou de manejo quando sem esse vínculo efetivo. A capacidade de carga sem o monitoramento ambiental efetivo torna-se inócua como mecanismo gestor ou de manejo, ou ainda, uma “falsa” segurança que na ausência dos fatores ambientais limitantes tende a conduzir o desenvolvimento para o crescimento insustentável devido ao uso do recurso natural como recurso infinito, constituindo-se esse o segundo resultado do estudo.

A partir do estabelecimento do limite dado pela gestão eficiente da capacidade de carga, é possível determinar o máximo rendimento efetivamente sustentável do empreendimento (faixa limite de segurança) e então planejar um caminho ou túnel de desenvolvimento sustentável proposto por Munasinghe (2001).

Figura 3 – RISCO AMBIENTAL VERSUS NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO



Fonte: Adaptado de Munasinghe (1995c apud Munasinghe, 2001, p.175).



2. Panorama das UC's no Brasil e a Exploração Econômica do Ecoturismo

As Unidades de Conservação Brasileiras são áreas de proteção ambientais legalmente constituídas, em nível municipal, estadual ou federal e reguladas pela Lei 9.985 de 2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

De acordo com o MMA (MMA-3, 2011):

“As unidades de conservação (UC) são espaços territoriais, incluindo seus recursos ambientais, com características naturais relevantes, que têm a função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente.

As UC asseguram às populações tradicionais o uso sustentável dos recursos naturais de forma racional e ainda propiciam às comunidades do entorno o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis. Estas áreas estão sujeitas a normas e regras especiais.”

As 698 UC's (excetuando-se as RPPN's) federais e estaduais do país são divididas em dois grandes grupos: unidades de proteção integral – onde se enquadra a UC em estudo, e unidades de uso sustentável. E esses dois grupos subdividem-se em 12 categorias de manejo com diferentes características, objetivos e usos (Medeiros et. al. 2011).

Diante das restrições legais financeiras para sua exploração, do alto custo nacional para consolidação e ampliação desse grande patrimônio e da restrição orçamentária do país que comprometem objetivos básicos das estratégias de conservação, Camphora (2009, p.156), expõe que um círculo vicioso captura o debate não só nacional, mas mundial sobre a efetividade das metas de política de conservação da biodiversidade nas agendas nacionais dos países em desenvolvimento, “*onde gestão das áreas protegidas pressupõe insuficiência orçamentária, recursos humanos e materiais precários, entraves administrativos, institucionais e políticos*”.

Procurando representar este círculo vicioso de debate sobre as metas de política de conservação da biodiversidade no país e adaptando-o com o ciclo vicioso do desenvolvimento “insustentável” de Pearce e Barbier (2000, apud BARBIER, 2011, p.237) e com as demais informações levantadas neste estudo, construiu-se o diagrama: Ciclo Vicioso de Política Ambiental das Uc's no Brasil, Figura 4.

Diante do quadro de degradação dos recursos naturais a sociedade por sua vez, sem ferramentas estruturais, sem os direitos de propriedade garantidos pelo Estado e à mercê dos grupos dominantes locais com interesse no alto rendimento de curto prazo



encontra-se numa situação em que a solução para o problema demanda muitos recursos financeiros e muito tempo para mudar o panorama atual.

Esta indisposição de recursos e tempo para o investimento nas UC's, somadas aos escassos recursos para conservação ambiental e ao desconhecido retorno do valor do investimento em preservação no presente, resulta em total desestímulo político para a solução do problema atual; tendo como consequência a transferência da questão UC's para a lista de pendências. Dessa forma, as unidades desprotegidas como recursos de livre acesso à mercê do crescimento populacional, da ocupação territorial sem controle, da pobreza, resultando em mais degradação e uso insustentável; estabelecendo-se assim um novo ciclo com o estoque ambiental reduzido. Portanto, a consequência deste ciclo vicioso é a aceleração constante da degradação ambiental e da dilapidação das UC's e dos recursos naturais.



Fonte: Ishihara (2011, p. 55)

A reversão desse ciclo é complexa e tem um alto custo de transação por envolver diversas áreas e atores sócio-político-econômicos, o que explica em parte a inércia atual. A incorporação dos controles depende de políticas de longo prazo que segundo Camphora (2009), dependerá da efetividade das metas políticas de conservação no país em conformidade com a dimensão econômica nacional. Conhecer os custos necessários



para implantação e manutenção do sistema de UC's no país viabiliza a busca de verbas e parceiros para consolidação e manutenção do mesmo, lembrando que a fase de implementação ou consolidação das mesmas é a de maior necessidade de recursos financeiros, sendo fundamental o apoio internacional (MORSELLO, 2001).

Por isso, integrar as UC's às comunidades circunvizinhas por meio do ecoturismo passou a ser um dos objetivos da política nacional do meio ambiente em busca da sua consolidação e manutenção. No entanto, a busca desse efeito multiplicador positivo para a economia local pelos agentes envolvidos na cadeia turística pode se refletir negativamente para as UC's e seus atrativos naturais.

A proposta do ecoturismo se insere em um contexto de baixa escala de produtividade e com fortes fatores limitantes a sua produtividade em sua área de exploração, principalmente as restrições derivadas do zoneamento ecológico-econômico e dos estudos de capacidade de carga ambiental. O rendimento máximo sustentável desta atividade econômica está condicionado às fragilidades dos atrativos naturais, às limitações de manejo dentro de cada unidade, à sazonalidade da demanda, à disponibilidade de infraestrutura de receptivo local. O tempo exigido para esse ajuste da oferta torna o ecoturismo um produto, em geral, com a curva de oferta mais inelástica e com a curva de demanda bem mais elástica. Essas características limitam tanto o tempo de retorno do investimento como também a taxa de retorno privada da atividade econômica.

Outro fator primordial para a exploração sustentável do ecoturismo, derivado da teoria de capacidade de carga ambiental, é a importância da ordem de execução das atividades a ela vinculadas. O que se verifica na prática é uma inversão nesta ordem devido à pressão externa: primeiro providencia-se a alteração no mercado (estímulo à demanda) para somente depois promover os ajustes adequados na oferta (receptivo e infra-estrutura). Isso resulta em falhas na estruturação do produto, negligências em estabelecimento de rotinas adequadas de monitoramento ambiental, falhas nas exigências contratuais, etc. comprometendo todo processo de gestão do ecoturismo no ambiente natural. Este lapso perceptivo leva a “pequenas” decisões convenientes ao negócio, porém inconvenientes ao meio natural, que agregadas acabam descaracterizando o ambiente natural, conjugação designada por Kahn de: “tirania das pequenas decisões” (CUNHA, 1997, p.289). E neste cenário o futuro de um espaço



antes natural e preservado será o de um espaço depredado com elevado custo para recuperação; e a cobrança pelos danos ambientais além de custosa para o Estado poderá não chegar a tempo de resgatar o patrimônio natural perdido.

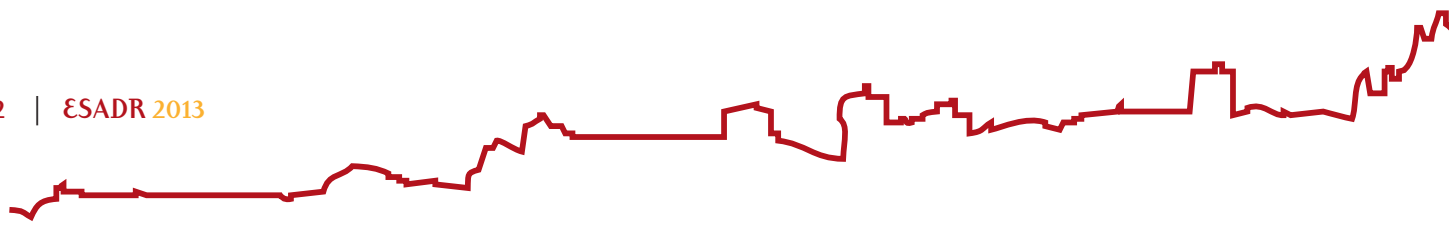
3. Descrição da UC e Aplicação do Sistema IMC

O principal objetivo da Unidade de Conservação Monumento Natural da Gruta do Lago Azul é garantir a integridade física e biológica das grutas do Lago Azul e Nossa Senhora Aparecida e contribuir para a manutenção do lençol freático na região (MOURA, 2008).

Em função do seu valor paisagístico, estas grutas foram tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – em 13 de outubro de 1978 (processo nº 979-T-1978). E os 273,6699 hectares divididos em duas áreas não contíguas que incorporam as duas grutas foram transformados em uma única Unidade de Conservação Estadual sob a categoria de manejo Monumento Natural em 11 de junho de 2001 pelo Decreto nº 10.394 do Estado do Mato Grosso do Sul.

De acordo com os dados levantados junto ao Instituto do Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul (IMASUL) em 2011, a UC não está consolidada, somente foram realizados dois planos de manejo que abarcavam as duas grutas. Apesar de nenhum ter sido publicado e oficializado, ambos foram utilizados como referência para planejamento da visitação e manejo em vigência. Sendo que a infraestrutura para receber 300 turistas por dia, planejada no último plano de manejo de 2007 (MOURA, 2008), de acordo com levantamento junto ao IMASUL, não estava implementada até junho de 2011 encontrando-se defasada tanto para a demanda em curso de visitantes como para a demanda proposta em novo trajeto de visitação.

A gestão da UC atualmente é realizada pelo Conselho Municipal de Turismo de Bonito - COMTUR, inclusive a exploração turística das grutas está sob sua responsabilidade. Não existe documento formal cedendo o dever de gestão do estado para o município, existe uma portaria do IMASUL que autoriza a visitação na Gruta do Lago Azul. A Lei 1.048 de 23 de março de 2005 do município de Bonito que reorganiza o COMTUR, em seu sétimo artigo destina ao Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR) a receita de arrecadação destinada ao município correspondente ao gerenciamento da Gruta do Lago Azul. Sendo que a visitação à gruta de N. S. Aparecida



está suspensa, pois segundo o último plano de manejo, a visitação depende de infraestrutura adequada, dentre outros fatores, pois o interior da gruta não possui luz natural e, portanto, necessita de um projeto de iluminação que não interfira na fauna, flora, temperatura e umidade da caverna, o que é oneroso e complexo.

O valor atual da capacidade de carga de visitação das grutas teve por base o trabalho dos autores Boggiani *et al.* (2007), que estudaram a visitação ecoturística nas duas cavernas e calcularam o valor pelo Método de Cifuentes. Para a Gruta do Lago Azul, os fatores temperatura e umidade da caverna não são alterados com a visitação devido ao alto fluxo de energia trocado com o meio ambiente, então os únicos fatores limitantes considerados no estudo da capacidade de carga real foram limite de manejo e piso escorregadio. Demais fatores limitantes, por exemplo, fauna e flora cavernícolas e externas, etc. dependem de monitoramento e, portanto não foram considerados no estudo, sendo sua conclusão:

- Capacidade de carga efetiva de visitação para a Gruta de N. S. Aparecida:
 - 270 visitas por dia (sem o guia).
- Capacidade de carga efetiva de visitação para a Gruta do Lago Azul:
 - Caminhamento atual (ida e volta pelo mesmo trecho de 162,5 m): 305 visitas por dia sem considerar o guia e em dias secos.
 - Caminhamento circular em construção (não há colisão de grupos, trecho de 243,6 m): 567 visitas por dia sem considerar os guias e em dias secos, sendo que as limitações de manejo ainda não foram calculadas para esta nova proposta, prevista para ser implantada no fim de 2011.

A Gruta do Lago Azul é o atrativo que mais atrai turistas à cidade, apesar da diversificação ocorrida com o decorrer dos anos. Sua visitação segue o mesmo formato da curva de crescimento do destino turístico de Bonito, no entanto, o município teve um crescimento mais acelerado na visitação do que o atrativo, devido à entrada dos empresários na cidade atraídos pela divulgação e estruturação do destino (os caronas), proliferando-se assim uma diversificação de atrativos, dando uma nova forma ao destino.

A partir da capacidade de carga atual e dos dados mensais de visitação à Gruta do Lago Azul, fornecidos pelo COMTUR, referentes ao período de 2006 a 2010 foi possível montar um gráfico da visitação real atual deste período, da sua respectiva



capacidade de carga ambiental máxima que será chamada de CCA absoluta atual, e ainda da visitação máxima para o novo caminhamento proposto que será chamado de capacidade de carga absoluta circular. Em relação às capacidades de carga máximas absolutas não se considerou nenhum fator limitante adicional, ou seja, consideraram-se todos os dias do ano propícios para visitação, sem chuvas ou outro fator de manejo. Para incluir estes fatores na capacidade de carga foi adotado o percentual de 20% para esta limitação, criando-se uma faixa de limitação climática e de manejo para cada caminhamento: atual e proposto; e o limite inferior da faixa será dado por: 80% da respectiva CCA absoluta.

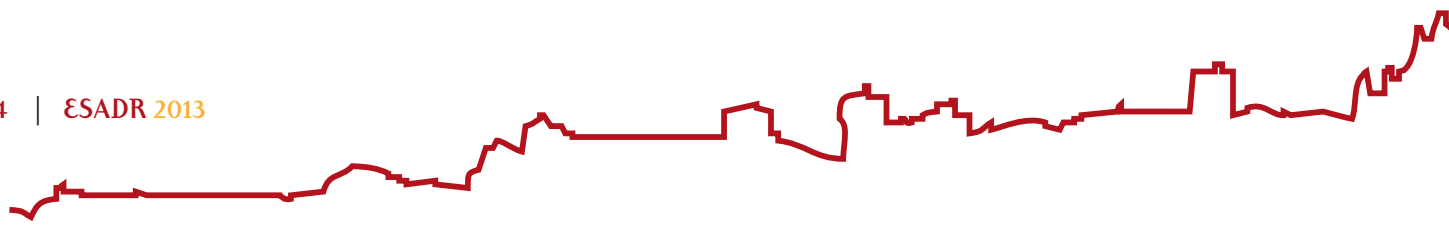
Observa-se pelos resultados da Figura 5 que: os picos de visitação se concentram nos meses de janeiro e julho, e ficam abaixo de 81% da capacidade de carga máxima absoluta do mês; sendo a média do período respectivamente de 23% e 25% em relação à capacidade de carga atual. Percebe-se ainda que o problema da sazonalidade foi amenizado do ano de 2006 até agora, sendo exceção o ano de 2008 (ano da crise global), com períodos críticos, principalmente nos meses de abril e setembro.

Constata-se a partir desses dados que a capacidade de carga ambiental é atualmente um fator limitante para o aumento da receita do atrativo apenas nos meses de alta temporada. Segundo o COMTUR⁷, a demanda diária não atendida de turistas nos meses de janeiro e julho gira em torno de 300 turistas por dia, praticamente o dobro da capacidade de carga atual da gruta. Considerando essa informação, observa-se que mesmo na alta temporada, período de pressão, e com demanda reprimida a quantidade de visitas não supera em nenhum dos anos os 81% de visitação.

Portanto para este estudo será considerado que este percentual pendente para se atingir a capacidade de carga absoluta de visitação representa a limitação climática e de manejo, e estimado como 20%. Resultando assim para cada uma das duas propostas de caminhamento, atual e circular, uma faixa de limitação climática e de manejo estimada.

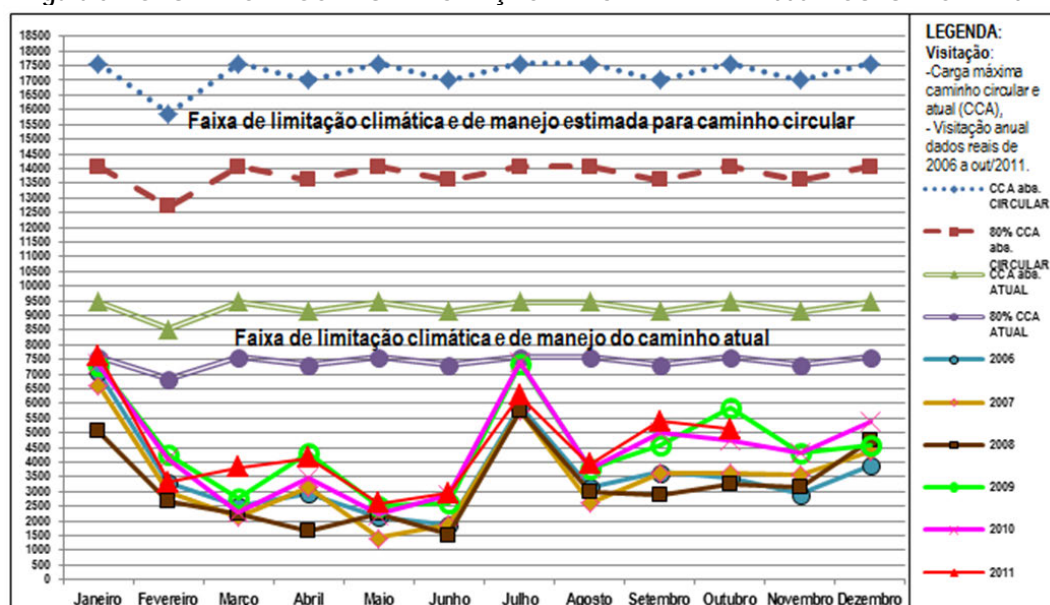
O sistema IMC prevê as despesas necessárias para a implantação definitiva da UC, mas não inclui os custos com a operacionalização da atividade ecoturística em si, por isso, com base nos cenários definidos e dados levantados foram primeiramente projetadas as despesas com ecoturismo na UC, de forma que a receita da atividade

⁷ Os dados foram levantados junto ao COMTUR em 2011 junto ao Diretor de Indústria Turismo e Comércio de Bonito – MS, por meio de troca eletrônica de e-mails.



cobrisse primeiramente seus custos, donde se obteve o resultado operacional anual da atividade ecoturística na UC.

Figura 5 – GRUTA DO LAGO AZUL - VISITAÇÃO MENSAL REAL DE 2006 A OUTUBRO DE 2011



Fonte: Ishihara (2011, p.83).

Assim foi possível proceder por meio dos resultados históricos da exploração ecoturística da UC e dos resultados derivados do Sistema IMC (manutenção e consolidação da UC), uma projeção de fluxo financeiro atual e futuro de forma a estimar a real contribuição econômico-financeira desta atividade para a unidade. Para incluir nas despesas o valor do investimento necessários para a consolidação da UC considerou-se, simplificadamente, um empréstimo deste valor para o investimento total no início do primeiro ano com pagamento anual em 10 parcelas, a uma taxa de 12% pelo sistema *price*, o que resultou em uma prestação anual de R\$ 289.417,60. Considerando esta parcela e o valor mensal necessário para a manutenção da UC foi possível projetar a tabela decenal de gestão da UC com recursos derivados do ecoturismo.

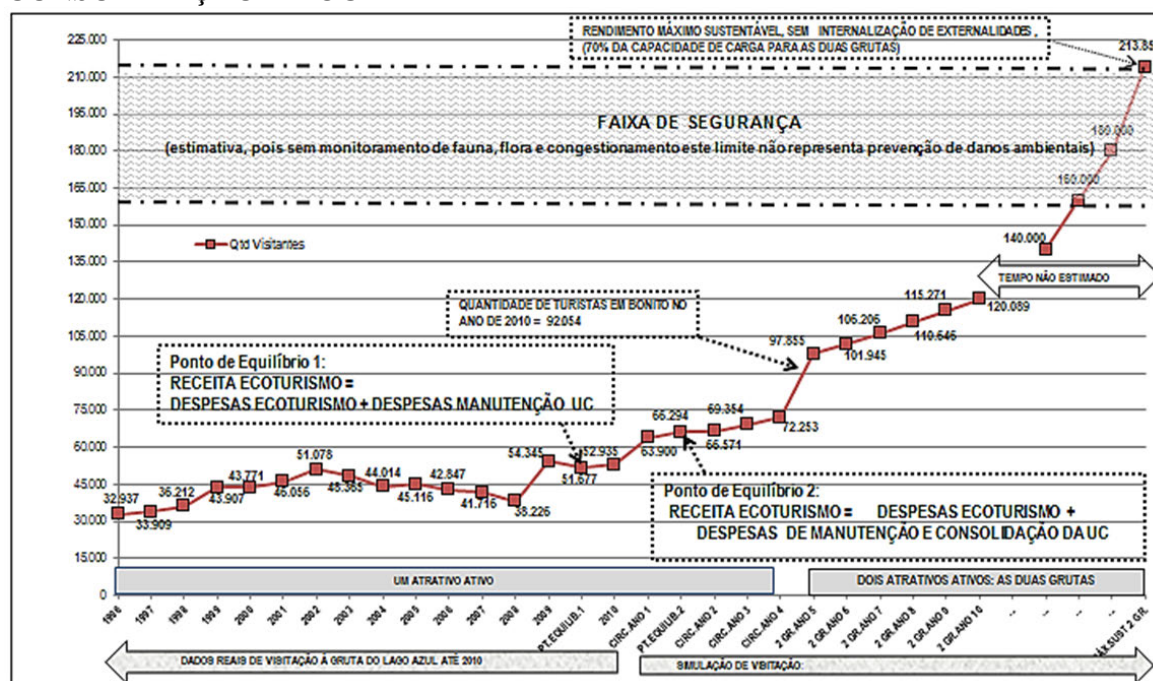
Acrescentando-se esta projeção de dez anos, ou seja, o fluxo anual da tabela decenal como continuação do gráfico de ciclo de vida real da UC, e a partir daí incorporando um intervalo de tempo não determinado e estendendo o ciclo até o máximo rendimento sustentável, obteve-se o gráfico de projeção do ciclo de vida da UC: com a unidade totalmente consolidada e com os dois atrativos sendo explorados



pela atividade do ecoturismo, vide Figura 6. Observam-se na figura dois pontos de equilíbrio entre receitas e despesas do ecoturismo na UC:

- Ponto de Equilíbrio 1: a receita com o Ecoturismo cobrindo os custos com a operacionalização da atividade e os custos referentes à manutenção da UC (valores estimados pelo Sistema IMC e ajustados para as duas áreas não contíguas da unidade).
- Ponto de Equilíbrio 2: a receita com o Ecoturismo cobrindo os custos com a operacionalização da atividade, os custos referentes à manutenção da UC, e ainda os custos anuais derivados da Consolidação da unidade.

Figura 6 – ECOTURISMO NA UC MONUMENTO NATURAL DA GRUTA DO LAGO AZUL – CICLO DE VIDA ATUAL E PROJETADO P/ CONSOLIDAÇÃO DA UC



Fonte: Ishihara (2011, p.104).

É importante ressaltar que o ponto de equilíbrio 1 encontra-se abaixo da quantidade de visitação atual real de 2010, ou seja, somente com a visitação no caminho atual da gruta azul é possível cobrir todas as despesas de manutenção de gestão da UC. E o ponto de equilíbrio 2 se encontra próximo ao segundo ano de ativação do caminho circular da Gruta do Lago Azul, com um acréscimo aproximado de 33% na quantidade de visitação atual real de 2010, ou seja, é viável financeiramente a partir da exploração do ecoturismo no atrativo da Gruta do Lago Azul, com um acréscimo de 33% na



visitação base ano de 2010, cobrir os custos de consolidação e manutenção anuais de gestão da UC como um todo. E a partir da ativação do segundo atrativo e do crescimento da visitação passa-se a ter um resultado operacional líquido final crescente, com um saldo financeiro resultante positivo de: $VPL = R\$ 2.443.016,13$.

4. Análise da Exploração Ecoturística: Atual e Projetada

Analisando-se os dados da curva de crescimento projetada – Figura 6 – destaca-se a média de crescimento da visitação muito superior à média do atrativo da gruta e também do município de Bonito, mesmo quando limitado aos 57% da capacidade de carga do final do fluxo de 10 anos. Este ritmo de crescimento pode comprometer o desenvolvimento sustentável da unidade devido principalmente à visitação intensiva na alta temporada sem o ajuste adequado no produto; o que é incompatível com a proposta de sustentabilidade tanto do ambiente não renovável como da atividade econômica.

Observando o formato da curva de crescimento projetada até o ponto de rendimento máximo sustentado, percebe-se uma semelhança com a curva do ecoturismo na Costa Rica que enfrenta dificuldades na exploração da atividade como: desarticulações institucionais, visitação acima da capacidade de carga ambiental, crescimento desordenado nos destinos e danos ambientais; processo resultante de distorções na aplicação dos conceitos de capacidade de carga após um ciclo de desenvolvimento do ecoturismo nas UC's associado às políticas indutoras de crescimento adotadas pelo país. Em dez anos a Costa Rica teve um crescimento exponencial no turismo (KOENS et al., 2009). Para o caso da UC Monumento Natural da Gruta do Lago Azul, o crescimento projetado é menos acelerado, porém, sem a consolidação da mesma, é da mesma forma insustentável com o agravante do recurso natural da unidade ser uma caverna – monumento natural não renovável.

Entretanto, é necessário complementar as receitas da UC por meio da previsão de mecanismos de pagamentos por serviços ambientais derivados dos impactos positivos do ecoturismo na UC para os produtores de serviços complementares. De forma que o ecoturismo possa contribuir financeiramente com os objetivos diretos do arranjo institucional gestor local na promoção do desenvolvimento econômico do entorno, financiar as despesas da atividade econômica, e ainda cobrir todos os custos de



gestão sustentável da UC em um ritmo de crescimento controlado, reduzindo a pressão na unidade em busca de renda.

Quadro 2 – IMPACTOS ECONÔMICOS DO ECOTURISMO NA UC M.N. DA GRUTA DO LAGO AZUL

VALOR ECONÔMICO	IMPACTOS ECONÔMICOS POSITIVOS (BENEFÍCIOS)	IMPACTOS ECONÔMICOS NEGATIVOS (CUSTOS)
VALOR DE USO DIRETO	<ul style="list-style-type: none"> Com base no método de custo de viagem: do início da atividade ecoturística (demanda local) para período atual (demanda nacional e internacional) houve modificação na curva de demanda, resultando em aumento do somatório do excedente do consumidor. Uma estimativa simplificada para o valor de uso direto anual atual da UC com base na teoria do método custo de viagem é: $VUD_{anual} = \text{gasto diário viagem} \times \text{qtd. Média anual visitas}^{(A)}$ $VUD_{anual} = R\\$ 155,95 \times 47.249 = R\\$ 7.368.481,50$ 	<ul style="list-style-type: none"> Violação do princípio básico de capacidade de carga, o produto não está estruturado, não há monitoramento ambiental, o que promove o uso insustentável no longo prazo.
VALOR DE USO INDIRETO	<ul style="list-style-type: none"> No curto prazo: a UC foi retirada do abandono institucional e financeiro, preservando parte das funcionalidades naturais e evitando o risco da tragédia dos recursos comuns. 	<ul style="list-style-type: none"> Abandono gerencial dos recursos naturais terá como resultado a perda futura das funcionalidades naturais.
VALOR DE OPÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> Arranjo institucional estabelecido mobilizou estudos e atitudes em prol da preservação. Arranjo institucional estabelecido viabilizou governança da UC. Uma estimativa simplificada para o valor anual atual de opção pela preservação da UC, baseada no método de custos evitados^(B): $VO_{anual} = \text{Parcela anual consol.ou revital.} + \text{Manutenção anual}$ $VO_{anual} = R\\$ 289.418,00 + R\\$ 841.365,00 = R\\$ 1.130.783,00$ 	<ul style="list-style-type: none"> No longo prazo o somatório das interferências artificiais para melhoria do ecoturismo reduz o valor econômico enquanto monumento natural.
VALOR DE EXISTÊNCIA	<ul style="list-style-type: none"> Regularização fundiária e institucionalização como UC. Aumento de pessoas que passam a admirar a UC o que aumenta a disposição a pagar pela preservação. Educação ambiental "in loco": turistas e comunidade modificam comportamentos a favor da sustentabilidade. 	<ul style="list-style-type: none"> Foco da gestão da UC está na atividade ecoturística e visa, portanto, ganho de escala (objetivo diferente da UC) tendo como consequência negligências gerenciais na gestão dos rec.naturais (Cap. Carga inadequada, não monitoramento, interferências no meio natural por meio de construções,...)
VALOR DE LEGADO	<ul style="list-style-type: none"> Pressão social para preservação influencia grupos políticos (quando da elaboração de leis), exemplo: tombamento da UC como patrimônio nacional, e grupos econômicos p/ associar marcas. 	<ul style="list-style-type: none"> Foco na gestão do ecoturismo no longo prazo proporciona uso insustentável da UC e perda de funcionalidades naturais no futuro reduzindo o valor de legado.

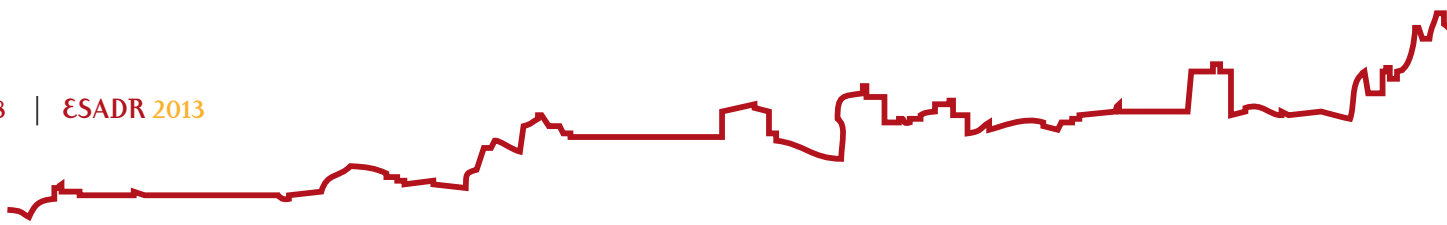
Notas:

^(A) Considerando-se a Quantidade média anual de visitantes 2006 a out/2011, e que o visitante investe o custo de um dia da sua viagem para visitar o atrativo Gruta do Lago Azul.

^(B) Considerou-se que o custo total de consolidação e manutenção da unidade por um determinado período, em valor presente, refere-se aos gastos necessários de preservação desta pelo mesmo período. De acordo com o método de valoração de custos evitados (também denominado gastos defensivos), tem-se que os gastos defensivos para não se alterar a qualidade do bem econômico (no caso espaço natural) podem representar um preço-sombra para este bem, concebendo então a UC como substituto perfeito do bem natural. Considerando ainda que o custo incorrido representa uma opção para que os recursos naturais possam ser preservados para o presente e o futuro (valor de opção), evitando-se, assim, as tragédias dos recursos comuns ou de privatização dos recursos de uso comuns, então os Custos Evitados da UC_{ANUAL} representam o Valor Econômico de Opção da UC_{ANUAL}.

Fonte: Ishihara (2011, p.105).

Quanto a exploração ecoturística atual, tem-se que a sazonalidade da demanda causa grande impacto sobre o empreendimento turístico, gerando pressão nos atrativos sobre a capacidade de carga na alta temporada, quando os turistas querem agregar mais benefícios às férias; e por sua vez, as agências, guias, hotéis, restaurantes, gestão



política do município e gestores dos atrativos têm nesse período uma receita potencial não utilizada. Essa pressão coletiva, quando organizada em prol de seus interesses, constitui uma forte ameaça ao próprio ecoturismo, pois o meio ambiente natural, diferentemente do meio urbano construído, uma vez sobre utilizado pode se tornar irrecuperável, e com um risco muito maior no caso de ambientes não renováveis como as grutas. Como consequência destaca-se: a modificação do produto por meio da construção do caminho circular e expansão da capacidade de carga para atender a demanda reprimida de janeiro e julho apesar de inexistir o monitoramento ambiental efetivo, ficando assim comprometida a sustentabilidade ambiental da gruta.

Outro fato que confirma a inadequação do uso do conceito de capacidade de carga é o ajuste da visitação antes do ajuste da infraestrutura de oferta, ou seja, sem a devida modificação do produto, pois o caminho circular tem previsão de liberação anterior a reestruturação da infraestrutura de recepção de visitantes, que já está defasada; ficando assim comprometida a sustentabilidade econômica do empreendimento turístico e também a sustentabilidade ambiental da UC, devido à concentração de turistas em espaço inadequado.

5. Conclusão Final

O sucesso do uso do recurso natural de forma sustentável depende, portanto, não só do estabelecimento da sua capacidade de carga ecoturística inicial, mas da gestão eficiente da capacidade de carga real, principalmente de monitoramento ambiental e da incorporação no cálculo e gestão efetiva de indicadores ambientais que garantam a exploração ecoturística sob uma escala espacial e temporal de desenvolvimento capaz de manter o balanceamento entre os portfólios de ativos produzidos e os portfólios de ativos naturais, e ainda, de manter este equilíbrio a uma distância segura da zona de segurança.

A falta de monitoramento ambiental e de construção de indicadores direciona a exploração econômica dos recursos naturais para a categoria de bens econômicos não disputáveis ou não rivais, ou seja, trata-os como bens infinitos; o que, por sua vez, conduzirá à sua degradação e conseqüente esgotamento. Nesse caso também, a sustentabilidade não acompanhada conduzirá ao insucesso no longo ou médio prazo a



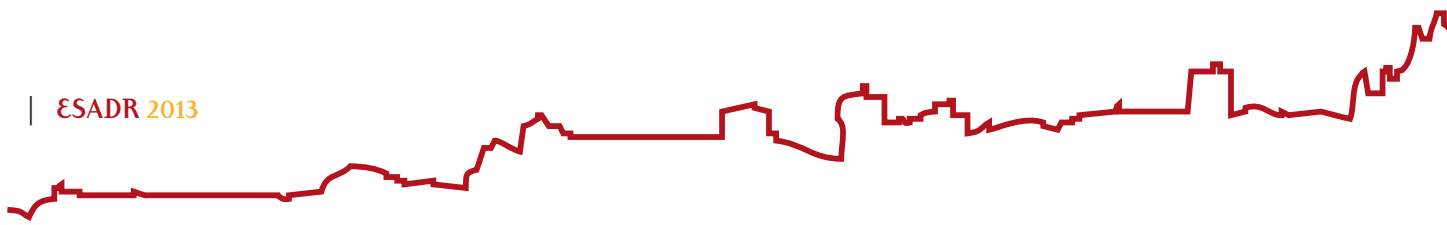
depende da intensidade da exploração do empreendimento ecoturístico dependente do recurso natural.

E a gestão eficiente da capacidade de carga real, por sua vez, depende formação de um arranjo institucional estratégico que: gerencie o recurso natural como um bem econômico finito e de propriedade comum com acesso controlado, que administre eficientemente os direitos de propriedade sobre os recursos em questão, e ainda que controle de forma eficiente também o crescimento da demanda, resguardando o equilíbrio do recurso natural.

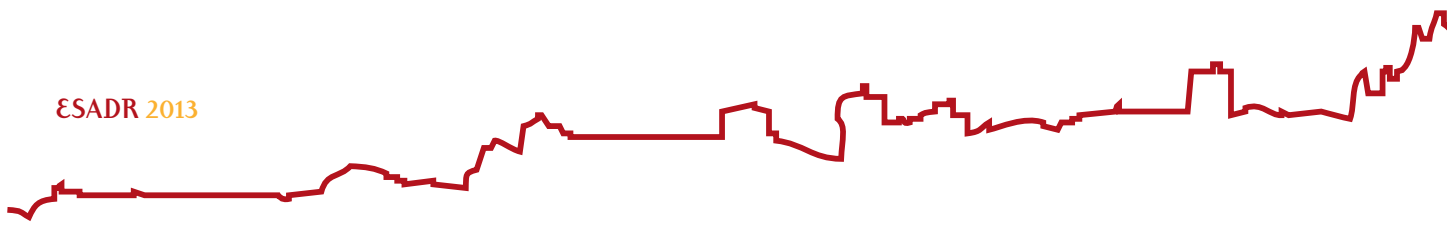
O ecoturismo pode, portanto, desde que o monitoramento ambiental seja efetivamente realizado e vinculado tanto à definição e ajuste da capacidade de carga de visitação contribuir tanto econômica como financeiramente para a gestão sustentável das Unidades de Conservação com alto potencial de atratividade.

6. Bibliografia

- BARBIER, Edward. **“The policy challenges for green economy and sustainable economic development”**. In: Natural Resources Forum nº 35, p. 233-245. United Nations, 2011.
- BOGGIANI, Paulo César; SILVA, Osvaldo José da; GESICKI, Ana Lúcia Desenzi; GALLATI, Eunice Aparecida Bianchi, SALLES, Leandro de Oliveira; LIMA, Maria Margareth Escobar Ribas. **Definição de Capacidade de Carga Turística das Cavernas do Monumento Natural Gruta do Lago Azul (Bonito, MS)**. Revista Geociências, vol.26, nº 4, p. 333-348, São Paulo: UNESP, 2007.
- CAMPORA, Ana Lúcia. **Sustentabilidade econômica das áreas protegidas no Brasil: lacunas institucionais para a consolidação de alternativas**. Revista: Ópera nº.9, p.155-171. 2009. Disponível em: <<http://foros.uexternado.edu.co/ecoinstitucional/index.php/opera/article/viewFile/693/655>>. Acesso em 17 de junho de 2011.
- CUNHA, Licínio, **Economia e Política do Turismo**. Portugal: McGraw-Hill, 1997.
- DRUMM, Andy. **The threshold of sustainability for Protected Areas**. Revista: BioScience. Vol.58, nº9, p.782-783, outubro de 2008. Published By: American Institute of Biological Sciences DOI: 10.1641/B580902.
- GUNDERSON, Lance H.; HOLLING, C.S. 2 ed. **Panarchy: understanding transformations in human and natural systems**. EUA – Washington: Island Press, 2002.
- ISHIHARA, Adriana Maia Pinto. Contribuição do Ecoturismo para Gestão Sustentável de Unidades de Conservação: O Caso de Bonito – MS. Dissertação (Mestrado em Gestão Econômica do Meio Ambiente) – Departamento de Economia da Universidade de Brasília – UnB. Brasília: Unb, 2011. 190f.
- KOENS, Jacobus Franciscus; DIEPERINK, Carel; MIRANDA, Miriam. Ecotourism as a Development Strategy: experiences from Costa Rica. Environment Development Sustainable, Springer, v. 11, p. 1225-1237, 2009.



- LAWSON, L. J. **“Public Protected Areas”**. In: WEAVER, David Bruce. The encyclopedia of ecotourism, p. 286-300. UK – London: Biddles Ltd. Guildford and King’s Lynn, 2000. ISBN: 0-85199-368- 0.
- MEDEIROS, R.; YOUNG, C.E.F.; PAVESE, H. B. & ARAÚJO, F. F. S. **Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional: Sumário Executivo**. Brasília: UNEP-WCMC, 44p, 2011.
- MMA-2. Ministério do Meio Ambiente. **Pilares para a Sustentabilidade Financeira do Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Departamento de Áreas Protegidas. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009. 72p. (Áreas Protegidas do Brasil, 7).
- MMA-3. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas – Sobre as Unidades de Conservação. Site: <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=240&idConteudo=10078&idMenu=10693>>.
Acesso em 21 de junho de 2011.
- MORSELLO, Carla. **Áreas Protegidas Públicas e Privadas: Seleção e Manejo**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001.
- MOURA, Flávia Neri de. **Entre Estalactites e Estalagmites: Territorialidades no monumento Natural da Gruta do Lago Azul**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana-MS, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia. Aquidauana: UFMS, 2008. 123f.
- MUNASINGHE, Mohan. *Implementing sustainable development: a practical framework*. In: CLEVELAND, Cluter J., David I. STERN e Robert COSTANZA (editores). *The Economics of Nature and the Nature of Economics*. UK: Edward Elgar Publishing, Inc., 2001.
- PERRINGS, Charles. *Resilience and sustainable development*. *Journal Of Environment and Development Economics*. V.11. United Kingdom: Cambridge University Press, 2006, p. 417–427. Doi:10.1017/S1355770X06003020.



***VÊ MOINHOS? SÃO MOINHOS*¹. Análise dos discursos sobre turbinas eólicas em Alvaiázere²**

Maria João Nunes (ICS-UL), Ana Delicado (ICS-UL), Elisabete Figueiredo (DCSPT e GOVCOPP; Universidade de Aveiro), Ana Horta (ICS-UL)

Resumo: Em muitas áreas rurais, os elementos tradicionais que marcam e diferenciam as paisagens convivem hoje com a presença cada vez menos discreta das turbinas eólicas. Encarando a paisagem como uma activação patrimonial, que impacto terão as turbinas eólicas na cultura e identidade local? Tendo por base um estudo de caso em Alvaiázere, onde a instalação do parque eólico levantou polémicas relacionadas, sobretudo, com a inscrição da Serra de Alvaiázere no Sítio da Rede Natura 2000, foram observadas as transformações sofridas após a implementação do parque. Partindo da divergência de interesses e de discursos entre poder local, empresas, ambientalistas e residentes pretende-se concluir acerca da visão que os diferentes atores têm sobre o parque e as turbinas eólicas. Quais os benefícios para o município e munícipes? E que impactos negativos se fizeram sentir? Assim, na análise dos dados pretende-se caracterizar as representações veiculadas relativamente à percepção social das transformações a nível local acarretadas pela instalação do parque eólico em Alvaiázere. Como sustentação empírica utilizamos a análise documental do relatório de consulta pública do parque eólico, a legislação em vigor relativa a parques eólicos, assim como todas as notícias avançadas pelos media antes, durante e depois do processo de instalação e entrevistas semiestruturadas aos atores envolvidos.

Palavras-chave: espaço rural; poder local; desenvolvimento local; identidade; energia eólica

1) Introdução e Enquadramento

A implementação de parques eólicos em Portugal, mas também um pouco por todo o mundo, não está isenta de polémica nem de controvérsia pese embora seja considerada

¹ Frase do poema *Impressão digital*, de António Gedeão

² Esta apresentação tem por base um projecto de investigação financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, executado por uma equipa multidisciplinar, em curso no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, em parceria com a Universidade de Aveiro e com o Centro de Investigação em Rede em Antropologia e intitulado “Consensos e controvérsias sociotécnicas sobre energias renováveis”. (PTDC/CS-ECS/118877/2010), www.renergy.ics.ul.pt.



por muitos como uma mais valia em termos ambientais, energéticos e também económicos.³

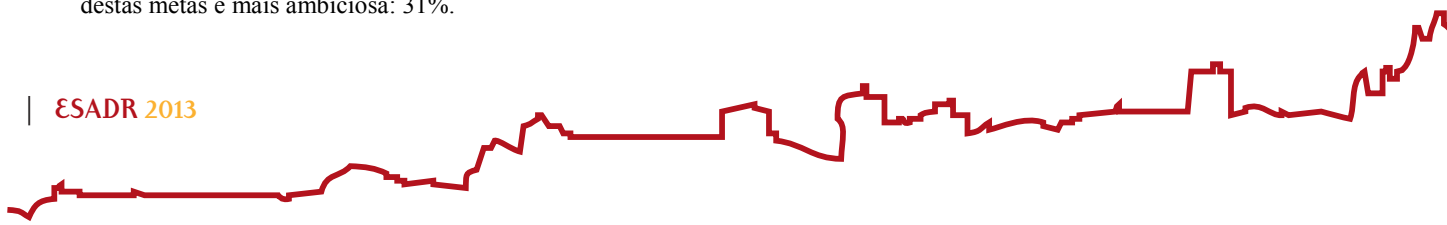
Sendo que a maioria desses parques estão implantados em zonas rurais ou tendencialmente rurais, que, em muitos casos, serão zonas protegidas, este trabalho tem como objectivo dar a conhecer os resultados iniciais de um estudo de caso em Alvaiázere onde o parque eólico está implantado na serra de Alvaiázere, que é simultaneamente o ex-libris do concelho e zona protegida pela Rede Natura 2000. Partindo da análise dos discursos do poder local, associações e grupos locais e regionais e moradores pretende-se perceber de que forma a presença dos aerogeradores trouxe alterações ao concelho, de que forma a população lida com esta presença e quais os consensos e controvérsias associados ao projecto de implementação do parque eólico. De uma forma mais geral, e tendo como ponto de partida este estudo de caso, pretende-se, também, analisar os discursos dos vários actores sociais envolvidos sobre energia eólica e energias renováveis em geral.

A pertinência de estudos sociais em torno das energias renováveis prende-se, em grande medida, com a sua rápida e forte disseminação um pouco por todo o mundo. Para se atingirem os objectivos ambientais traçados⁴ os países precisam de assumir políticas energéticas que visem não só atingir esses objectivos como também estabelecer medidas para que essas políticas sejam implementadas.

Grande parte dos trabalhos científicos baseados em estudos de caso sobre parques eólicos foca as divergências entre os diversos actores sociais relativamente aos locais de implementação dos parques eólicos (Oles e Hammarlund, 2011), a importância da aceitação pública (Zoellner, Schweizer-Ries e Wemheuer, 2008) e as controvérsias associadas à implementação dos parques eólicos (Pasqualetti, 2001). No entanto, em Portugal as energias renováveis pouco têm sido estudadas pela sociologia (Delicado et al, 2012).

³ Portugal tem parques eólicos espalhados um pouco por todo o território nacional ainda que a maior parte esteja localizada na zona centro-norte do país. No ano de 2012, a produção de energia eólica em Portugal atingia uma potência média de 4500 MW.

⁴ Veja-se os objectivos europeus da Estratégia Europeia 2020: reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 20 % (ou até 30 %), relativamente a 1990; Produzir 20% de energia a partir de energias renováveis e aumentar a eficiência energética em 20% até 2020. (Vavrova, 2011). Para Portugal a última destas metas é mais ambiciosa: 31%.





2) Metodologia

A comunicação aqui apresentada resulta de uma investigação ainda em curso e cujos dados até agora obtidos resultam de dois trabalhos de campo realizados em Alvaiázere entre Junho e Julho de 2013.

No período referido foram realizados três tipos de entrevistas: entrevistas institucionais, a presidentes de câmara e juntas de freguesia e respectivos ex-presidentes, entrevistas a associações locais/regionais e *media* local e entrevistas a moradores do concelho. No total realizaram-se 24 entrevistas, tendo-se tido em conta a preocupação de assegurar a diversidade de género e de escalão etário.

Para a análise empírica utilizou-se a análise documental do relatório de consulta pública (RCP), as actas da assembleia municipal e as actas das reuniões da câmara municipal, as notícias avançadas pelos *media*, antes, durante e depois da implementação do parque eólico, as notícias e posts escritos em blogues e ainda a legislação em vigor relativa a parques eólicos.

Partindo de guiões de entrevista semiestruturados e direccionados para os três tipos de entrevistas realizadas pretendeu-se caracterizar as representações veiculadas à percepção social das transformações a nível local acarretadas pela instalação do parque. Essa caracterização é feita através da análise dos discursos de todos os entrevistados, comparando respostas a perguntas específicas, relacionadas, por exemplo, com vantagens ou desvantagens e com impactos na paisagem.

3) O estudo de caso

Alvaiázere é um concelho situado no distrito de Leiria, que dista cerca de 30 km de Pombal e de Tomar. Composto, actualmente, por sete freguesias o concelho tem como ex-libris a serra de Alvaiázere onde, precisamente, foi implantado o parque eólico. A serra de Alvaiázere com cerca de 618 metros de altitude faz parte do Maciço de Sicó, “[...] um dos principais maciços calcários carsificados da Orla Mesocenozóica Ocidental Portuguesa e corresponde a um conjunto pouco elevado (Sicó, 553 m; Alvaiázere, 618 m) de serras e planaltos calcários que se estendem por cerca de 430 km² a Sul de Coimbra.” (Vieira e Cunha, 2006: 148). Embora o Maciço de Sicó não esteja sob nenhum estatuto de área protegida, o sector meridional do mesmo está inscrito na



Rede Natura 2000⁵. Com a denominação de Sítio Sicó-Alvaiázere, onde se situa a serra de Alvaiázere e a serra de Ariques, este envolve oito concelhos: Ansião, Alvaiázere, Ferreira do Zêzere, Ourém, Penela, Pombal, Soure e Tomar. O sítio caracteriza-se, sobretudo, pela diversidade de habitats associados ao substrato calcário, com um grande habitat de orquídeas selvagens assim como vários abrigos de morcegos.

É neste cenário que foi implementado o parque eólico de Alvaiázere. O parque entrou em funcionamento a 31 de Dezembro de 2010, depois de um período de cerca de um ano de construção. Ainda que alguns entrevistados refiram que terão começado a ouvir falar do projecto de construção do parque eólico há quase 20 anos, a maioria remete para o início da década de 2000 e, de facto, o primeiro estudo de impacto ambiental (EIA) realizou-se entre Junho e Dezembro de 2003, sendo que o início do processo de avaliação de impacto ambiental (AIA) ocorreu em Fevereiro de 2004. O processo iniciou-se com um projecto para a instalação de um parque eólico na Serra de Ariques, que terá começado em 2000, mas que acabou por ser substituído pelo parque eólico de Alvaiázere. O abandono desse projecto inicial deveu-se a uma declaração de impacto ambiental desfavorável ao projecto, segundo a qual haveria visíveis impactos negativos sobre habitats naturais prioritários, e espécies da flora com elevado valor conservacionista, bem como acções de movimentação de terras e desmatção necessárias para a implementação do parque. O projecto de execução do parque eólico de Arega surge como um alargamento do parque eólico de Alvaiázere na medida em que o projecto inicial de Alvaiázere pressupunha a instalação de 9 aerogeradores sendo que dois foram deslocados para a serra de Arega a cerca de 8 km da serra de Alvaiázere. A serra de Alvaiázere ficou assim com 7 aerogeradores a funcionar há quase 3 anos. Os terrenos onde foi implantado o parque eólico são maioritariamente baldios e não havendo associação de partes é o município de Alvaiázere que os administra.

4) Organizações da sociedade civil

Os Estudos de Impacto Ambiental têm obrigatoriamente uma fase de consulta pública, durante a qual é disponibilizado ao público um relatório não técnico que descreve as

⁵ A Rede Natura 2000 resulta das directivas para a protecção das aves e de habitats aprovada pela União Europeia em 2000. Anteriormente à rede Natura já existiam, no entanto, áreas protegidas, mas com o estabelecimento de zonas de rede Natura facilitou-se a protecção e conservação das áreas protegidas através das ZPE- Zona de Protecção Especial das aves e seus Habitats e da ZEC- Zona Especial de Conservação. A rede Natura 2000 no continente português actua através de: Sítios de Importância Comunitária (SIC) e Zonas de Protecção Especial (ZPE).





características do projecto e são recebidos contributos escritos. Segundo a pesquisa feita sobre o processo de implementação do parque eólico de Alvaiázere e da análise do relatório de consulta pública (RCP), apenas se pronunciaram desfavoravelmente três organizações não-governamentais locais e nacionais.⁶

O Geota (Grupo de Estudos de Ordenamento do Território de Ambiente) e a Oikos (Associação de Defesa do Ambiente e do Património da Região de Leiria) emitiram um parecer conjunto no qual manifestaram o desacordo quanto à implementação do parque. Como principais motivos as duas organizações sublinharam as desvantagens e impactos negativos associadas ao projecto, relativamente à área da Rede Natura 2000 e a sua ocupação e a carência de informação científica relevante no estudo de impacto ambiental realizado. Assim pode ler-se:

“ [...]é preciso não esquecer as desvantagens associadas a um projecto deste tipo designadamente aos impactes na paisagem. O ruído causado pelos aerogeradores, bem como os riscos potenciais para a avifauna [...] ” (pág. 3, parecer da Geota e Oikos RCP);

“Alguns dos principais impactes nesta área encontram-se associados à fase de construção [...] ” (pág. 4, parecer da Geota e Oikos, RCP);

“Pretendendo-se a localização do Parque Eólico numa zona cársica, e pela importância de que esta se reveste em termos de conservação, não é feito qualquer levantamento cartográfico, nem prospecção das cavidades na área de estudo.” (pág. 4, parecer da Geota e Oikos, RCP);

“ [...] são referenciadas espécies que ocorrem dentro da área de estudo com relevância em termos de conservação, às quais não é dada a devida importância na avaliação dos impactes, como sucede com os morcegos.” (pág. 5, parecer da Geota e Oikos, RCP);

Também a Quercus deu um parecer desfavorável alertando para as áreas sensíveis do Sítio Sicó-Alvaiázere da Rede Natura 2000 (aspectos negativos sobre a preservação de

⁶ Deram ainda parecer sobre este parque eólico o Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica (IDRHa) e a Rede Eléctrica Nacional (REN). O parecer do IDRHa informou que o projecto do parque não interferia com acções ou projectos da área da competência do instituto e o parecer da REN informou não ocorrerem interferências com as linhas de muita alta tensão da RNT e /ou outras infra-estruturas da REN.



habitats, das espécies e da paisagem devido, sobretudo à abertura de acessos e à colisão de aves e morcegos com os aerogeradores), para o forte ruído, para possíveis impactos devido à proximidade de outras estruturas (parque eólico da Videira), para o património arqueológico como a Carreira de Cavalos, uma extensa muralha pré-histórica, as grutas, e toda a vertente calcária do mediterrâneo ocidental e ainda para a relatividade dos benefícios para as freguesias do concelho. Assim pode ler-se:

“ [...]a Quercus defende que estas zonas naturais mais vulneráveis devem ser devidamente preservadas.” (pág. 1, parecer da Quercus, RCP);

“ [...] a construção de novos caminhos apresenta um dos impactes mais negativos, devido à destruição de habitats prioritários da Rede Natura 2000, situação com a qual não podemos concordar, para além dos sítios arqueológicos como a Carreira de Cavalos, uma extensa muralha pré-histórica a conservar na Serra de Alvaiázere.” (pág. 2, parecer da Quercus, RCP);

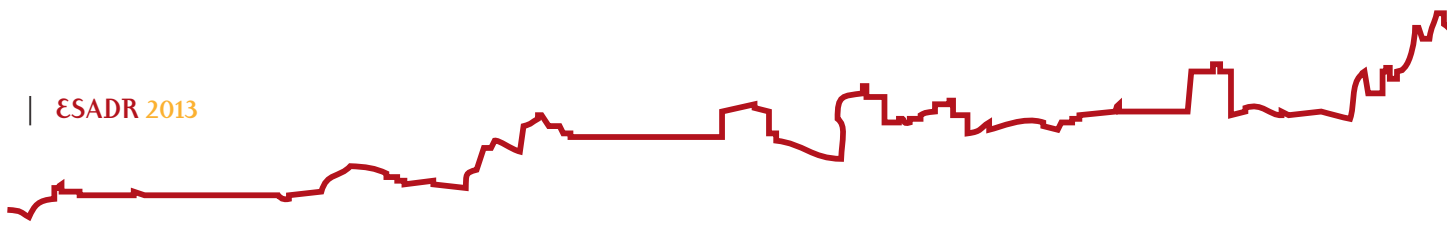
“ [...] na cumeada da Serra de Alvaiázere ocorrem ainda algumas espécies da flora endémica de grande raridade como a Arabis sadina, Narcissus calcicola e Saxifraga cintrana.” (pág. 2, parecer da Quercus, RCP)

Em 2010 a Quercus recorreu a tribunal contestando a colocação específica de três aerogeradores junto ao algar de morcegos. Um dos aerogeradores foi contestado por estar fora da área de Estudo Prévio do Processo de Avaliação de Impacte Ambiental e os outros dois por ameaçarem directamente o algar de morcegos.

“Recentemente foi instalado o aerogerador n.º 4 (AG4) a cerca de 100 metros abaixo do abrigo dos morcegos - Abrigo Alvaiázere, o que representa um risco elevado para a sobrevivência destas espécies” (Comunicado da Quercus, 2010)

A Quercus sugeriu, assim, a realocização dos aerogeradores em causa, proposta que foi recusada pelo tribunal. A decisão do tribunal foi no sentido de uma limitação do funcionamento das pás em determinados períodos do ano e a determinadas horas de forma a não coincidir, esse funcionamento, com a movimentação de morcegos.

As entrevistas realizadas a duas associações locais revelaram que, apesar de não se terem manifestado durante o processo de consulta pública, posicionam-se contra a





implementação do parque eólico ainda que qualquer uma das duas admita não ser contra energias renováveis nem contra a energia eólica⁷.

“ [...] tudo o que sejam energias renováveis, tudo o que seja poupar o ambiente, tudo o que seja rentabilizar os recursos naturais [...] nós não somos contra as energias, de modo algum. Nem contra as empresas que visam o lucro – porque o que caracteriza a empresa é visar o lucro, por isso é que é empresa. É mesmo o objectivo da empresa, no direito comercial.” (Al-Baiáz)

“Nós não somos contra as renováveis” (GPS)

De igual forma, apontam o local escolhido para a implantação do parque como razão principal para a posição que defendem:

“ [...] nós tínhamos proposto a classificação do castro – designado por Carreira de Cavalos – portanto, o maior castro da Península Ibérica, havendo ali um património a proteger [...] não faria sentido, e no mesmo sítio, estarmos a aceitar de mão beijada uma coisa que iria ser a destruição de outra[...]” (Al-Baiáz)

“ [...] a nossa posição é o porquê ali? Sabendo a riqueza que ali está, portanto, o que era a identidade da terra, é a história da nossa terra, não temos mais nada. Não há monumentos, não há arte antiga, tem vindo tudo a ser destruído, a ser descaracterizado.” (Al-Baiáz)

“ [...] o direito à paisagem é um direito consagrado na legislação.” (Al-Baiáz)

“Estamos a falar do Maciço de Sicó [...] há ali um Castro, grutas, algares de morcegos. A serra tem características geológicas e geomorfológicas que não foram tidas em conta.” (GPS)

Num comunicado do grupo GPS, que data de Dezembro de 2009, a associação alerta para as características geológicas e geomorfológicas do maciço calcário onde foi implantado o parque eólico e refere a existência de um importante monumento arqueológico, o Castro da serra de Alvaiázere. Além deste, assinalam a existência de

⁷ A associação AL-Baiáz, sediada em Alvaiázere, é uma associação sem fins lucrativos e com actividades centradas na defesa do património cultural e natural e o Grupo Protecção Sicó, nascido em Pombal, é uma associação que se dedica, sobretudo, à actividade espeleológica na grande zona do Maciço de Condeixa-Sicó-Alvaiázere.



várias cavidades que poderiam ser destruídas pela colocação das sapatas de determinados aerogeradores (nomeadamente três já referidos pela Quercus) e possível destruição de um abrigo de morcegos pela colocação de um gerador demasiado próximo do algar:

*“ [...]este abrigo que se situa a poucas centenas de metros da localização do aerogerador 4, alberga uma colónia com presença regular de mais de 2000 indivíduos da espécie *Miniopterus schreibersii* durante a época de hibernação, período em que também é utilizado por algumas centenas de indivíduos das espécies *Rhinolophus ferrumequinum* e *Rhinolophus euryale*. ”* (comunicado do GPS, 2009)

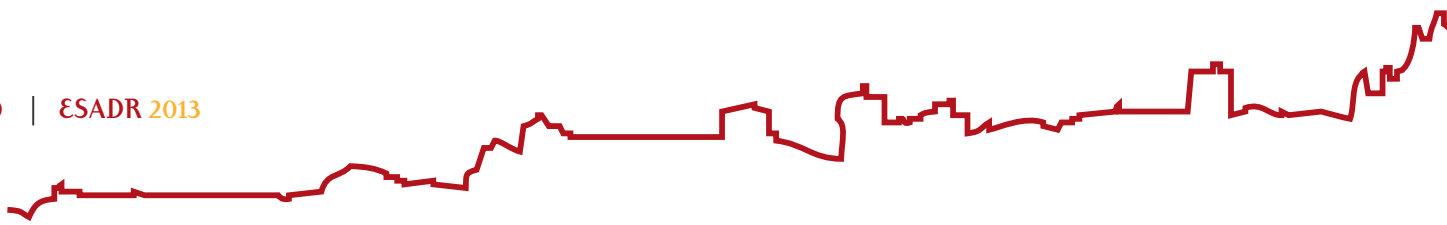
“ [...] o GPS voltou a deslocar-se à Serra de Alvaiázere [...] Ao chegar ao local, constatou-se que apesar da existência de uma cavidade em pleno local de implantação de uma sapata de edificação, de um dos aerogeradores do Parque Eólico de Alvaiázere, os trabalhos relativos à escavação/preparação para a colocação do específico aerogerador 7, não tinham sido interrompidos. E, com a sua continuidade, resultou mesmo no desaparecimento e/ou a ocultação do depósito de crioclastos, bem como da cavidade (Algar AG7), previamente detectados [...] ” (Comunicado do GPS, 2009)

Além do local escolhido e das implicações para uma zona da Rede Natura 2000, as associações referem a falta de clareza em todo o processo não só relativamente aos lucros gerados pelo parque e à sua aplicação prática no município mas também relativamente à empresa promotora do mesmo e ao total desconhecimento sobre a sua constituição e accionistas:

“ [...] um dia têm que contar e vão ter que responder a isso.[...] Já que está lá, já que tinha interesse, então que diga aonde vai investir, porque nós gostaríamos até de ver esse investimento na terra. ” (Al-Baiaz)

Foi também entrevistado um representante de uma organização desportiva local cujo posicionamento é muito mais neutral e até defensor do investimento:

“Do meu ponto de vista parece-me que poderá ajudar [...] baixe o endividamento da câmara e acabe por gerar algumas receitas que não tinha, até este momento” (Centro de Voo Livre)





“ [...] penso que as grutas continuam a ser possíveis de visitar, o parapente ficou um pouco...com meia asa, penso que ficou um pouco prejudicado, mas o que quero dizer com isto é que nós não podemos olhar como prejudicado pontualmente.” (Centro de Voo Livre)

Sobre o impacto na paisagem a organização desportiva refere:

“ [...] agora, quando na IC8 se está a chegar a uma zona que se chama Pontão, havia pessoas que não...eventualmente nessa zona, ou iam para Pombal ou iam para Castelo Branco e não sabiam onde é que era Alvaiázere [...] agora consigo dizer [...]olham para a frente e vêem uma fila enorme de sete eólicas, aquela é a serra de Alvaiázere.[...] Já tenho um ponto de referência!” (Centro de Voo Livre)

Uma questão levantada por alguns dos entrevistados prende-se com o tempo de vida útil do parque e com o que está previsto para depois

“ [...] alguma coisa que me preocupa a nível do parque, há: é a única coisa que me preocupa é daqui a 30, 40, 50 anos, quando o parque se der como impróprio[...] para um fundo mundial onde, quando essa central nuclear tem problemas [...] esse fundo não existe nas eólicas[...] o quê que vai acontecer, quem é que vai fazer a manutenção?” (Centro de Voo Livre)

“ [...] no processo de construção de uma pá é perdida muita energia [...]” (Centro de Voo Livre)

“ [...] daqui a poucas décadas aquilo ferrugento, já sem produzir, e ninguém para lá ir tirar. Olhe certamente é a junta de freguesia de Alvaiázere que ainda tem que lá ir desmantelar aquilo, a custos da própria [...] ” (Al-Baiaz)

O único cidadão que tomou uma posição oficial relativamente ao parque eólico afirma ser totalmente contra o parque pelas mesmas razões das associações locais/regionais⁸.

“ Foram poucas as pessoas que, entidades que se envolveram concretamente nesta, no que acaba por ser uma luta a favor do património, não contra as eólicas, mas contra o

⁸ Este cidadão terá começado por manifestar o seu desagrado relativamente ao parque eólico no início do processo, quando o projecto previsto seria para a Serra de Ariques não tendo, no entanto, dado um parecer no RCP do projecto final, na Serra de Alvaiázere.



desordenamento que a questão dos parques eólicos tem trazido a Portugal” (C1, homem, cerca de 35 anos)

“ [...] se estamos numa região de reconhecido valor patrimonial, seja património biótico, abiótico, arqueológico, cultural, etc., paisagístico[...] E daí, eu na altura, ter exactamente proposto que este projecto fosse deslocalizado, sensivelmente a 10km daqui, para uma área onde os impactos não têm, são muito, muito inferiores [...]” (C1, homem, cerca de 35 anos)

Também nesta entrevista há referências à empresa promotora do parque:

“ [...] a empresa [...] que é uma sociedade anónima, que não se sabe quem é que são os gerentes, nunca debateram com a população a questão do parque eólico, ninguém sabe quem é que faz parte dessa, dessa, empresa [...]” (C1, homem, cerca de 35 anos)

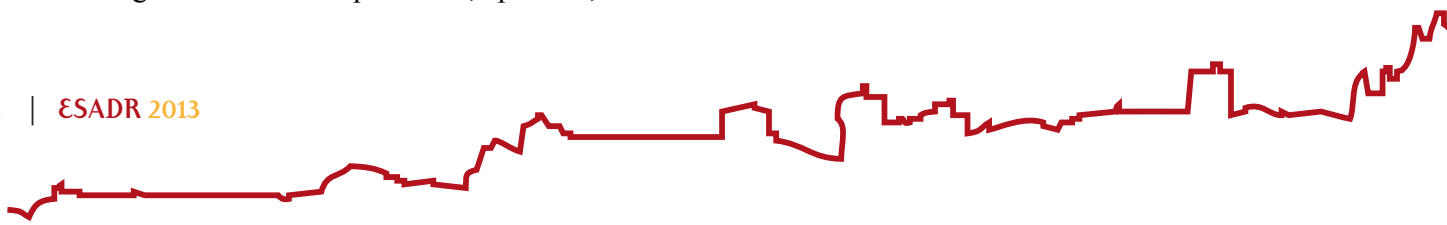
Já quanto à paisagem o cidadão refere que:

“ [...] quem vive na vila de Alvaiázere, só vê parte das eólicas. Quem vive da parte de Almoester, a norte, já tem uma visão completamente diferente do parque eólico [...] haver pessoas contra de um lado e de outro, as de Almoester manifestam-se mais porque o impacto paisagístico é muito, muito maior.” (C1, homem, cerca de 35 anos)

Também o cidadão levanta questões relativas ao tempo de vida útil do parque:

“ [...]no final da, do tempo de vida útil deste parque eólico [...] que é de vinte e poucos anos, ver o que é que vai acontecer, nessa altura. Porque, já acontece, por exemplo, nos Estados Unidos, em que há parques eólicos que estão abandonados, que já são quase locais de visita arqueológica e industrial.” (C1, homem, cerca de 35 anos)

As posições, relativamente ao parque eólico, tanto das diversas associações e grupos como do cidadão, são defendidas tendo em conta, principalmente, o impacto na paisagem, o possível ruído, as consequências negativas para a vida selvagem, a destruição do património arqueológico, geológico e natural, o desconhecimento no que concerne à aplicação dos rendimentos resultantes da exploração do parque e o desconhecimento sobre a empresa promotora do mesmo, assim como o tempo de vida útil do parque e as consequências financeiras e ambientais do seu posterior desmantelamento. Sendo que a maioria dos entrevistados se mostrou favorável às energias renováveis o problema, apontam, será muito mais de ordenamento do território





e de envolvimento e esclarecimento da opinião pública e menos sobre as associações serem contra ou a favor das energias renováveis.

5) Os media

O jornal local, o *Alvaiazerense*, publicou pouco sobre o parque eólico de Alvaiázere. As notícias, publicadas somente após a implantação do parque, foram relativas à energia produzida pelo parque, no seu primeiro ano em funcionamento, e à construção de uma unidade hoteleira na serra, relacionada com os rendimentos do parque eólico, e muito criticada por um cidadão. Em entrevista, o director do jornal afirmou não ter avançado com notícias sobre o parque eólico na fase de construção nem na fase de discussão pública por considerar que seria o adequado:

“Portanto, isto para dizer que tenho acompanhado e, na altura, não era director mas também não achei necessidade de estar a escrever. Deixámos decorrer, digamos, essa questão pública em pleno.” (Director do jornal o *Alvaiazerense*)

O director do jornal referiu, ainda, o aumento da actividade económica durante a fase de execução do projecto:

“Na altura, na sua execução, notou-se que havia actividade em termos de actividade económica, porque depois, houve empresas...não é só o parque eólico, depois há todos os trabalhos inerentes que foi a subestação.” (Director do jornal, o *Alvaiazerense*)

Quanto à opinião dos moradores em Alvaiázere o jornal referiu que o transporte dos aerogeradores foi o que despertou maior curiosidade na população e que uns se mostraram contra e outros a favor:

“ [...] passavam os camiões com aquelas, com as turbinas e não sei o quê e, pronto, parecendo que não, chamou a curiosidade das pessoas.” (Director do jornal, o *Alvaiazerense*)

“Eh pá, nestas coisas, às vezes há fundamentalismos, não é? E há os prós e contras não há dúvida. E, se calhar, havia pessoas contra, mas, de uma maneira geral, penso que houve aceitação.” (Director do jornal, o *Alvaiazerense*)

Ainda referente à sensibilização:



“ [...] porque as pessoas certamente ficaram mais sensibilizadas para estas questões das energias, das renováveis e, enfim, depois com a televisão [...] com a factura que se tem que pagar de energia, eu penso que sim, que alertou bastante as pessoas.” (Jornal, o Alvaiazerense)

Relativamente à paisagem o director afirma que muitos moradores gostaram de ver os aerogeradores no cimo da serra:

“ [...] até acaba por ser uma atracção, porque como a serra tem acesso, as pessoas por vezes, têm a curiosidade de ir lá ver aquilo e: «Isto realmente, isto aqui ao longe é uma coisa, visto de perto, isto realmente é...». Os tais setenta e tal metros de altura e cada pá trinta e oito, se não me engano – isto há-de estar aí – eh pá! Mete respeito, digamos assim. Mete respeito.” (Director do jornal, o Alvaiazerense)

Quanto aos lucros gerados pelo parque e à sua aplicação prática no município também o jornal admite algum desconhecimento:

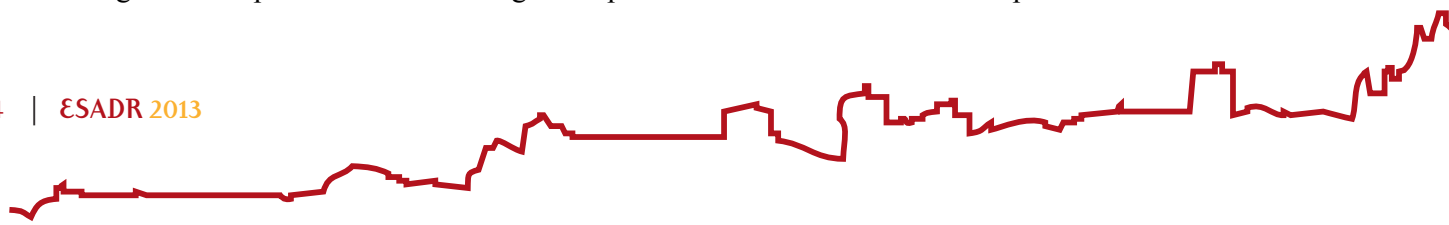
“ [...]penso que é uma falha as autarquias...talvez fosse bom que identificassem os valores e dissessem até para efeitos é que está a ser investido[...]” (Director do jornal, o Alvaiazerense)

“Há um certo mistério ou desconhecimento de para onde vão essas verbas e penso que teria interesse para as pessoas” (Director do jornal, o Alvaiazerense)

Outros jornais regionais noticiaram acerca do parque eólico de Alvaiázere, entre eles o jornal *As Beiras*, o *Jornal de Leiria* e o jornal *Notícias ao Centro*. As notícias abrangeram as polémicas associadas ao processo de execução da mesma forma que noticiaram as medidas da câmara para melhorar o município. Aqui, destaca-se a energia gerida através do parque para o concelho ou ainda a restauração de escolas e novas unidades hoteleiras. Os jornais nacionais, *Correio da Manhã*, *Expresso*, *IONline* e a revista *Visão* apenas publicaram notícias relacionadas com um incêndio que deflagrou na serra de Alvaiázere e com o processo judicial instaurado pela Quercus.

6) As autoridades locais

Através das entrevistas realizadas ao presidente da câmara de Alvaiázere, presidentes de juntas de freguesia de Alvaiázere e Almoester e ex-presidente da câmara e das juntas de freguesia foi possível clarificar alguns aspectos mais formais de todo o processo de





implementação do parque eólico tais como datas, empresas promotoras, trâmites legais e institucionais e benefícios e lucros para o município, entre outros.

Assim, confirmou-se que o projecto de implementação de um parque eólico em Alvaiázere terá tido início há cerca de vinte anos e que após contestação local e por razões ambientais, foi substituído pelo actual parque com sete aerogeradores na serra de Alvaiázere e dois aerogeradores na serra de Arega. O actual presidente referiu, ainda, que estariam previstos para Arega quatro aerogeradores mas que pela natureza do processo e por se ter arrastado durante anos dois desses aerogeradores perderam viabilidade económica, devido a alterações de financiamento e a alterações no mercado das renováveis nos últimos anos.

Todos os entrevistados consideraram o projecto do parque eólico como uma mais-valia e fonte de rendimento para o concelho e nenhum considerou ter havido impactos negativos significantes na serra nem do ponto de vista do património nem do ponto de vista da paisagem.

Quanto ao impacto na cultura e identidade local o antigo presidente afirmou:

“ [...] pode levar a que determinadas pessoas e os miúdos, acompanhados pelos professores, tenham uma visão diferente do que uma pessoa que tem 70 anos, que nunca viu um parque eólico nem sabe o que é que é. Poderá trazer conhecimentos e uma cultura diferente, a esse nível.” (Ex-presidente de câmara)

Acerca dos benefícios o actual presidente afirmou que a Câmara Municipal terá recebido até à presente data mais de um milhão de euros, o que considera ser um grande benefício que chega anualmente à câmara e que permite redistribuir pelo concelho através de infra-estruturas e serviços prestados à população.

Relativamente a impactos na paisagem os entrevistados afirmaram que:

“Trouxe transformações também porque permite uma acessibilidade à parte poente da serra que não existia até agora. [...] conseguimos com a acessibilidade que foi criada com o parque eólico, poupar, em Setembro do ano passado que toda a serra tivesse ardido [...]” (actual presidente de câmara)

“Mas, quer queiramos quer não, há sempre transformação paisagística, também já foi executada há mais tempo, portanto, desde quando foi a construção do posto de vigia,



quando foi a construção da antena de telecomunicações da PT e TMN, portanto, todas as infra-estruturas das antenas que já lá estão, portanto, já havia ali uma pequena transformação.” (presidente da Junta de Alvaiázere)

“Vejo na minha própria freguesia [...] há terrenos que são reserva agrícola, ou rede natura e, no entanto, estão a criar silvas e mato e potenciar, por exemplo, incêndios e, se calhar, se, em certas zonas, que até são atravessadas por estradas nacionais, se se pudesse construir, era uma ajuda para fixar cá população. No entanto os terrenos são de reserva e estão ao abandono.” (presidente da Junta de Almoester)

Os presidentes das juntas de freguesia de Alvaiázere e Almoester afirmaram que as contestações partiram maioritariamente de organizações, associações e pessoas que não residem em Alvaiázere:

“Portanto, pessoas directamente da vila, habitantes, não houve essa retracção, não houve essa forma de estarem contra o parque. Foi mais pessoas vindas do exterior. Que tentaram, portanto, impulsionar as pessoas do concelho e da freguesia para estarem um pouco contra a implementação do parque.” (presidente da Junta de Alvaiázere)

“É assim: há contestação daqueles que já contestavam antes – alguns grupos ambientalistas e coisas do género – mas a população [...] Nem em Almoester nem no resto do concelho [...] ” (presidente da Junta de Almoester)

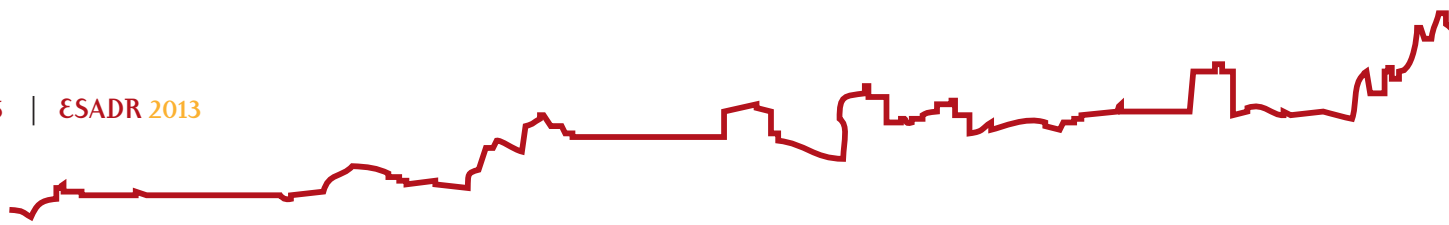
“[...] a contestação, quer dizer, a nível local é...aliás, as pessoas que sempre lideraram os movimentos contra o parque a maior parte nem são de cá, não é?” (presidente da Junta de Almoester)

Quanto à inscrição da serra na Rede Natura o ex-presidente lamenta que a câmara municipal não tenha sido consultada:

“Mas eu aí contestei seriamente e achei que estava errado, porque nós não fomos ouvidos nem achados.” (ex-presidente de câmara)

7) Os moradores

O parque eólico de Alvaiázere situa-se perto das povoações do Pé da Serra, Mata, Bofinho, Covões, Marzugueira e Porta, à saída da vila de Alvaiázere, sendo que o mesmo é visível na totalidade no outro lado da serra, em Almoester.





Na freguesia de Almoster alguns moradores, embora conformados, afirmaram não estarem satisfeitos com a existência do parque devido ao ruído. Mencionaram o facto de ser uma zona protegida, de se terem destruído abrigos de morcegos, mas muito mais por terem ouvido dizer ou lido em jornais do que por terem conhecimento desses factos anteriormente à construção do parque eólico.

“ [...] tudo o que se mexa na natureza prejudica.[...] Do ponto de vista estético [...] eu não gosto, evidentemente, ninguém gosta de ver estes mamarrachos, a gente gosta de ver a natureza em bruto. Pela utilidade que eles têm, pela necessidade de energia, não sei [...] ” (C2, mulher, 67 anos)

“ [...] porque bonitas não são. Fazem ruído em certas alturas, aqui também chega um pouco do zuzuzu, em certas alturas, não sempre, ainda aqui chega. ” (C2, mulher, 67 anos)

“ [...] ouvi dizer que eles em alternativa iam reparar as escolas antigas para efeitos de interpretação da zona [...] as escolas estão praticamente na mesma. Destruíram o telhado, sei lá umas paredes [...] ” (C2, mulher, 67 anos)

Tanto em relação a Almoster como em relação às restantes freguesias do concelho estamos a falar de zonas com baixa densidade populacional e onde muitas das habitações pertencem a emigrantes que não acompanharam de perto o processo e cujas opiniões são, no caso dos entrevistados, positivas e favoráveis aos parques eólicos. A referência a parques em França ou na Holanda, de dimensões muito superiores ao parque de Alvaiázere, foi feita por emigrantes no sentido de questionar a polémica e a opinião negativa de alguns alvaiazerenses.

“ [...] a mim não me arranja nem desarranja até porque a gente vem no caminho de França e o que se vê é isto, por todo o lado, não até se puderem ter mais [...] se puderem pôr mais e se aquilo dá interesse ponham mais[...] ” (C3, mulher, cerca de 65 anos)

“Toda a gente diz que a luz é cara, ela é cara em todo o lado! Em todo o lado! Ali na serra não desarranja ninguém [...] ” (C3, mulher, cerca de 65 anos)

Na vila de Alvaiázere a realidade é outra. Os moradores entrevistados demonstraram receio em falar sobre o parque e as respostas foram extremamente evasivas. Muitos



moradores não quiseram pronunciar-se sobre o parque eólico sendo que alguns dos moradores chegaram mesmo a admitir que “em Alvaiázere não se fala disso (parque eólico)”. Muitos comentaram “off the record” que é um assunto tabu e que as pessoas têm medo de falar sobre o mesmo.

“ [...] não tenho opinião. Sou do Sabugal mas moro aqui há 30 anos [...] como não sou daqui não tenho direito a nada, só tenho deveres.” (C4, homem, 75 anos)

“ [...] se não tivesse a gravar eu já lhe dizia [...] ” (C4, homem, 75 anos)

“Se está feito é porque está bem, não é? [...] Não sei. Não sou dessas coisas. É assim se me perguntarem opinião tudo muito bem agora eu estar a saber o quê que há o quê que aconteceu eu não me meto nessas coisas.” (C5, mulher, 35 anos)

“ [...] Ela tem medo. (cliente na papelaria) Se calhar é melhor estar calada.” (C6, mulher, 38 anos)

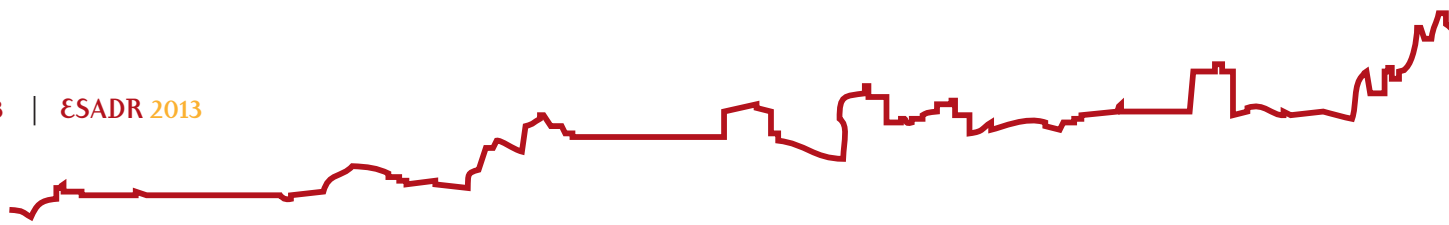
“ [...] Não fica nada bem na paisagem [...] ainda não consegui perceber quais são as vantagens [...] as pessoas têm um bocadinho de receio acho eu [...] ” (C6, mulher, 38 anos)

“ [...] eu preferia não. Agora pronto, pronto, você está-me a perceber, preferia ver a serra ao natural mas se é útil [...] está-me a perceber, se é útil está tudo muito bem [...] não sei. Olhe nós vivemos, eu vivo num mundo em que não sei responder a nada, está-me a perceber? Está-me a perceber! [...] ” (C7, mulher, 69 anos)

No caso das entrevistas em que os moradores concordaram responder a algumas perguntas a generalidade dos entrevistados referiu não ter, ainda, visto qualquer vantagem, na implementação do parque e mencionou as facturas de electricidade e o valor, considerado demasiado alto, da luz eléctrica.

“ [...] sei lá, disseram que trazia vantagens porque ao produzir energia saía mais barata ela cada vez está mais cara! Não sei quais foram as vantagens [...] ” (C8, mulher, 38 anos)

“ Tivemos um vendaval, acho que foi em Março ou Abril, e tivemos sem energia bastante tempo e as eólicas não nos deixaram faltar energia, alimentou-nos aqui o concelho [...] alimentou mas não foi a área toda. [...] Houve muita gente que tiveram



semanas sem energia [...] e a EDP custou a repor. Mas nós tivemos porque as eólicas produziram para termos aqui energia, em algumas partes não foi em todas.” (C8, mulher, 38 anos)

“ [...] podiam era pôr a energia mais barata e as pessoas cada vez têm mais aparelhos em casa, gastam mais [...] e por todo o lado há eólicas podiam baixar o preço da energia, é só isso que eu digo. Acho que os preços são muito elevados.” (C8, mulher, 38 anos)

Quanto ao impacto na paisagem a maioria dos entrevistados acha que as turbinas eólicas têm impacto negativo na paisagem e que preferiam ver a serra sem o parque eólico. Alguns moradores afirmaram já estarem habituados às turbinas no cimo da serra.

“ Não estorva ninguém aquilo que lá está [...] claro não vamos dizer que é muito giro, não, não vamos dizer que é muito giro, não é, mas se desse para dar apoio no rendimento a Alvaiázere, mais tarde, claro, também não estorva [...] ” (C9, mulher, 45 anos)

“ [...] era bom que a gente pudesse já deixar o gasóleo, deixar essas coisas todas, e as barragens [...] ” (C9, mulher, 45 anos)

“ A única desvantagem que eu noto no parque, pronto é paisagística, embora não seja assim muito descabida, mas é paisagística e algum ruído sonoro que se nota.” (C10, homem, 37 anos)

“ [...] mesmo a nível de turismo eu acho que as pessoas gostam sempre de ir visitar [...] é agradável olhar e ver as eólicas a rodar, eu para mim acho que é.” (C11, mulher, 27 anos)

Em quase todas as respostas há referências aos algares de morcegos usando expressões como “parece que”, “dizem que” dando a entender que a maioria das pessoas entrevistadas só tomou conhecimento da existência de morcegos na serra depois de algumas pessoas e associações contestarem a implementação do parque eólico.

Por fim, e quanto ao período de consulta pública, a maioria dos entrevistados afirmou não ter sabido de nenhum período de consulta pública e os que souberam afirmaram não ter interesse em se manifestar. Sobre este assunto, as associações locais afirmaram ter havido uma estratégia na publicação da data de consulta por parte da câmara não dando



assim tempo suficiente para que as pessoas tomassem conhecimento da mesma. Estas críticas são consonantes com o que a literatura em Portugal tem vindo a afirmar sobre estes processos: as audições servem mais para informar o público que para debater com ele (Lima, 2004: 154) e que várias estratégias são mobilizadas para restringir a participação, nomeadamente escassa divulgação, difícil acesso à documentação, não apresentação de alternativas de projecto, discussão pública de obras já em fase de construção (Chito e Caixinhas, 1993).

Os resultados apresentados aqui são, como já referido, os resultados iniciais, ainda parciais, resultantes do conjunto de entrevistas já realizadas assim como da observação no terreno.

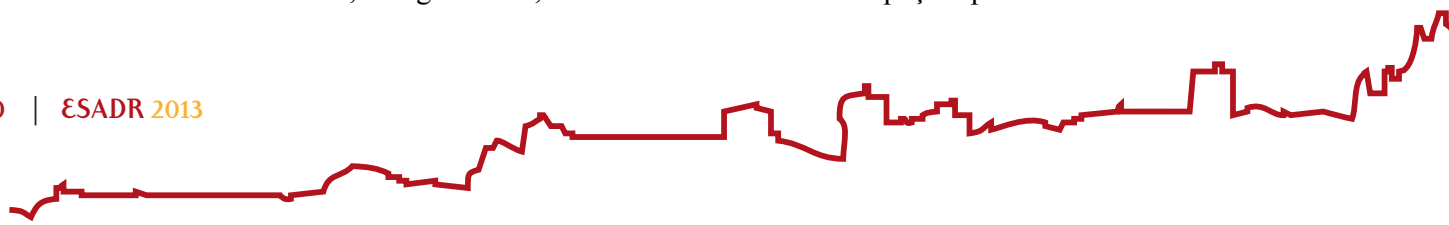
Poder-se-á concluir, no entanto, que a implementação do parque eólico não foi um assunto que passasse despercebido em Alvaiázere. Seja em conversas de café, em conversas privadas ou através da participação e comunicados oficiais, a população teve e tem uma opinião sobre o parque eólico. Se muitos dos entrevistados, de facto, têm receio de a expressar publicamente e se isso estará relacionado com o poder local então este é um ponto que merecerá maior atenção nos meses de trabalho que se seguem.


Por outro lado será interessante perceber de que forma o discurso das associações e grupos locais tem impacto na população ou se a população se revê nesse discurso.

A Câmara Municipal admite o retorno económico que advém da implementação do parque eólico o que demonstra a importância destes projectos para os municípios, sobretudo municípios como Alvaiázere. A vila de Alvaiázere é, como muitas outras em Portugal, uma vila sem oferta de emprego para as camadas mais jovens da população que se vêm obrigadas a sair. Muitas dessas pessoas que saíram para as universidades, não voltam mais. Assim, é difícil encontrar na vila moradores na faixa etária dos 20 ou 30 anos. A câmara municipal surge como principal empregadora no município e afirma, com orgulho, ainda ter a possibilidade de o fazer. Este dado é fundamental na análise da sociedade rural e da importância do poder local nessa sociedade.

8) Conclusões

Em meados do século XX vivia-se o auge da agricultura em Portugal, com uma maioria populacional agrícola que se havia apropriado de todo o espaço disponível, incluindo o inculto. Nessa altura, a agricultura, a sociedade rural e o espaço apresentavam-se





unificados e, em inícios dos anos 60, a sociedade rural atingia a sua plenitude demográfica (Brito, *et al*, coord.,1996) (Godinho, 2010:21). No entanto, ainda na década de 60 começa-se a assistir a migrações internas, do campo para a cidade, a migrações para países europeus sobretudo, além da guerra colonial que entretanto se desencadeia em Angola e mais tarde em Moçambique. O espaço emerge independentemente da agricultura, que por sua vez, já não se impõem enquanto garantia de subsistência (Brito, *et al*, coord.,1996)

Portugal viu-se a par de uma forte e rápida evolução tecnológica. Estas transformações impuseram-se, deste modo, como uma necessidade aos agricultores para permanecerem no contexto-socio-económico e assim não só se alterou o trabalho como o panorama daqueles que trabalhavam na agricultura (Brito, *et al*, coord.,1996)

Com a industrialização e com a urbanização, e a par dos avanços tecnológicos, a fronteira entre rural e urbano também se alterou, diminuiu na maioria dos casos e permitiu um maior fluxo de pessoas e com isso maior desenvolvimento local.

Em Alvaiázere, naquilo que se poderia definir como uma zona tendencialmente urbana, a agricultura é sobretudo familiar e grande parte da população ainda vive daquilo que a terra pode dar. A saída de jovens para as universidades ou à procura de emprego faz do concelho uma zona de grande despovoamento em que a população, nas freguesias periféricas à vila é totalmente envelhecida. Uma outra característica são as segundas habitações onde muitos alvaiazerenses e mesmo pessoas de outros lugares passam temporadas ao longo do ano mas cuja habitação principal é nas cidades mais próximas como Leiria, Pombal, Tomar, Coimbra e Lisboa.

O concelho fica, a maior parte do ano, povoado por uma população envelhecida onde é difícil encontrar grupos etários abaixo dos 40 anos. As entrevistas realizadas, que tentaram abranger a maior diversidade possível mostram, no entanto, que o grupo etário dominante em Alvaiázere se situa acima dos 50 anos. Aqui de ressaltar que o grupo etário dominante se encontra em todo o concelho embora mais nas aldeias e freguesias periféricas à vila enquanto os grupos etários mais jovens se encontram, sobretudo, na vila, onde há emprego.

O parque eólico não parece reunir o consenso da comunidade local. Os moradores demonstraram receio e desconforto em falar do parque eólico, algo que foi transversal à



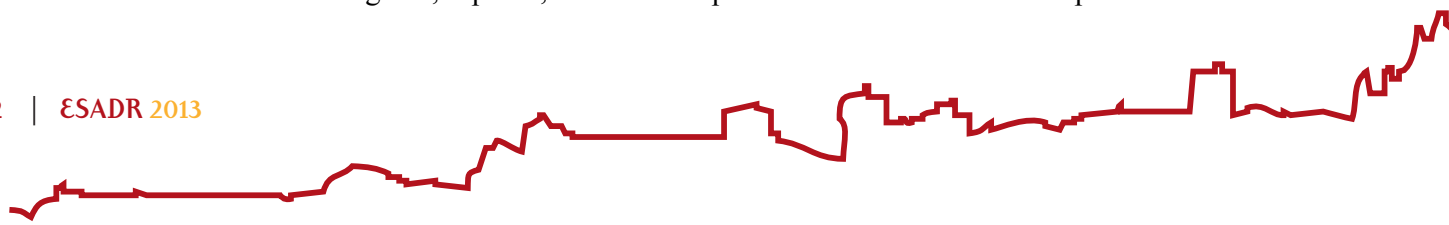
maioria das entrevistas realizadas. Já as associações e grupos locais e regionais entrevistados assumiram posições desfavoráveis à implementação do parque eólico em Alvaiázere, assim como um cidadão. Uma associação desportiva assume uma posição mais neutra ainda que veja com alguma desconfiança a eficiência da energia eólica em geral, apontando a microgeração como solução possível. Quanto ao jornal local, optou por não se envolver na fase de construção do parque eólico e, mesmo após a construção do mesmo, as notícias avançadas relativamente ao parque foram muito poucas.

A autarquia defende a importância deste tipo de projectos não só por ser uma energia renovável mas também pelo forte retorno económico para o concelho.

Numa vila que tem a serra como ex-libris e onde o património cultural é marcado por capelas, fontes, miradouros, escolas do período do Estado Novo ou ainda coretos, as alterações na paisagem têm, na maioria dos casos, efeitos na população. Se a população está contra ou a favor de certas alterações é, talvez, menos importante que perceber se as pessoas se identificam ou não com essas alterações induzidas na paisagem e porquê. O valor patrimonial de algo, para as pessoas, é muito mais aquilo que elas fazem dele do que o seu valor instituído.

A implementação de parques eólicos tem sempre efeitos nas populações que residem perto deles. Seja por polémicas associadas ao processo, por falta de informação ou por razões relacionadas com a paisagem, natureza ou saúde a maioria das pessoas não fica indiferente. Queixas relacionadas com o ruído, a ameaça à vida selvagem ou o seu aspecto estético estão presentes em muitos dos estudos feitos nesta matéria. No entanto, Pasqualetti (2001) chama a atenção para o surgimento de um tipo de turismo relacionado com os parques eólicos “turismo do vento”: “Numa irónica reviravolta, não poucos membros da mesma indústria cinematográfica, que antes procuravam entretenimento e relaxamento num deserto “antigo” livre de turbinas, têm estado a incorporar as novas paisagens do vento como cenário para publicidade e filmes, justamente por elas serem tão sugestivas.”(Pasqualetti, 2001:695)

No que respeita à aceitação pública é essencial partir da “[...] importância de conhecer os factores sociais relevantes para a formação da aceitação pública relativamente às energias renováveis” (Wemheuer Zoellner, Schweizer-Ries, 2008:4136). Assim, e tendo em conta que neste caso a implantação do parque foi numa serra considerada pelos moradores como “virgem”, “pura”, “natural” apesar de outros alertarem para a





existência de um posto de vigia e de antenas de telecomunicações, anteriormente à implantação do parque, é possível afirmar que a implementação de parques eólicos em zonas já industrializadas poderá ser considerada como menos interferente na paisagem do que aqueles implementados em zonas consideradas naturais. (Zoellner, Schweizer-Ries, Wemheuer, 2008: 4137)

Um outro ponto de importante análise neste trabalho, e no projecto, remete para a análise dos discursos de todos os grupos de entrevistados relativamente à energia eólica e às energias renováveis em geral. É interessante notar, no caso de Alvaiázere, que algumas pessoas, sobretudo em faixas etárias mais elevadas têm alguma dificuldade em expressar uma opinião sobre o assunto ainda que outras, na mesma faixa etária, contraponham essa mesma tendência. Por outro lado, nota-se um discurso claro e muito esclarecido nos entrevistados mais jovens e quase todos os entrevistados são favoráveis à energia eólica. Será então, sobretudo, uma questão de ordenamento do território? De ser favorável à energia eólica desde que não seja perto da sua casa? E qual a relação estabelecida entre comunicação social e a população e de que forma a comunicação social poderá influenciar ou até moldar os discursos assumidos?

“Se as pessoas se sentirem colocadas de parte no processo de planeamento e tomadas de decisão, é muito mais provável que elas se oponham a esses processos” (Zoellner, Schweizer-Ries, Wemheuer, 2008: 4140)



9) Referências bibliográficas

Brito, J. Pais de *et al.*, coord. (1996). *O Voo do Arado*, Lisboa, Museu Nacional de Etnologia/IPM/MC

Chito, Beatriz; Caixinhas, Raúl (1993), “A participação do público no processo de avaliação do impacte ambiental”, *Revista Critica de Ciências Sociais*, 36, 41–55.

Delicado, A., Truninger, M., Horta, A., Figueiredo, E., Silva, L., Fonseca, S. (2012). Discursos Técnico-científicos sobre energias renováveis em Portugal. *VII Congresso Português de Sociologia* (2012)

Godinho, P. (2010). Festas de Inverno no Nordeste de Portugal – património, mercantilização e aporias da “cultura popular”, 100Luz, Alentejo

Grupo Protecção Sicó (2009). Comunicado Oficial. Parque eólico de Alvaizere. Disponível em:

http://www.fpeespeleo.org/index.php?option=com_content&view=article&id=24:parque-eolico-de-alvaizere&catid=34:noticias-das-associadas&Itemid=60 (acesso em 4 de Fevereiro de 2013)

Lima, Maria Luísa Pedroso de (2004), “Images of the public in the debates about risk: consequences for participation”, *Portuguese Journal of Social Sciences*, 2(3), 149–163.

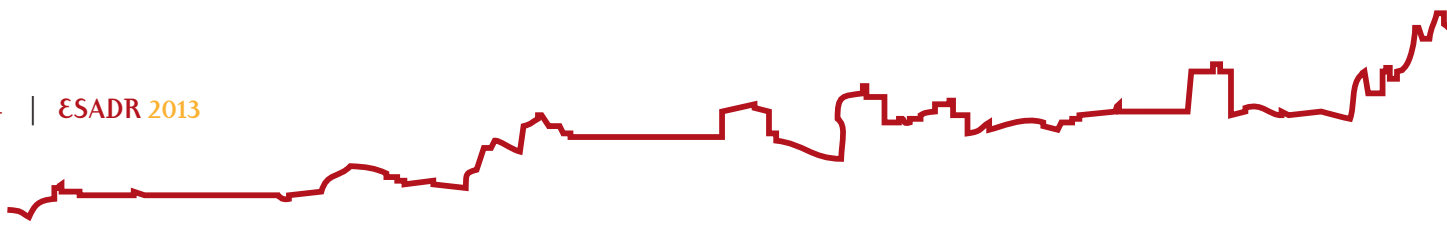
Oles, T., & Hammarlund, K. (2011): The European Landscape Convention. Wind Power, and the Limits pf the local: Notes from Italy and Sweden, *Landscape Research*, 36:4, 471-485

Pasqualetti, M. (2001): Wind Energy Landscape: Society ant Technology in the California Desert, *Society & Natural Resources*. Na International Journal, 14:8, 689-699

Quercus (2010). Comunicado Oficial. Parque Eólico de Alvaizere instala aerogeradores junto de abrigo com morcegos ameaçados de extinção. Disponível em: <http://www.quercus.pt/comunicados/2010/setembro/624-parque-eolico-de-alvaizere-instala-aerogeradores-junto-de-abrigo-com-morcegos-ameacados-de-extincao> (acesso em 4 de Fevereiro de 2013)

Vavrova, Z. (2011). A estratégia europa 2020. Fichas técnicas sobre a União Europeia. Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/ftu/pdf/pt/FTU_4.1.pdf (acesso em 13 de Fevereiro de 2013)

Vieira, A., Cunha, L. (2006). Património geomorfológico – de conceito a projecto. O Maciço de Sicó, *Publicações da Associação Portuguesa de Geomorfólogos*, Vol. 3, APGeom, 147-153





Wolsink, M. (2010). Near-Shore wind power – Protected seascapes, environmentalist's attitudes, and the technocratic planning perspective. *Land use Policy*, 27 (2010), 195-203

Zoellner, J., Schweizer-Ries, P., & Wemheuer, C. (2008). Public acceptance of renewable energies: Results from case studies in Germany. *Energy Policy*, 36 (11), 4136-4141

A IMPORTÂNCIA DA ATIVIDADE TURÍSTICA DENTRO DO CONTEXTO DAS OCUPAÇÕES RURAIS NÃO AGRÍCOLAS (ORNAs) PARA A REOCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS RURAIS NO BRASIL

LEONARDO RAVAGLIA FERREIRA GONÇALVES

IFG – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (www.ifg.edu.br)

Rua 75, nº 46, Centro. Goiânia – Goiás - Brasil

Nada se localiza ao acaso: as cidades, as estradas, as habitações, o comércio, entre outros, surgem por meio de um processo de decisão mais ou menos explicitado que, às vezes, pretende maximizar um valor, um rendimento ou uma utilização, ou então pretende minimizar esforços, despesas, custos. Todo este processo de decisão é, no entanto, muito complexo, já que são vários os intervenientes no espaço de diversas naturezas (indivíduos, empresas, governos). Uma das características mais latentes da estrutura agrária brasileira desde seus primórdios é a elevada concentração de terras, onde enquanto algumas propriedades possuem grandes extensões de terra, um grande número de pessoas disputa exíguas áreas, que mal permitem ao produtor extrair o sustento de sua família. A dificuldade de planejadores em diversos países considerados em desenvolvimento consiste exatamente em como fazer com que o turismo efetivamente ajude a reverter o quadro de injustiças sociais utilizando para isso um determinado espaço regional. O objetivo deste trabalho é a de buscar apontamentos que possibilitem discutir como o turismo e outras Ocupações Rurais Não-Agrícolas (ORNAs) podem contribuir para a fixação do homem ao campo dentro da realidade agrária brasileira. Para isso, uma ampla pesquisa bibliográfica foi feita analisando autores consagrados e dados oficiais sobre a questão rural no Brasil, de forma a dar ao presente trabalho uma importância prática latente, apesar de ser caracterizada como uma revisão teórica. Como apontamentos conclusivos, nota-se que o turismo torna-se uma alternativa viável econômica e socioculturalmente para o homem que vive na zona rural a medida em que diversos aspectos começam a aparecer, como alto grau de atratividade de sua região, proximidade com mercados emissores e acesso a microcrédito, dentre outros que são melhor discutidos no corpo deste artigo.

Palavras-chave: ocupações rurais não-agrícolas, turismo, espaço rural, Brasil.

O RURAL CONTEMPORÂNEO NO BRASIL

Uma das características mais latentes da estrutura agrária brasileira desde seus primórdios é a elevada concentração de terras. Enquanto algumas propriedades possuem grandes extensões de terra, um grande número de pessoas disputa exíguas áreas, que mal permitem ao produtor extrair o sustento de sua família.



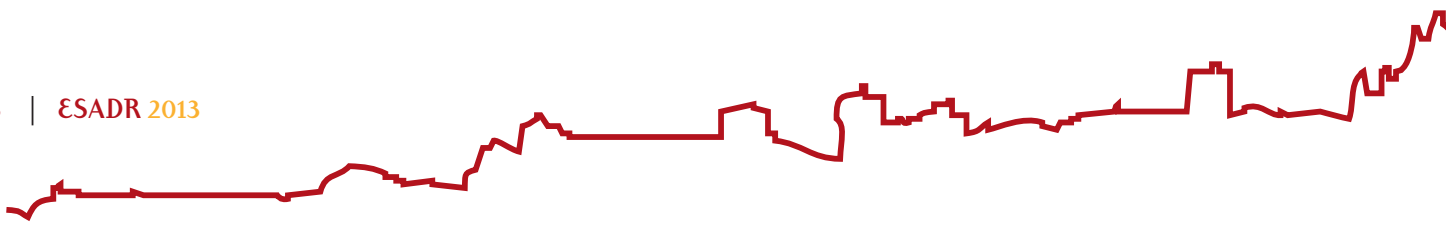
Quanto a essa característica do rural brasileiro, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no documento intitulado “Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil”, coloca que:

Uma das maiores responsáveis pela persistência das iniquidades sociais no campo é a concentração fundiária, explicada tanto pelas raízes históricas do país, quanto pela insuficiência das políticas de reforma agrária e promoção da agricultura familiar.
A concentração fundiária no Brasil atingiu índices demasiadamente elevados, o que reforçou o caráter excludente do modelo de desenvolvimento agropecuário. A produção de subsistência foi sendo eliminada e os produtores expulsos para os centros urbanos, passando grande parte dos minifúndios a funcionar como moradia de famílias e não mais como unidades de produção, anteriormente dedicadas à agropecuária de pequena escala. (Brasil, 2005).

Para se ter uma ideia da concentração da estrutura fundiária no Brasil basta citar que, apesar de 31,6% dos imóveis rurais no Brasil terem até 10 ha (hectares), estes representam apenas 5,7% da área total de imóveis rurais no país. Em contraponto, há um contingente de 0,8% dos imóveis rurais tendo mais de 2000 ha, sendo que estes correspondem a 31,6% da área total, segundo o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário – NEAD/MDA (Brasil, 2008). Mais dados sobre a distribuição de terras no Brasil estão na tabela a seguir:

TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA TOTAL DOS IMÓVEIS RURAIS¹ POR CATEGORIA – 1998

Brasil e Grandes Regiões	Tamanho da propriedade				
	Grande ²	Média ³	Pequena ⁴	Minifúndio ⁵	Não-classificado
Norte	70,3	11,3	10,3	5,1	3,1
Nordeste	41,9	22,5	21,1	14,3	0,3
Sudeste	39,7	28,4	21,8	8,9	1,1
Sul	37,3	21,3	26,1	14,4	0,9
Centro-Oeste	73	17,5	6,7	2	0,8





BRASIL	57,4	19,2	14,7	7,5	1,3
---------------	-------------	-------------	-------------	------------	------------

FONTE: O autor (2009) baseado nos dados do NEAD/MDA (BRASIL, 2008). Apesar de o documento ser do ano de 2008, os dados são referentes o ano de 1998.

NOTAS: 1) O conceito de imóvel rural é definido pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) como sendo o “prédio rústico, de área contínua, formado por uma ou mais parcelas de terra, pertencente a um mesmo dono, que seja ou possa ser utilizado em exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agroindustrial, independente de sua localização na zona rural ou urbana do município, com as seguintes restrições: a) Os imóveis localizados na zona rural do município cuja área total for inferior a 5.000 m² não são abrangidos pela classificação de imóvel rural e não são objeto de cadastro. b) Os imóveis rurais localizados na zona urbana do município somente serão cadastrados quando tiverem área total igual ou superior a 2 ha e que tenham produção comercializada”.

2) Imóvel rural com área superior a 15 módulos fiscais (unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município considerando o tipo de exploração predominante no município; a renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda e da área utilizada; e o conceito de propriedade familiar).

3) Imóvel rural com área variando entre 4 e 15 módulos fiscais.

4) Imóvel rural com área entre 1 e 4 módulos fiscais.

5) Imóvel rural com área inferior a 1 módulo fiscal.

A estrutura agrária varia bastante entre as grandes regiões brasileiras. Nota-se, de acordo com a tabela 1, que a Região Sul possui menor concentração fundiária que as demais regiões, apesar de ainda possuir uma estrutura fundiária concentrada, onde as grandes propriedades se apropriam de quase 40% da área total dos imóveis rurais.

Esta menor concentração fundiária, juntamente com a região Nordeste, mostra uma característica fundamental no rural destas regiões: a presença marcante do trabalho familiar. Como coloca Graziano da Silva (1982, p. 36), “a sua participação é inversamente proporcional ao tamanho dos imóveis; ou seja, quanto menor a propriedade em termos de área e/ou valor da produção, maior é a importância do trabalho familiar”.

Além disso, nota-se que a propriedade baseada na agricultura familiar possui uma característica importante para o Brasil: produz boa parte da produção de alimentos no país. Segundo o MDA (BRASIL, 2008), a agricultura familiar é responsável por cerca de 70% do alimento consumido pelos brasileiros, percentual este que se eleva a 89% no caso da cultura da mandioca e 75% no caso da cebola. Quanto à agricultura familiar, Graziano da Silva (1982) coloca que:

A produção de alimentos no Brasil, exceto alguns casos particulares, não tem sido atrativa para o capital, na medida em que o mecanismo de fixação de preços a torna pouco ou nada rentável. A ela se dedicam pequenos produtores em geral, que são responsáveis pela maior parcela da produção.

A pequena produção, conforme se vai inserindo na economia de mercado, passa a ter uma inferioridade cada vez maior em relação à grande propriedade, sendo obrigada a exigir maiores esforços dos que nela trabalham



de modo a compensar essa situação desfavorável. Aumentam-se assim, na mesma proporção do atraso dos processos técnicos de exploração da terra, o prolongamento da jornada de trabalho e a incorporação de mulheres e crianças nas atividades agrícolas. Isso não resulta num melhor nível de consumo da família, mas geralmente reflete uma piora desse nível. Definindo-se por uma situação de extrema pauperização, o pequeno produtor revela, no seu padrão de vida, a violência do processo de expropriação a que está submetido.

Mostra-se assim toda a pressão exercida por pessoas e segmentos mais capitalizados e inseridos na lógica da economia globalizada em proprietários de pequenas extensões de terra. Estes, pela pouca inserção nesta lógica de mercado e pela constante diminuição de suas terras, se veem obrigados a trabalhar cada vez mais, inserindo toda a família no trabalho da propriedade, gerando, entre outras consequências, uma diminuição na qualidade de vida dos mesmos.

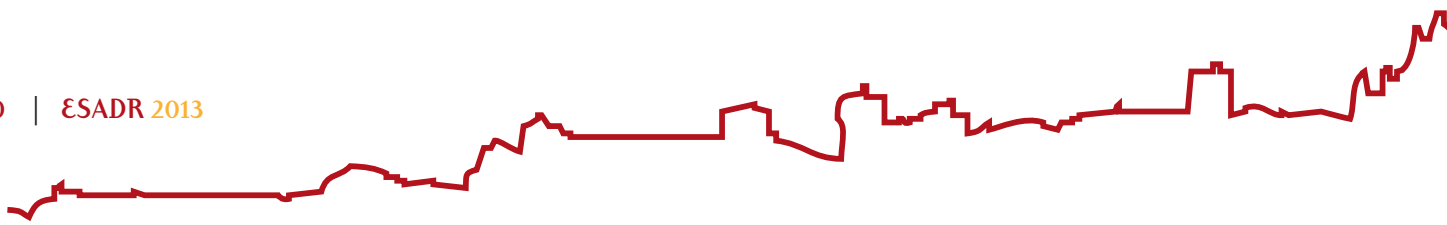
Fatores como a forma de ocupação das terras (por meio de colonização, exploração, entre outros); políticas públicas na época de ocupação; facilidade de acesso às terras; proximidade com grandes centros consumidores, processadores ou exportadores; qualidade das terras, relevo e clima, ajudam a explicar tamanha diferença no tamanho das propriedades rurais nas diversas grandes regiões brasileiras e a grande dispersão espacial das mesmas (Accarini, 1987). Graziano da Silva (1982, p. 34 e 35) comenta sobre este assunto que:

Essa desigualdade adquire maior significado num contexto em que a terra se configura ainda como o meio de produção fundamental. [...]

Em síntese, são as grandes áreas que, quando não são mantidas inexploradas, geram as maiores rendas, o que vem a confirmar a importância da propriedade da terra como meio de acesso a outras formas de riqueza, no contexto brasileiro.

A importância da propriedade da terra qualifica, de um lado, o insuficiente desenvolvimento das relações capitalistas, apontando para a dificuldade que o capital apresenta de transformar o processo de produção. De outro, põe em evidência o caráter muitas vezes não-progressista e até mesmo parasitário de algumas das transformações que aí se realizam. É esse o caso das grandes extensões de terras submetidas à especulação imobiliária, dos imóveis “vazios” à espera de valorização, dos investimentos em pecuária extensiva e outras formas de reservas de valor.

A constante diminuição das pequenas propriedades possui como consequência a perda ou diminuição de condições de plantio, o que gera perda na capacidade de capitalização de seus proprietários, aumentando o grau de empobrecimento rural. Muitas das ocupações com finalidade agrícola passam a não se sustentar, ocorrendo um





aumento das atividades não-agrícolas, também chamados de ORNAs (Ocupações Rurais Não Agrícolas), conforme já mencionado anteriormente.

Outro fator que influencia o aumento das ORNAs é o fato que, apesar de atualmente a população rural brasileira estar estabilizada, e até mesmo com pequenos aumentos (exceto na região Sul, onde o êxodo rural ainda persiste em algumas localidades), houve um incremento no número de desempregados, inativos e aposentados que mantém residência rural (Graziano da Silva, 2001). Mostra-se assim um crescimento das ORNAs no Brasil, com taxas de crescimento representando o dobro das taxas de crescimento populacional no país, conforme mostrado na tabela 2. Cerca de um terço da população rural economicamente ativa no Brasil trabalha em atividades não agrícolas, de acordo com o PNAD em 1999 (Graziano da Silva, 2001).

TABELA 2 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO BRASIL ENTRE 1981 E 1999

Emprego	Pessoas (em milhões)				Taxa de crescimento (em % ano)		
	1981	1992	1996	1999	1981-92	1992-99	1996-99
Urbano	85,2	113,4	122,4	127,8	2,6	1,7	1,4
Ocupados (b)	31,7	46,5	50,4	52,8	3,6	1,8	1,5
- agrícola	2,6	3,7	3,4	3,4	3,3	-1,6	-0,2
- não-agrícola	29,1	42,9	47	49,3	3,6	2	1,6
Rural	34,5	32	31,7	32,6	-0,7	0,2	1,1
Ocupados (b)	13,8	14,7	13,9	14,9	0,6	-0,2	2,1
- agrícola	10,7	11,2	9,9	10,2	0,4	-1,7	0,4
- não-agrícolas	3,1	3,5	4	4,6	1,2	3,7	6,1
TOTAL	119,7	145,4	154	160,3	1,8	1,4	1,3

FONTE: Graziano da Silva (2001) baseado em tabulações das PNADs (pesquisas anuais por amostra de domicílios do IBGE) de 1981 e de 1992-99

NOTAS: a) não inclui as áreas rurais da região Norte, exceto pelo estado de Tocantins.

b) PEA (população economicamente ativa) restrita, que exclui os não-remunerados que trabalham menos de 15 horas na semana e os que se dedicam exclusivamente ao autoconsumo.



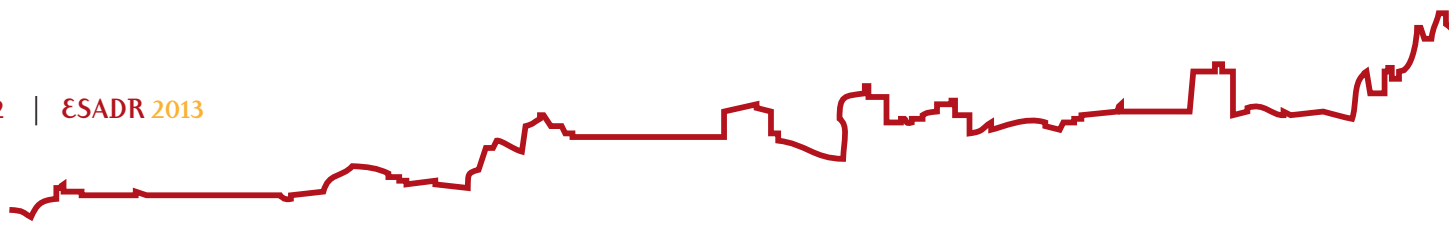
Dentre os vários dados apresentados na tabela acima se destaca o aumento da população rural entre os anos de 1996 e 1999 em cerca de 900 mil pessoas, sendo que cerca de dois terços deste crescimento foi proveniente de ocupações não-agrícolas, que obtiveram crescimento de 6,1% ao ano no mesmo período.

Nota-se assim que este aumento da população rural teve como principal responsável as ORNAs. Enquanto isso, o emprego agrícola, em função da mecanização das atividades de colheita dos principais produtos do rural brasileiro, caiu numa taxa de -1,7% ao ano (Graziano da Silva, 2001).

Segundo o NEAD/MDA (Brasil, 2008), cerca de 33,8% dos ocupados rurais não-agrícolas estavam trabalhando na área de serviços, 25,3% na indústria, 16,8% no comércio, 9,9% no ramo de construção, 5,2% na área de administração pública, 4,5% na área de transportes e comunicação, e 4,4% em outras atividades. Cerca de 39,5% dos ocupados residentes em área rural na região Norte trabalham em empreendimentos não-agrícolas, número que diminui para 37,8%, 30,3%, 26% e 21% nas regiões Sudeste, Centro-Oeste, Sul e Nordeste, respectivamente (Brasil, 2008).

A própria importância que ainda assumem relações de produção como a parceria e o arrendamento, além da propriedade baseada no trabalho familiar, mostram a debilidade das transformações capitalistas no campo no Brasil. Considerando-se o trabalho assalariado (temporário ou permanente) como sendo um dos indicadores do processo capitalista de produção, conclui-se que sua presença era minoritária (Graziano da Silva, 1982). A própria existência do trabalho assalariado temporário, que representa um contingente de pessoas igual ou mesmo superior ao total de trabalhadores permanentes, pode ser considerado um indicador expressivo do processo de expropriação que marca a expansão do capitalismo no campo, como coloca Graziano da Silva (1982), expropriação esta que ainda continua a ocorrer, como mostra a taxa de crescimento negativa dos ocupados agrícolas no Brasil entre 1992 e 1999 (tabela 2).

Outro ponto que contribui para a diminuição das ocupações agrícolas é o próprio esgotamento de áreas utilizáveis para tais atividades nas regiões Sul e Sudeste, principalmente. Somente 3% das áreas exploráveis para atividades agrícolas no Sudeste ainda não estavam sendo utilizadas, número que sobe para 3,7% na região Sul. Essas porcentagens se elevam para 51%; 26% e 19,9% nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, respectivamente (Brasil, 2008, p. 46).





Como visto, o aumento das ORNAs, a maior mecanização na agricultura e o rareamento de áreas exploráveis para atividades agrícolas no Sul e Sudeste do país são tendências para os próximos anos no rural brasileiro. A isso se soma o menor nível de instrução da população de áreas rurais, conforme observado na tabela 3. Este menor nível de instrução ajuda a melhor entender a falta de perspectivas que agricultores que possuem pequenas extensões de terra e estão pouco inseridos na dinâmica do agronegócio sofrem. Pouca terra para plantar, poucas perspectivas de um futuro promissor e pouca instrução para buscar alternativas de renda são tónicas desta dinâmica que grassa o rural brasileiro.

TABELA 3 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR GRUPOS DE ANOS DE ESTUDO – 2006 (EM %)

Anos de estudo	Local de residência	
	Área Urbana	Área Rural
Menos de 1 ano	8	21,4
1 a 2 anos	5,7	12,6
3 a 4 anos	18	27,6
5 a 6 anos	12,5	14
7 a 8 anos	15,2	11,4
9 a 10 anos	7,6	4,6
11 a 12 anos	22,9	7,3
13 a 14 anos	2,9	0,4
15 anos ou mais	7,2	0,7

FONTE: Baseado nos dados do NEAD/MDA (Brasil, 2008, p. 31).

NOTAS: a) Pessoas com mais de 10 anos de idade

b) Exclui as pessoas com tempo de estudo não determinado e sem declaração.

Analisando-se a tabela acima fica evidenciada a grande diferença de escolaridade existente entre os que moram em áreas urbanas e em áreas rurais no Brasil. Enquanto cerca de 61,6 % da população rural com mais de 10 anos de idade possui 4 anos ou menos de estudo, apenas 31,7% da população urbana possuía esta escolaridade, ou seja, quase a metade do percentual. Quando se analisa a população com grau de escolaridade mais elevado a discrepância aumenta: apenas 1,1% da população rural possui 13 ou mais anos de estudo, número que se eleva a 10,1% considerando-se a população urbana, o que significa uma percentagem mais de 9 vezes superior.



O grau de escolaridade varia entre as grandes regiões, sendo que a média de anos de estudo da população de áreas rurais na região Nordeste mostrou-se como a menor (apenas 3,1 anos para homens e 3,9 para mulheres) dentre as grandes regiões do Brasil, enquanto na região Sul teve-se a maior média (5,2 anos para homens e 5,4 para mulheres), segundo o NEAD/MDA (Brasil, 2008).

Esta discrepância entre as grandes regiões brasileiras se mantém quando se considera o rendimento médio mensal nominal das pessoas residentes em domicílios rurais. Nota-se que há relação direta entre o grau de escolaridade da população e seu rendimento mensal, fato comprovado comparando os dados da tabela 3 com a da tabela abaixo:

TABELA 4 – RENDIMENTO MÉDIO MENSAL NOMINAL¹ DAS PESSOAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS RURAIS, SEGUNDO A CONDIÇÃO DE ATIVIDADE – BRASIL 2006 (EM R\$ DE SET/2006)

Condição da atividade	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	BRASIL
Economicamente ativas	503	293	560	713	660	468
Ocupadas	506	295	562	715	663	470
Procurando trabalho	365	208	429	476	387	321
Desocupadas	225	93	262	236	171	174
Inativas	275	279	417	458	412	336

FONTE: NEAD/MDA (BRASIL, 2008, p. 129).

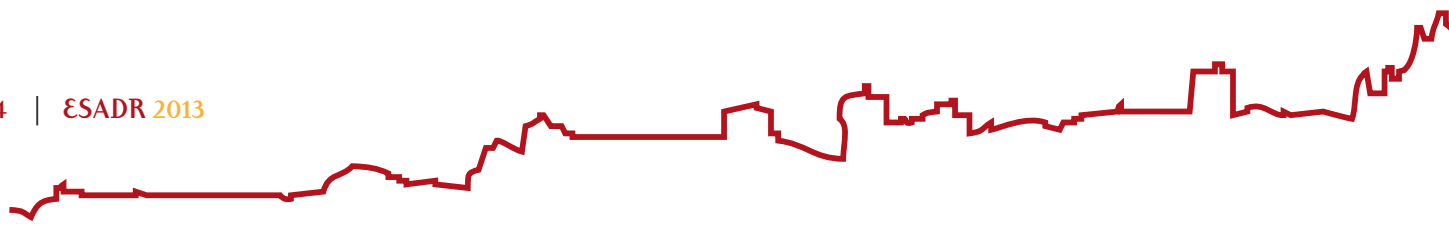
NOTA: 1) São consideradas todas as fontes (salário, pensões ou outras formas de rendimento) das pessoas que têm rendimento.

OBS: a) Pessoas de 10 anos ou mais de idade.

b) Exclui as pessoas sem rendimento.

Segundo a tabela acima, nota-se mais uma vez a desigualdade regional característica do Brasil. Enquanto o rendimento médio mensal da PEA da zona rural da região Sul é de R\$ 713,00, o rendimento na região Nordeste chega somente a R\$ 293,00. A região Centro-Oeste aparece possuindo o segundo maior rendimento entre a PEA, em compensação ficou somente com o quarto maior rendimento entre a população desocupada. Exceto este item, a região Sul possui maiores rendimentos médios em todos os outros itens constantes na tabela 4.

Apesar de possuir um rendimento médio maior se comparado às outras grandes regiões, a região Sul aparece possuindo alta concentração média deste rendimento mensal nas áreas rurais, sendo a segunda região com maior concentração no Brasil.



Apesar deste fato, dentre as áreas urbanas e no geral a região Sul ainda possuiu a menor concentração de renda do Brasil, conforme a tabela abaixo:

TABELA 5 – ÍNDICE DE GINI¹ DA DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL DAS PESSOAS COM RENDIMENTO, POR LOCAL DE RESIDÊNCIA – BRASIL 2000

Brasil e Grandes Regiões	Local de Residência		
	Urbano	Rural	Total
Norte	0,603	0,522	0,598
Nordeste	0,609	0,509	0,618
Sudeste	0,589	0,528	0,592
Sul	0,583	0,530	0,585
Centro-Oeste	0,634	0,581	0,633
BRASIL	0,602	0,535	0,608

FONTE: NEAD/MDA (Brasil, 2008, p. 139) baseado no Censo Demográfico do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (2000).

NOTA: 1) O Índice de Gini, que varia de zero a um, é um indicador de igualdade ou desigualdade de uma distribuição. Quando igual a zero, significa a situação teórica da igualdade. Quando igual a um, ocorre a situação máxima de desigualdade. Portanto, quando se aproxima de um, significa que uma dada distribuição está se concentrando.

Como visto na tabela 5, nota-se que a região Sul aparece possuindo a segunda maior concentração de rendimentos dentre as grandes regiões do país. Este processo, na verdade, é resultado de anos de expropriações de pequenos produtores para médios e grandes produtores rurais.

Nota-se assim o quão complexo pode se tornar a análise do rural brasileiro, por sua diversidade (de culturas, de problemas, de formas de ocupação) e o quão necessário é a busca por soluções para esse meio. A questão agrária é um problema eminentemente político, refletindo até mesmo a necessidade de mudanças na estrutura de poder da sociedade brasileira como um todo.

TURISMO COMO FATOR DE (DES)ESTRUTURAÇÃO SOCIAL, CULTURAL, AMBIENTAL E ECONÔMICA NAS ORNAs

O incentivo à construção de uma sociedade sustentável é uma das grandes dificuldades existentes para o poder público, que possui o desafio de transformar a teoria da sustentabilidade em ações práticas, que consigam modificar a visão do



crescimento econômico a qualquer custo em detrimento, muitas vezes, do bem-estar local.

A divulgação em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), do Relatório Brundtlandt (também conhecido como “Nosso Futuro Comum”) que defende a ideia do “desenvolvimento sustentável” como um ponto de inflexão no debate sobre os impactos do desenvolvimento; não só reforça as necessárias relações entre economia, tecnologia, sociedade e política, como chama também a atenção para a necessidade de uma nova postura ética em relação à preservação do meio ambiente. Desta necessidade surge o conceito de desenvolvimento sustentável que, segundo o Relatório Brundtlandt:

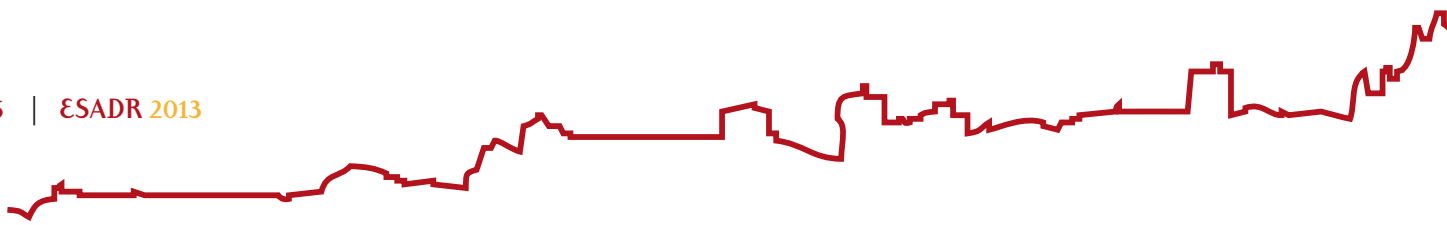
É a atividade que harmoniza o imperativo do crescimento econômico com a promoção de equidade social e a preservação do patrimônio natural, garantindo assim que as necessidades das atuais gerações sejam atendidas sem comprometer o atendimento das necessidades das gerações futuras. (Brundtland, 1987, p. 1).

A partir da divulgação deste relatório e, posteriormente, com a Conferência Eco 92, realizada no Rio de Janeiro e que reuniu dezenas de chefes de estado para discutir questões ambientais e a busca da sustentabilidade (termo este ainda muito recente), o meio ambiente passou a ter maior presença na pauta de discussões de governos, organizações não-governamentais (ONGs), empresas e sociedade em geral, como coloca Dias (1994).

Gerou-se assim uma maior preocupação quanto à necessidade da conservação do meio ambiente e dos benefícios que um planejamento sob os preceitos da sustentabilidade pode proporcionar para as gerações futuras. É preciso deixar claro que o princípio da sustentabilidade é definido como algo que vai além da dimensão ecológica, pois compreende também a melhoria das condições econômicas e sociais das populações locais e, no caso do turismo, a satisfação dos visitantes (Silveira, 2002).

Com o fortalecimento deste conceito no mundo, muitos órgãos governamentais passaram a basear o planejamento de suas ações sob seus preceitos (o que não significa que estes foram postos em prática), tendência esta também sentida no Brasil.

A base conceitual adotada pelo Ministério do Turismo obedece tais preceitos, sendo que, para este órgão, são quatro os princípios do desenvolvimento sustentável, que também serão os adotados neste estudo:



- a) Sustentabilidade ambiental: assegura a compatibilidade do desenvolvimento com a manutenção dos processos ecológicos essenciais à diversidade dos recursos.
- b) Sustentabilidade sociocultural: assegura que o desenvolvimento aumente o controle das pessoas sobre suas vidas, preserve a cultura e os valores morais da população e fortaleça a identidade da comunidade. Tem por objetivo construir uma civilização mais igualitária, ou seja, com mais equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres.
- c) Sustentabilidade econômica: assegura que o desenvolvimento seja economicamente eficaz, garanta a equidade na distribuição dos benefícios advindos desse desenvolvimento e gere os recursos de modo que possam suportar as necessidades das gerações futuras.
- d) Sustentabilidade político-institucional: assegura a solidez e continuidade das parcerias e compromissos estabelecidos entre os diversos agentes e agências governamentais dos três níveis de governo e nas três esferas de poder, além daqueles atores situados no âmbito da sociedade civil. (Brasil, 2007).

Esses quatro princípios precisam ser planejados de forma conjunta e possuem uma forte relação entre si. Em relação às ORNAs, estes princípios também precisam ser seguidos, sendo ao longo deste artigo mostramos diversos impactos positivos e negativos que o turismo pode provocar, de acordo com estes princípios colocados acima.

Quanto ao turismo nas ORNAs, Matheus *et al.* (2005) colocam que, quando se pensa em sustentabilidade turística, devem ser observados as seguintes características: uso sustentável dos recursos naturais, manutenção da diversidade biológica e cultural, suporte às economias locais, envolvimento das comunidades locais, consulta ao público e aos atores envolvidos, capacitação de mão-de-obra, marketing turístico responsável, redução do consumo supérfluo e desperdício, e desenvolvimento de pesquisas.

O meio ambiente é a base dos recursos naturais e culturais, sendo que qualquer atividade que se queira implantar (inclusive o turismo) depende tanto da qualidade quanto da proteção do mesmo em longo prazo. Já que é o meio ambiente da região que fornecerá todas as condições e influências que afetam o desenvolvimento de um grupo de seres (humanos, inclusive), é no mesmo que todos os aspectos para o desenvolvimento de uma atividade estarão inter-relacionados, como os aspectos éticos, sociais, políticos, culturais, ecológicos, tecnológicos.

Pode-se assim definir sustentabilidade ambiental como “a maneira de assegurar a compatibilidade do desenvolvimento com a manutenção dos processos ecológicos



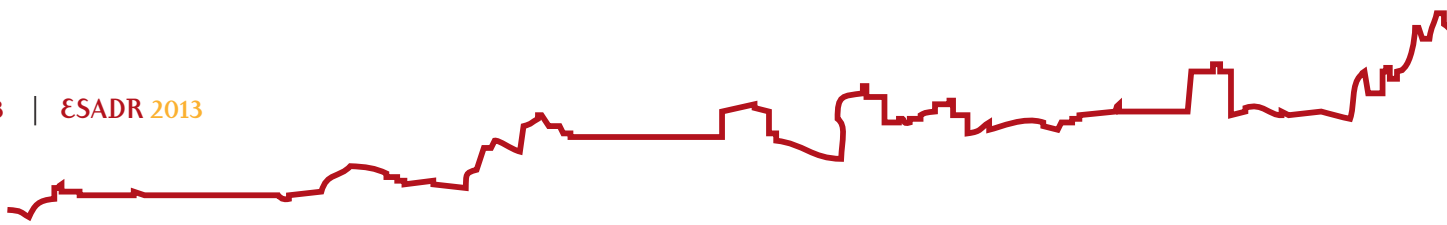
essenciais, bem como da diversidade dos recursos” (Brasil, 2007). Assim sendo, como a atividade turística pode proteger (ou degradar) o meio ambiente e os recursos naturais nele existentes?

Antes de elencar os efeitos ambientais positivos, coloca-se uma ressalva feita por Cooper *et al.*:

A conservação e a preservação têm muito valor para os pesquisadores, ou mesmo para os turistas. Entretanto, se essas ações não forem consideradas importantes pelos moradores locais, é discutível o quanto elas podem ser consideradas como impactos ambientais positivos. Ao avaliarmos o valor líquido das atividades de preservação e conservação, devem ser levados em conta os custos de oportunidade associados a elas. (Cooper *et al.*, 2007).

Obviamente a preservação ambiental de uma região pode não agradar a todas as pessoas viventes na mesma. Será que não gerará diminuição de renda local? Será que não impedirá, de alguma forma, a melhoria da qualidade de vida da população? Estas são questões que precisam ser ponderadas no processo de planejamento, sendo que nem sempre o que é positivo para um grupo será para outro. Feitas tais ressalvas, são elencados a seguir alguns dos principais efeitos ambientais considerados positivos:

- Melhoria das condições ambientais do destino: a melhora e ampliação da infraestrutura básica do local (saneamento, transporte, comunicações, saúde, entre outros) podem beneficiar tanto o turista quanto a população local. Constatada a vocação turística da localidade, pode-se solicitar empréstimos em programas como o PRODETUR – Programa de Desenvolvimento do Turismo – do Governo Federal.
- Aumento nos investimentos direcionados à conservação e melhor manutenção do ambiente visitado: com a maior visibilidade e importância que determinado local adquire com seu caráter turístico, a cobrança de taxas, ingresso e venda de produtos relacionados ao atrativo podem ser destinados à melhor conservação do mesmo.
- Uso de tecnologias ambientalmente saudáveis para a adequada conservação do atrativo natural, ou seja, o uso de equipamentos e advento de serviços que contribuam para a diminuição de impactos ambientais na área.
- Conservação, proteção, preservação e recuperação de ambientes naturais: Quanto a esse ponto, o Ministério do Turismo coloca que:





O turismo pode agregar valor às áreas naturais, principalmente às Unidades de Conservação, como parques e reservas particulares, na medida em que esses ambientes são cada vez mais procurados pelos turistas. O poder público local e os empresários do setor tendem a investir em medidas de conservação, a fim de manter a qualidade e consequente atratividade dos destinos. Com uma visitação organizada e controlada, é possível utilizar de maneira sustentável as áreas naturais mais preservadas. Além disso, o turismo pode induzir ou estimular a recuperação de áreas degradadas, uma vez que a qualidade ambiental da área está se tornando pré-requisito para a escolha do local pelo turista. (Brasil, 2007).

Assim, a partir do comentado acima, se evidencia que o turismo pode estimular a preservação das ORNAs e ajudar no processo de captação de recursos para manutenção das mesmas. Da mesma forma que pode auxiliar na preservação do meio ambiente da área, a atividade turística possui também uma lista de consequências desastrosas que pode gerar. Os principais problemas ambientais que podem ser gerados pelo turismo são:

- Poluição: O turismo pode gerar aumento no fluxo de automóveis na região (aumento da poluição atmosférica), de pessoas em uma área natural (poluição sonora e aumento na produção de lixo), de barcos e iates em ambientes aquáticos (lançamento de óleo na água, por exemplo), entre outros. Além disso, em regiões com infraestrutura precária de saneamento, a destinação do esgoto gerado pelo aumento da demanda também é um grande problema.
- Ampliação da demanda dos recursos naturais: Com o desrespeito à capacidade de carga do local e prioridade aos apelos da demanda, o uso excessivo ou inadequado dos recursos pode alterar o equilíbrio ecológico do ambiente natural e também gerar poluição.
- Mudança de comportamento da fauna: Com o fornecimento de alimentação inadequada pelos turistas, por exemplo, a fauna tende a mudar seu comportamento na busca do alimento. Além disso, esse alimento pode causar complicações na saúde dos animais, sendo que a observação incorreta da vida selvagem pode ocasionar até mesmo o rompimento dos padrões normais de reprodução dos animais (OMT, 2003).
- Vandalismo: A depredação dos ambientes naturais ou de sua infraestrutura, aliada à coleta de lembranças do local visitado (plantas, flores, pedaços de rocha,...) pode causar alterações no equilíbrio do ecossistema.



- Ocultação da paisagem: com a construção de grandes empreendimentos, as paisagens tendem a se tornar exclusivas dos clientes dos mesmos. Estes locais causam descaracterização da paisagem e contrastes com a cultura do local.

Deve-se observar que muitos fatores ambientais e, conseqüentemente, os impactos aqui colocados, são interdependentes e interligados, sendo que a desregulação do equilíbrio ambiental pode originar conseqüências desastrosas. Cooper *et al.* acrescentam que:

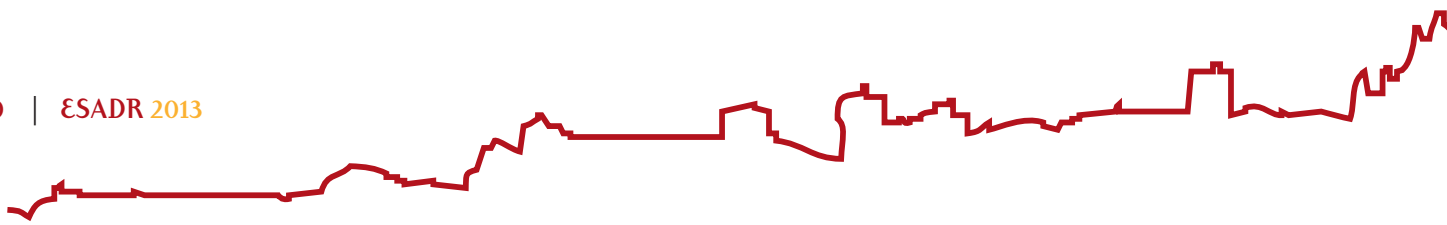
O efeito de qualquer perda na diversidade biológica é uma ameaça adicional à cadeia alimentar, podendo desequilibrar espécies e a formação do solo, e resultar em menor capacidade de absorção dos gases-estufa. Uma perda na biodiversidade também ataca a capacidade da natureza de suportar os choques naturais causados por secas, terremotos, enchentes e furacões. Por fim, ela diminui o prazer que os turistas gozam ao visitar os locais turísticos, ao reduzir a variedade e a riqueza da flora e da fauna disponível. (Cooper *et al.*, 2007, p. 213).

A preocupação e o cuidado no planejamento turístico no meio rural quanto ao meio ambiente são necessários para que os impactos negativos apresentados aqui sejam minimizados ao máximo, ao mesmo tempo em que não prejudique a vida da comunidade local e maximize a experiência do visitante na região.

A busca pela melhoria da qualidade de vida e redução dos níveis de exclusão social por meio de uma distribuição mais justa da renda e dos bens (Brasil, 2007) tem que ser a tônica do planejamento para a busca da sustentabilidade sociocultural. A utilização do turismo na busca deste fim pode ser útil, já que a atividade pode gerar:

- Preservação e incentivo aos costumes locais: Valorização do folclore, artesanato, gastronomia, manifestações artísticas, entre outros, que, além de valorizar os costumes do povo, melhora a experiência do turista na localidade.
- Aceleração nas mudanças sociais benéficas para a comunidade. Essa característica varia de comunidade para outra, já que o que se considera positivo é variável de acordo com cada localidade. Uma maior tolerância às diferenças e fomento a valores voltados à igualdade de direitos, por exemplo, podem ser consideradas mudanças sociais benéficas.

Como dito anteriormente, o turismo também pode afetar a cultura de uma sociedade de forma irremediável. Estes impactos podem ter conseqüências sérias, como as expostas a seguir:





- Aumento da criminalidade: Apesar de difícil de ser estabelecido, o vínculo entre turismo e criminalidade se torna evidente pelo fato de que a presença de uma grande quantidade de pessoas (geralmente com ganhos econômicos maiores e desconhecedoras da cultura local) oferece uma maior abertura a atividades ilegais, como roubo, tráfico de drogas, entre outros atos ilícitos.
- Exclusão social: O advento do turismo pode se limitar a gerar benefícios para grandes empresas da área, que exploram a região e obtêm lucro. A remoção de uma comunidade de um local para a construção de um grande *resort* é um exemplo deste fenômeno. O morador da comunidade removido de seu território é desterritorializado, e buscará se reterritorializar em outra região, com todas as consequências que esta mudança de região pode gerar, como conflitos culturais com outros povos já estabelecidos no local. O processo de compra de terras por especuladores externos provoca um processo onde o habitante local se vê levado a se desfazer de sua terra e procurar outro lugar para morar, podendo gerar êxodo rural.
- Mercantilização da cultura local: A demanda turística pode provocar alterações e mesmo a destruição do significado das tradições e festas locais. Cooper *et al.* (2007) colocam que os turistas “tendem a ter horários e expectativas diferentes daqueles dos residentes, e isso pode resultar na alteração de rituais religiosos e costumes tradicionais étnicos para que se tornem adequados aos desejos dos turistas”. A encenação de eventos que um dia já foram característicos da cultura local pode gerar uma “autenticidade encenada”, gerando conflito na ideia de cultura das populações locais.
- Danos culturais, econômicos e ambientais podem resultar em tensões sociais: A alteração nos costumes e na paisagem local, além da força do poder econômico externo, pode gerar revolta e protestos por parte da população, que pode se tornar um fator contra o desenvolvimento do turismo na região.

Há uma ampla variedade de formas pelo qual o desenvolvimento da atividade turística pode influenciar na cultura de uma localidade, sendo que é fato que muitas vezes os impactos socioculturais não recebem a devida atenção dos pesquisadores e planejadores turísticos. Pela complexidade de culturas que podem se encontrar por meio do turismo e as múltiplas interações que possam ter, nota-se o grande campo de estudos



que esta área tem o potencial de gerar, sendo que áreas como antropologia e sociologia podem contribuir muito para o aumento no número de estudos sobre este tema.

Segundo o Código Mundial de Ética do Turismo, “as populações e comunidades locais devem estar associadas às atividades turísticas e participar equitativamente nos benefícios [...] que geram e, sobretudo, na criação de emprego direto ou indireto resultante” (OMT, 2000).

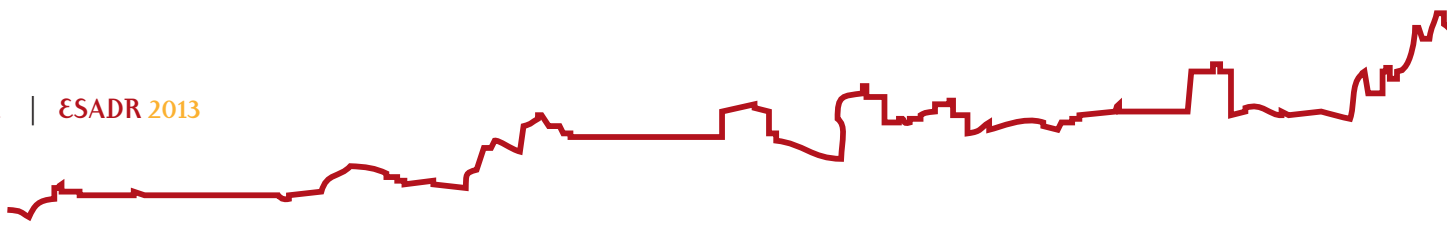
A conciliação entre a criação de postos de trabalho (com níveis satisfatórios de renda) e o controle sobre benefícios e custos dos recursos gerados para garantia de continuidade a gerações futuras faz-se necessária na busca de um crescimento econômico satisfatório.

Mesmo com o efeito multiplicador que a atividade turística pode provocar na economia local, ressalta-se que a distribuição espacial da riqueza não é a mesma, podendo gerar aumento da desigualdade de renda. Cruz acrescenta que:

[...] muitos lugares pobres, capturados pela atividade do turismo, viram suas economias dinamizadas e assistiram a profundas transformações em seus territórios sem que, necessariamente, suas populações se tivessem tornado automaticamente detentoras de melhores condições de vida e de renda. (Cruz, 2006, p. 339).

Além da geração de renda local (com a melhoria do poder de compra e do padrão de vida), pode-se citar como efeitos positivos do turismo na área da economia:

- Incentivo ao estabelecimento de empreendimentos turísticos locais, despertando inclusive um senso empreendedor na população local. Exemplo: A abertura de uma pousada por um habitante devido ao fluxo de turistas que visita as praias de seu município.
- Ampliação na arrecadação de tributos locais: O aumento na arrecadação acompanha a elevação de renda gerada pela atividade, podendo gerar melhorias na infraestrutura local utilizada pela própria população e visitantes.
- Estímulo a investimentos: O turismo pode incrementar a infraestrutura local, com o aumento do investimento do governo local (que possuiria mais verba decorrente do aumento da arrecadação de impostos) e dos empreendimentos de investidores externos. Goeldner *et al.* colocam que:



O setor turístico tem uma estrutura singular. Ele é considerado, e, na verdade é, um aglomerado de diversas unidades muito pequenas, englobando vários setores de serviços diferentes [...]. Dessa forma, o investimento em infraestrutura [...] estimula o investimento em diversas empresas menores. Em função do pequeno porte dessas empresas, as necessidades de capital são relativamente baixas e o investimento geralmente acontece em um ritmo acelerado. [...] O investimento inicial em turismo provoca um grande investimento em setores de apoio e terciários. (Goeldner *et al.*, 2002).

Estes motivos apresentados podem fazer com que governos (municipais, estaduais e federais) tenham o turismo como a atividade capaz de desenvolver uma região por si só, o que pode trazer efeitos negativos, como os elencados a seguir:

- Elevação do custo de vida: Ocorrida geralmente na alta estação, esta elevação generalizada dos preços acontece para aproveitar a presença do turista na região. Pode inclusive ser um fator que expulsa tanto turistas quanto população local se o custo de vida ficar demasiadamente alto.
- Demasiado aumento no fluxo de turistas: Além de problemas relacionados à poluição e a perda da qualidade de vida da população local (com o aumento nos congestionamentos, estresse etc.) o excesso de turistas pode inclusive degradar a infraestrutura existente, gerando perdas econômicas principalmente para outras atividades. O uso demasiado das rodovias de acesso à localidade pode dificultar ou impedir o escoamento da produção de grãos da região, por exemplo.
- Dependência exagerada da atividade turística: A partir do momento que a economia da região seja dependente do turismo a tal ponto de não se ter alternativa de crescimento econômico, qualquer flutuação mais forte na sazonalidade de turistas terá efeitos cada vez mais negativos para esta região.

Nem sempre o maior número de turistas é o melhor para a economia da região, como visto. Da mesma forma, nem sempre o turismo é a saída mais apropriada para todas as localidades, bem como não é apropriado depender somente desta atividade econômica. Assim sendo, nota-se que os impactos negativos que um grande fluxo de turistas pode proporcionar não se restringem “somente” a aspectos culturais e naturais, mas mesmo a economia local pode ser prejudicada, apesar do aparente aumento da renda local.

Para se buscar a sustentabilidade político-institucional é necessário que se compreenda a ideia de que toda e qualquer iniciativa política é gerida por pessoas, que possuem diferentes formas de pensar e visões de mundo diversas. Estas precisam ser



estimuladas a gerenciar uma instituição, seja pública ou privada, utilizando para isso instrumentos gerenciais que obedeçam aos preceitos da sustentabilidade. O advento formal de uma política da instituição, com regulamento que determine as regras locais, é um dos instrumentos gerenciais mais utilizados para esse fim. Baseando-se nessas colocações, pode-se definir sustentabilidade político-institucional da seguinte forma:

Refere-se à solidez e continuidade das parcerias e dos compromissos estabelecidos entre os diversos agentes e agências governamentais dos três níveis de governo e nas três esferas de poder, além daqueles atores situados no âmbito da sociedade civil. [...] A sustentabilidade político-institucional no turismo deve ser entendida como a continuidade de gestão das políticas de desenvolvimento turístico em horizontes temporais que superem o curto prazo dos mandatos políticos. (Brasil, 2007).

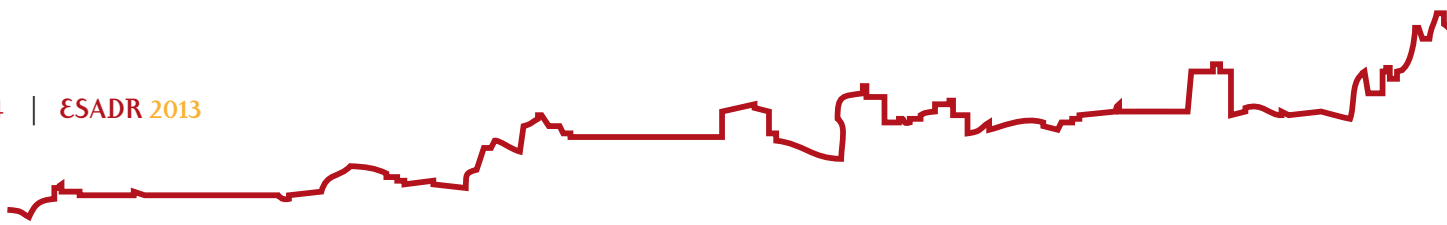
A sustentabilidade político-institucional das regiões rurais depende em muito da capacidade de participação e engajamento da sociedade. Ou seja, por mais que se tenham estudos identificando a região como apta para o desenvolvimento turístico e que se tenha verba para que sejam implantadas as medidas planejadas, se a população local não participar de seu desenvolvimento e trabalhar em regime de cooperação com o Estado, dificilmente o turismo receberá o apoio da comunidade local.

No campo político-institucional, o turismo pode provocar os seguintes efeitos positivos:

- Fomento à participação da sociedade: Por envolver diversos atores sociais e impactar a vida de significativa parcela da população, o turismo pode auxiliar na criação de instituições que estimulem a discussão e controle do poder público pela sociedade, como no caso dos conselhos, fóruns, associações, entre outros.
- Aproximação no relacionamento entre setores público e privado: Por ser uma atividade que precisa de boa cooperação entre estas duas esferas, o estabelecimento de parcerias duradouras e maior integração entre elas poderá ser uma consequência plausível com o advento do turismo.

Dentre os impactos negativos pode-se destacar:

- Falta de participação de diferentes segmentos da sociedade: se a atividade turística se desenvolver sob uma cultura desagregadora e fechada em pequenos grupos, a falta de incentivo à participação de todos os impactados pelo turismo





pode comprometer o sucesso da implantação da atividade turística em uma região.

- Insegurança institucional: Graças a disputas políticas e interesses particulares, a mudança das políticas norteadoras dos órgãos públicos e privados pode provocar insegurança para investidores e dificuldade na execução das ações e captação de novos recursos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se com o presente artigo que o turismo torna-se uma alternativa viável econômica e socioculturalmente para o homem que vive na zona rural a medida em que diversos aspectos começam a aparecer, como alto grau de atratividade de sua região, proximidade com mercados emissores e acesso a microcrédito, ou seja, desde que haja vontade e articulação entre os diversos interessados e impactados no processo de desenvolvimento turístico, como poder público, iniciativa privada e comunidade local.

A atividade turística possui um potencial destrutivo enorme, ainda mais se considerar a fragilidade do meio rural. Em compensação, se bem planejado e gerenciado, pode se tornar uma alternativa de renda, de preservação ambiental, articulação política e fortalecimento sociocultural muito interessante para quem vive em áreas rurais. Há alternativas de renda nas ORNAs que podem e devem ser exploradas para auxiliar a fixação do homem no campo, desde que sejam seguidos os preceitos da sustentabilidade.

Em um país com paisagens e realidades rurais regionais tão diversas quanto o Brasil, frear o êxodo rural, melhorar a qualidade de vida do homem do campo e fazê-lo com que este se sinta respeitado em sua cultura faz-se necessário inclusive para preservar a cultura e identidade nacional, onde o meio rural possui importância-chave para a construção da história brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Accarini, J. H. (1987). *Economia rural e desenvolvimento: Reflexões sobre o caso brasileiro*. Vozes, Petrópolis.

Brasil (2008). *Estatísticas do meio rural 2008*. DIEESE, Brasília.



Brasil (2007). *Programa de regionalização do turismo – Roteiros do Brasil: Turismo e sustentabilidade*. Governo Federal, Brasília.

Brasil (2005). *Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável*. Governo Federal, Brasília.

Brundtland, G. H. (1987). *Nosso futuro comum*. Editora da FGV, São Paulo.

Cooper, C.; Fletcher, J.; Fyall, A.; Gilbert, D.; Wanhill, S. *Turismo: Princípios e práticas*. Bookman, Porto Alegre.

Cruz, R. C. A. (2006). “Planejamento governamental do turismo: Convergências e contradições na produção do espaço”. In Arroyo, M.; Lemos, A. I. G. de.; Silveira, M. L. (orgs.). *América Latina: Cidade, campo e turismo*. Universidade de São Paulo, São Paulo, 337-350.

Dias, G. F. (1994). *Educação ambiental: Princípios e práticas*. Gaia, São Paulo.

Goeldner, C. R.; McIntosh, R. W.; Ritchie, J. R. B. (2002). *Turismo: Princípios, práticas e filosofias*. Bookman, Porto Alegre.

Graziano da Silva, J. (1982). *A modernização dolorosa: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Zahar Editores, Rio de Janeiro.

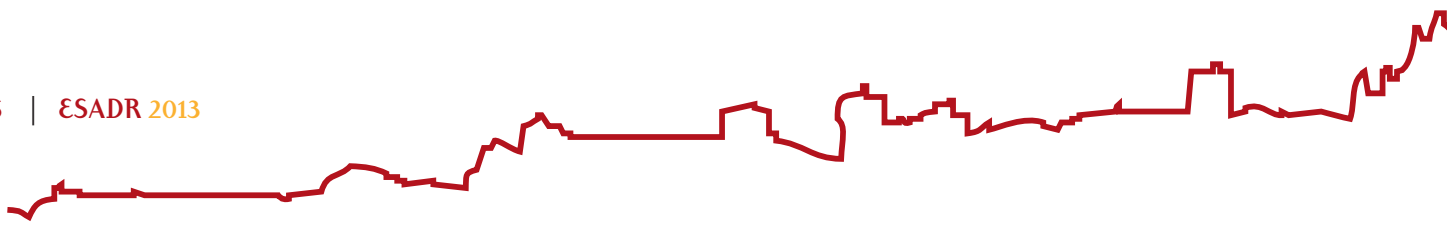
Graziano da Silva, J. (2001). “Velhos e novos mitos do rural brasileiro”. In *Estudos avançados*. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, São Paulo.

IBGE (2013) *Base de dados dos municípios brasileiros*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>> Acesso em: 02/08/2013.

Matheus, C. E.; Moraes, A. J.; Caffagni, C. V. A. (2005). *Educação ambiental para o turismo sustentável: Vivências integradas e outras estratégias metodológicas*. RiMa, São Carlos.

OMT (2003). *Guia de desenvolvimento do turismo sustentável*. Bookman, Porto Alegre.

SILVEIRA, M. A. T. (2002). “Planejamento territorial e dinâmica local: Bases para o turismo sustentável.” In Rodrigues, A. B. *Turismo e desenvolvimento local*. Hucitec, São Paulo, 87-98.





O PROJETO BIBLIOACAMPAMENTO: SUBSÍDIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO POTENCIAL TURÍSTICO DO IMAGINÁRIO RURAL AÇORIANO

Marco Luís*

E-mail: mpaluis@gmail.com

Teresa Mota Luís**

E-mail: teresaluis1970@gmail.com

Resumo

A partir do trabalho de investigação “*Agricultura para o turismo: estudo sobre os campos de férias juvenis instalados em explorações agrárias*” (UTAD, 2000), desenvolveu-se em 2011 um estudo de caso complementar, com o patrocínio financeiro da Fundação Calouste Gulbenkian, o qual permitiu avaliar o potencial turístico do imaginário rural, entendendo-se este tal como o fazem Rodrigues & Rodrigues (2009: 43), referindo-se «(...) à descoberta do território através de narrativas moldadas pela cultura material e imaterial das comunidades.» Deste modo, criou-se um projeto, a que se deu o nome de *Biblioacampamento*, numa região periférica da Europa (freguesia das Calhetas, concelho da Ribeira Grande, ilha de São Miguel, Região Autónoma dos Açores) que consistiu em receber crianças com idades compreendidas entre os 8-12 anos para, em regime residencial (com dormida), proporcionar uma experiência *outdoor* única, divertida e marcante, associada ao mundo rural, capaz de promover não apenas os valores éticos e solidários do campesinato, em geral, como igualmente de constituir geração de renda (valor monetário) ao empresário agrário açoriano. O método utilizado foi o etnográfico, de observação participante, assente nos paradigmas quantitativo e qualitativo, como o apontam Macedo, Zacarias & Tribolet (1985), permitindo-se a

* Mestrando do 2.º Ano do curso de Mestrado em Ciências Documentais (ramo de Biblioteca), na Universidade do Algarve. Pós-Graduado em Gestão (área de especialização em Recursos Humanos), pela Universidade de Évora. Pós-Graduado em Ciências Documentais e da Informação (variante de Biblioteca e Documentação), pela Universidade dos Açores. Licenciado em Engenharia Agrícola, pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD). Candidato aprovado ao curso de Formação Avançada tendente à obtenção do título de Doutor em Turismo, pelo IGOT-UL. Formador certificado pelo IEFP e Técnico Superior de Segurança e Higiene no Trabalho, certificado pela ACT. Chefe do Departamento de Documentação e Informação Científica (DDIC) da Escola Superior Politécnica de Malanje (ESPM), afeta à Universidade Lueji A’Nkonde (ULAN), República de Angola.

** Pós-Graduada em Educação Especial (variante de Intervenção Precoce), pela Universidade Fernando Pessoa. Licenciada em Educação de Infância, pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD). Docente na Escola Básica Integrada de Capelas, Região Autónoma dos Açores – Portugal.



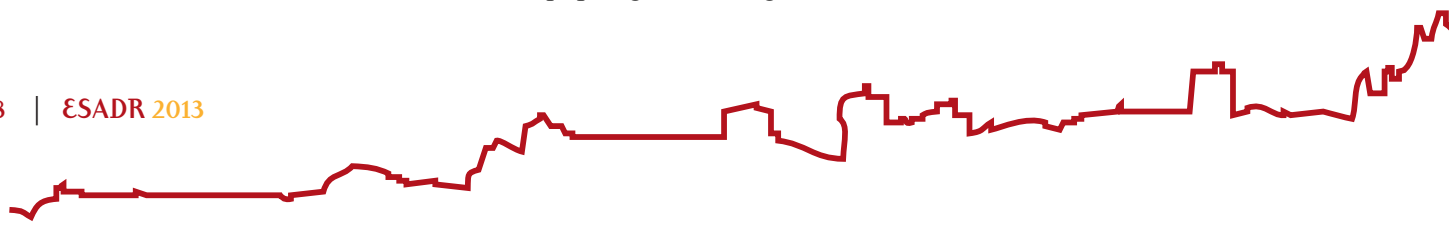
obtenção de alguns resultados interessantes, ainda que não possam ser extrapolados para a população, devido à reduzida dimensão da amostra. Ainda assim, o estudo de caso possibilitou equacionarem-se algumas sugestões práticas de interligação entre as três partes de um mesmo triângulo formado pelas componentes de: *Turismo*, *Patrimónios* e *Desenvolvimento Rural*, planeando e uniformizando estratégias, com vista à melhoria da implementação de serviços e/ou produtos da atividade agrária local, com vantagens para esta, na constituição de mais-valias duradouras e sustentáveis.

Palavras-chave: Turismo do imaginário rural açoriano; multifuncionalidade agrária; Biblioacampamento; geração de renda.

1. INTRODUÇÃO

O Arquipélago dos Açores - mais concretamente as ilhas do grupo oriental, Santa Maria e São Miguel - terá sido descoberto por Diogo de Silves, escudeiro da casa do Infante D. Henrique, no ano de 1427. Todavia, por motivos não muito bem explicados, coube a Gonçalo Velho Cabral o início do seu povoamento, cerca de cinco anos mais tarde, na qualidade de Capitão-Donatário. O Arquipélago está dividido em três grupos: oriental (ilhas de Santa Maria e São Miguel), central (ilhas Terceira, Pico, Faial, São Jorge e Graciosa) e ocidental (ilhas das Flores e Corvo).

As ilhas dos Açores situam-se no Atlântico Norte, a cerca de duas horas de distância de Lisboa, havendo frequentes ligações aéreas entre o continente português (Lisboa e Porto) e durante o período estival (Faro) e as principais ilhas do Arquipélago (São Miguel, Terceira, Faial e Pico). Todavia, o facto do espaço aéreo açoriano estar sob o monopólio de dois *players* da aeronáutica civil portuguesa SATA/TAP, inviabiliza que o destino “Açores” possa ser mais conhecido e, principalmente, mais visitado pelos turistas. E, se a procura não é muita, a oferta também não sente grandes motivações para crescer. Refira-se, no entanto, que há cada vez mais embarcações de grande porte, navios de cruzeiro e de recreio, que aproveitam o aprazível e bem localizado porto de Ponta Delgada para efetuar escala, técnica ou turística. No entanto, estas visitas não costumam ser muito demoradas, em apenas um ou dois dias ou mesmo horas, servem essencialmente para se visitar a cidade, não excedendo o perímetro urbano da mesma e, como tal, repercute-se insuficientemente na economia local da maior e mais desenvolvida ilha do Arquipélago, São Miguel.



O clima açoriano é do tipo temperado, marítimo ou atlântico, com ventos normalmente fortes a moderados, geralmente bastante húmido, com precipitação bem repartida ao longo de todo o ano, com temperaturas amenas e baixas amplitudes térmicas, sendo no entanto bastante instável, podendo em cada dia ocorrer literalmente as quatro estações do ano (primavera, verão, outono e inverno), o que torna todas as atividades de ar livre um risco de difícil planificação e encaixe financeiro.

Região marcadamente rural, do imaginário açoriano faz parte, para além do gado bovino e, particularmente da chamada “monocultura” da vaca, desde há alguns anos a esta parte, e de toda a fileira do leite (queijos DOP¹ de São Jorge e do Pico), o ananás DOP de São Miguel – cultivado em estufas de vidro caiado, durante cerca de 24 meses para se obter o tão desejado fruto –, o maracujá também de São Miguel, as meloas de Santa Maria e da Graciosa, mas igualmente as culturas industriais, como a beterraba sacarina – na única unidade no território português que, ainda hoje, produz açúcar, após o encerramento das fábricas no continente –, o chá – da única região europeia de cultivo: a ilha de São Miguel – a vinha – vinho VLQPRD² do Pico (ilha do Pico) e VQPRD³ dos Biscoitos (ilha Terceira) e Graciosa (ilha Graciosa) ou ainda o *vinho de cheiro*, ou o tabaco. Fazem igualmente parte, deste imaginário rural e coletivo, a carne IGP⁴ dos Açores e o mel DOP dos Açores produzido praticamente em todas as nove ilhas do Arquipélago. Há ainda a considerar o alho da Graciosa, o queijo também desta ilha e a banana dos Açores. A estes, podem ainda juntar-se os, extintos, ciclo da laranja, do trigo ou o das plantas tintureiras (pastel e urzela), os três ainda na memória, apesar de todos eles terem desaparecido há bem mais de um século. A estes recursos, associam-se ainda os moinhos de vento (de velas de secção retangular e inspiração flamenga ou de secção triangular e inspiração lusitana), as sebes vivas feitas das endémicas faia (*Myrica faya*) e incenso (*Pittosporum undulatum*) e os muros ou muretes em pedra solta vulcânica (basalto) que dividem as parcelas e que nas ilhas do Pico e da Graciosa atingem a graciosidade plena em currais ou curraletas com que se protege a vinha dos malefícios dos ventos marítimos. O artesanato açoriano, apesar de rico e diversificado, é insuficientemente ligado à agro-pecuária, estando mais associado à temática do mar – em miniaturas de embarcações, trabalhos em escama de peixe ou osso de baleia ou de cachalote, antes da proibição da caça e abate destes grandes cetáceos; exceção feita às

¹ DOP – Denominação de Origem Protegida.

² VLQPRD – Vinho Licoroso de Qualidade Produzido em Região Determinada.

³ VQPRD – Vinho de Qualidade Produzido em Região Determinada.

⁴ IGP – Indicação Geográfica Protegida.



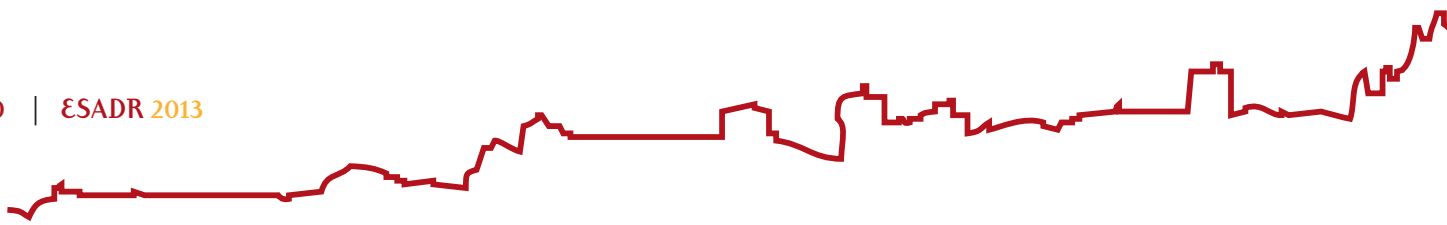
bonecas em folha de milho (vila de Nordeste), trabalhos com miolo de figueira ou casca de cebola, para além da tecelagem de linho e bordados.

Neste âmbito, importa ainda contextualizar o que se entende por patrimonialização. A “patrimonialização” de um bem ou de um saber reside no facto de se lhe atribuir um “sentido”. Com efeito, este bem ou este saber não pode ser considerado só por si como um elemento patrimonial. A título de exemplo, o carácter patrimonial de um muro não advém somente do seu contributo estético para a paisagem, mas também da sua técnica de construção ou da sua relação com a história local. (CORREIA *ET AL.*, 2009: 17)

Assim, todos os recursos atrás enunciados constituem o património material da região açoriana; ou seja, a matriz identitária formal de uma região, ainda, preservada pela sua insularidade. Como património imaterial estão todas as tradições, histórias, mitos e lendas que importa capitalizar e que abordam a religiosidade de um povo devoto ao misticismo cristão, como forma de bênção e proteção de um meio ambiente natural inóspito à presença humana, em que os quatro elementos: terra, ar, água e fogo são recorrentes e estão muito presentes no quotidiano das ilhas. Mas, essas narrativas colocam também o Arquipélago açoriano na rota da localização geográfica do, suposto, continente Atlântida, a que se juntam as lendas da Lagoa das Sete Cidades, da vila de Nordeste, dos Mosteiros ou da antiga predileção de corsários e piratas ingleses, holandeses, norte-africanos, franceses e outros que por estas paragens terão procurado não apenas abastecer-se de víveres e água fresca em terra, entre viagens, como ainda proceder ao saque das pequenas povoações e fazer alguns escravos que depois vendiam em outros lugares.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Abordar o fenómeno turístico, como atividade económica, mas também de um ponto de vista da sua importância social, recreativa, educacional e ambiental, por comparação com outras alternativas para um fim semelhante constitui a base de sustentação dos projetos de Campos de Férias em explorações agrárias, conforme Luís (2000) aponta no seu estudo. Deste modo, a experiência turística compõe-se de uma multiplicidade de atrativos que levam à deslocação de pessoas, normalmente





individualmente ou em pequenos grupos (familiares ou outros), mas que depois irão formar um grupo maior, derivando todos de uma mesma necessidade.

O turismo é por excelência um complexo de actividades, assente na utilização e usufruto, muitas vezes intensivos, de um leque muito vasto de recursos ambientais e naturais, de uma gama de recursos patrimoniais, históricos, culturais, etnológicos, entre outros. (SILVA, FLORES & MENDES, 2005: 15)

Pelo que o planeamento de uma experiência turística para crianças ou mesmo para jovens não deve confundir-se com o que é, normalmente, preconizado para adultos ou famílias. Deste modo, planear um Campo de Férias, cujo público-alvo sejam crianças, engloba todo um conjunto de iniciativas e atividades muito próprias, pois por um lado pretende-se cativar o interesse dos pais e, por outro, o dos filhos, uma vez que serão estes efetivamente a desfrutar de tal experiência. Daqui resultam certo tipo de expectativas, algo conflituantes, uma vez que enquanto os pais privilegiam, acima de tudo, a segurança dos seus filhos, estes no entanto colocam no topo das suas preferências a diversão em grupo. Assim sendo, há que enquadrar o Campo de Férias naquilo que ele é realmente e não no que não é, conforme consta da legislação nacional vigente:

(...) iniciativas destinadas exclusivamente a grupos de crianças e jovens, com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos, cuja finalidade compreenda a realização, durante um período de tempo determinado, de um programa organizado de carácter educativo, cultural, desportivo ou meramente recreativo. (Decreto-Lei n.º 32/2011: 1304)

Sucedem, então, que um Campo de Férias não será o mesmo que um ATL⁵, nem um CAO⁶, muito menos uma escola e nem tão pouco a casa de férias da família, não devendo ter como propósito ou móbil para a sua criação ou manutenção o facto de os pais possuírem períodos de férias muito mais reduzidos no calendário, do que os dos seus filhos. Como afirma Mário J. G. Cordeiro:

Com as férias dos progenitores reduzidas a um mês (ou, o que é igual, a 22 dias úteis), vivendo numa casa com espaço muito limitado, mesmo

⁵ ATL - Centro de Atividades de Tempos Livres.

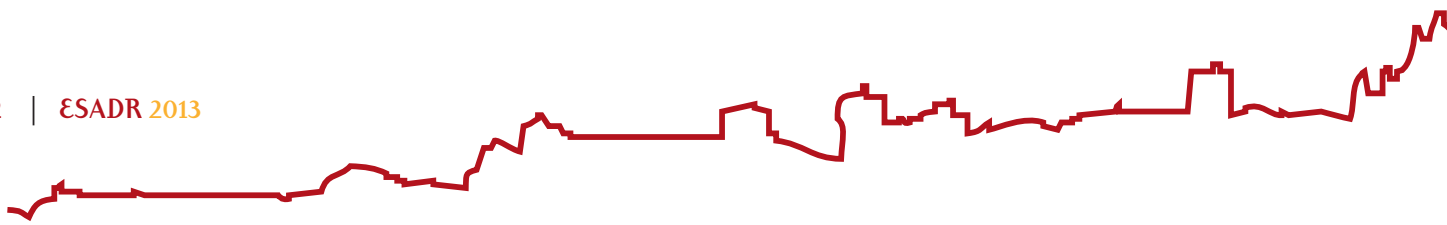
⁶ CAO – Centro de Atividades Ocupacionais.



em espaços rurais (jardins, que saudades, onde estão eles?), os problemas começam a somar-se. Como os entreter? Se ficam em casa agarram-se aos vídeos ou ao computador, passam as férias todas a fazer o mesmo que aos fins-de-semana: a olhar para o ecrã de um televisor e ao fim de uns dias já estão aborrecidos... e com razão. As férias não se fizeram para isso. (CORDEIRO, 1998: 46)

Assim sendo, este tipo de infra-estrutura, de cariz sazonal, poderá constituir-se como uma extensão (ao ar livre) das aprendizagens próprias da criança, intervalando-as ou doseando-as com brincadeiras e jogos de socialização, em espaços amplos e diversificados, em ambientes seguros, porém descontraídos, extra-familiares e extra-escolares, onde as crianças poderão, em liberdade, dar livre curso à muita energia que possuem e as caracteriza, expressando-se, divertindo-se ou, simplesmente, convivendo sem a presença dos pais e por um período de tempo curto e limitado. Também não deve confundir-se um Campo de Férias com uma Quinta Pedagógica, pois esta modalidade privilegia a função educativa da agro-pecuária, enquanto aquela pretende apelar à função recreativa. De acordo com Losch, citado por Klein & Souza (2013: 196), a noção de multifuncionalidade da agricultura compreende “todos os produtos, equipamentos e serviços criados por atividades agrícolas em benefício da economia e da sociedade em geral”. Deste modo, para além das tradicionais funções económica e de produção (bens alimentares, fibras têxteis, bio-combustíveis, etc.) podem ainda enumerar-se muitas outras, tais como a função patrimonial, a social, a ambiental, a terapêutica e a estética, como o fazem Klein & Souza, citando Fucks.

Para a maioria das crianças entre os oito e os doze anos de idade, *target* ideal deste projeto de investigação, nem a escola, nem a comunidade/sociedade e, muito menos ainda, a família açoriana conseguem potenciar suficientemente o brincar em segurança, com as novas aprendizagens que vão experienciando, em contextos educativos formais ou informais; para mais em períodos de pausa letiva ou mesmo de férias escolares, designadamente na ilha de São Miguel. Também o jogo científico continua sendo grandemente descurado pela oferta turística em geral, sendo necessários os lugares certos, as pessoas com a formação adequada e os instrumentos/materiais oportunos. Pois, tal como o oleiro necessita da roda para se expressar ou o atleta requer a pista, como estruturas indispensáveis aos seus propósitos, também as crianças necessitam de espaços próprios, extensos, abertos e bem apetrechados para que possam dar livre curso aos seus desígnios, uma vez que a grande atividade que têm é coartada,



ao longo do ano, confinada à mesa e à cadeira das quatro paredes das salas de aula. Como sistematiza Courtney (1990), relativamente ao enorme sucesso do escutismo de Baden-Powell, referindo-se a que as crianças sempre gostaram de brincadeiras ao ar livre, de vivenciar as suas capacidades e habilidades e, junto a outros da sua idade, experimentarem ser autónomos e independentes, embora fazendo parte de um mesmo grupo, Chateau (1975), corroborado por Garvey (1979), vai ainda mais longe ao afirmar, perentoriamente, que a criança que não aprendeu a jogar/brincar será o adulto de amanhã que não saberá pensar por si próprio, nem resolver os seus problemas de harmonia consigo mesmo e com os outros, frustrando-se a todo o instante. Este é, então, um parâmetro fundamental; espécie de pré-requisito, ao planeamento, desenvolvimento e gestão de qualquer trabalho desta natureza, sabendo-se que o planeamento de uma experiencia turística para crianças ou jovens é muito diferente dos pressupostos a que devem obedecer os planeamentos de experiências turísticas para adultos. Entretanto, como adianta Hobbs (2001: 09), «*todos os projectos envolvem três factores: tempo, custo e qualidade.*» Então, tempo, custo e qualidade são, independentemente desta ordem, fatores críticos de sucesso, seja num pequeno ou num grande projeto.

O método de investigação utilizado foi o etnográfico, de observação direta e participante, assente nos paradigmas quantitativo e qualitativo, como o apontam Macedo, Zacarias & Tribolet (1985).

3. O POTENCIAL TURÍSTICO DO IMAGINÁRIO RURAL AÇORIANO

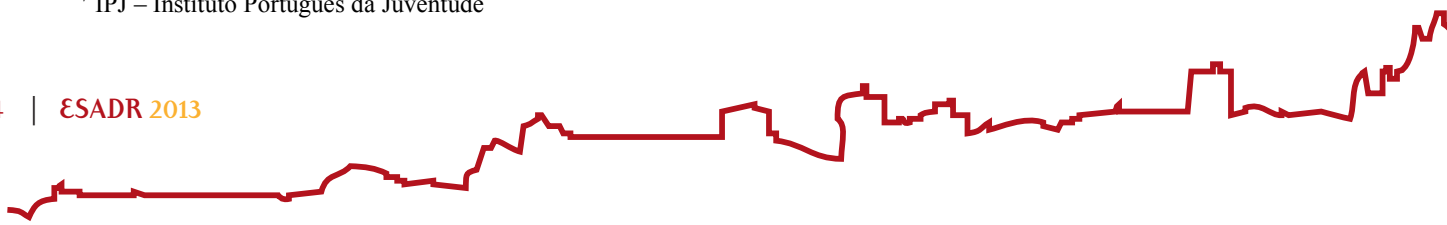
A organização do turismo na modalidade de *Campos de Férias*, destinados a crianças e/ou jovens assistiu, francamente, no primeiro decénio deste século a um incremento bastante significativo, por parte dos promotores, principalmente no continente português, contribuindo (entre outros) para aumentar quer o bem-estar físico, psíquico e emocional do seu público-alvo - designadamente nos períodos de férias ou de interrupções letivas -, quer também no sentido de propiciar a geração de um rendimento suplementar - quando não principal -, ao empresariado que a ele se dedica, pese embora toda a sua característica de forte sazonalidade, pelo que as estruturas a si destinadas tendem a ser ligeiras e temporárias. O Estado, alertado para esta nova situação no país, acabou por compreender que não poderia continuar a demitir-se das suas funções reguladoras e fiscalizadoras, legislando a propósito. É deste modo que surge o Decreto-Lei n.º 304/2003, de 09 de dezembro, na sua norma habilitante, designadamente o n.º 1



do seu artigo 15.º conjugado com o disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 13.º e alínea b) do n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, e, alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º e alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro que estabeleceram normas regulamentadoras desta atividade económica, impondo o seu licenciamento obrigatório a todas as entidades organizadoras, bem como a constituição de um registo dessas entidades pelo IPJ⁷, aumentando desta forma quer o seu controlo, quer ainda o próprio conhecimento real desta atividade. Do mesmo modo, surgiram diplomas legais complementares, como foram os casos da Portaria n.º 373/2004 (Livro de reclamações e modelo de alvará), Portaria n.º 586/2004 (Instalações), Portaria n.º 629/2004 (Seguros), etc.

Voltando, um pouco, às questões da família e da criança, convirá referir ainda que os “diálogos” criança/jogo e criança/descoberta exigem quase invariavelmente um espaço físico maior, do que aquele que normalmente lhes é destinado dentro de uma habitação normal, sendo escassas as famílias que dispõem de um sítio adequado às suas brincadeiras e/ou aprendizagens de descoberta, pois habitualmente nem mesmo o quarto da criança cumpre esse papel, pelo simples facto das suas dimensões serem reduzidas, pois foi concebido apenas para descansar, dormir, arrumar roupas e pouco mais; não para ser sala de espetáculos, cinema, *playground*, biblioteca, terreiro de jogos ou, mesmo, lugar de convívio com os amigos. Por outro lado, nas raras situações em que esse espaço existe no perímetro da casa, faltarão porventura a organização (muitos dos amigos viverão mais afastados, por exemplo) e, ainda, o devido acompanhamento técnico especializado, feito por profissionais treinados e atentos, com formação específica que possam motivar para as diversões, supervisionar e sugerir brincadeiras e/ou outras aprendizagens, limitando os riscos inerentes a cada atividade e fazendo todo o, imprescindível e desejável, enquadramento das técnicas e dos materiais, tais como livros e jogos mais adequados a cada faixa etária ou a cada estágio de desenvolvimento e situação de descoberta prazerosa. Assim, do imaginário rural, entendendo-se este tal como o fazem Rodrigues & Rodrigues (2009: 43), referindo-se «(...) à descoberta do território através de narrativas moldadas pela cultura material e imaterial das comunidades» chegou-se à criação das **condições físicas e materiais, mentais e emocionais, sócio-intelectuais e de inter e intra-relação**, entre os seguintes vetores:

⁷ IPJ – Instituto Português da Juventude



(1) **Exploração Agrícola**; (2) **Pais** e (3) **Crianças**; ou seja, os principais *stakeholders* do projeto.

As condições físicas e materiais, no sentido de transformar o meio rural, tradicionalmente fechado, num espaço mais aberto, mas ainda assim garantindo segurança e privacidade, dotando-o de estruturas e formas acolhedoras, podendo ser harmoniosas e, ao mesmo tempo, propícias e adaptadas às práticas lúdicas de ensino-aprendizagem ou, simplesmente, do ato, tão importante e tantas vezes esquecido, de apenas brincar acompanhado. Condições mentais e emocionais, ao proporcionar uma boa/eficaz veiculação dos conteúdos do lúdico, em harmonia com os sentimentos da criança envolvida e da envolvente que a rodeia, até porque o jogo (seja ele científico ou outro) e o brincar constituem atividades sérias e cruciais, desde que nos seus tempos próprios, beneficiando a pessoa que brinca de fatores de ordem construtiva e de desenvolvimento da sua personalidade, bem como de (auto)realização. Condições sócio-intelectuais, ao fazer emergir e imergir todo um clima ideal ao desenvolvimento/incremento da autonomia da criança e do pensar (pois, por exemplo, a adolescência traduz-se, basicamente, em autonomia, mudanças e pertenças a grupos específicos, ruturas e reconciliações), encorajando a criança de 8 anos, mas igualmente a de 12 a agir, inter e intra-relacionando-a consigo mesma e com os outros, com a brincadeira e com o espaço em redor - aqui entrando o último pilar do projeto -, para que mais facilmente possa identificar, por si, os seus conflitos (internos e externos), resolvendo-os com independência, autonomia e espírito crítico, mas também com a necessária e estimulada curiosidade e autoconfiança, naturais de quem sabe que possui uma retaguarda forte e onnipresente, muitas vezes o fazendo por analogia e similitude (uma vez que, com ajuda dos livros, ao resolver jogos, desafios, charadas e enigmas vários estará a criar opções, julgando-as e ajudando-se, a si mesma, a resolver problemas quotidianos de somenos importância para o adulto, mas que se não forem resolvidos a contento, poderão traduzir-se mais tarde em frustrações graves na idade adulta), cessando de maneira útil com os seus próprios receios e angústias; ou seja, incentivando-a a tornar-se progressivamente mais *Pessoa*, mais segura de si e a relacionar o que está escrito nos livros (teoria), com a sua prática quotidiana, através do questionando, da comparação e, até, da discordância. Explorando o espaço rural, de forma progressiva e construtiva, a criança tenderá a olhar para o que está além da sua pele e das quatro paredes que compõem a sua casa - lugar onde se sente sempre tão segura, quanto confortável, mas que não pode explorar mais do que o admissível.



Ajudada, a criança irá “ver”, talvez pela primeira vez, o que a rodeia. Olhando para a casa rural tradicional micalense, por exemplo, verá os beirais dos telhados que findam, geralmente, por “pombinhas”, conforme se destaca da figura.

Figura 1: Arquitetura tradicional da casa rural micalense



(Fonte: Própria)

Faz parte também do ciclo das superstições relacionadas com o telhado o costume de porem nos ângulos do beiral do mesmo determinadas telhas ponteagudas e de forma especial, a que chamam de *pombinhas*. (...). Tais *pombinhas*, usadas igualmente no Continente e no Brasil, constituem segundo os estudiosos que ao problema se têm dedicado, um elemento protector do lar, pois não passam de uma reminiscência do culto fálico dos povos da antiguidade clássica. (COSTA, 1991: 515)

De igual modo, os poiais (parte central da figura, à entrada da habitação) que, muitas vezes, ficavam em plena rua, tinham uma dupla função de, por um lado, permitir a sociabilidade dos donos da casa com a vizinhança, pois aí se sentavam à tardinha ou nas noites amenas de luar e, por outro, de possibilitar que comerciantes-ambulantes, ou apenas viajantes, aí pudessem descarregar a sua carga e repousar um pouco, o que é aliás emblemático da hospitalidade dos ilhéus. Também o facto de homens e mulheres de São Miguel terem, ainda hoje, o hábito de se sentar no chão – com as pernas cruzadas à maneira oriental - e não sobre bancos ou cadeiras, em trabalhos caseiros de pós-colheitas agrícolas (milho doce, fava, feijão, etc.) constituirá uma reminiscência da influência árabe na ilha, conforme informa Carreiro da Costa (1991). Estes são, apenas, três, dos muitos exemplos arreigados ao mundo rural e que “escapam” ao olhar curioso



da criança, para mais não sendo ela estranha à terra, mas que é passível de um olhar refrescado, num tipo de turismo ativo, como é o propiciado pelos Campos de Férias.

Numa altura em que tanto se fala em austeridade do Estado e de endividamento por parte das famílias, de consumo irresponsável, num passado próximo, de atitudes irresponsáveis de se gastar mais do que aquilo de que se tinha, há outros exemplos de como o imaginário rural açoriano pode ser potenciado, através da proverbial sabedoria do mundo rural e do economato campesino.

E a cada grande ciclo, dada a abundância desta ou daquela componente agrícola, há que se criar mais alternativas para melhor aproveitamento do mesmo elemento. Por esse motivo surgiram, por exemplo, o pão de milho, a papa de milho, o biscoito e a broa de milho, o bolo de farinha de milho, o pão de ló de farinha de milho e até o café de milho torrado. (SALVI, 1990: 200)

4. ESTUDO DE CASO: O PROJETO BIBLIOACAMPAMENTO

Segundo Yin (1984), citado por Rodrigues & Rodrigues (2009: 40) um *estudo de caso* constitui um método de pesquisa que possibilita a investigação de «um fenómeno contemporâneo num contexto de vida real, em que as fronteiras entre a vida real e o fenómeno não são claramente evidentes e em que múltiplas fontes de provas são utilizadas.» Deste modo, o estudo de caso incidiu sobre o projeto “*Biblioacampamento*”, da responsabilidade da Guardiã das Fábulas – Associação Cultural, entidade sediada na ilha de São Miguel, sem fins lucrativos e que se dedica ao trabalho com crianças e jovens, nas vertentes cultural, educativa, social, científica e recreativa e que obteve um financiamento parcial, para este projeto, por parte da Fundação Calouste Gulbenkian.

A freguesia das Calhetas, local em cujo epicentro se desenrolou o projeto, constitui um aglomerado populacional com cerca de mil habitantes, sendo o território mais pequeno do concelho da Ribeira Grande. A sua localização geográfica privilegiada, pois situa-se a menos de 30 minutos, quer da sede do concelho, quer de Ponta Delgada, torna-a um atraente pólo de centralidade e constitui o seu principal ponto forte para este tipo de atividades. Tal assegura duas condições de sucesso: (1) a segurança aos pais: por um lado, a rápida acessibilidade aos hospitais de Ponta Delgada



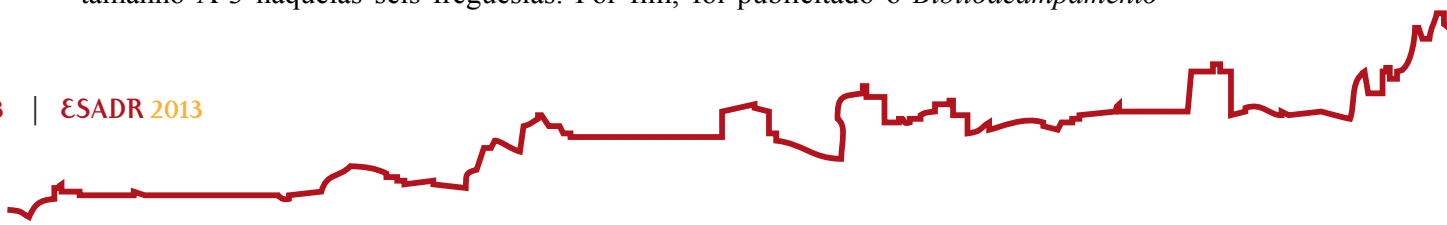
ou da Ribeira Grande (em caso de acidente ou de doença súbita) e por outro (2) a centralidade que permite esbater custos.

O local escolhido para o *Biblioacampamento* está dentro de uma parcela de terreno com cerca de 12.000 m² e uma área construída de 210 m². A estrutura fundiária é pertença de duas irmãs, fruto da herança dos pais, tendo elas como atividades principais a enfermagem, uma delas, e outra a docência, pelo que o rendimento auferido da terra corresponde a menos de 5% do total do seu orçamento familiar. As culturas agrícolas costumam ser a beterraba sacarina (de três em três anos) e, nos outros anos, o milho para silagem (meses de verão) e pastagem temporária no resto do ano. O *Biblioacampamento*, em concreto, decorreu em dois períodos: de 28 de agosto a 03 de setembro com admissões pagas, por parte dos interessados, e de 04 a 10 de setembro com admissões totalmente gratuitas para crianças oriundas de famílias carenciadas. Houve, assim, dois grupos distintos: um primeiro dos chamados “lucrativos” e um segundo dos chamados “subsidiados” que constituía uma espécie de grupo de controlo. O primeiro grupo registou 11 inscrições para 12 vagas, enquanto o segundo, para igual número de vagas, registou 18 inscrições. Tanto um, como o outro grupo, beneficiou do regime residencial; i.e., com dormida e cinco refeições diárias. Os **objetivos gerais do projeto** foram os seguintes:

a) Aferir se os Campos de Férias em São Miguel podem ser uma alternativa de sucesso, complementar ao rendimento da pequena agricultura → **objetivo específico**: Testar a promoção do evento a partir de três vias: (1) direta – “porta-a-porta” e “boca-a-boca”; (2) tradicional indireta – colagem de cartazes em locais de estilo (paragens de autocarro, estabelecimentos comerciais, escolas, etc.) (3) digital – página de *internet* + redes sociais;

b) Avaliar o potencial turístico do imaginário rural açoriano → **objetivos específicos**: Transmitir lendas e curiosidades do património rural, associando livros a jogos/brincadeiras de ar livre; Promover valores éticos e solidários do campesinato; Interessar crianças e adultos pelo património rural açoriano.

Assim, foram visitados na semana anterior ao início de cada grupo, 30 agregados familiares no concelho de Ponta Delgada (freguesias da Matriz, Fenais da Luz e São Vicente Ferreira), escolhidos aleatoriamente e igual número no concelho da Ribeira Grande (freguesias de Rabo de Peixe, Calhetas e Pico da Pedra), escolhidos da mesma forma. Foram colados um total de 40 cartazes coloridos, em papel *couché* e de tamanho A-3 naquelas seis freguesias. Por fim, foi publicitado o *Biblioacampamento*



na, então, página de *internet* da Associação e na rede social *Facebook*. O resultado foi que 100% das inscrições tanto de um grupo, como do outro, resultaram apenas e só dos contactos efetuados pela via “porta-a-porta” e “boca-a-boca”.

O segundo objetivo permitiu aplicar a estratégia de intervenção sugerida pelo modelo adotado por Silva, Flores & Mendes (2005): (1) Inventariação dos Recursos Turísticos; (2) Transformação dos Recursos em Produtos e (3) Desenvolvimento dos Produtos. Da fase (1) fazia parte a inventariação, tão exaustiva, quanto despreocupada de avaliação ou de juízos de valor possível, de jogos/brincadeiras de ar livre passíveis de serem executados em grupo, por um conjunto de crianças em número de doze, com idades compreendidas entre 8-12 anos. Deste modo, foram listados cerca de 30 jogos/brincadeiras nestas condições que constituíam os recursos turísticos do projeto e foram assim catalogados, desde o “Futebol” (duas equipas de seis elementos cada), até ao “Assalto ao Castelo”, passando pelas “Corridas de Estafetas”, o “Voleibol”, o “Rugby”, o “Lume-lume” ou o “Lobo Mau e os 11 Porquinhos” (variante da conhecida fábula), por exemplo. Numa fase posterior houve a necessidade de agregar, então, todos estes jogos/brincadeiras a livros para que pudessem ser transformados de simples recursos para produtos turísticos, tendo então resistido apenas 7 deles, conforme o que se verifica da análise da Tabela1:

Tabela 1: Jogo *versus* Livro

JOGO	LIVRO
Labirinto	<i>“Labirinto de Luana”</i>
Caça ao Tesouro	<i>“O dia em que escavei o meu tesouro”</i>
Assalto ao Castelo	<i>“Guilherme Tell”</i>
Lobo Mau e os 11 Porquinhos	<i>“Lobo Mau e os três Porquinhos”</i>
Dramatização	<i>“Lendas dos Açores”</i>
Jogo da Corda	<i>“O nabo gigante”</i>
Jogo das Escondidas	<i>“O homem da nuvem escura”</i>

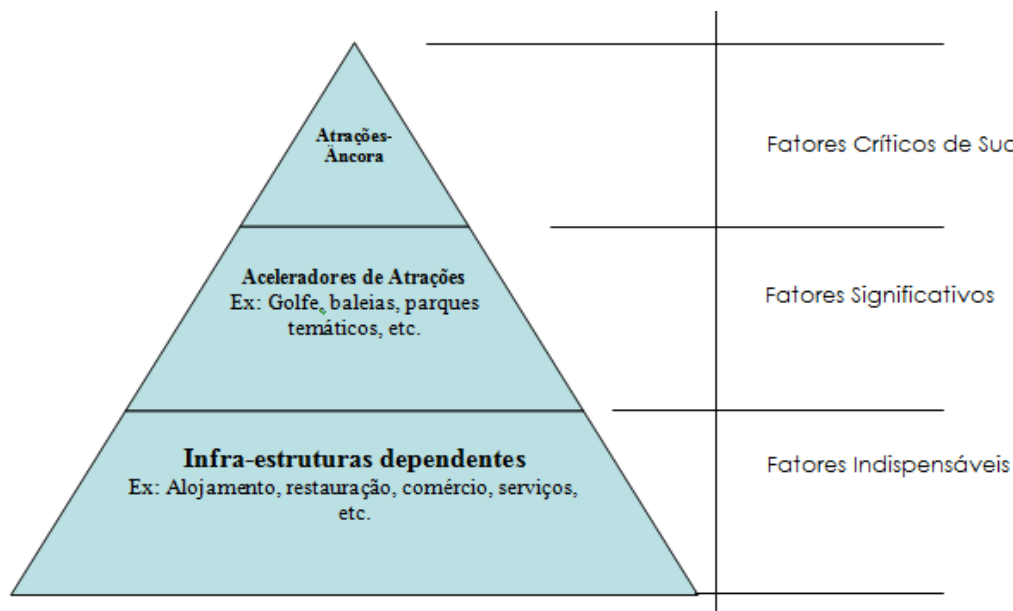
(Fonte: Própria)

Como referem Silva, Flores & Mendes (2005: 19), «(...) os produtos turísticos têm de estar organizados à volta de atracções-âncora, que tenham um efeito polarizador



em relação aos vários segmentos de mercado.» Ou seja, tal pode ser exemplificado através de uma pirâmide, da seguinte maneira:

Figura 2: Pirâmide dos Fatores de Sucesso

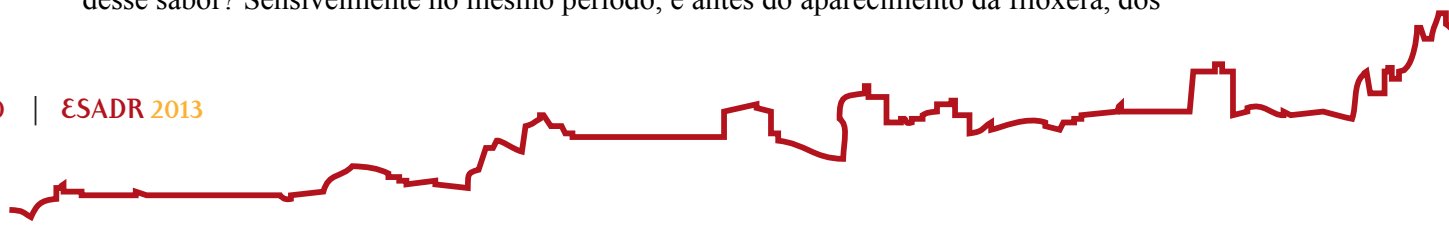



(Fonte: Adaptado de Silva, Flores & Mendes, 2005)

De destacar que dentro das Atrações-Âncora (Fatores Críticos de Sucesso) encontram-se os patrimónios natural, histórico, arquitetónico, etnográfico, artístico e outros.

5. CONCLUSÕES

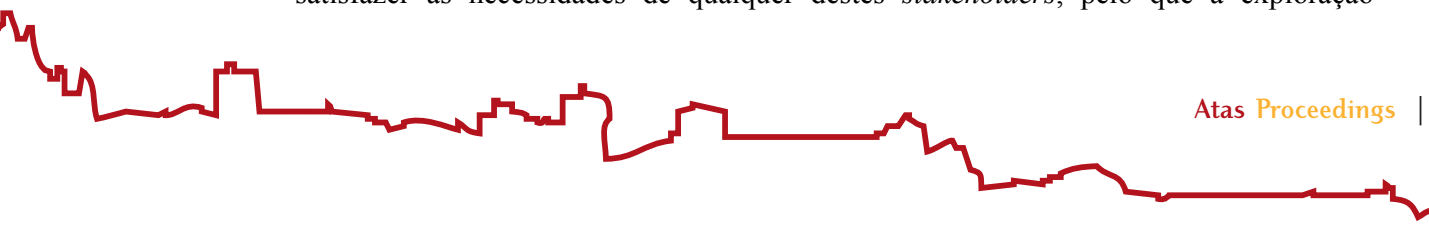
Conforme é referido por Correia [*et al.*] (2009 : 05), citando o renomado autor das mais belas fábulas que o mundo já conheceu, Jean de La Fontaine, «“... Não vendam, disse-lhes, a herança que os nossos pais nos deixaram. Nela está escondido um tesouro. Não sei onde, mas com um pouco de trabalho descobri-lo-ão...”».» De facto, a herança rural açoriana, de que o jogo “*Caça ao Tesouro*” foi uma metáfora, é valiosa, mas está à vista de todos, embora não exista ainda uma valorização desse património. Os Açores, e particularmente São Miguel, já foram descritos como sendo os produtores da melhor laranja do mundo, em meados do século XIX, naquele que ficou conhecido como sendo o Ciclo da Laranja. Que povoamentos rurais eram esses? Existirá ainda alguma dessas ancestrais variedades para que se possa criar uma rota de redescoberta desse sabor? Sensivelmente no mesmo período, e antes do aparecimento da filoxera, dos





encurralados vinhedos do Pico saía para os salões da mais alta nobreza europeia – inclusivé para a mesa dos Czares da longínqua Rússia – um vinho licoroso de inegável fama e qualidade. É certo que, em 2004, a UNESCO classificou como Património Mundial da Humanidade a Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico e que existe já hoje o Museu do Vinho, na típica vila da Madalena (ilha do Pico), contudo as suas condições de funcionamento e de atratibilidade deixam muito a desejar, sendo extremamente débeis e incertas. Os Açores são a única região, em toda a Europa, produtora de chá (*Camelia sinensis*), laborando ainda hoje duas fábricas (Gorreana e Porto Formoso) no concelho da Ribeira Grande. O queijo DOP de São Jorge é mundialmente conhecido. Enfim, a que melhor património rural pode uma região aspirar? É de notar, no entanto, que tanto no caso da laranja, como do vinho do Pico há diversos denominadores comuns, como seja por exemplo a presença muito forte dos ingleses no negócio, planificando-o, disciplinando-o e gerindo-o. Outro ponto em comum foi também o aparecimento de pragas e/ou doenças, associadas a deficientes práticas culturais, que destruíram quer os laranjais, quer as vinhas, acabando precocemente com o negócio. Não foi a concorrência de outros mercados.

O projeto *Biblioacampamento* veio demonstrar que existe mercado em São Miguel, mas que o mesmo deve ser melhor trabalhado, sobretudo na sua sincronização entre atividade agrária e atividade turística, não se sobrepondo uma à outra, antes complementando-se no mesmo *core business*. Outra conclusão, ainda que não possa ser extrapolada para a população, devido à reduzida dimensão da amostra, que se poderá retirar é a de que existe, ainda, um insuficiente aproveitamento do património rural e do seu imaginário, no seu todo, com vista ao potenciamento do turismo, sendo necessários mais estudos e mais trabalho de campo. Uma outra conclusão a que se chegou é a da possibilidade (real) da atividade *Campos de Férias* poder constituir uma mais-valia económica para a pequena agricultura, mas que apenas se torna rendível mediante um compromisso sério e continuado, em novos investimentos, novas atrações e novos equipamentos a cada estação que começa, fidelizando assim clientes e atraindo outros. É importante notar, ainda, que os três “parceiros” têm necessidades que querem ver satisfeitas: os agricultores de rendibilizar a sua terra; os pais de manterem os seus filhos ocupados, em segurança, no intervalo entre as férias escolares e as suas próprias férias e as crianças de se divertirem em grupo nas suas férias. É, pois, nesta interseção que se verifica o negócio. E, assim sendo, talvez cinco ou dez dias não sejam suficientes para satisfazer as necessidades de qualquer destes *stakeholders*, pelo que a exploração

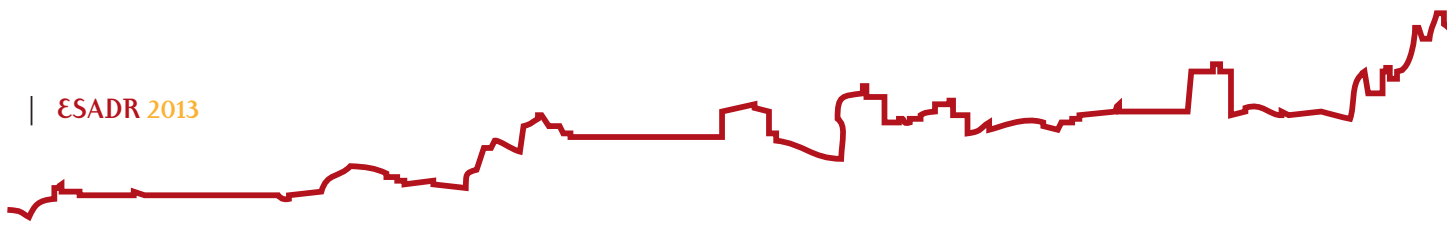




agrária deve posicionar-se no lugar que a escola tão bem ocupa, mas no tempo, espaço e contextos próprios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHATEAU, J. (1975). *A criança e o jogo*. 2ª ed. Coimbra: Atlântida.
- CORDEIRO, M. J. G. (1998). Campos de férias: como devem os pais encarar a situação. *Cadernos de Educação de Infância*. N.º 46: 46-47.
- CORREIA, M. C. M. F.; LEWES, G. J. A. G.; SANTANA, J. R. O. P. e SANTOS, M. R. S. (2009). *Guia de observação do património rural*. Lisboa: Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural.
- COSTA, C. (1991). *Etnologia dos Açores – Vol. 2*. Lagoa: Câmara Municipal de Lagoa.
- COURTNEY, J. (1990). *Robert Baden-Powell: o inspirado general que fundou o movimento escutista*. 1.ª ed. Lisboa: Replicação.
- GARVEY, C. (1979). *Brincar*. 1.ª ed. Lisboa: Moraes Editores.
- HOBBS, P. (2001). *Gestão de projecto: O guia essencial para trabalhar melhor e ser bem sucedido*. Lisboa: Livros e Livros.
- KLEIN, A. L. e SOUZA, M. de (2013). A multifuncionalidade da agricultura e a função educativa das propriedades rurais: experiências a partir da prática do turismo rural pedagógico. *Turismo em Análise*. Vol. 24, n.º 1: 190-205.
- LUÍS, M. (2000). *Agricultura para o turismo: estudo sobre os campos de férias juvenis instalados em explorações agrárias*. Vila Real: UTAD, 2000. Relatório Final de Estágio de Licenciatura. (Texto policopiado).
- MACEDO, P.; ZACARIAS, M. S. e TRIBOLET, J. *Técnicas e métodos de investigação em engenharia organizacional: Projecto de investigação em modelação de processos de produção*. Disponível [on-line] em www.inesc-id.pt/ficheiros/publicacoes/2650.pdf. Consultado pela última vez a 25-03-2013.
- RODRIGUES, A. e RODRIGUES, A. (2009). Turismo e inovação em espaços rurais: estudo de caso da rede europeia de turismo de aldeia. *Turismo em Análise*. Vol. 20, n.º 1: 35-47.
- SALVI, R. (1990). *Panorama açoriano*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- SILVA, J. A.; FLORES, A. e MENDES, J. C. (Coords.) (2005). *O destino turístico Arade – Uma estratégia de Intervenção*. Portimão: Agência do Arade.



AVELÃS DE CIMA: ALIMENTAR UMA PRÁTICA DE MARKETING TERRITORIAL, VENCER UMA CRISE LOCAL

JOSÉ CARVALHO^{1,2}

Instituto Politécnico de Santarém, Escola Superior Agrária de Santarém

PAULA RUIVO¹

Instituto Politécnico de Santarém, Escola Superior Agrária de Santarém

MANUEL VEIGA

Junta de Freguesia de Avelãs de Cima, Anadia

RESUMO

No nosso País são numerosos os territórios rurais que se têm esvaziado de pessoas e de eventos... Com este processo, desaparecem estruturas, relações e vivências que acabam por resultar num conjunto de perdas, algumas irreparáveis, outras que intensificam múltiplas ruturas, muito difíceis de voltarem a coexistir, não só do ponto de vista dos recursos humanos, mas também do reconhecimento e valorização desses territórios. Ora, esta noção de perda tem sido vivida, sentida e partilhada pelos residentes mas, igualmente, por todos os outros utilizadores do território. No entanto, é possível ultrapassar este problema em alguns desses territórios, pois a persistência de recursos naturais ou outros, são de tanta relevância, tão assimilados e incorporados no sistema, que os seus não esquecimentos, as suas integrações nas atividades e as suas múltiplas utilizações podem ajudar a criar uma primeira base de manutenção e valorização global, reduzindo fragilidades e permitindo a concentração de várias funções, sem colidirem com o perfil de desenvolvimento desejado. A freguesia de Avelãs de Cima, no concelho de Anadia é um exemplo do descrito: um território rural, onde as funções económicas têm estado essencialmente assentes em práticas agrícolas e florestais. Como detém características exclusivas e espaços muito próprios, suficientemente distintivos por comparação com a oferta global dos territórios adjacentes, reconhecidos pela sua qualidade e diferenciação pelos utilizadores, apresenta-se um estudo de caso, com a aplicação de conceitos e ideias suportados em práticas empreendedoras e de marketing territorial, aproveitando as novas procuras da representação do rural, valorizando outras funções dos espaços rurais que não exclusivamente a agrícola, num quadro de preservação da identidade dos aglomerados rurais e de respeito e reforço do sentido de pertença, e que passa também pela formulação de atividades que satisfaçam conjuntamente residentes, visitantes e investidores.

Palavras-chave: desenvolvimento, marketing territorial, atratividade, utilizadores do território

¹ Unidade de Investigação do Instituto Politécnico de Santarém, Departamento de Tecnologia Alimentar, Biotecnologia e Nutrição, Escola Superior Agrária de Santarém. Quinta do Galinheiro, Apartado 310, 2001-904 Santarém, Portugal; paula.ruivo@esa.ipsantarem.pt; jose.carvalho@esa.ipsantarem.pt

² CETRAD, Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Avenida Almeida Lucena, n.º 1, 5000-660 Vila Real; jose.carvalho@esa.ipsantarem.pt



1.- INTRODUÇÃO

Os conceitos de atratividade e competitividade territoriais têm vindo a evoluir numa relação de interdependência baseada na atividade dos agentes dinamizadores do território. É assim importante refletir sobre a forma como a governança pode melhorar a atratividade de um território, reforçando a competitividade através da operacionalização de um plano de marketing territorial.

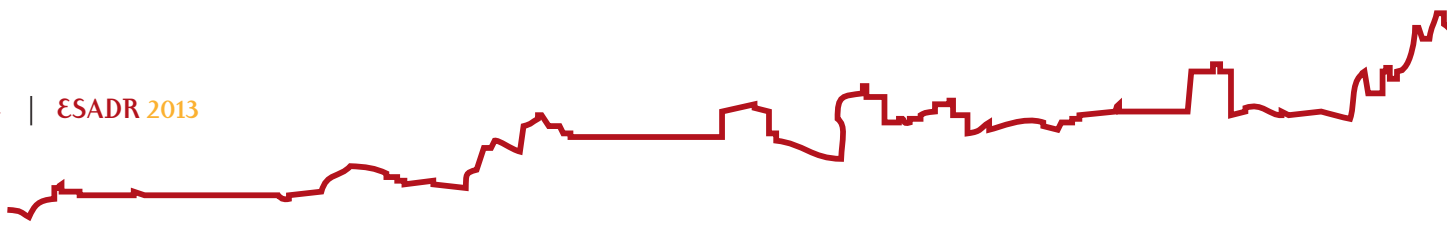
Esta ferramenta inclui um conjunto de técnicas que visam comunicar a atratividade do território, a fim de favorecer o seu desenvolvimento económico.

Ingalina (2009) refere que a noção de atratividade pode constituir um “leitmotiv” de todos os que se interessam pelos territórios, acrescentando ainda que a abordagem pode ser realizada quer teoricamente quer nos espaços físicos, mas tendo em conta a evolução das políticas territoriais.

Com o seu incremento pretende-se elevar e diversificar a oferta territorial, melhorar os fluxos de visitantes e trabalhadores, atrair e reter habitantes e novos investimentos. Ainda, de acordo com Lapart (2013), se é claro que os atores dos territórios rurais detêm uma relação particular com “a terra, o espaço, as paisagens e o ambiente, estes reivindicam em troca o apoio a projetos de desenvolvimento económico, as necessárias infraestruturas necessárias ao acolhimento de novas atividades, nomeadamente as que podem criar novo emprego e incentivando a criação, diversificação e oferta de serviços de qualidade, a um cada vez maior número de utilizadores dos territórios”.

É imperativo dotar as zonas rurais com os meios necessários para alavancar os seus pontos fortes e melhorar a atratividade, conhecendo os seus próprios recursos de desenvolvimento. Hoje, no contexto de crise em nossa sociedade, as áreas rurais são os esquecidos dos governos e as pessoas ficam fora das políticas públicas estabelecidas a nível nacional.

Azevedo (2010) refere ainda que os espaços rurais mantêm uma certa relevância com certas expressões (desde interesses a identidades) e uma gama de características próprias, cada vez mais utilizadas ou que podem vir a ser utilizadas como fonte de atração da população urbana para o campo, podendo ajudar a fixar as populações nestes espaços.



Para Rodrigues (2005) trata-se de uma consciência no contexto atual, pois é relevante inventarem-se modelos de regulação, inovadores e imaginativos, ao nível dos territórios para fazer face às tendências com *“efeitos contraditórios, complexos e sempre singulares”*. Também Veiga (2004) alertou para a existência de fatores subjetivos (também classificados como menos tangíveis) do processo de desenvolvimento, onde as tradições culturais e sociais, associadas a estilos de governança e formas de organização têm um forte impacto nas questões locais e nos resultados de desenvolvimento rural. Em face de todas estas questões cabe, também, aos decisores locais, uma aproximação global que permita valorizar os fatores de atratividade dos territórios, questão que se tem tornado crucial em favor do desenvolvimento e do reforço da competitividade. São estas expressões e interesses próprios que se tenta aprimorar para aplicação à freguesia de Avelãs de Cima.

Nesta comunicação pretende-se refletir sobre os resultados obtidos junto dos “eleitos” que maior proximidade tem com os utilizadores do território, isto é, a nível dos órgãos autárquicos – Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia, em associação com os resultados de trabalhos anteriores, com os utilizadores de algumas amenidades, na Freguesia de Avelãs de Cima, Anadia, Aveiro, Portugal.

2.- GOVERNANÇA E MARKETING TERRITORIAL – alimentar uma problemática e metodologia aplicada

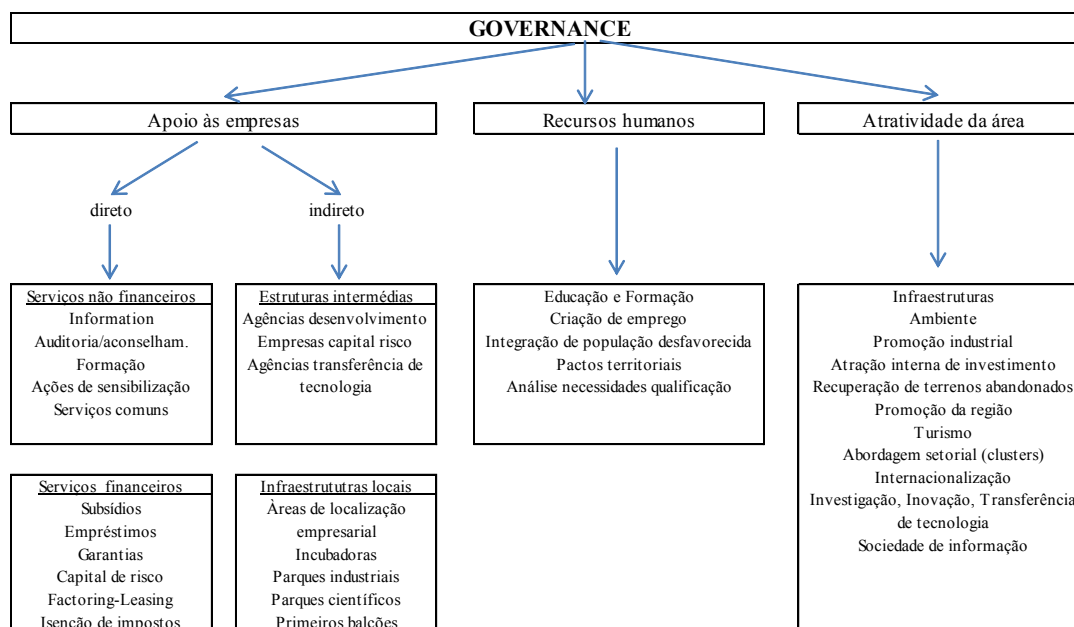
De acordo com Saget (2012) a governança representa o modo como estão organizadas a coordenação e a cooperação entre os diferentes níveis de autoridades públicas e, no seio de cada território, entre os principais atores do desenvolvimento económico, sejam bens públicos ou privados. Esta definição *“permet de marquer clairement la différence entre la gouvernance et les conditions dans lesquelles les pouvoirs publics (Services de l’Etat et Collectivités Territoriales) exercent les mandats qui leurs sont confiés. La qualité de la gouvernance territoriale devient alors un enjeu majeur pour assurer le développement du territoire, améliorer son attractivité et sa compétitivité. Il convient alors de s’interroger sur l’efficacité des méthodes utilisées pour développer cette gouvernance formelle ou informelle.”*



Para Rodrigues (2005) a noção de governança pressupõe também “a necessidade e capacidade de transparência na assunção de estratégias e interesses, possibilidade de questionar as práticas de poder (...), assunção de divergências, debate e discussão crítica das opções, perspectivas e decisões e uma avaliação permanente e rigorosa do trabalho desenvolvido.”

A governança de um território baseia-se na capacidade de construção de um consenso organizacional entre os atores públicos e privados (EURADA ³, s.d.) que consequentemente se deve traduzir em objetivos comuns de desenvolvimento local e de definição de atuação dos agentes intervenientes no sentido de atingir o posicionamento ou reposicionamento desejados (ver figura n.º 1). O modelo de desenvolvimento ideal, apresentado pela EURADA, destaca também a capacidade de atratividades.

Figura n.º 1 – Funções da governança e seus objetivos



Fonte: adaptado de EURADA, s.d.

³ EURADA – European Association of Development Agencies.



No período atual de intensa mutação e de intensificação da concorrência entre territórios sentiu-se ser importante refletir sobre a identificação e a perceção dos fatores que traduzem a atratividade de um território. Numa primeira abordagem “ouviram-se” os seus utilizadores. Em comunicação anterior, apresentada pelos autores, no XIII *International Rural Sociology Congress* (2012), alertava-se já:

- para a perspetiva de desenvolvimento de estratégias de melhoria da atratividade do território com base nas suas amenidades rurais;
- para a necessidade de apostar num processo de gestão da procura que envolva os utilizadores dos território (quem lá vive, trabalha, visita ou investe) e os agentes envolvidos localmente na sua dinamização;
- na maior dificuldade ou mesmo incapacidade de afirmação das zonas rurais (Carvalho e Ruivo, 2012).

Na comunicação atrás referida reforçava-se igualmente que seria determinante:

- identificar os fatores de atratividade, para que melhor se comunique a sua disponibilidade e se proponham experiências diferenciadoras da concorrência aos seus públicos-alvo, facilitando o reconhecimento e a notoriedade do território, de acordo com o posicionamento estratégico definido e desejado;
- assegurar que sejam criadas as melhores condições de fruição dos territórios rurais, facilitando a escolha por parte do atual e do potencial utilizador, reforçando a sua implicação com o território e tornando-o desejado para viver, visitar ou investir;
- incrementar dinâmicas utilizando da melhor forma os pontos fortes e as oportunidades que se colocam ao território, para conseguir a sua afirmação e desenvolvimento de forma sustentada e coesa (Carvalho e Ruivo, 2012)

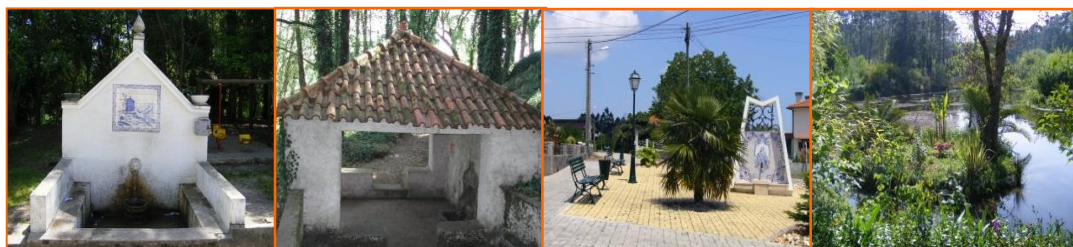
Não é contudo um processo fácil, face ao contexto de crise económica, onde persistem fortes carências de capacidade de inovação de procedimentos e de intervenção e que, quando existem não é, muitas das vezes, comunicada da melhor forma, num processo integrado de marketing territorial.

Num primeiro inquérito exploratório aferiu-se se os “eleitores” percecionavam e identificavam os fatores de atratividade que poderiam alavancar ações junto dos atuais e potenciais utilizadores do território, sem recorrer ao que outras regiões fazem, contribuindo para a procura/conhecimento das vantagens comparativas do território.



Foram realizadas 200 (duzentas) entrevistas e validadas 175 (cento e setenta e cinco), entre setembro de 2011 e março de 2012, dos quais 50% dos inquiridos eram residentes e os restantes utilizadores habituais, do mais reconhecido fator de atratividade: a água dos fontanários. Com a informação recolhida foi possível traçar um perfil dos utilizadores que consomem a água dos fontanários e a partir deles dinamizar uma estratégia de aumento da atratividade do território que constitua, de per si, um importante contributo para o desenvolvimento local.

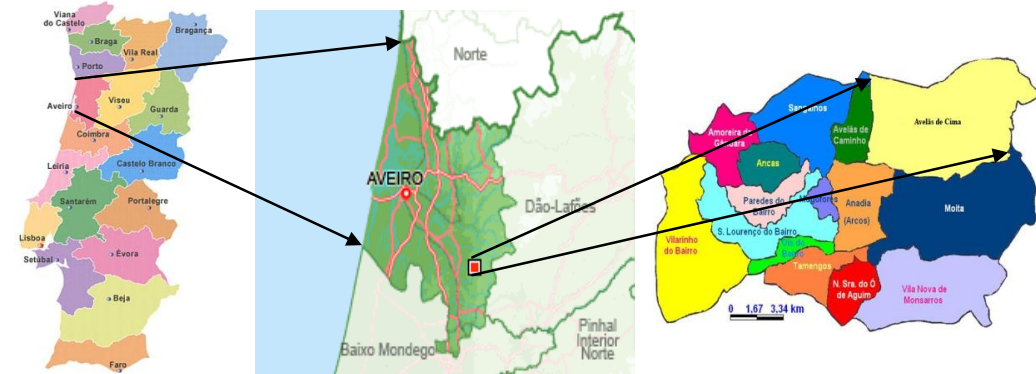
Figura n.º 2 -Parte das 24 fontes existentes e de um espelho de água



Acresce a todo este processo a visão e perceções dos atores de governança local. Foram inquiridos também, numa segunda abordagem, todos os membros da Junta de Freguesia e da Assembleia de Freguesia, através de um inquérito por questionário, durante a decorrência do certame da Feira da Vinha e do Vinho 2013 (22 a 30 de Junho), considerado um dos maiores eventos do concelho de Anadia, num total de 12 (doze) inquiridos.

A freguesia de Avelãs de Cima localiza-se no concelho de Anadia, distrito de Aveiro, em Portugal Continental, com uma área de 40,6 Km² e uma densidade populacional de 53,8 hab./Km² (figura n.º 2). É constituída por quinze povoações: Avelãs de Cima, Boialvo, Canelas Candeeira, Cerca, Corgo, Ferreirinhos, Figueira, Mata, Neves, Pardeiro, Póvoa do Gago, Porto da Vide e S. Pedro. Tem uma população residente de 2.185 indivíduos, distribuídos por 767 famílias, das quais 1.079 são do sexo masculino e 1.106 do sexo feminino.

Figura n.º 3: Localização geográfica da Freguesia de Avelãs de Cima, Anadia, Portugal



Quanto ao trabalho autárquico, a Freguesia ainda não completou a base daquela que é considerada a primeira geração, nomeadamente, na infraestruturação da rede de saneamento. Os restantes indicadores estão estruturados e funcionais, tais como a eletrificação, arruamentos e rede viária. Há alguns esforços e fins conseguidos na segunda geração, concentrados na edificação de equipamentos sociais e arranjos urbanísticos, pois é inexistente a habitação social. Existem sinais evidentes de dimensões imateriais, os da terceira geração, com a construção e execução de projetos em parceria, inclusivamente de empreendedor de desenvolvimento, em atividades culturais e sociais, mas em número reduzido e sem oportunidade de avaliação. E será que a governança se esgota nesta abordagem?

Independente dos conceitos e abrangência que se queira dar, este trabalho não se considera completo, se não trouxerem resultados aos utilizadores dos territórios a médio prazo. A inovação passa também pela aplicação de ferramentas de marketing territorial. A aplicação do marketing territorial poderá constituir-se como ferramenta essencial para os responsáveis territoriais num ambiente globalizado e extremamente concorrencial. A sua utilização reúne os métodos, ferramentas e ações particularmente úteis e que poderão contribuir para incrementar a atratividade de um território, enquadrando-se não um cliente, mas um conjunto de alvos potenciais a quem, em comunicações anteriores, designámos por utilizadores dos territórios (Ruivo, 2006).



O sucesso da sua aplicação dependerá sempre do conhecimento que se tem sobre estes utilizadores para que possamos melhor adaptar e eficazmente agir no sentido da sua satisfação.

Em comunicações anteriores apontou-se que o marketing territorial deverá evidenciar as “características e qualidades” mais importantes dos territórios, de forma a desenvolver novas atividades, atrair investimento económico e incrementar o crescimento da identidade territorial e a qualidade de vida dos seus habitantes, num quadro de crescente competitividade (Ferràs, 2008, cit. por Ruivo 2006).

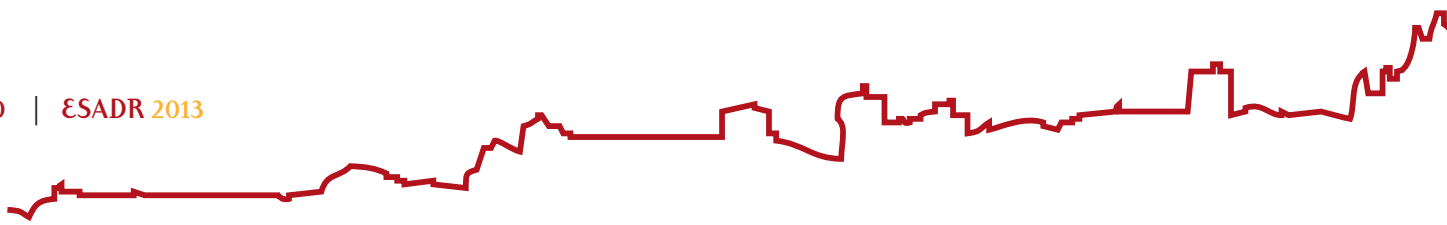
Gollain (2013) atualiza a definição deste conceito como o “esforço coletivo de valorização e de territórios aos mercados concorrenciais, para influenciar, a seu favor, o comportamento dos seus públicos para uma oferta diferente cujo valor percebido é permanentemente mais elevado do que o dos seus concorrentes”. O território não é aqui entendido em termos administrativos, mas como um espaço localizado apropriado pelos seus habitantes, qualquer que seja a sua dimensão e ajustamentos.

O marketing territorial afirma-se como uma importante ferramenta da estratégia de desenvolvimento económico do território e a sua gestão implica a utilização e a coordenação dos recursos do local, de forma a atingir os alvos definidos.

3.- VALORIZAÇÃO TERRITORIAL – crise nos resultados apresentados ou atrações locais identificadas?

Os resultados preliminares obtidos permitem apoiar um conjunto de áreas de intervenção que se poderão constituir como exercícios de possíveis eixos de intervenção que incluam, como refere Rodrigues (2005) “reflexão estratégica, identificando as respetivas potencialidades e fragilidades endógenas e as oportunidades e ameaças endógenas”.

A abordagem anterior já referida (XIII Congress of Rural Sociology) visou conhecer as perceções e motivações que levam os interessados à utilização da água das fontes e da sua disponibilidade para usufruir de outras amenidades existentes, se as conheciam e com que frequência seria expectável delas beneficiarem. Hoje mantêm-se o interesse e consumo desta. Cada vez mais!



Destacaram a qualidade e a disponibilidade de água, o acesso gratuito à mesma e frisaram que existiam espaços adjacentes às fontes onde realmente poderiam ocorrer outras atividades. Na sua maioria concordaram que seria benéfico usar a mesma viagem para usufruir de outras amenidades/atividades/animação. No entanto, manifestaram que não conhecem que amenidades podem usar/consumir ou usufruir.

A título de exemplo, num dos locais, na fonte mais frequentada, a maioria não conhece o circuito de manutenção, muito bem sinalizado e informativo, no que respeita aos procedimentos a fazer, que fica a menos de 50m. A globalidade dos inquiridos destacou ainda o positivo enquadramento paisagístico, as boas acessibilidades e a limpeza dos espaços, em redor das fontes. Estes inquiridos manifestaram, na sua grande maioria, a vontade em voltar, invocando diferentes razões para este retorno – “calma”, “paz”, “tranquilidade”, “beleza”, “paisagem”, para além da necessidade de “recolha” e armazenamento de água natural com qualidade. Há visitantes que identificaram a mais recente atratividade: a rota Flor-de-lis, rota da responsabilidade do Agrupamento de Escuteiros 836 de Avelãs de Cima, certificada pela Federação Portuguesa de Pedestrianismo, com 33 km de extensão.

Há uma clara identificação de atrações distintivas, por parte dos residentes, por comparação, com os utilizadores do território. Para os primeiros dever-se-ia valorizar e aproveitar o património natural e construído para maior divulgação, em especial, a existência de uma igreja e dezasseis capelas... em todos os lugares há um santo padroeiro, com “direito” a festividade local, na grande maioria, durante três dias, assim como a gastronomia local, em especial a chanfana de ovelha, o leitão à Bairrada, o pão caseiro cozido no forno e o bola de Páscoa. Para os utilizadores, a existência de elevado número de fontanários e fontes, com água própria para consumo, é o grande ícone de referência. Para estes, o usufruto das amenidades é um processo que envolve toda a família, porque aproveitam o passeio, enquanto para os residentes, este consumo é mais individual. Ressalte-se a elevada percentagem de consumidores com idade acima dos 60 anos, com formação escolar média (inferior ao 12º ano de escolaridade). É também relevante a resignação perante as dificuldades ou a capacidade reivindicativa, associada a uma desconfiança para atores externos, tal como para acreditação e valorização de projetos inovadores.



Portanto, existe uma carência de valorização das funções recreativa, pedagógica, ambiental, paisagística e social neste território, motivo pelo qual estas não são diferenciadoras ainda das funções produtiva e alimentar. Estas são como naturais existirem. Identificam este resultado do trabalho dos atores, essencialmente, públicos, pois tem sido entregue exclusivamente aos atores de governança ou aos interessados em inverter os atuais cenários tais atividades, o que tem vindo a provocar ruturas e imagens incorretamente interpretados.

Com o inquérito ora realizado aos “eleitos” destacam-se como amenidades que consideram como mais atrativas: a tranquilidade, as paisagens agrícolas tradicionais, igrejas e capelas, festas das localidades e por último aparecem classificadas as “paisagens naturais” a “ruralidade” e o “ambiente despoluído”. Menos atrativas consideraram os pequenos mercados locais, outras atividades desportivas, feiras e cantares e danças tradicionais.

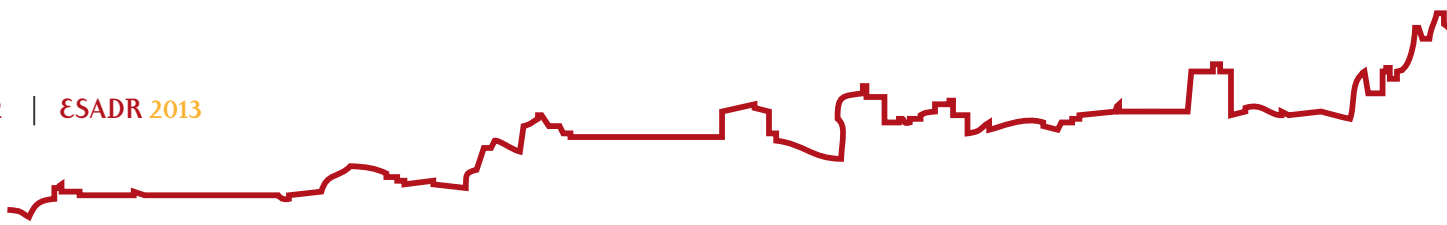
Quanto à forma como a informação chega até aos utilizadores existe um “empate” entre aqueles que assumiram que não é feita qualquer ação ou que nem sabe bem definir, face aqueles que identificaram formas de promover a comunicação, dando especial ênfase à internet e a um *flyer* informativo, com produção semestral.

Quando inquiridos sobre as prioridades de atuação para tornar este território mais atrativo (a Freguesia), as prioridades mais selecionadas foram:

- melhor e mais preservação da paisagem natural, agrícola e do património construído;
- melhores transportes e melhores infraestruturas (mais multibancos, farmácias, rede de comunicações, outros serviços);
- existência de animação e entretenimento dirigida exclusivamente para crianças (e até para idosos);
- mais eventos culturais (festivais, exposições,...);
- melhor informação/sinalização sobre os locais.

No que respeita às ações menos prioritárias para tornar a Freguesia mais atrativa, identificaram as seguintes:

- existência de visitas guiadas;
- existência de mais alojamentos turísticos;
- mais restaurantes e similares;
- animação da vida noturna;





- criação de centros interpretativos da natureza.

A globalidade dos “autarcas” referiu como muito importante o conjunto de componentes ambientais humanas e naturais, como a floresta e a água, que existem e que persistem como elemento comum à globalidade dos residentes e percecionada por quem os visita, pelo que é desejável manter o caráter disponível e ocupacional que representam.

Salientaram até a elevada ocupação do solo para produção agrícola, de origem vegetal e animal, relevantes para a sustentação da paisagem, dos caminhos e estradões, das relações de comunidade e sociais, de partilha e de posse à terra. Estão incomodados com a elevada percentagem de alojamentos vazios (cerca de 19%) e da alguma degradação do património edificado, pois sentem-se impotentes para o combater.

Destacam-se como atores interventivos, privilegiando a comunicação com os municípios, dando como exemplo a abertura ao público dos serviços locais para os cidadãos, todos os dias úteis, das 14h às 15h. Têm uma especial preocupação pelas relações de proximidade, de diálogo, de trabalho em parceria e de informação. Fizeram alusão aos conteúdos disponíveis em sítio próprio, dinâmico e atualizado com regularidade, com mostra e visualização integral, desde documentos emanados das Assembleias de Freguesia e editais públicos, até à publicidade da próxima festividade local ou evento a realizar em qualquer associação local. Assumiram que desejam outra dimensão de atuação, nomeadamente no que concerne à “alfabetização” dos cidadãos em tecnologias de informação, criação de um museu rural e realização de eventos culturais coletivos.

4.- CONSIDERAÇÕES FINAIS – ou orientações para vencer uma crise local?

Ao longo destes últimos anos não tem sido fácil uma reação enérgica e um desenho que colmate e combata os problemas e desejos dos residentes e utilizadores dos territórios rurais. Isto porque as políticas e os políticos têm mostrado resultados não muito relevantes, o que leva à descrença dos cidadãos, desligando-os física e sentimentalmente dos processos, como atores interessados ou mesmo como investidores ou até como fontes de captação de agentes financiadores e empreendedores.

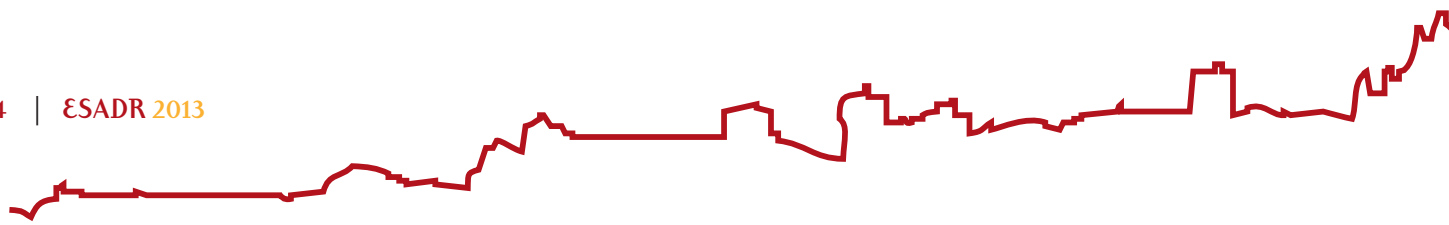


O carácter inovador deste estudo prendeu-se com a introdução de algumas das variáveis da governança em conjunto com as do marketing territorial, parecendo muito encorajadores os cenários resultantes e as construções exploratórias finais conseguidas. Por um lado percebe-se os desejos das partes que podem ajudar a integrar e a encontrar formas de diálogo e desafios comuns, mas também as características que os afastam, resultando em ruturas.

Há problemas do ponto de vista metodológico e da construção dos processos, pela ausência de competências globais técnico-científicas que a maioria dos atores não detém, pelo que não as podem pôr em prática, voluntariamente. De realçar défices culturais, associados à participação pública e formas de comunicação de todas as partes envolvidas. Pode-se falar de défice de cultura de parcerias em regime horizontal e da coresponsabilização das decisões e resultados. Persiste uma ausência de indicadores que permitam uma avaliação dos processos e recursos utilizados, sistemas de comunicação e produção de informação.

A Freguesia de Avelãs de Cima ainda não conseguiu ultrapassar este paradigma, assim como não concluiu a primeira e segunda geração de trabalho autárquico, mas já identificou recursos e instrumentos que diagnosticaram os atributos diferenciadores, sendo por isso mais fácil, agora, encontrar uma estratégia que, assente nas ferramentas do marketing territorial, coadjuvadas com a dimensão expectável que os atores de governança local querem continuar a fazer, alavanque as potencialidades das suas atrações.

Possui uma atual geração de autarcas que tem mostrado tendência para privilegiar as dimensões do planeamento, da gestão, do empreendedorismo e do marketing. A abertura para o estudo representou um alerta que validou a ideia da tipologia de intervenção, mais virada para os conteúdos e capacidade de justificação das decisões tomadas, com critério. Estando perante um território rural, é mais importante que tal aconteça. Já não se trata de mais um equipamento ou de mais um espaço, mas sim de trabalhar a um nível mais imaterial e de valorização. Ainda que os resultados obtidos sejam meramente exploratórios, regista-se a dificuldade de encontrar mais indicadores (atrações) comuns nas partes ouvidas, adequadas para a análise da atratividade territorial, não se sabendo se as conseguidas serão suficientes, na medida em que deverão constituir-se como um bom indicador da necessária comunicação territorial.





As atrações escolhidas expressam a capacidade do território em definir políticas de atratividade reveladoras das competências e da especialização da Freguesia. É importante que tal se realize, para ir de encontro aos desejos de todos os atores e porque permitirá a sustentação de uma base de credibilidade e confiança, com o intuito de transmitir uma boa imagem do local, a entrada e manutenção de projetos, o reforço dos laços descritos com os residentes e a facilidade de perceber-se as decisões políticas locais. Alimentar estas práticas é ir vencendo, alegremente, a crise dos territórios rurais.

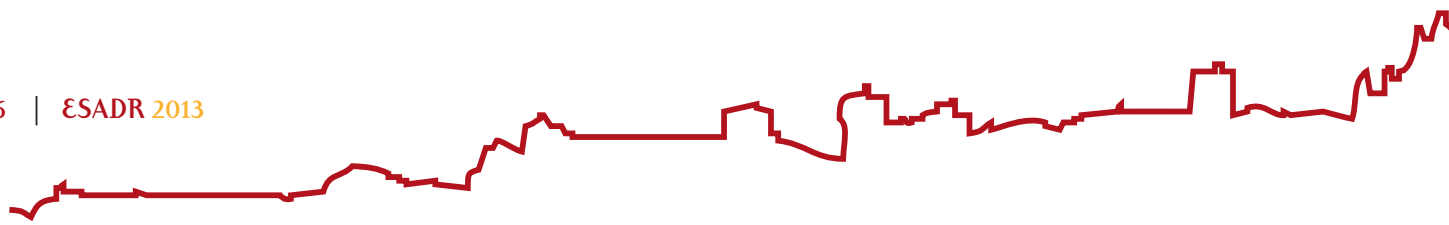
BIBLIOGRAFIA

- Azevedo, Nuno (2010). O Aproveitamento das Amenidades Rurais na Valorização do Território – o caso de Trás-os-Montes e Alto Douro. In Actas do XII Colóquio Ibérico de Geografia. 6 a 9 Outubro de 2010, Porto.
- Carvalho, J. & Ruivo, P. (2012). Valuing the territory by the perceptions of its users: a contribution to rural development. XIII Congress of Rural Sociology – The new rural world from crisis to opportunities. Lisbon, July 29 to August 4, 2012.
- Carvalho, J. & Ruivo, P. (2012). Territórios Rurais: Rural desafiado ou rural desejado? IX Colóquio Ibérico de Estudos Rurais/IX CIER – Mobilidades e (Des) Envolvimentos: o Rural Desafiado. Inercias, Cambios y ‘Desarrollos’: desafios para el medio rural, SPER/AEEA, Universidade de Lisboa, 27 e 28 de Julho de 2012.
- Eurada (s.d.). Regional Governance. In EURADA\DOSSIERS\New Economy-E; EURADA <http://www.eurada.org/files/Governance/Governance-E.pdf>
- Gollain, Vicent (2010). *Guide du marketing territorial. Réussir son marketing territorial en 10 étapes*. Territorial Editions.
- Gollain, Vicent (2013). Le marketing territorial au service de l’attractivité des territoires. In <http://ddata.over-blog.com/xxxyyy/1/19/97/12/articles-de-fond/Le-marketing-territorial--V-Gollain---mars2013.pdf>.
- Ingalina, P. (2009). Attractivité des territoires. Actes des séminaires “ L’attractivité des territoires : regards croisés ”. MEEDDAT/SG/SPSSI/ATL2/Annick Samy.
- Lapart, Jeremy (2013). En faveur des territoires ruraux. In <http://jeremylapart.over-blog.fr/> En faveur des territoires ruraux.
- Ruivo, Paula (2006). Múltiplos olhares (Múltiplos futuros?): a oportunidade de inovar com o marketing territorial. In Livro de Resumos, Tema 5, Atores, Dinâmicas e Inovação em Meio Rural, pp. 176-191.
- Ruivo, Paula (2008). Amenidades Rurais – que contributo? Estudo de caso em Territórios Rurais. In Atas do III Congresso de Estudos Rurais (III CER), Faro, Universidade do Algarve-SPER/UAlg.
- Rodrigues, Walter (2005). Planeamento e Governança Territorial – Uma reflexão sociológica a partir do terreno. Cidades – Comunidades e Territórios Jun 2005, nº10, pp. 25-34.



Saget, François (2012). Gouvernance Territoriale et Organisation des Systemes de Pouvoirs – plaidoyer pour la gouvernance informelle dans le lancement des projets majeurs, notamment en Ile-de-France. in Club des Développeurs Economiques d’Ile-de-France. France.

Veiga, J. (2004). Destinos da ruralidade no processo de globalização. *Estud. av.*, vol.18, n.51, pp. 51-67.



UM CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DOS EFEITOS ECONÓMICOS DAS SEGUNDAS RESIDÊNCIAS NO DESENVOLVIMENTO RURAL

JOSÉ ANTÓNIO DE OLIVEIRA

ULHT – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Campo Grande 376, 1749 - 024 Lisboa
jantol@netcabo.pt

MARIA DE NAZARÉ OLIVEIRA ROCA

e-GEO Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, UNL
Avenida de Berna, 26-C 1069-061 Lisboa
mn.roca@fcs.unl.pt

ZORAN ROCA

ULHT – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Campo Grande 376, 1749 - 024 Lisboa
zoran.roca@ulusofona.pt

RESUMO

O fenómeno da expansão das segundas residências não tem sido acompanhado de um estudo sistemático sobre os seus efeitos no desenvolvimento local, particularmente na sua dimensão económica. Muitas áreas rurais do País têm vindo a ver substituída a habitação de primeira residência pela de segunda residência, não sendo ainda claros os efeitos dessa mudança na sua economia. Esta comunicação é um contributo para essa clarificação, tendo por referência um inquérito aplicado a 163 proprietários de segundas residências na região do Oeste. Após uma sumária discussão sobre o que são resultados, efeitos e impactes e a exploração na literatura daqueles que se referem às segundas residências, apresentam-se os resultados de investigação, os quais apontam para consequências económicas que, apesar de manifestamente relacionadas com a frequência e duração das estadias e dependentes de alterações nos padrões de consumo, se constituem como benéficas, pelo menos nos contextos territoriais estudados, tanto para a economia, como para as contas públicas locais.

PALAVRAS-CHAVE: segundas residências; impactes económicos; desenvolvimento rural; turismo em espaço rural

1. INTRODUÇÃO

De 1991 para 2011, a taxa de variação dos alojamentos considerados pelos censos da população e da habitação como "residência secundária ou de uso sazonal" foi de 73% no território continental português. Em 2011, o número de segundas residências atingia quase um milhão e cem mil, o que significava que quase um terço das famílias poderia

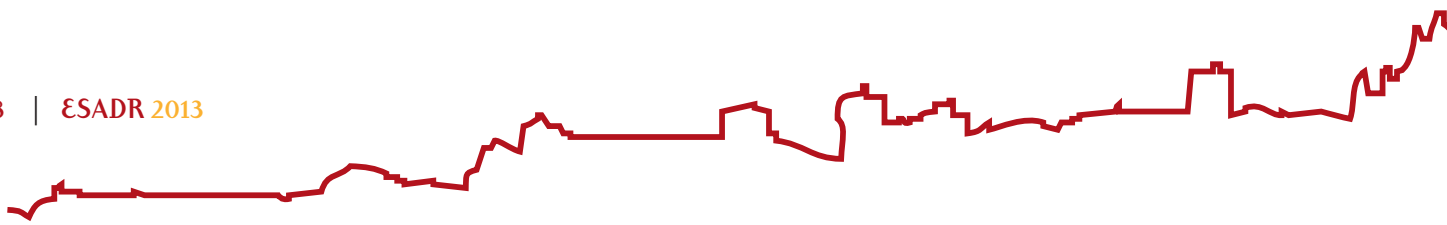


ser proprietário desse tipo de habitação. A expansão das segundas residências em Portugal, apesar de, em geral, seguir as tendências verificadas nas últimas décadas em muitos países europeus, apresenta particularidades que, de forma mais vincada, a relacionam com a emigração e consequente despovoamento de muitas áreas rurais. A questão das consequências económicas da expansão desse fenómeno para o desenvolvimento dos territórios é, para os vários autores que estudam esse tema, objecto de dois tipos opostos de opinião: para uns, as segundas residências representam um esforço adicional na gestão dos bens públicos, já que as necessidades de investimento na implantação e manutenção de infra-estruturas e equipamentos não são compatíveis com os seus níveis de utilização; para outros, podem ser vistas como uma oportunidade para muitas áreas rurais, em forte perda demográfica, usufruírem de alguns rendimentos suplementares, seja pela via dos impostos, seja pela do aumento do consumo.

Partindo de uma sistematização teórico-conceptual que distingue entre resultados, efeitos e impactes, numa lógica de concatenação de consequências diferidas no tempo, no espaço e nos sectores abrangidos, o objectivo desta comunicação é, através do estudo de caso de algumas localidades rurais da Região Oeste de Portugal, contribuir para a discussão das consequências económicas da existência de segundas residências nessas áreas. Para esse fim, são utilizados os resultados de um inquérito aplicado a proprietários de segundas residências no âmbito do projecto SEGEX (Expansão das Segundas Residências e Planeamento do Desenvolvimento Territorial em Portugal), desenvolvido no TERCUD, Centro de Estudos do Território, Cultura e Desenvolvimento, da ULHT, em parceria com o e-GEO, Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, com financiamento do Orçamento de Estado através da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT/PTDC/GEO/68440/2006).

2. AVALIAÇÃO OPERACIONAL E DE IMPACTES: UM ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

Resultado, efeito e impacte, do mesmo modo que “result”, “outcome”, “effect” e “impact”, na língua inglesa, aparentam ser sinónimos e, de facto, o seu uso na literatura relativa à avaliação de impacte ambiental (Partidário, 1994) ou avaliação de políticas





públicas (EU, 1999), surge de forma indiscriminada como se de sinónimos se tratassem. O que distingue o conceito de impacte do de efeito, relaciona-se com um outro conceito normalmente aplicado no âmbito da avaliação operacional de políticas públicas, o de adicionalidade. Nestes termos, o impacte é o efeito, directo ou indirecto, especifica ou genericamente, associado a uma acção ou projecto concreto. Isto é, tendo por referência uma dada situação de partida e uma outra de chegada, o impacte corresponde à transformação efectuada pela realização (ou execução) de um dado projecto, não incorporando, assim, os efeitos induzidos, não só pela “evolução natural” da situação de partida, mas também pela interferência de outras acções ou projectos, tal como é defendido por Khandker *et al.* (2010: 18).

As segundas residências têm consequências económicas (resultados, efeitos e impactes) que podem ser imediatas (resultados), mais ou menos dispersas ou concentradas no tempo (efeitos independentes e/ou dependentes da presença dos seus proprietários e utilizadores) e mais ou menos diferidas no tempo (impactes, mais relacionados com a sustentabilidade dos investimento públicos, com a criação e manutenção de emprego e com a protecção ambiental, por exemplo). Nesta acepção, os resultados correspondem a consequências imediatas, tais como as ligadas à renovação do edificado, o pagamento de alvarás e licenças ou outras contribuições relacionadas, por exemplo, com a própria transacção da propriedade. A estes resultados associam-se efeitos não relacionados com a discreção temporal da utilização da segunda residência, tais como o pagamento de serviços básicos públicos (água, electricidade e gás, por exemplo), ou as despesas de manutenção da casa ou, ainda, a remuneração de trabalhadores permanentes. Por sua vez, podem também identificar-se efeitos manifestamente relacionados com a presença de pessoas no local, isto é, com a frequência de utilização da segunda residência. Neste caso, a utilização de comércio e serviços locais, públicos ou privados, ou a contratação de trabalhadores temporários, incluem-se neste grupo.

No conjunto, aqueles resultados e efeitos traduzem-se em impactes económicos, os quais podem referir-se às alterações induzidas na economia local, como, por exemplo, as que se relacionam com algum incentivo à valorização dos produtos locais ou à introdução de inovações de toda a ordem, seja nos produtos, seja nos processos, em correlação com, por exemplo, a capacidade de fixação de residentes, por sua vez com



reflexos em algumas alterações ao nível do capital humano (rejuvenescimento, procura de qualificações, introdução de novos conhecimentos, atitudes e práticas, etc.).

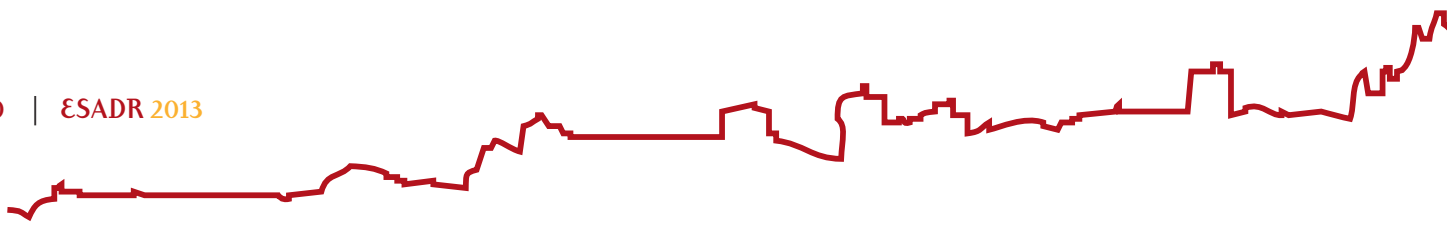
Para facilitar a análise, os resultados, efeitos e impactes económicos que se referem à existência da segunda residência enquanto propriedade edificada foram separados dos relacionados com a sua utilização sendo que, do ponto de vista da produção de efeitos e impactes transformadores da realidade económica local, foram considerados estes últimos os mais importantes e interessantes, já que os primeiros estão mais fortemente ligados a aspectos formais de produção da paisagem.

3. SEGUNDAS RESIDÊNCIAS EM MEIO RURAL E IMPACTES ECONÓMICOS: UMA REVISÃO DA LITERATURA

As segundas residências, enquanto investimento imobiliário e formas de habitar a tempo parcial, seja na sua própria existência física, seja na sua utilização, produzem efeitos de várias ordens, naturezas, magnitudes, significados e incidências, dos quais apenas foram tratados os que se relacionam com a esfera económica.

Nas últimas décadas, com a expansão significativa das segundas residências em várias partes do Mundo, houve um incremento considerável na produção científica centrada nos impactes económicos desse fenómeno. Entre as várias conclusões a que se chega após uma leitura aprofundada sobre esse tema é que o carácter desses impactes – positivos ou negativos - depende muito: (i) do carácter rural ou urbano e do nível de desenvolvimento das áreas onde se localizam as segundas residências; (ii) da duração da estadia; (iii) da distância entre a primeira e a segunda residência (Hoogendoorn, 2010; Marcouiller *et al.*, 2013).

Em áreas de declínio demográfico e económico tudo leva a crer que os benefícios da expansão das segundas residências superam os impactes negativos. Vários estudos nessas áreas têm demonstrado a importância dos seus proprietários como consumidores de produtos e serviços, contribuindo assim para alguma revitalização de uma economia rural pobre e pouco diversificada (Nordin, 1994; Green *et al.*, 1996 em Marjavaara, 2008), sendo que o consumo dos proprietários é maior quanto mais longa for a estadia e a distância entre a primeira e a segunda residência. Paris (2006:7) chegou a essa conclusão após a revisão da literatura sobre a expansão de segundas residências na



Europa e na América do Norte. Gallent e Tewdr-Jones (2001, em Halfacree, 2011) demonstraram o potencial dessa expansão para o desenvolvimento de serviços ligados ao turismo e lazer.

Outros autores mostraram a importância que o turismo de segundas residências pode representar para a continuação de actividades agrícolas baseadas em produtos locais, com destaque para os pequenos produtores, os quais podem ter nos utilizadores de segundas residências consumidores alternativos à venda a grandes cadeias distribuidoras (Sannebro, 2001 em Marjavaara, 2008). Também Müller (2004) refere que os proprietários e utilizadores estrangeiros de segundas residências consomem tanto ou mais produtos e serviços locais do que os residentes permanentes. Contudo, esta procura de produtos agrícolas por residentes temporários pode provocar a inflação de preços que afecta o poder aquisitivo da população local das áreas rurais.

Hoogendoorn e Visser (2004) mostraram a importância da construção e recuperação de habitações para segundas residências para a economia local, dado que a sua construção fica a cargo de empreiteiros e de mão-de-obra local e a maior parte do material é, também, adquirido localmente.

Outros dos impactes económicos mais estudados e discutidos são, para além dos acima mencionados, as oportunidades de emprego proporcionadas pelas segundas residências, as quais têm como consequência directa a fixação de população já que, por exemplo, a própria manutenção das segundas residências requer a utilização de mão-de-obra para a prestação de serviços de limpeza, jardinagem, segurança, etc. (Marcouiller *et al.*, 2013), sendo que as actividades relacionadas com o turismo e o lazer também podem gerar emprego. Porém, muitos autores salientam o facto de, em geral, esses tipos de emprego serem de baixo rendimento e maioritariamente de carácter sazonal (McKean *et al.*, 2005; Lacher e Oh, 2012; Hoogendoorn e Visser, 2004 em Marcouiller *et al.*, 2013), ainda que outros enfatizem que “many times rural communities have few options when it comes to economic development” (Marcouiller *et al.*, 2013:16).

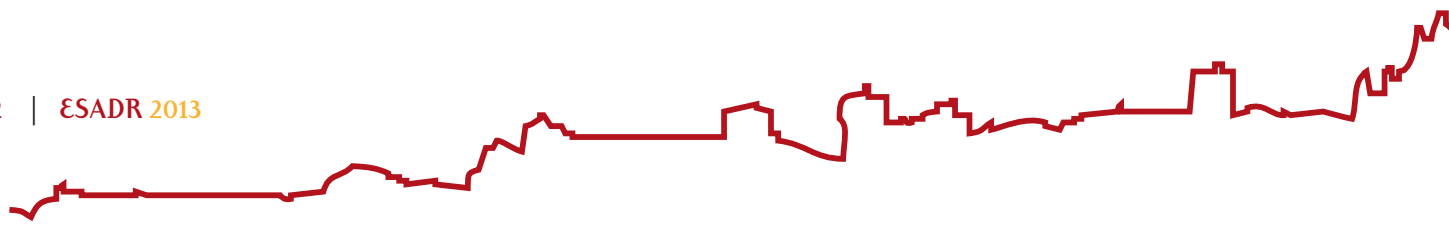
Muitos autores têm apontado para os impactes positivos e negativos da expansão das segundas residências no mercado habitacional das áreas onde se localizam. Tal como referem Marcouiller *et al.* (2013: 17), “it is often where the recreational home development takes place that determines the impact on existing housing prices”. Por um lado, quando há oferta de alojamentos vagos ou devolutos em áreas de intenso



despovoamento, sendo estes adquiridos por indivíduos de fora da região com o propósito de utilizá-los como segunda residência (Gallent and Tewdwr-Jones, 2000), os impactes negativos são fracos. Mas, por outro lado, em áreas ricas em amenidades naturais e culturais, mais pressionadas pela procura de habitação para recreação e lazer, a resposta concretiza-se de forma mais frequente com novas construções, o que inflaciona os preços do solo e, logo, também das próprias habitações que são oferecidas a residentes permanentes (Casado-Díaz, 1999; Green *et al.*, 1996 em Marjavaara, 2008). Isto quase sempre tem como consequência a saída de população permanente, principalmente jovem, que não tem condições financeiras para adquirir uma casa. Como notam Marcouiller *et al.* (2013: 17) a distinção entre alojamentos vagos/devolutos e novas habitações cujo uso é para segunda residência, resulta necessariamente em implicações diferentes para o planeamento e a criação de políticas de habitação.

Outro aspecto a ter em conta relaciona-se com a política fiscal e se a expansão de segundas residências contribui para o aumento ou para a diminuição dos impostos sobre a propriedade. Alguns autores mostram que, em áreas rurais, esse fenómeno contribui para o aumento dos impostos sobre a propriedade de moradores permanentes (Fritz, 1981; Hadell e Colarusso, 2009 em Marcouiller *et al.*, 2013), dado o aumento geral dos valores patrimoniais das habitações. Mas, por outro lado, também é possível verificar-se uma diminuição na colecta de impostos, no caso dos países que, ou cobram impostos mais baixos sobre as segundas residências (caso da Noruega), ou até há bem pouco tempo não cobravam qualquer imposto (caso da Irlanda).

Por último, também ainda não se chegou a um consenso acerca dos impactes das segundas residências sobre as infra-estruturas e equipamentos sociais. Leppänen (2003, em Marjavaara, 2008) e Alalammi (1994, em Marjavaara, 2008) na Finlândia e Müller (1999 em Marjavaara, 2008) demonstraram, nas suas pesquisas de campo, que a população temporária, constituída principalmente por utilizadores de segundas residências, contribuía para a manutenção de infra-estruturas e serviços que já teriam sido extintos caso a procura considerada necessária para a sua viabilização fosse apenas a população permanente, maioritariamente idosa. Müller (1999 in Marjavaara, 2008) também atribui a esses moradores temporários a manutenção em actividade do pequeno comércio (alimentar e restauração) e serviços de proximidade. É evidente que esses impactos positivos são maiores quanto mais longa for a estadia dos proprietários e





utilizadores de segundas residências. Mas, por outro lado, estes impactes positivos podem ser questionados, não só nos casos em que se verifique um forte aumento no uso dessas infra-estruturas e serviços, mas sobretudo quando essa pressão é mais concentrada no tempo (utilização sazonal das segundas residências), dado que os custos acrescidos em manutenção e reparações podem não ser compensados pela entrada de receitas oriundas dos impostos e, em geral, do aumento do consumo.

Chega-se, então, à conclusão que os impactes económicos da expansão das segundas residências são condicionados por contextos geográficos específicos, sendo também relevante a frequência e duração das estadias. Na secção seguinte são discutidos esses impactes tendo por referência um inquérito aplicado em algumas localidades da região do Oeste, um espaço peri-urbano dinâmico mas onde a maior parte das áreas rurais sofre de despovoamento.

4. O CASO DA REGIÃO DO OESTE

4.1. A ÁREA DE ESTUDO E O PROCESSO DE RECOLHA DIRECTA DE INFORMAÇÃO

O Oeste é uma região principalmente rural mas em forte transformação. A sua configuração espacial, a qual se desenvolve bastante mais em latitude do que em longitude, o declínio relativo da Linha do Oeste como eixo estruturante, a proximidade da Área Metropolitana de Lisboa e a existência de uma estrutura urbana polinucleada assente em sistemas sub-regionais não hierarquizados e parcialmente concorrentes entre si (Caldas da Rainha, Peniche, Torres Vedras) são os principais traços da alteração da sua identidade territorial (Oliveira *et al.*, 2010). A sua base económica assenta numa agricultura competitiva, pequenas e médias empresas no sector da cerâmica e agro-alimentar, bem assim como num complexo de actividades turísticas em expansão. A crescente polarização exercida pela AML (desencadeando efeitos centrífugos sobre a Região) e, a outra escala, de Leiria, bem assim como a atomização dos diferentes espaços sub-regionais (implicando efeitos fragmentadores para toda a Região), têm-se constituído, não só como ameaças, mas também, inversamente, como oportunidades de transformação da base económica regional, correlativamente contributivas para o rápido e volumoso aumento das segundas residências. Nesta região, já em 2001, 23,2% dos



alojamentos estavam destinados a uso sazonal ou secundário, os quais, desde os anos noventa do século passado, experimentaram um crescimento de 43,0%. Em 2011, a proporção de segundas residências em relação ao total de alojamentos familiares clássicos era de 23,9% e, de 2001 para 2011, o seu crescimento foi de 26,6%.

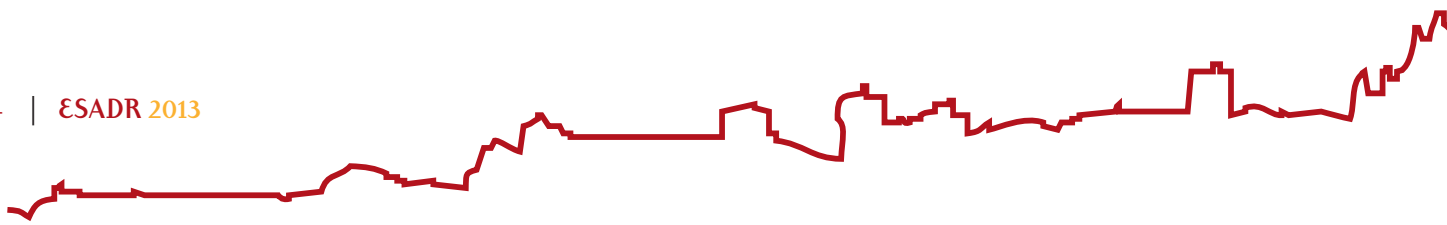
Tendo em conta a importância do fenómeno da expansão das segundas residências, tanto em Portugal como na região do Oeste, foi realizado o projecto SEGREG, acima referido, no âmbito do qual foi desenvolvida investigação de campo tendo em vista, por um lado, auscultar as opiniões e sensibilidades dos representantes das autoridades locais e, por outro, inquirir um conjunto, o mais alargado possível, de proprietários de segundas residências, no sentido de se conhecerem as suas características, atitudes e práticas relativamente à origem e escolha, utilização e motivações e relações com as pessoas e os lugares de localização dessas mesmas segundas residências.

Do processo de inquirição aos proprietários, dados os custos operacionais envolvidos, resultaram 163 inquéritos válidos. O trabalho de campo foi realizado entre 1 de Maio de e 27 de Novembro 2011, numa tentativa de obter dados que cobrissem diferentes períodos estacionais. Os resultados desses inquéritos são apresentados e discutidos a seguir.

4.2. RESULTADOS, EFEITOS E IMPACTES DAS SEGUNDAS RESIDÊNCIAS NA REGIÃO DO OESTE

4.2.1. EFEITOS ECONÓMICOS DAS SEGUNDAS RESIDÊNCIAS ENQUANTO PROPRIEDADE E EDIFICADO

Quando se considera o edificado que é utilizado para segunda residência, torna-se necessário discutir o conceito de habitação. O acto de habitar, entendido apenas a partir da sua componente física, tem sofrido alterações substantivas ao longo do tempo. Não cabe nesta comunicação o aprofundamento sobre as alterações verificadas ao nível do conceito de habitação, mas tem de entender-se que as funções actualmente exigidas a uma casa de habitação não são as mesmas de há algumas décadas atrás. A casa de habitação de segunda residência, enquanto espaço mais de consumo do que de reprodução da força de trabalho, apesar de ter também registado alterações (Claval, 2013) relativamente às suas formas e conteúdos, apresenta normalmente diferenças face





ao que é exigido numa casa de primeira habitação. Essas diferenças estendem-se aos padrões de consumo dos seus utilizadores, variando também em função de, entre outras características, o rendimento disponível e o tipo de agregado familiar. Deste modo, tendo por referência os inquéritos efectuados, serão tratados alguns aspectos relacionados com os efeitos económicos do edificado, em si mesmo.

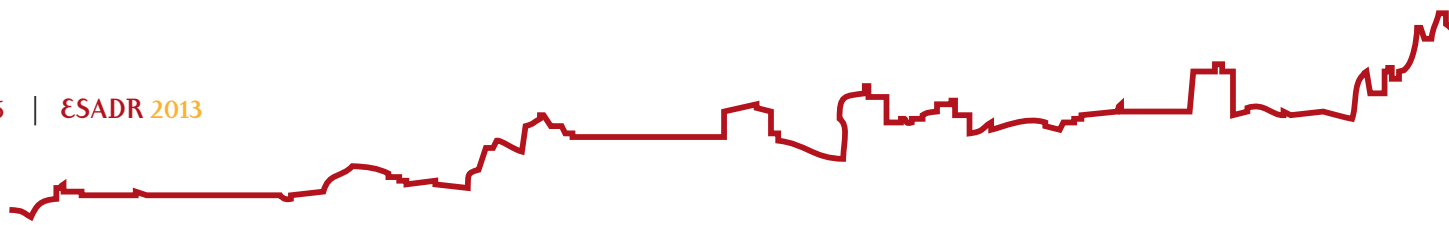
A maior parte das casas localiza-se no interior dos aglomerados, apesar de a tipologia dominante corresponder sempre, dentro ou fora desses aglomerados, a moradias, sendo que não se detectou uma diferença significativa de representação, em qualquer uma das situações, entre moradias isoladas ou em banda ou geminadas. Este facto, explicado pelo próprio desenho urbano das localidades da região Oeste, aponta desde logo para alguma racionalidade no aproveitamento do edificado existente, o que também à partida pode ajudar a compreender, não só a dimensão das propriedades envolvidas, mas também o tipo de intervenções de que esse mesmo edificado foi alvo. Apenas 8% dos inquiridos referiu ter comprado uma casa nova ou construída de raiz por si próprio, enquanto 54% do total disse ter feito obras de restauro em casas já existentes. Destes, 60% fez restauros profundos mantendo a traça original, pelo que, tendo subjacente a contratação de empreiteiros ou/e de mão-de-obra local, pode concluir-se que alguns benefícios económicos, traduzidos em emprego, deverão ter advindo dessas intervenções.

Verifica-se algum equilíbrio nas dimensões das propriedades, não sendo vincada a diferença expectável entre maiores propriedades fora dos aglomerados e menores no seu interior. A dimensão acima dos 300 m² prevalece, estando a classe dos 301 a 500 m² mais representada dentro dos aglomerados. Está-se perante um conjunto de propriedades que apenas em oito situações estão entre os 1500 e os 3750 m², apenas em duas se situam em torno dos 6000 m² e, apenas em uma, atinge os 15300 m². Apesar de não se terem valores de transacção, mas sabendo-se que em apenas 26% dos casos houve transmissão por via de herança, são expectáveis efeitos imediatos (e anuais) sobre as finanças locais derivados da cobrança do Imposto Municipal sobre Transacções (IMT) e do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI). No entanto, a questão que se coloca é a seguinte: será que os valores envolvidos são suficientes para compensar os custos públicos de urbanização (infra-estruturas e equipamentos públicos de utilização colectiva, por exemplo) e a sua manutenção?



Sabendo-se que apenas em 16% dos casos se tratam de alojamentos em prédios (85% deles localizados em áreas predominantemente urbanas), tendo 42% destes edifícios apenas dois pisos, conclui-se estar perante uma realidade urbanística de média ou baixa densidade, facto que, logo à partida, encarece sobremaneira os custos de urbanização e, logo, os da respectiva manutenção (Figueiredo, 2009). Apesar de não se poderem adiantar valores exactos que permitam comparar os custos de manutenção entre primeiras e segundas residências, pode-se, no entanto, utilizar uma aritmética simples com base nos valores de receita e despesa corrente de cada um dos municípios abrangidos pelo processo de inquirição.

Se for considerado o rácio da despesa e da receita corrente de cada município por alojamento familiar clássico (INE, 2013) e se esses valores forem multiplicados pelo número de alojamentos de segunda residência identificados no inquérito, chega-se a um total esperado de receita na ordem dos 153 mil euros e o equivalente de despesa na ordem dos 145 mil euros. Mas, fazendo-se uma estimativa do mesmo tipo para a receita relacionada com o IMI, chega-se a um total de cerca de 30 mil euros. Logo à partida conclui-se que a arrecadação desse imposto cobre pouco mais de 20% das despesas. No entanto, todo o País apresenta um padrão invertido relativamente a essa relação entre cobrança de IMI e despesas ou receitas correntes municipais, já que se obtém um coeficiente de Pearson de -0,50 quando se considera a correlação entre receitas correntes por 1000 habitantes e as receitas derivadas da cobrança de IMI, também por 1000 habitantes, e de -0,45 quando em vez da receita se considera a despesa. Por sua vez, a aplicação dos valores de despesa e receita por alojamento, em 2010, em cada município, ao quantitativo de segundas residências, em 2011, resulta num rácio muito semelhante, mas apesar de tudo ligeiramente mais favorável que o verificado quando se considera a totalidade dos alojamentos familiares clássicos (0,92, no caso das segundas residências, e 0,91, no do total de alojamentos familiares clássicos). Isto é, aparentemente, quanto maior for o volume de segundas residências, mais favorável será a relação entre receitas e despesas correntes dos municípios, facto que não depende apenas do fenómeno em si mesmo, mas também, de outro conjunto de relações complexas (mercado imobiliário, emigração e despovoamento rural, fundo de equilíbrio financeiro das contas locais, etc.).





Em síntese, por um lado, são manifestas as potencialidades da expansão das segundas residências na melhoria do ambiente urbano das localidades rurais, não só por via da revitalização do edificado habitacional, mas também pelo aproveitamento daquele que já se localiza no interior dos aglomerados. Por outro lado, não sendo vincada a diferença, entre o total de alojamentos e apenas os de segunda residência, na capacidade de formação de receita e despesas correntes dos municípios, do mesmo modo que a contribuição dos impostos sobre a propriedade para a cobertura dessas mesmas despesas, emerge uma situação de muito ligeira vantagem sobre as contas municipais no que às segundas residências diz respeito.

4.2.2. EFEITOS ECONÓMICOS DA UTILIZAÇÃO DE SEGUNDAS RESIDÊNCIAS

Como já foi salientado anteriormente, na óptica da utilização, vários autores identificam como causas de diferenciação dos efeitos das segundas residências, tanto em termos positivos, como negativos, as características específicas da área onde se localizam, a distância à primeira residência e a duração da estadia. Na análise que se segue foram utilizadas estas variáveis como independentes. Para o primeiro caso, usou-se a classificação do INE relativamente ao grau de urbanização das freguesias, enquanto no segundo, foi utilizada a classificação resultante da análise qualitativa das respostas obtidas no inquérito relativamente à questão da frequência e duração da estadia, já que existe uma correlação lógica entre isso e a distância ao local de residência habitual.

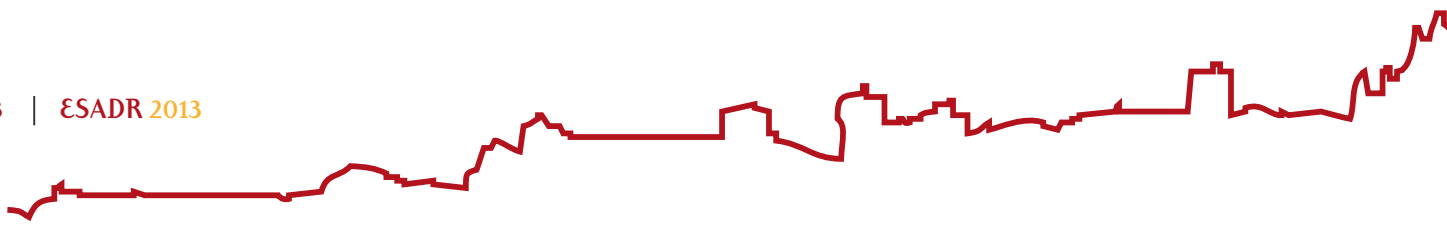
Dos 163 proprietários inquiridos, 153 responderam à questão sobre qual o valor monetário gasto no local da segunda residência durante um ano. Desses 153, 37% declarou um valor entre 1000 e 2500 euros, 32% um valor abaixo dos 1000 euros, 19% entre 2501 e 5000 euros e, por último, 12% declarou um valor acima de 5000 euros. Tendo em conta as marcas de classe e o valor inferior da classe acima de 5000 euros, pode estimar-se em 294,5 mil euros, o montante global anual gasto pelos inquiridos nos locais da sua segunda residência. Mas, este valor pode ainda ser detalhado quando cruzado com outros relativos a algumas categorias de despesa sobre as quais também foram inquiridos. Assim, considerando apenas as despesas com água e electricidade, foi apurado um valor total anual de 95,8 mil euros, acrescentando ainda, relativamente às



categorias de despesa mais relevantes, um total de 13,5 mil euros/ano para pagamento de tarefas relacionadas com a limpeza da casa, 13,2 mil euros/ano para pagamento de tarefas de jardinagem e 40,4 mil euros/ano em despesas de manutenção ou pequenas obras. No geral, deduzindo do valor total de 294,5 mil euros o das despesas mais relevantes, ainda resta um saldo positivo de 131,7 mil euros/ano, eventualmente aplicado noutros ramos da economia local, com destaque para o comércio, mas também serviços de hotelaria e restauração.

O montante global envolvido na utilização das segundas residências foi cruzado com a duração da estadia, a proveniência dos proprietários, o carácter mais urbano ou rural da freguesia de localização da segunda residência e, ainda, o seu número de utilizadores. Os resultados, retirando as não respostas, apontam para as seguintes conclusões:

- há uma relação directa entre a frequência e duração da estadia e os montantes gastos, mais elevados, como seria de esperar, consoante aumenta essa duração ou a sua frequência; no entanto, as estadias prolongadas (até 3 meses ou mais) repartem-se igualmente, nos períodos de Outono/Inverno ou Primavera/Verão, por montantes abaixo de 1000 euros e acima de 5000 euros;
- a repartição das classes de despesa segundo a proveniência dos proprietários é também reveladora de uma relação complexa entre a distância e a correlativa frequência de utilização da segunda residência; deste modo, os residentes na AML são os que mais contribuem para a classe acima de 5000 euros (17,3%, contra, por exemplo, apenas 6,9% no casos dos residentes no Oeste), enquanto os residentes noutras regiões surgem com maior peso na classe de 2501 a 5000 euros (33,3%), os residentes no estrangeiros estão mais representados na classe dos 1000 a 2500 euros (57,6%) e, por último, os que provêm do Oeste assumem maior representação relativa na classe abaixo dos 1000 euros/ano.
- é nas freguesias mais rurais que se verifica uma maior incidência relativa das classes de despesa acima dos 1000 euros/ano, com mais forte concentração nos valores entre 1000 e 2500 euros (44,4% dos proprietários com segundas residências nessas áreas), sendo também neste grupo de freguesias que são mais frequentes as classes de despesa mais elevada (22,2% nos 2501 a 5000 e 16,7% na dos valores superiores a 5000 euros/ano); já no caso das freguesias medianamente urbanas, a distribuição dos inquiridos pelas classes abaixo dos





1000 e entre este valor e 2500 euros/ano, é equitativa (37,9% nos dois casos); no que respeita às freguesias predominantemente urbanas, a classe mais representada fica por valores abaixo de 1000 euros/ano (35,6%), ainda que pouco afastada da classe seguinte (32,2% na classe dos 1000 a 2500 euros/ano);

- Quando se toma em conta o número de pessoas que utilizam a segunda residência, verifica-se, como seria de esperar, uma relação estreita entre o seu aumento e o crescimento recíproco da despesa com 41,0% dos agregados de 1 ou 2 pessoas na classe abaixo dos 1000 euros/ano, 44,4% dos agregados de 3 ou 4 pessoas na classe dos 1000 a 2500 euros/ano e, apesar de mais representados na classe dos 1000 a 2500 euros/ano (34,2%), os agregados de 5 ou mais pessoas surgem com 23,7% na classe seguinte (2501 a 5000 euros/ano), a que acrescem 13,2% na dos valores superiores a 5000 euros/ano.

Em síntese, por um lado, verificou-se uma relação estreita entre a frequência e duração da estadia e os maiores montantes de despesa, sendo essas comparativamente mais elevadas nas freguesias mais rurais. Por outro lado, sabendo-se que estas segundas residências poderão corresponder, como já se referiu, a um volume total de despesa municipal da ordem dos 145 mil euros/ano, sendo 30 mil cobertos pelo IMI, a injeção de 294,5 mil euros na economia local, cujos efeitos multiplicadores não serão despidiendos, poderá representar um balanço líquido bastante positivo para a economia local, em geral.

4.2.3. UTILIZAÇÃO DE COMÉRCIO, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS LOCAIS

De um modo geral, a maioria dos proprietários não utiliza comércio ou serviços ou equipamentos públicos de utilização colectiva no local da segunda residência (valores acima dos 80%). São excepções a esta regra apenas dois casos, o do comércio tradicional de tipo banal (mercearias e cafés, por exemplo) e o dos serviços de restauração, onde o número de utilizadores ultrapassa o de não utilizadores (76,7% vs. 18,4% e 68,7% vs. 26,4%, respectivamente). Embora o número de não utilizadores seja mais elevado, podem também ser referidas algumas actividades de comércio e serviços, com destaque para os estabelecimentos de comércio tradicional de carácter ocasional

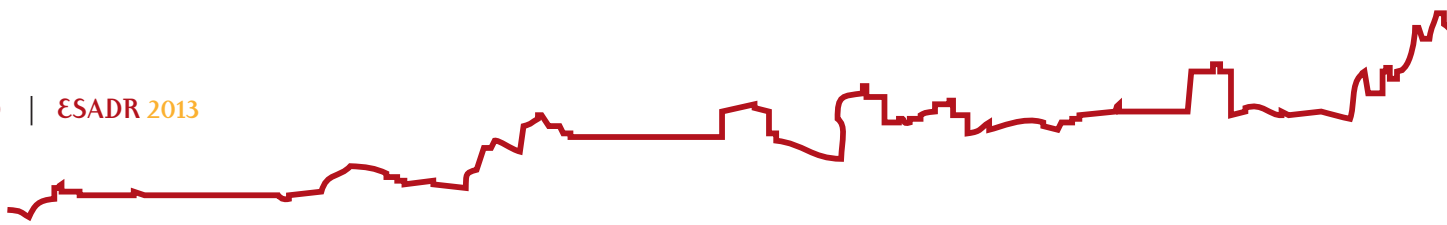


(pronto a vestir e sapatarias, por exemplo) com 41,1% de utilizadores relativamente ao total de inquiridos, do mesmo modo que as grandes superfícies comerciais, com 44,8%, e os bares nocturnos, com 28,8%. No conjunto dos serviços e equipamentos públicos apenas se destaca o centro de saúde, com 33,7% do total de inquiridos a declarar a sua utilização.

Apesar de pouco utilizados, ainda no conjunto dos serviços e equipamentos públicos, podem apontar-se aqueles que se relacionam com algumas actividades de tipo cultural e recreativo, por vezes referidas pelos inquiridos como estando enquadradas em eventos de carácter local organizados por associações ou entidades da administração local (ROCA, 2013): a frequência de centros culturais, cinemas e teatros surgem, assim, com uma representação de 14,1%, 9,8% e 9,2%, respectivamente, por contraponto a campos de ténis, de golfe ou piscinas e ginásios, com valores abaixo dos 3%.

Apesar de a maior parte dos equipamentos acima referidos estarem relacionados com o recreio e o lazer, motivação principal para a utilização das segundas residências, sobretudo em áreas predominantemente rurais (94,9% dos inquiridos com segunda residência nessas freguesias declarou o uso apenas para recreio e lazer), está-se em presença de um fenómeno complexo que poderá associar diferentes vectores de influência recíproca, tais como a idade, a profissão, a proveniência ou mesmo os montantes de despesa anual ou a duração da estadia. O facto é que não se encontrou nenhuma relação significativa entre essas variáveis e a utilização de comércio, serviços e equipamentos, com excepção de algumas fracas correlações entre, por exemplo, a idade e a frequência de bares nocturnos, ou a duração e frequência da estadia e a utilização de serviços de restauração.

Em jeito de síntese, a constatação anterior pode remeter para uma outra questão essencial directamente relacionada com a produção de efeitos e impactes económicos das segundas residências: a alteração dos padrões de consumo por comparação com os verificados no local da primeira residência. Neste caso, para além, por exemplo, das alternativas de abastecimento em produtos de consumo diário, quando não resultantes de compra prévia ainda no local de origem, a que acrescem factores de ligação ao local tais como a existência de familiares e amigos que facilitem esse abastecimento (31,3% dos inquiridos referiram a existência de ligações familiares e a herança como motivo da escolha da segunda residência), deve também equacionar-se, por um lado, a menor



disponibilidade para alguns tipos de consumo (comércio ocasional, por exemplo) e, por outro, a menor motivação para práticas em ambientes mais artificiais, como o ginásio ou o “spa”, ainda que estas se relacionem com uma classe média alta que não está de forma nenhuma sobre-representada no conjunto dos inquiridos (27% de proprietários enquadrados no grupo profissional dos dirigentes e especialistas intelectuais e cientistas).

5 CONCLUSÃO

Da revisão da literatura verificou-se que a maior parte dos autores concluem, naquilo a que designam por impactes, que estes variam de acordo com três factores essenciais: 1) as características específicas dos lugares ou regiões onde se localizam as segundas residências (em áreas rurais em despovoamento ou com alguma vitalidade económica e social; em áreas peri-urbanas, eventualmente em processo mais ou menos intenso de integração urbana, ou em áreas, de forma mais ou menos específica, destinadas a esse tipo de ocupação); 2) a distância entre a primeira e a segunda residências e, por fim, mas com forte relação com este factor, 3) a duração da estadia.

Aquele último factor é, tanto do ponto de vista teórico como empírico, sobremaneira relevante, já que, para além de existir uma relação directa entre a duração da estadia e a capacidade de produção de resultados, efeitos e impactes, também se verificam imbricações interessantes entre essa duração e os padrões (temporais, espaciais e funcionais) de consumo dos proprietários e utilizadores de segundas residências. Essas imbricações surgiram bastante claras na análise conduzida já que, para além de ser manifesta uma relação estreita entre os maiores montantes de despesa e a maior frequência ou duração das estadias, também se registou uma maior utilização de comércio e serviços locais, nomeadamente de restauração, quando se tratavam de utilizadores das segundas residências em todos ou quase todos os fins-de-semana.

A distância de localização da primeira residência face à segunda apenas se revelou importante na determinação da frequência e duração das estadias, sendo esta variável aquela que, em última instância, acaba por condicionar os padrões de consumo. Mas, a conclusão mais relevante deste estudo relaciona-se com uma contabilidade extremamente simples, a qual é corroborada pela observação dos vectores nacionais



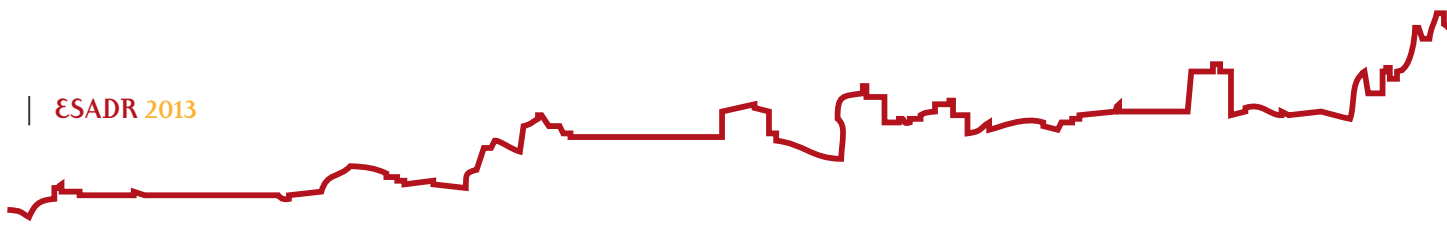
tendo os municípios como unidades de análise. Por um lado, os montantes anuais de despesa declarados pelos inquiridos (294,5 mil euros), podendo mesmo incluir 30 mil euros estimados de impostos sobre a propriedade, atingem um total que, incorporados os efeitos multiplicadores sobre as contas locais, devem largamente ultrapassar a despesa corrente municipal média estimada para os seus alojamentos de segunda residência, na ordem dos 145 mil euros. Por outro lado, a exploração dos valores nacionais, realizada apenas para confirmar os resultados dos inquéritos, mostrou que existe uma relação entre receitas e despesas municipais que coloca em algumas centésimas de vantagem os concelhos onde é mais incidente o fenómeno das segundas residências.

Apesar desta última conclusão ter de ser aprofundada e escarpelizada, não pode esquecer-se que, em Portugal, tal como em outros países da Europa do Sul, o fenómeno da expansão das segundas residências está muito relacionado com o processo emigratório, principalmente com destino ao estrangeiro, tendo isso contribuído para a alteração da estrutura sectorial do emprego na maior parte dos concelhos do País, sobretudo dos rurais, já desde os anos 70 do século passado. Isto é, a rápida passagem do sector primário para o secundário, e daí para o terciário, não deixa de ser uma consequência dessa expansão.

Tendo presente a evolução natural futura da população portuguesa, a par do ressurgimento de processos migratórios mais intensos, as segundas residências poderiam ser aproveitadas para o desenvolvimento rural, sobretudo pela via do incentivo a estadias mais prolongadas ou mais frequentes, num contexto em que as áreas rurais apresentam hoje, vantagens de equipamento e infra-estruturação que não existiam há 40 anos atrás.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alalammi, P. (Ed.) (1994). "Landskap och Boendemiljöer i Finland". In *Atlas Över Finland*, 201-203. Helsingfors: Lantmäteriverket.
- Casado-Díaz, M.A. (1999). Socio-Demographic Impacts of Residential Tourism: a Case Study of Torrevieja, Spain. *International journal of tourism research* 1 (4), 223-237.

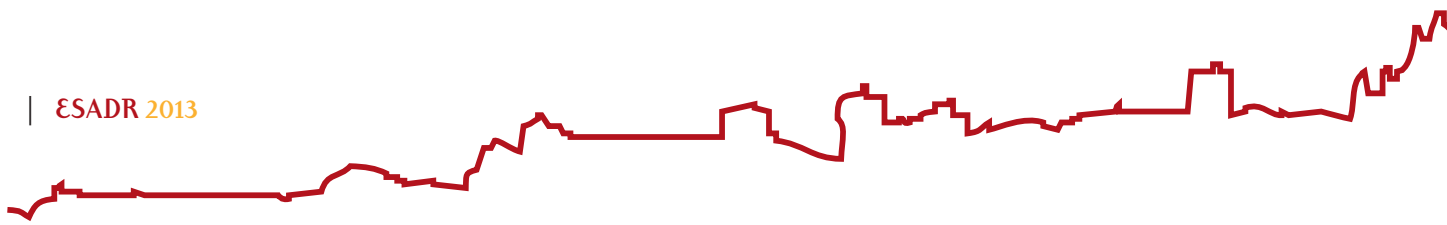




- Claval, P. (2013) “Evolving Forms of Mobility and Settlement: Second Homes and Tourism in Europe”. In: Roca, Z. (Ed.) *Second Home Tourism in Europe: Lifestyle Issues and Policy Responses*. London: Ashgate, 309-326
- EU - European Union (1999). *Evaluating socio-economic programmes. Technical solutions for evaluation within a partnership framework*. Office for Official Publications of the European Communities, Luxembourg.
- Figueiredo, M. P. (2009). Análise de custos de urbanização. Dissertação de mestrado em Engenharia Civil, Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Fritz, R. (1982). Tourism, Vacation Home Development, and Residential Tax Burden: A Case Study of the Local Finances of 240 Vermont Towns. *American Journal of Economics and Sociology* 41 (4), 375-85.
- Gallent, N.; Tewdwr-Jones, M. (2001). The taxing issue of second homes. *Town and Country Planning*, 70(1), 22–23.
- Gallent, N.; Tewdwr-Jones, M. (2000). *Rural Second Homes in Europe – Examining Housing Supply and Planning Control*. Ashgate, London.
- Green, G.P., Marcouiller, D.; Deller, S.; Erkkila, D.; Sumathi, N.R. (1996). Local Dependency, Land Use Attitudes, and Economic Development: Comparisons Between Seasonal and Permanent Residents. *Rural Sociology*, 61 (3), 427-445.
- Halfacree, Keith (2011). Heterolocal Identities? Counter-Urbanisation, Second Homes, and Rural Consumption in the Era of Mobilities. *Population, Space and Place*, 18(2), 209-224.
- Hoogendoorn, G. and G. Visser (2004). Recreational Homes and Small-town (Re)development: The Case of Clarens. *Journal of Family Ecology and Consumer Science*, (32), 105-32.
- Hoogendoorn, G. (2010). Second homes and local economic impacts in the South African post-productivist countryside. Faculty of Humanities at the University of the Free State, Bloemfontein. Disponível em <<http://etd.uovs.ac.za/ETD-db/theses/available/etd-10192011-134815/unrestricted/HoogendoornG.pdf>> (acesso em 2 Agosto 2013)
- INE (2013). Anuários Estatísticos Regionais e Recenseamentos Gerais da População e da Habitação. Disponível em <www.ine.pt> (acesso em Julho-Agosto de 2013)



- Khandker, S. R.; Koolwal, G. B.; Samad, H. A. (2010). *Handbook on Impact Evaluation. Quantitative Methods and Practices*. The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank, Washington DC.
- Lacher, R.G.; Chi-Ok, O. (2012). Is Tourism a Low-income Industry? Evidence from Three Coastal Regions. *Journal of Travel Research*, 51(4), 464-472.
- Leppänen, J. (2003). "Finlands Skärgårdsprogram och Fritidshusboende 2003-2006". Second Home Ownership and Shore Line Protection: Seminar on Regional Development in the Kvarken Region, Umeå, Sweden, June 25th. Helsinki: Skärgårdsdelegationen.
- Marcouiller, D. W.; Gartner, W. F.; Chraca, A. (2013). Recreational Homes and Planning in Gateway Communities: A Literature Review. On-line document disponível em <http://urpl.wisc.edu/people/marcouiller/publications/10errechomes.pdf> (acesso em Julho-Agosto de 2013).
- Marjavaara, R. (2008). Second Home Tourism: The Root to Displacement in Sweden?. Doctoral Dissertation, Umeå, Umeå University. Disponível em <<http://umu.diva-portal.org/smash/get/diva2:141659/FULLTEXT01>> (acesso em Julho de 2013)
- McKean, J. R.; Johnson, D. M.; Johnson, R. L.; Taylor, R.G. (2005). Can Superior Natural Amenities Create High-quality Employment Opportunities? The Case of Non-consumptive River Recreation in Central Idaho. *Society and Natural Resources*, 18 (8), 749-58.
- Müller, D. K. (1999). *German Second Home Owners in the Swedish Countryside: On the Internationalization of the Leisure Space*. Kulturgeografiska Institutionen, Umeå.
- Müller, D. K. (2004). "Second Homes in Sweden: Patterns and Issues". In Hall, C. M. and Müller, D. K. (Eds.) *Tourism, Mobility and Second Homes. Between Elite Landscape and Common Ground*. Channel View, Clevedon, 244-258.
- Nordin, U. (1994). *Fritidsbebyggelse för Skärgårdsbor? – Studier av Fritidsboendets Betydelse för Sysselsättningen i Blidö församling, Norrtälje kommun 1945-1987*. Meddelanden Serie B 86, Kulturgeografiska Institutionen - Stockholms Universitet, Stockholm.
- Oliveira, J. A.; Roca, Z.; Leitão, N. (2010). Territorial identity and development. From topophilia to terraphilia. *Land Use Policy*, 27(3), 801-814 (doi: 10.1016/j.landusepol.2009.10.014).



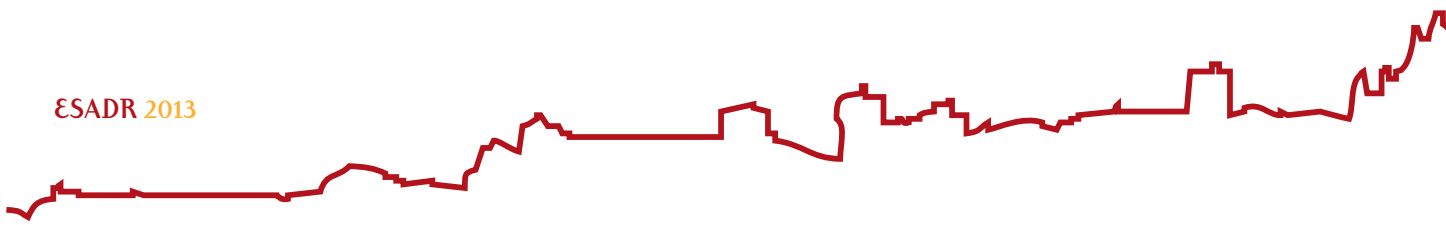


Paris, C. (2006). Multiple “homes”, dwelling & hyper-mobility & emergent transnational second home ownership. ENHR Conference – Housing in an expanding Europe: theory, policy, participation and implementation, Ljubljana, July 2-5. Disponível em <http://enhr2006-ljubljana.uirs.si/publish/W24_Paris.pdf> (acesso em 20 de Abril 2007).

Partidário, M. R.; Jesus, J. (1994). *Avaliação do Impacte Ambiental. Conceitos, Procedimentos e Aplicações*. Centro de Estudos de Planeamento e Gestão do Ambiente, Lisboa.

Roca, M. N. O. (2013). “Place Attachment among Second Home Owners: The Case of the Oeste Region, Portugal”. In ROCA, Z. (2013) *Second Home Tourism in Europe: Lifestyle Issues and Policy Responses*. Ashgate, London, 69-88.

Sannebro, M. (2001). Livsmedelsförsörjning, Lokal Produktion och Kommunikationer i Stockholms Skärgård. *Bebyggelsehistorisk tidskrift*, (41), 61-71.



**O CINEMA, O MARKETING TERRITORIAL E A
ATRATIVIDADE TURÍSTICA DOS ESPAÇOS RURAIS
PORTUGUESES. O CASO DO FILME *COISA RUIM* (2005), DE
TIAGO GUEDES E FREDERICO SERRA¹**

João Luís J. Fernandes

Professor Auxiliar

Departamento de Geografia da Universidade de Coimbra/CEGOT

Ana Sofia Duque

Bolseira do Departamento de Geografia da Universidade de Coimbra/CEGOT

Resumo

As múltiplas representações dos lugares são importantes para a modelação da sua imagem. Ainda que estejamos longe de ter públicos passivos no momento de receber as mensagens, o modo como os espaços geográficos são descritos, fotografados ou filmados condiciona a perceção que se tem dos mesmos. Esta leitura geográfica é importante pela forma como orienta os comportamentos espaciais de potenciais investidores, novos residentes ou turistas. Onde se aplicam capitais, onde se fixa residência e onde se ocupam os tempos livres de lazer e férias, são questões cuja resposta está em muito condicionada pela imagem associada a cada lugar.

O cinema, pela visualidade que lhe está associada, pelo poder de encenação e manipulação da realidade e pela capacidade de difusão das mensagens, desempenha um importante papel no denominado marketing territorial.

É nesse sentido que este texto fará uma reflexão sumária sobre a forma como o espaço rural português tem sido representado no cinema nacional. Neste trabalho, analisar-se-á com pormenor o filme *Coisa Ruim* (2005), realizado por Tiago Guedes e por Frederico Serra e rodado nalguns lugares da Serra da Estrela. Focando o rural português como um espaço envelhecido e religioso, de superstições e vínculo forte às narrativas do passado, por esta obra perpassam questões como as imagens estereotipadas destas áreas de baixa densidade, uma marcante atmosfera de religiosidade, os contrastes entre a ruralidade e a

¹ Este texto e respetiva comunicação oral foram realizados no âmbito do Projeto *Rural Matters – significados do rural em Portugal: entre as representações sociais, os consumos e as estratégias de desenvolvimento* (PTDC/CS-GEO/117967/2010), que é financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (co-financiado pelo COMPETE, QREN e FEDER).



urbanidade, o contraditório sentimento de atração/repulsão por estes territórios, os conflitos e as relações de poder.

Esta análise serve ainda para problematizar os efeitos diretos e indiretos destas representações. Se é verdade que, por um lado, se alimentam estigmas e se reforçam ideias negativas. Por outro, podem criar-se atrativos assentes em narrativas do fantástico e do misterioso, apontando para centralidades relevantes numa época de pós (ou hiper) modernidade na qual estes valores vão significando algum potencial no denominado turismo sombrio.

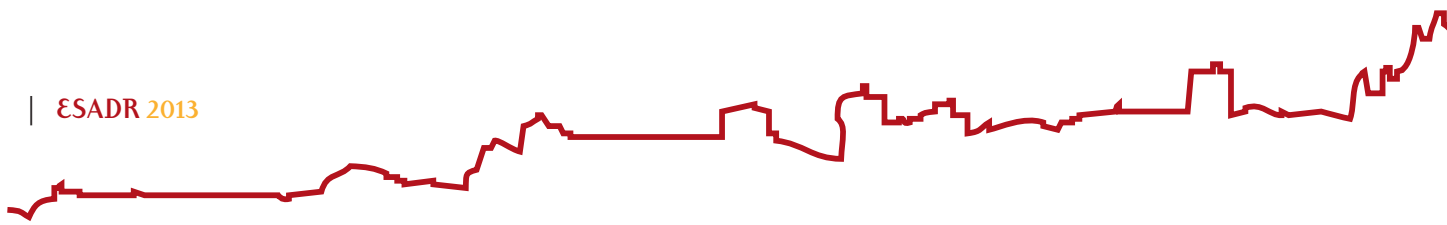
Palavras-Chave: Cinema, Representações; Marketing Territorial, Turismo Sombrio

1 - Introdução – o cinema e a imagem dos lugares

Enquanto fator de desenvolvimento local e regional, o cinema pode ser encarado segundo duas perspetivas. Por um lado, enquanto atividade com efeitos a montante, esta indústria criativa fixa mais valias, promove empregos, atrai atividades adjacentes e está na origem de clusters com a consequente territorialização de diferentes formas de capital (Creton, 1994 e 1997).

O cinema está também ligado à organização de eventos e à criação de múltiplos territórios turísticos associados a fatores de atratividade como os festivais competitivos e de exibição, os espaços museológicos ou até mesmo os estúdios e lugares de rodagem (Beeton, 2005). Esta diversificada territorialização do cinema é um fator de relevância e centralidade de lugares que, desde modo, ganham pontos na competitividade global pelos fluxos em movimento (Fernandes, 2013).

No entanto, também a jusante, isto é, enquanto difusor de conteúdos, o cinema pode interferir com as dinâmicas e as trajetórias do espaço. Como expressão visual de narrativas e personagens com territorialidades muito próprias, o cinema é uma representação de espaços geográficos que pode interferir com a imagem, positiva ou negativa, mais atrativa ou mais repulsiva, de um lugar. Pelo cinema há topónimos e espaços geográficos que se tornam conhecidos, seja por razões que promovem atratividade, seja por uma mensagem repulsiva que, retirando o lugar de uma certa obscuridade, lhe atribui ao mesmo tempo uma conotação negativa (Avraham & Ketter, 2008).



Nas atuais concepções do planeamento estratégico e do marketing territorial, reconhece-se que a imagem de um lugar é um fator central de indução de comportamentos de atores geográficos, sejam estes turistas, empresários, novos residentes ou estudantes. O lugar onde se passam férias; a cidade, a região ou o país onde se investem capitais para a abertura de um qualquer negócio; a escolha da nova cidade de residência ou de prosseguimento dos estudos universitários, em todas estas decisões interfere-se com a trajetória destes territórios, com o seu maior ou menor poder económico e político, com a maior ou menor capacidade de atração de agentes e capitais relevantes.

É certo que muitas destas decisões respondem a variáveis objetivas e mensuráveis, como a política fiscal, por exemplo. Contudo, também é verdade que as referidas decisões geográficas são a etapa final de um processo longo e nem sempre linear que responde a fatores mensuráveis mas também a percepções mais difusas que vão ao encontro da imagem mais ou menos favorável que se tem deste ou daquele lugar.

Segundo Baker (2004), a percepção de um espaço geográfico resulta da conjugação complexa e dinâmica de três fontes de informação, o que leva este autor a considerar a coexistência de três imagens, que se vão combinando, nem sempre de forma harmoniosa e coerente.

Desde logo, importam as imagens induzidas, as que resultam de campanhas proativas de promoção do lugar e de estratégias de marketing territorial controladas *in situ*. Agora já a cargo de profissionais, assim se reforçam certos traços deste espaço geográfico, se desvia a atenção de outros, se promovem novas facetas e se vai também por esta via fazendo a condução estratégica de aldeias, vilas, cidades ou regiões que vivem momentos de desequilíbrio e questionamento como a gestão da crise do modelo agrícola, da desindustrialização ou de uma qualquer forma de desqualificação que se pretende ultrapassar.

Para além destas impressões que nascem de campanhas mais diretas ou mais sublimadas de marketing territorial, as percepções territoriais resultam também do contacto direto e das vivências que se tem desse mesmo espaço geográfico, porque lá se viveu, porque se visitou, porque, numa qualquer outra circunstância, se experienciou. Ir ao local, sentir as paisagens e as comunidades, pisar o solo e viver os acontecimentos em estadias mais ou menos prolongadas, modela também a imagem mais ou menos



positiva e atrativa que se tem de um lugar. Com o tempo, essa percepção pode mesmo levar a regressos que, no futuro, ocorrerão com motivações diferentes. Por exemplo, nas áreas balneares do sul europeu, uma parte dos empresários estrangeiros começaram por visitar o lugar enquanto turistas e regressaram depois como investidores.

Para além destas fontes de (re) criação da percepção de um espaço geográfico, há ainda que ter em consideração as imagens orgânicas, isto é, a crescente avalanche de informações, leituras, registos e utilizações cénicas de um espaço geográfico que, através da fotografia, da imprensa, da literatura, da televisão ou de outros meios de comunicação, se vai difundindo. Enquanto conteúdo de indústrias criativas que se apropriam de cidades, regiões, vilas, aldeias ou mesmo países, por aqui se acrescentam pontos de vista, uns favoráveis, outros desfavoráveis às campanhas oficiais de marketing territorial.

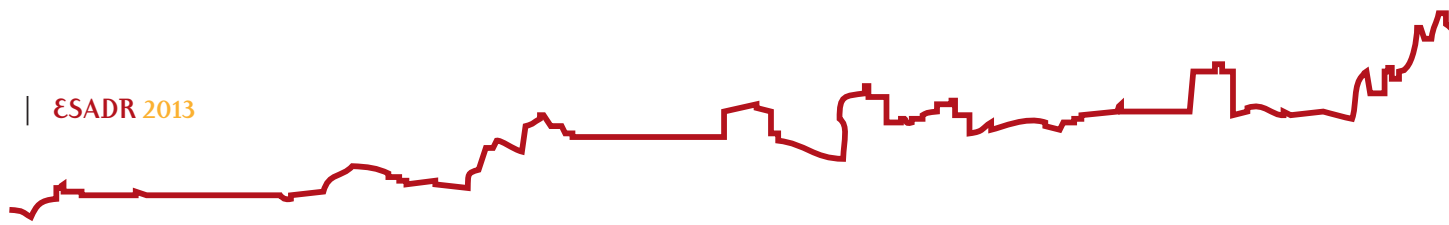
É deste modo que quase sempre África é mostrada como um continente violento e inseguro; Paris como uma cidade romântica e de sonhos, ou o indefinido Caribe como um espaço estereotipado de exotismo e devaneio hedonista com praias de areia branca e águas transparentes. Neste mundo complexo, são muitas as colisões entre a imagem que se pretende difundir e aquela que efetivamente condiciona os mercados e os atores geográficos. É por vezes longa a distância entre a veracidade do terreno e a imagem divulgada.

Neste jogo que balança entre a realidade e a representação, incorre-se muitas vezes no estereótipo, nas leituras redutoras, na simplificação. Estes reducionismos podem resultar de dois problemas – a simplificação e a generalização.

No primeiro caso, reduz-se a diversidade de um lugar a um dos seus traços de identidade. Por exemplo, percebido à distância, do Rio de Janeiro pouco mais se reconhece que o samba, o carnaval ou a favela.

No segundo caso, atribui-se ao conjunto as propriedades de uma parcela. Como exemplo, refira-se aqui, mais uma vez, o continente africano. Não importa o prolongado estado de paz vivido por muitos países e regiões, quando ao conjunto se associa a imagem simplificada de guerra que vem de episódios como o genocídio do Ruanda em 1994 ou a violência urbana em cidades como Joanesburgo.

O cinema, pela capacidade de penetração das mensagens visuais; pelo poder de difusão próprio de uma indústria criativa que fez a migração do analógico para o digital



e pela forma como a maior parte das suas estruturas narrativas assentam em lugares e espaços geográficos que se podem alterar e manipular, desempenha um importante papel no condicionamento da imagem dos lugares.

O cinema está presente nas três imagens referidas na sistematização de Baker (2004): pode ser um instrumento pro ativo de campanhas diretas de marketing territorial – a produção de um filme que uma cidade patrocina para sua própria divulgação; pode levar à experimentação direta do lugar, como ocorre nos múltiplos exemplos de turismo cinematográfico que, um pouco por todo o mundo, vai trazendo visitantes a lugares antes disso menos conhecidos; pode condicionar, de forma indireta, por via das narrativas, dos planos escolhidos e da diégese fílmica, os olhares sobre um determinado espaço geográfico e reforçar mesmo alguns dos estereótipos que já os acompanham.

Nesse sentido, o cinema é, ao mesmo tempo, uma oportunidade mas também um risco. Por isso se atribui a esta indústria cinematográfica o estatuto de *soft power* definido por Joseph Nye (2004).

Para este autor, a afirmação estratégica dos territórios poderá fazer-se por um conjunto de fatores que identifica como de *hard power*, nos quais se incluem todos os meios de imposição pesada como a indústria militar. No entanto, Nye reconhece também o poder da cultura, da criatividade e das indústrias criativas como o cinema que, neste contexto pós fordista, apresentam uma importante capacidade de dissuasão, sedução e persuasão através de meios como a imagem e os valores que esta divulga.

É também a isso que se referem autores como Hall (1997) e Valença (2005) quando distinguem as práticas de representação das políticas de representação. Às primeiras associa-se a construção de um discurso visível através de meios como a televisão, a imprensa, a literatura ou o cinema. As segundas referem-se ao modo como essas práticas de representação, muito para além do condicionamento do comportamento dos atores territoriais, ganham dimensão política e interferem nas relações e no exercício do poder.

Esta reflexão é oportuna porque no caso específico do cinema é evidente o desfasamento entre os lugares de produção e controlo desta indústria criativa e os lugares representados. Referia-se há pouco o caso do continente africano e o modo estereotipado como se representa este vasto território. Acrescenta-se agora que se trata sobretudo de uma leitura externa ao espaço geográfico representado. África mostra-se



sobretudo pelos olhares e pelas representações dominantes nas produções cinematográficas europeias e norte-americanas.

O mesmo acontece se, numa outra escala geográfica, confrontarmos os espaços urbanos com os territórios rurais de baixas densidades. É certo que a fronteira separadora é hoje mais difusa, que em muitos casos a cidade e o mundo rural se confundem e imiscuem mas é também verdade que persistem os olhares divergentes, as abordagens diferenciadoras e as afirmações estratégicas singulares.

Voltando ao caso do cinema, é certo que grande parte das produções têm origem urbana, é também correta a perceção que as cidades dominam as narrativas de grande parte das cinematografias contemporâneas mas também é certo que o rural não está ausente desta diégese filmica.

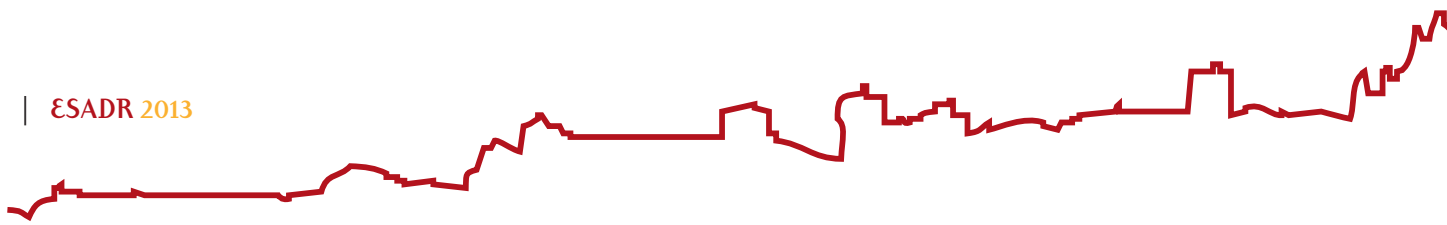
Significa isto que, mais que o rural a ver-se e a representar-se a si próprio, têm persistido sobretudo os olhares urbanos sobre a imagem de um espaço geográfico que, também por via das representações cinematográficas, se tem vindo a (re) modelar.

No caso português, que apresenta algumas particularidades mas que reflete muitas das dinâmicas ocorridas noutros países do sul da Europa, o espaço rural vem de um longo período de redução estrutural de poder económico e político e de perda de diferentes formas de capital e de população.

Ao longo do século XX, os ciclos emigratórios e a concentração demográfica em núcleos urbanos de diferentes escalas geográficas foram a imagem de um rural que perdeu resiliência e capacidade competitiva.

Contudo, apesar dessa vaga de fundo, as décadas mais recentes recentraram o olhar e (re) descobriram o valor patrimonial desses espaços geográficos. Sem que se recuperem os protagonismos do passado, a um rural perdedor e repulsivo acrescenta-se agora a imagem da nostalgia, da memória e até, num acesso de consciência ecológica, de alguma centralidade ambiental num rural amplo e multifuncional, agora também visto mais como um conceito e menos como um espaço geográfico confinado por fronteiras (Figueiredo, 2011).

Resta saber se o cinema português se tem limitado a acompanhar essas mudanças ou se, pelo contrário, tem também contribuído para essa trajetória. Este dilema não exclui nenhuma hipótese. É provável que o cinema tenha abordado o rural nesta dupla perspetiva – refletindo, por um lado, as dinâmicas; participando, por outro, na condução





do processo. Seja como for, o rural persiste, quer enquanto tema quer enquanto pretexto e cenário, numa indústria cinematográfica com conceções cada vez mais urbanas, como se verá a propósito da análise de *Coisa Ruim*, de Tiago Guedes e Frederico Serra.

2 - O cinema e a representação do rural em Portugal

Enquanto conteúdo, o rural tem tido uma presença constante no cinema português (Baptista, 2008). Na fase de arranque dessa cinematografia, entre os finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX, filmou-se um rural rude e arcaico mas ao mesmo tempo pitoresco e folclórico. Era neste que assentava a mais pura identidade portuguesa. Esse rural, que passou por filmes de realizadores como Aurélio da Paz, Georges Pallu ou Rino Lupo, foi entretanto procurado nas cidades que já estavam em crescimento mas nas quais se buscaram estas vidas aldeãs.

Nas décadas de 19(30) e 19(40) filmaram-se microterritórios de vida ruralizada em Lisboa através de comédias como *O pátio das cantigas* (1941), de António Lopes Ribeiro. Estas assentaram naquele mesmo rural pictórico mas agora deslocado e encenado em contexto citadino e aqui representado como uma espécie de garantia de segurança face às ameaças urbanas que se aproximavam.

É também neste período, que se estende até meados do século XX, que se procura um outro rural identitário e nacionalista, o dos touros. Com *A Severa* (1931), de Leitão de Barros, abre-se uma corrente que cruza dois ícones da identidade nacional: a tourada e os toureiros, por um lado; os fados e os fadistas, por outro. Um mundo rural tradicionalista, face aos devaneios urbanos, num confronto melodramático que se vê em filmes como *Sol e Toiros*, de José Buchs (1949) e *Sangue Toureiro*, de Augusto Fraga (1958).

Os anos 60 trazem o denominado Cinema Novo. As cidades e os temas urbanos vão dominando as narrativas. O rural é o ponto de partida mas filma-se sobretudo a chegada à urbe, difícil para quem vem de fora e sente dificuldades de integração. *Verdes Anos* (1963), de Paulo Rocha filma uma Lisboa anónima, em crescimento. O acolhimento dos migrantes rurais não é fácil. Esse contexto agrícola já em crise ficou para trás e a câmara centra-se no novo mundo em construção. Contudo, ao contrário das



comédias do passado, não se procura aqui a aldeia que a cidade preservou mas sim a identidade rural que a cidade colocou em causa e desconstruiu.

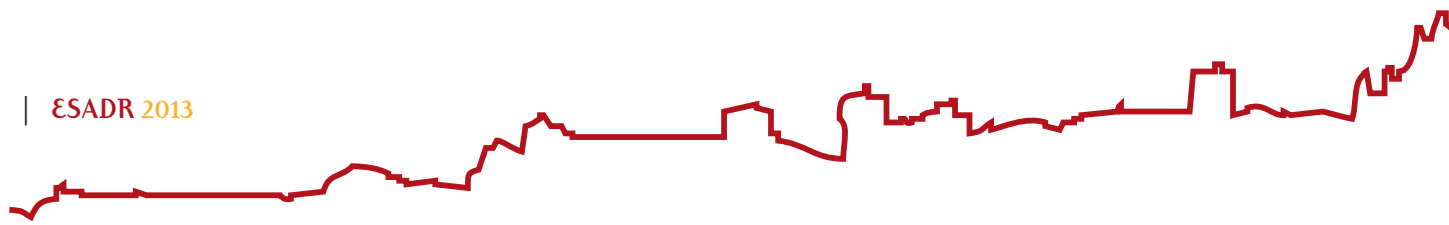
Entretanto, com a revolução de Abril de 1974, o cinema regressa ao campo, ao território dos latifundiários, dos ganhões e dos restantes assalariados, dos agricultores e dos criadores de gado. Desta vez, não se procuram ícones nem traços identitários nacionalistas. As câmaras focam-se nos conflitos ideológicos, na luta pela posse das terras e dos meios de produção, nos movimentos de coletivização. O rural é a paisagem da luta de classes, das clivagens ideológicas. O rural não é o lugar da harmonia mas o território dos analfabetos, dos lugares que ficaram para trás. Ao mesmo tempo, este é o laboratório de uma revolução, o caminho para uma sociedade ideal.

Logo após esta deriva ideológica, António Reis e Margarida Cordeiro renovam os olhares sobre esse mundo que já estava para além das cidades. Por exemplo, em *Trás-os-Montes* (1976), o cinema liberta-se do folclore nacionalista mas também da ideologia do PREC e reforça um olhar sóbrio e verdadeiro sobre um rural que abre caminho às abordagens mais sólidas de realizadores como Manoel de Oliveira.

Apesar dessa paragem na ruralidade que persistia, a cinematografia portuguesa segue o seu caminho, centra-se nas cidades, na vida urbana, nas territorialidades aceleradas do final do século XX, nos ambientes citadinos que também se vão degradando. Neste Portugal da integração europeia, filmam-se os centros históricos em decomposição, acompanham-se os recém-chegados, agora já não os rurais de Portugal, mas talvez os rurais de outros países, os imigrantes de Cabo Verde, da Ucrânia ou do Brasil.

Apesar disso, a cinematografia portuguesa vai continuando a olhar para o mundo rural português. As narrativas regressam ao rural por várias razões, seguindo diferentes objetivos. É o rural do património e dos valores ambientais. É o rural que acolhe os urbanitas esgotados pelo ritmo da cidade. É o rural deprimido mas que mantém, ao mesmo tempo, algumas reservas de capital. O cinema contemporâneo é heterogéneo, balança entre aquele que aponta para as massas de espetadores e aquele que aceita o recolhimento de audiências mais elitistas. A cidade domina os olhares mas o rural vai persistindo.

Ao longo deste século XX, o cinema português tem acompanhado de perto as dinâmicas territoriais mais importantes. Filmou o rural com maiores densidades



populacionais do início do século; acompanhou os fluxos migratórios para o Brasil, para os EUA e para a Europa; filmou as ruínas do que ficou dessa debandada; mais recentemente, num ou noutro filme, foi renovando os olhares, votando ao rural uma representação mais positiva. Afinal, o que se abandonou até tem algum valor. Filmam-se alguns regressos, ainda que temporários. É preciso esperar e dar tempo ao tempo, para que a memória e a nostalgia nos faça descobrir esses valores.

Alguns filmes deste século XXI misturam esses olhares. Oscilam entre o rural idílico e anti-idílico, entre a atratividade e a repulsa de um rural quase sempre confrontado com o espaço urbano. O foco é agora mais descomplexado e menos ideológico. Talvez por isso se busquem lugares e personagens menos planas e mais densas e paisagens mais profundas e multissensoriais, como se pode ver em *Coisa Ruim*.

3 - *Coisa Ruim* – sinopse

Realizado em 2005 por Tiago Guedes e Frederico Serra, com argumento de Rodrigo Guedes de Carvalho e produção de Paulo Branco, *A Coisa Ruim* acompanha a mudança de vida de uma família que, morando em Lisboa, decide abandonar a cidade e aceitar a herança de uma casa localizada algures numa aldeia granítica de uma área florestal de montanha. A narrativa não o assume, não é explícita na geografia, mas este trabalho filma a Serra da Estrela e as aldeias de Valezim e Torroselo, no concelho de Seia.

Organizado em 4 sequências e com cerca de 100 minutos de duração, *Coisa Ruim* integra-se na categoria de obras que filmam o regresso ao mundo rural, o retorno às raízes e ao passado (Areal, 2011) (Anexo 1).

Uma família urbana, residente em Lisboa, constituída pelo pai (Xavier Monteiro, professor de Biologia), pela mãe e por três filhos (Rui – estudante de medicina; Sofia – uma mãe adolescente com um filho de pai incógnito e Ricardo, o irmão mais novo), deixam a cidade e recomeçam a vida na antiga casa de um familiar. Esta mudança não é pacífica. Suscita dúvidas e alguns conflitos. Rui permanece em Lisboa e apenas visita os pais e os irmãos nalguns fins-de-semana. A casa foi uma herança deixada por um tio-



avô de Xavier, que assim recebe um património que nenhum dos seus primos quis aceitar.

Apesar de todos os atrativos, das livrarias, do cinema, das exposições de arte e das oportunidades de lazer que coloca ao alcance, a vida urbana é agitada e não proporciona o convívio em família. Por isso, mas também por uma crise familiar provocada pelo nascimento indesejado do filho de Sofia, Xavier entende que o recolhimento num lugar rural, longínquo e marginal pode trazer uma nova oportunidade.

Esta família urbana viaja para outro mundo e chega à propriedade que herdou. A estrada para lá se chegar é longa mas o novo lar lá está, cercado por um muro e por uma mancha de floresta. Por isso é escuro e está meio escondido. A casa, uma mansão com sinais de ter sido importante, está envelhecida mas parece tranquila. A aldeia é pequena mas parece também acolhedora. Os novos residentes trazem o entusiasmo e a energia próprios de um recomeço.

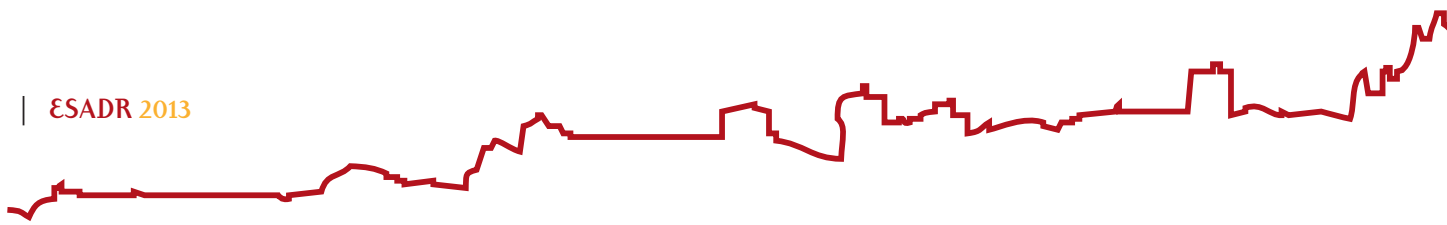
Contudo, desde cedo, essa calma rompeu-se. A casa foi-se revelando estranha. Ouvem-se vozes. Sentem-se passos e portas a bater.

De forma inesperada, aparecem figuras estranhas nas janelas e nos arredores da casa, mas também na fronteira entre esta e a floresta vizinha. A aldeia foi-se revelando estranha e enigmática. Parecem haver segredos, histórias que não se contam, verdades difíceis de revelar. São frequentes os olhares de desconfiança e as intransponíveis barreiras de comunicação impedem qualquer contacto - poucas são as personagens locais que acolhem estes neo rurais recém-chegados.

Afinal, a casa esconde um segredo. Um antepassado de Xavier, um tal Godofredo, homem rico e poderoso (personagem, interpretada por Paulo Branco, que aparece nalguns planos, muito curtos), ambicionou reunir uma grande propriedade e um vasto senhorio. Foi especulando e comprando as courelas de agricultores pobres. Num período de portas abertas pela emigração, talvez para o Brasil, estes camponeses pobres vendiam as suas terras por pouco e seguiam caminho, enriquecendo um Godofredo que assim via alargar a sua propriedade.

Contudo, uma dessas famílias recusa o negócio. Ismael, a mulher e três filhos, resistem, não cedem e não saem das suas terras.

Talvez por ordem do tio-avô de Xavier, mercenários ao serviço de Godofredo apropriam-se dos terrenos. Aproveitando uma ausência de Ismael, entram em sua casa e





assassinam a mulher e os filhos. Ninguém evitou a tragédia, nem a comunidade, nem a igreja local, nem o Estado, sobre o qual, naquela época, pouco se sabe – se existiria, se estaria organizado e com capacidade de regulação e intervenção, se teria poderes para evitar a lei discricionária dos caciques locais.

Algures nesse passado mal localizado no tempo, Ismael regressa e vê a família morta. Sofre, enterra-a algures, não se sabe onde, e parte tresloucado para a floresta. O diabo compra-lhe a alma e Ismael por ali fica, atormentando o lugar e esperando vingança.

A chegada dos descendentes de Godofredo, uma família, tal como a de Ismael, também com três filhos, foi o momento certo para a resposta.

Xavier e os seus familiares são atormentados por ruídos, vozes e aparições. A casa que aparentava tranquilidade afinal não é um espaço amigável.

Rui, entretanto chegado de Lisboa para passar uns dias, é possuído pelo diabo e agride a irmã Sofia. Apesar do apoio de algumas personagens locais, a família sente-se perdida, desorientada, sem referências. Assiste-se à desconstrução de um sonho. O rural tranquilo e idílico é, afinal, um mundo desconhecido e obscuro marcado pelo passado e por uma religiosidade que oprime, um espaço de medo e agressões físicas e psicológicas.

Entretanto, Ricardo, o filho mais novo de Xavier, morre num acidente depois de ter sido atraído para a floresta pelos fantasmas dos três filhos de Ismael. O fim precipita-se num drama e a tragédia acontece. Esta família, triste e vitimizada, abandona o local e regressa a Lisboa, sem Ricardo.

4 - As representações do rural na narrativa do filme *Coisa Ruim*

Neste trabalho de Tiago Guedes e de Frederico Serra, o mundo rural é representado como um espaço de partida mas também como um lugar de regressos.

Por um lado, trata-se de uma geografia de emigração que não consegue sustentar a sua demografia, um rural de pobreza e de relações assimétricas de poder que leva ao abandono e à saída dos mais fracos. Esse fluxo reforça o domínio dos mais poderosos e



a concentração da propriedade nas mãos de poucos. A terra, a sua posse, é pretexto para conflitos e episódios de sangue.

Numa analepse cronológica, *Coisa Ruim* mostra uma outra realidade. A do rural dos regressos saudosistas e da ilusão idílica dos recém-chegados, neo urbanos que escapam a uma vida citadina mais agitada e que procuram retomar algumas das vidas do passado. Aqui mostra-se o rural do património, da biodiversidade e do parque natural onde Xavier exerce profissão. É o rural visto e mostrado como genuíno. Quem chega são ‘flores de estufa’ mal habituados à verdadeira natureza.

Contudo, também esse rural imaginado é uma decepção que logo se abandona para novo retorno, desta vez, à cidade.

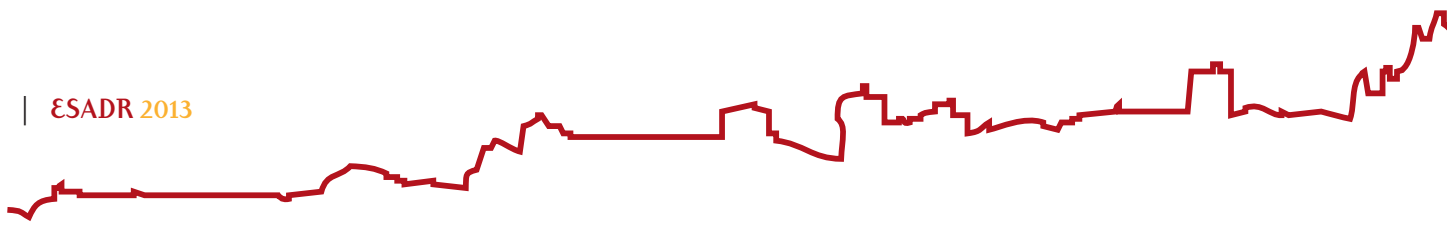
Neste filme, representa-se ao mesmo tempo o rural da ilusão e da desilusão, o rural imaginado como idílico mas que logo depois se revela anti-idílico, agreste e violento, de relações sociais assimétricas, de domínio dos mais fracos pelos mais poderosos. Aqui, mostra-se um rural escuro, austero, frio e desconfortável. É um rural assustador, que vive um excesso de passado, com histórias e lendas, crenças e superstições, espíritas, bruxas e fantasmas.

O termo *Coisa Ruim* é mesmo a expressão popular que, sem o referir de forma direta, se refere ao diabo, personagem tenebrosa que se teme e da qual não se quer nem pode dizer o nome. Por isso se usam subterfúgios linguísticos como rabudo, sarnento, tinhoso ou esta ‘coisa ruim’.

Neste filme, a estética da paisagem engana. A leitura superficial do cenário não vê, à primeira, numa leitura mais superficial, aquilo que está mais fundo e marca o espírito do lugar.

Este é um território enigmático e obscuro de uma irracionalidade que colide com os veredictos euclidianos e positivistas de Xavier e de Rui e com os olhares de bom senso do jovem Padre Cruz, uma das poucas personagens que serve de interlocutor local a esta família lisboeta.

Segundo Rui, as pessoas inteligentes terão ficado em Lisboa e ali, naquele rural de escuridão, vive-se um mundo saloio e atrasado, de pessoas rudes, de mulheres vestidas de preto que repetem ladainhas sagradas de proteção. Ou então, trata-se apenas, como refere o Padre Cruz, de um mundo de ‘gente boa que gosta pouco de novidade’.



Para Rui, tudo é explicável pela ciência. Para este pároco, tudo não passa de coincidências. No final, ambos acabam por ser ultrapassados pelas circunstâncias. Rui está possuído e o Padre Cruz faz o que nunca pensou fazer – um exorcismo.

Num lugar marcado pela violência do passado, esta família urbana encontra uma comunidade fechada e desconfiada num rural remoto, conservador e afastado do mundo da velocidade e das interações modernas e pós modernas. A estrada que se percorre para lá se chegar é longa e sinuosa. Este rural da superstição é também o do alcoolismo, da aguardente e do vinho bebido em excesso. Consome-se álcool num dos pontos focais da aldeia – o café, mas também em casa do mais tradicionalista e comprometido com o passado Padre Vicente, o pároco mais antigo, aquele a quem o Padre Cruz irá suceder.

Nesta localidade, o sagrado opõe-se ao profano, a lenda colide com a racionalidade e os acontecimentos do passado impõe-se à contemporaneidade. As histórias pretéritas percorrem o tempo e, de forma determinista, conduzem um presente ainda de trevas e lengalengas, de medos, sessões espíritas e ajustes de contas que atravessam gerações.

Afinal, esta aldeia soturna e de poucos habitantes não é o paraíso sonhado. Este rural que se despovoou ainda não pode receber quem chega de fora. O encerramento é nítido. O vínculo à superstição uma evidência. Há o medo pelo passado mas também o receio do futuro. Por isso a família de Xavier regressa. Mas é um regresso triste, pesaroso pela perda e pela derrota.

O contraste com a cidade é uma evidência narrativa. É da cidade que partem. É à cidade que regressam. A cidade é rápida e esgotante, mas este rural é obscuro e atávico. Nesta representação, o contraste é grande e a fronteira entre o urbano e o rural é nítida.

Para além desta família, nada mais se sabe sobre a conectividade dessa aldeia ao mundo. Sabe-se da ligação ao passado, mas dos canais de contacto com o exterior pouco ou nada se diz.

Este filme mostra as saídas mas depois em nada se refere à diáspora e aos seus possíveis regressos; o Estado apenas se mostra pelo parque natural, instituição da modernidade que parece um corpo estranho naquele ambiente cinzento; dos turistas nada se sabe – não nos parece que esta aldeia faça parte de qualquer circuito de lazer.



Este é, por isso, um mundo fechado em si. A família de Xavier atreveu-se a romper essa barreira de confinamento. O rural que Tiago Guedes e Frederico Serra filmam não perdoa a ousadia.

5 - Notas Conclusivas - As imagens do rural, a propósito de *Coisa Ruim*

Coisa Ruim integra-se nas pouco classificáveis correntes da nova cinematografia portuguesa. Marcadas pela diversidade e pela heterogeneidade das abordagens e por uma focalização sobretudo urbana, estas tendências não deixaram de recorrer ao rural enquanto cenário narrativo.

Em *Coisa Ruim*, foca-se o rural que se despovoou, que perdeu população e atividades tradicionais, o rural de onde partiram famílias que deixaram casas e terrenos.

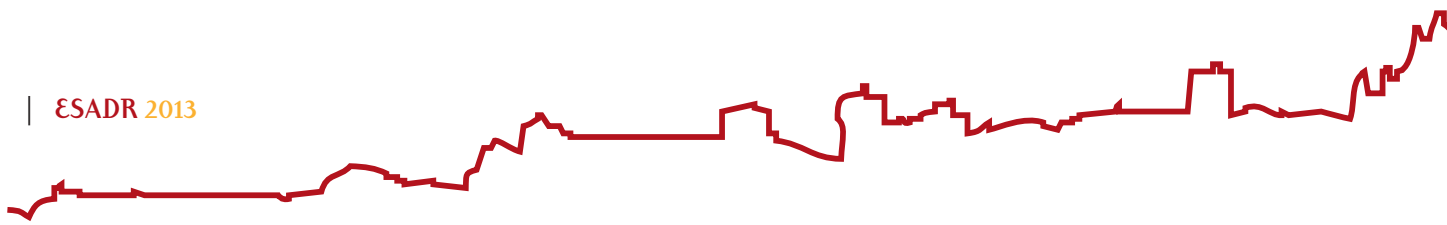
Nas entrelinhas deste trabalho de Tiago Guedes e Frederico Serra, mostra-se o rural da centralidade ecológica, das áreas protegidas e da biodiversidade. Não é esta a questão central do filme, mas a patrimonialização ambiental também lá está.

Neste percurso narrativo, filma-se também o rural dos regressos, da memória, do retorno ao passado mas também a um refúgio de salvaguarda face ao mundo urbano.

A cidade está omnipresente e é uma referência, mas pouco se mostra nos escassos planos iniciais que a focam. Lugar de partida e depois de regresso desta família, a urbe é representada por um discurso contraditório – é o mundo da modernidade mas tem excesso de ritmo, ameaça a estabilidade familiar, degrada as relações humanas. No fim, presume-se que voltará a recolher Xavier e os seus familiares.

Neste complexo jogo entre o rural idílico e anti-idílico, na diégese desta obra sobressai esta segunda perspetiva. Depois de levantada a cortina, o que é um paraíso aparente mostra ser um lugar obscuro, envelhecido, preso ao passado e pouco acolhedor.

Mais que isso, Guedes e Serra filmam uma geografia humana e uma paisagem espessas. Longe da linearidade da simples leitura estética, estes espaços geográficos são aqui apresentados como cenários de acontecimentos e narrativas. Muito para além da superficialidade euclidiana, esta é uma geografia multidimensional de lugares que contam acontecimentos e de espaços biográficos de personagens que deixaram rasto.





Entrando aqui no domínio das imagens orgânicas referidas por Baker (2004), apenas uma abordagem mais direcionada poderá discutir os efeitos contraditórios que um filme com estas características pode deixar em potenciais atores geográficos, como os turistas.

Como se pode acompanhar em Fidalgo (2013), se há lugares que criam sentimentos de medo, este poderia ser um deles. Não se sabe bem onde fica, conhecem-se os espaços de rodagem mas a geografia da narrativa está mais oculta. Contudo, esta obra não deixa aqui de levantar um novo interesse – o património do medo e dos acontecimentos dramáticos.

Na verdade, também estas *traumascapes* são hoje apropriadas por um turismo pós moderno que busca histórias e narrativas trágicas (Foley & Lennon, 2000; Stone, 2006). Este *dark tourism* pode, por isso, ser um atrativo acrescido para um rural de pessoas e acontecimentos no qual não se deixam de buscar novos ângulos de perceção.

Nesta pós modernidade de mercados mais específicos e segmentados, o turismo em espaço rural é uma equação complexa que tem necessidade do agricultor, do criador de gado, do silvicultor ou do artesão, tal como precisa de histórias e narrativas, mesmo que estas remetam para dramas e acontecimentos traumáticos, mesmo que este rural mais misterioso, algures entre a ficção e a realidade, se mostre povoado de fantasmas e almas do outro mundo.



Bibliografia

Areal, L. (2011). *Cinema português. Um país imaginado*. Edições 70, Lisboa.

Avraham, E. e Ketter, E. (2008). *Media Strategies for Marketing Places in Crisis*. Elsevier, Amsterdam.

Baker, B. (2007). *Destination Branding for Small Cities*, Creative Leap Books, Portland.

Baptista, T. (2008). *A Invenção do Cinema Português*. Tinta-da-China, Lisboa.

Beeton, S. (2005). *Film Induced Tourism*. Channel View Publications, Clevedon.

Creton, L. (1994). *Économie du Cinéma: Perspectives Stratégiques*. Nathan, Paris.

Creton, L. (1997). *Cinéma et Marché*. Armand Colin, Paris.

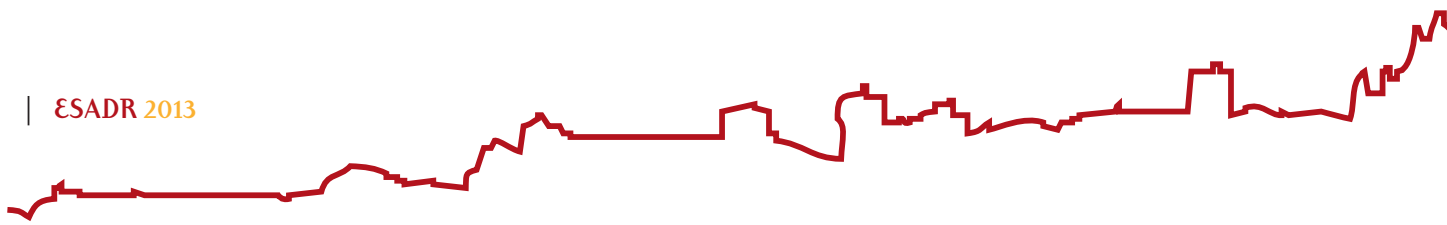
Fernandes, J. L. J. (2013). A territorialização das indústrias criativas e as paisagens turísticas do cinema. *Cadernos de Geografia*, 32, 239-246.

Fidalgo, V. (2013). *101 Lugares Para Ter Medo em Portugal*, A Esfera dos Livros, Lisboa.

Figueiredo, E. (Coord. Geral) (2011). *O Rural Plural. Olhar o Presente, Imaginar o Futuro*, 100Luz, Castro Verde.

Foley, M. e Lennon, J. (2000). *Dark Tourism. The Attraction of Death and Disaster*, Cengage Learning Business Press, Stanford.

Hall, S. (Edit.) (1997). *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*, Sage, London.





Nye, J. S. (2004). *Soft Power: The Means To Success In World Politics*, Public Affairs, Cambridge.

Stone, P. R. (2006). A Dark Tourism Spectrum: Towards a Typology of Death and Macabre Related Tourist Sites, Attractions and Exhibitions”. *Tourism: An Interdisciplinary International Journal*, 54(2), 145-160.

Valença, M. M. (2005). “Brazil x Brasil: o Estereótipo da Diferença”; in Valença, M. M. ; Costa, M. H. (Organizadores). *Espaço, Cultura e Representação*. Editora da UFRN, Natal.



Anexo 1

Estrutura Narrativa – Coisa Ruim			
Realização: Tiago Guedes e Frederico Serra Produção: Paulo Branco Ano: 2005			
Sequência	Cena	Planos	Assunto
1ª Família de Lisboa prepara-se para deixar a cidade e ir para o meio rural	1	1-10	Paisagem florestal. Apresentação do filme
	2	11-21	Pai a cortar lenha, com o filho a ajudar.
	3	22-28	A agitação da cidade. Confusão e tensão familiar. Família prepara-se para mudar para o campo.
	4	29-33	Noite na aldeia. Ambiente soturno. Mulher espreita à porta e tranca-a. Jovem tiritita na cama.
	5	34- 42	Na cidade, mãe fala com o filho mais velho sobre a mudança para a aldeia. Só o pai é que está entusiasmado com a ideia.
	6	43-46	Sessão de exorcismo na aldeia
	7	47- 51	Família a caminho do meio rural.
	6.1	52 – 72	Sessão de exorcismo, na aldeia. Jovem exorcizada está assustada.
Chegada da família ao meio rural.	8	73 – 95	Conversa entre os dois padres sobre o exorcismo e as crenças da população.
	9	96 – 122	Chegada da família ao meio rural. Apresentação da casa, que foi uma herança deixada por um tio-avô de Xavier, que mais ninguém da família quis. Ambiente pouco convidativo da casa.
2ª As dificuldades na integração da família, no meio rural – a atitude dos residentes e os sustos da casa.	1	123-160	No café da aldeia, os locais olham com desconfiança para o casal que vem de fora. Fala-se no problema do abandono da população da aldeia.
	2	161-167	1º Acontecimento estranho na casa: ouve-se um bebé chorar, mas o bebé de Sofia dorme profundamente.
	3	168-177	Conversa entre o jovem padre Cruz e o casal Monteiro. Todos são novos elementos na aldeia e sente-se afastados da realidade que se vive naquele espaço.
	4	178-192	2º Acontecimento estranho na casa: Ricardo vê um rapaz no jardim, enquanto joga à bola. Quando entra em casa ouve barulhos no andar de cima, apesar de estar sozinho em casa.
	5	193 -203	Tensão familiar entre pai e filha – há uma discussão latente em cada conversa entre os dois. 3º Acontecimento estranho na casa: de noite, Helena está ao telefone, à janela e vê uma cara assustadora pelo vidro.
	6	204 – 245	As lendas e mitos da aldeia: as freiras possuídas pelo demónio e a história da caça às bruxas. Os locais que acreditam nas histórias versus os que vêm de fora e são céticos.
	7	246 - 288	Jantar em casa dos Monteiro, com o padre Cruz e os dois jovens investigadores. A conversa gira em torno das superstições do meio rural. 4º Acontecimento estranho na casa: roupa aparece rasgada. Simultaneamente dá-se a chegada do filho mais velho a casa.
	8	289-303	É noite na casa e há um ambiente assustador. Surgem “espíritos” do passado que assombram os elementos mais novos da família. Desconforto e medo de Sofia e Ricardo durante a noite.
Espaço rural como um ambiente de muitos mitos e superstições.			



3ª Mudança de atitude por parte da família, face as superstições daquele meio. Começam a acreditar.	1	304-330	Sessão espírita. Xavier e a mulher aceitam participar numa sessão. No início nenhum acredita em nada, mas depois da médium personificar um espírito do passado de Xavier este muda de atitude.
	2	331 - 335	Desabafo de Xavier ao Padre Cruz. Admite que quando foi para a sessão estava a espera de um “número de circo”, mas aquilo que aconteceu foi real e Xavier está assustado.
	3	336-354	Na casa, Ricardo está assustado. Padre Cruz conta a Xavier uma superstição da aldeia: a história do carpinteiro que adivinhava quem ia morrer a seguir na aldeia.
	4	355 -357	Xavier experiencia a história que o padre lhe contou. Ele vê o cortejo fúnebre com o próxima pessoa a morrer. Fica assustado
	5	358 - 363	5º Acontecimento estranho na casa: Ricardo está a desenhar no jardim e vê 3 crianças na floresta
	6	364-373	Sofia vai ao café da aldeia. A população olha para ela de lado. Aproxima-se um gato e roça-se nas pernas de Sofia. De acordo com uma superstição da aldeia quando um gato faz isso é porque a pessoa está possuída pelo demónio.
	7	374-383	6º Acontecimento estranho na casa: Helena pensa ter ouvido o marido em casa e pouco depois recebe uma chamada dele a comprovar que está atrasado.
	8	384-389	Helena assustada vai conversar com o padre Cruz, que lhe recomenda falar com alguém sobre as histórias da casa.
4ª A história do passado da casa e da sua maldição.	1.1	390-400	Sofia chega a casa e vai para a cozinha onde está o irmão Rui.
	2.1	401-402	Xavier e Helena vão com o padre Cruz a casa do padre Vicente ouvir a história da sua casa.
	1.2	403-414	Rui age de forma estranha com a irmã. É rude e mal educado. Ofende a irmã com perguntas sobre o pai do seu filho.
	2.2	415-471	Padre Vicente conta a história de Godofredo, o familiar de Xavier que mandou construir a casa.
	1.3	472-474	Na casa, Rui age com indiferença e Sofia chora.
	3	475-482	Conversa entre o padre Cruz e Helena sobre a história da maldição da casa – o que é verdade e o que é ficção.
	4	483-518	Xavier e Helena discutem em casa. Xavier tem um pensamento científico, em que lhe custa a crer e fenómenos paranormais e em superstições. Já Lena, sente-se assustada com os acontecimentos recentes e começa a acreditar em muitas das coisas que dizem na aldeia.
	5	519-528	Forte religiosidade no meio rural. Padre Vicente morre.
	6	529-555	Tensão familiar. Sofia quer contar algo aos pais e quer sair de casa. Discussão violenta entre Sofia e o irmão Rui
	7	556-567	Funeral do Padre Vicente
	8	568-580	Tensão familiar: discussão entre o casal. 7º Acontecimento estranho na casa: Sofia está na cozinha e vê uma poça de sangue aos seus pés, que na realidade não está lá.
	9	581-656	Almoço na casa com a família, a médium, o padre Cruz e o colega de Xavier. Lena quer fazer um exorcismo à casa. Xavier acha uma “estupidez”. Rui comporta-se de uma maneira estranha ao almoço, responde mal e é agressivo para os convidados. A médium apercebe-se que algo está errado naquela casa. Ricardo, o irmão mais novo assusta-se e sai a correr de casa para a floresta. O pai segue-o.
Acontecimentos estranhos na casa. Tensão e medo crescente por parte da família.			

Depois da morte de Ricardo e de todos os problemas, a família deixa o espaço rural.	10	657-719	<p>Ricardo corre pela floresta até chegar a uma rocha junto ao rio.</p> <p>Na casa, Rui está possuído pelo espírito de Ismael, está revoltado e torna-se violento para o padre.</p> <p>Ricardo cai da rocha e morre. Ao mesmo tempo, Rui tem um ataque e fica imóvel no chão com a sua mãe a agarrá-lo.</p>
	11	720-726	<p>A casa está vazia. Depois dos incidentes a família vai deixar a casa e a aldeia.</p> <p>A família está destroçada.</p> <p>Xavier chora no quarto do filho.</p>